

1910

UNIVERSIDADE
DO GOVERNO
DE PERNAMBUCO

N.º 1942











RELATÓRIO AO EXMO. SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

353.98133
M 548



RUY CARNEIRO

INTERVENTOR FEDERAL

ATIVIDADES
DO GOVÊRNO
DA PARAÍBA

EM 1942

12749 27 11 48

À Sua Excelência o Sr. Ministro
Souza Costa, e seu
admiração e apreço

. SENHOR PRESIDENTE:

3-11-1943

Ruy Carneiro

O ANO DE 1942 pôs à prova a capacidade de resistência e as virtudes de sacrifício do povo paraibano, face aos problemas de intensa repercussão no quadro da organização econômica do Estado e do seu aparelhamento administrativo.

Duras contingências teve o Governo de enfrentar nêsse período de graves perturbações para a vida dos sertões nordestinos, castigados pela sêca.

Os aspectos trágicos dessa calamidade superaram os efeitos da estiagem de 1932, que tão dolorosas recordações deixara nos lares sertanêjos.

Com as medidas de V. Excia. e a assistência da Interventoria, foi possível atenuar as consequências do flagelo.

Entretanto, limitado nos seus meios de ação, o Estado teve de suportar um golpe rude nas fontes produtivas da zona atingida, com a evasão de braços, a perda de grande parte dos rebanhos e a queda sensível da arrecadação das rendas tributárias.

A essas dificuldades vieram somar-se as restrições do tráfico marítimo e terrestre, de tão relevante influência na economia da Paraíba.

Por longo tempo o pórtio de Cabedêlo não recebeu a visita de um único navio mercante e o restabelecimento do tráfico não se operou na escala reclamada pelas necessidades do escoamento de nossa produção.

Quanto ao comércio interno do Estado, sofreu e continua a sofrer os embaraços da deficiência de combustível, para o movimento das linhas rodoviárias.

A campanha traiçoeira dos submarinos inimigos, obstando a regularidade do nosso comércio com os mercados do sul, alterou profundamente o nível

dos suprimentos, nos gêneros de primeira necessidade.

A perturbação mundial dos valores tinha que nos atingir e, em condições especiais, o Nordeste, cujo parque industrial não alcançou a linha de capacidade de auto-suprimento, em época de crise.

Participando do esforço de guerra da Nação, a Paraíba procurou reagir patrioticamente contra as contingências perturbadoras e elaborar no programa que V. Excia. inspirou, de preparação das nossas forças ativas, visando o aparelhamento econômico e militar necessário à vitória.

Um trabalho de tamanhas proporções pede o concurso de governantes e governados, na compreensão do ideal comum. Tanto quanto esteve ao nosso alcance, procurámos na Interventoria corresponder ao apêlo da causa que decidirá dos destinos da Pátria e do Mundo.

Com a tropa federal e seus dignos Comandantes mantivemos estreito e cordial entendimento para facilitar aos seus serviços no Estado o desenvolvimento de que carecemos em tudo que dependa das atividades estaduais e municipais.

Nossa contribuição, nesse terreno, não foi pouco apreciável, o que fizemos com a alegria de uma ação patriótica, certo de servir à Nação, servindo ao Exército, que é a sua primeira linha de defesa organizada.

Tendo em conta os fatores opostos a um largo plano de iniciativas e que interferiram na administração, tivemos que ajustar as iniciativas aos índices da realidade, a-fim-de não comprometer o relativo equilíbrio de nossa posição financeira.

Com os saldos obtidos no exercício de 1941, conseguimos, porém, construir o edifício do Manicômio Judiciário; o Pavilhão Psiquiátrico "Henrique Roxo", anexo ao Hospital Colônia "Juliano Moreira"; levantar

novas edificações na Escola Profissional "Presidente João Pessoa", em Mananguape; construir o edifício do Grupo Escotar "Pedro Americo", em Cabedelo, com capacidade para 400 alunos; iniciar os serviços de construção da Penitenciária Agrícola de Mangabeira.

Adaptámos o prédio destinado ao funcionamento do Grupo Escotar "Vidal de Negreiros", na cidade de Cuité; concluímos a construção, iniciada na administração do nosso antecessor, do prédio do Grupo Escolar "Dom Santino Coutinho", na vila de Entre-Rios, município de Serraria; construímos o edifício da Mesa de Rendas de Sapé; ampliamos o programa de atividades da Diretoria do Fomento da Produção; fizemos distribuição gratuita de sementes aos agricultores pobres, na época do plantio, distribuição essa no valor aproximado de Cr\$ 200.000,00; melhorámos os parques de criação da Fazenda "São Rafael"; continuámos os serviços de reflorestamento na Fazenda Mangabeira; desenvolvemos o plano de experimentação do algodão de fibra longa e criação de espécies selecionadas de lanígeros e caprinos na Fazenda Pendência.

Concluimos, ainda, as obras de reconstrução da estrada João Pessoa-Cabedelo, em observância às obrigações assumidas pelo Estado no contrato de concessão da exploração do pórtio daquele nome; prosseguimos, em cooperação com a I.F.O.C.S. e a Prefeitura de Santa Rita, a pavimentação, a paratelepipedos de granito, da rodovia João Pessoa-Santa Rita; terminámos os serviços de adaptação do Palácio da Justiça; reconstruímos e instalámos o Hospital da Força Policial; avançámos bastante no programa da Colônia Agrícola de Camaratuba e na construção da Maternidade "Cândida Vargas", um majestoso conjunto que honrará a Paraíba.

Esses dois últimos empreendimentos devemos, os paraibanos, à solicitude do eminente Chefe da Na-

ção, que concedeu os auxílios financeiros de que carecíamos para iniciar as respectivas obras.

Além dessas iniciais, a Interventoria assistiu aos congelados da seca abrindo créditos extraordinários no valor de Cr\$ 758.000,00. Por conta desses créditos foram realizados trabalhos de emergência e obras de utilidade duradoura entre as quais se destaca o açude "Boa Vista", no distrito de Matã, município de Pomboal, em cooperação com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Damo-nos por satisfeito, senhor Presidente, do que pudemos realizar pelo Estado, em fase tão salteada de contra-tempos e anormalidades.

Numa hora ingrata para o administrador conciente e escrupuloso, enfrentamos a maré montante das valorizações vertiginosas, o encarecimento da vida, a inflação, a asfixia do consumidor premido pelos vexames da especulação; enfim, as vicissitudes multiformes que a guerra nos acarretou, na universal amplitude da maior crise da história.

Mas o povo paraibano soube reagir, com o seu patriotismo, a essas vicissitudes.

E continua a resistir para vencer, animado pelos exemplos de energia de V. Excia., que, serena e sabiamente, orienta os nossos destinos.

Apresentando esse modesto relatório das atividades de nossa administração em 1942, desejamos expressar a V. Excia. cordiais agradecimentos pelas inúmeras provas de confiança com que o seu honrado Governo nos distinguiu e formular os mais sinceros votos pelo bom êxito de sua missão pública.

RUY CARNEIRO

João Pessoa, Julho de 1943.

ÍNDICE

	Pags.
EXPOSIÇÃO	7
CONSELHO ADMINISTRATIVO	13
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO	17
Reorganização de Serviços	20
Centralização do pagamento — Reorganização do Quadro	22
Desperdício no Serviço Público	24
Assistência Social e Reajustamento de Vencimentos	25
Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis Municipais	26
Despesas com o pessoal	27
Orçamento	31
Cadastrros atualizados	32
Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal	33
Material	42
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS	45
MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA	57
SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA	61
JUSTIÇA	65
Conselho Penitenciário	70
SAÚDE PÚBLICA	73
Hospital Colônia de Psicopatas “Juliano Moreira”	76
Maternidade “Candida Vargas”	79
Manicômio Judiciário	80
Hospital para Doentes Mentais Agudos e Pavilhão “Henrique Rêgo”	81
Cantina Maternal	82
Colônia “Getúlio Vargas”	84
Preventório “Eunice Weaver”	86
EDUCAÇÃO	109
Reorganização	112
Despesas com o ensino — Ensino Primário	119
Colégio Estadual da Paraíba	123
Colônia de Férias “João Pessoa”	124
Ensino Comercial — Ensino Normal	126
Ensino Superior	128
ESTATÍSTICA	129
Estatísticas organizadas	132
Estatística Militar — Atos do Governo do Estado	133
Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística — Nomenclatura das estações ferroviárias	134
7.º aniversário do I. B. G. E. — Junta Executiva Regional de Estatística e D. R. de Geografia	135
NEGÓCIOS MUNICIPAIS	137
Município de João Pessoa	156
Município de Campina Grande	159
SEGURANÇA PÚBLICA — I) POLÍCIA CIVIL	181

	<i>Pags.</i>
Delegacia de Ordem Política e Social	165
Delegacia de Investigações e Capturas	167
Instituto de Identificação e Médico Legal	168
Inspetoria do Tráfego Público e da G. Civil	169
Casa de Detenção — Polícia Marítima	170
Penitenciária Agrícola de Mangabeira	171
SEGURANÇA PÚBLICA — ID POLÍCIA MILITAR	173
Serviço de Saúde	176
Companhia de Bombeiros	173
ESCOLA PROFISSIONAL “PRESIDENTE JOÃO PESSÓA”	181
IMPRENSA OFICIAL	185
SERVIÇOS DE ARQUIVO E BIBLIOTECA PÚBLICA	189
ASSISTÊNCIA SOCIAL	193
ABRIGO DE MENORES “JESUS DE NAZARE”	199
SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	203
OBRAS PÚBLICAS	207
Estradas João Pessoa-Santa Rita — João Pessoa-Cabedêlo	213
Açude “Boa Vista”	214
FOMENTO DA PRODUÇÃO	215
Secção de Expediente — Granja Modelo São Rafael	219
Horto Simões Lopes	225
Fazenda Mangabeira	228
Fomento Agro-Pecuário	229
Colônia de Horticultores — Serviço Experimental	231
Oficina de Barreiras	238
COLÔNIA AGRÍCOLA DE CAMARATUBA	239
COOPERATIVISMO	245
Cooperativas escolares	248
SERVIÇOS ELÉTRICOS	255
SERVIÇOS PORTUÁRIOS (Cabedêlo e João Pessoa)	261
SANEAMENTO URBANO (Capital e Campina Grande)	267
Repartição de Saneamento de Campina Grande	272
ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE	275
Departamento de Agricultura	279
Departamento de Engenharia Rural	280
Departamento de Horticultura	281
Departamento de Silvicultura	282
Departamento de Biologia Vegetal	283
Departamento de Zootécnia	284
Dep. de Quím. e Tencnologíia Agrícola e de Eng. Rural	286
COMISSÃO CENTRAL DE ABASTECIMENTO	287
JUNTA COMERCIAL E POSTO DE COMBUSTÍVEL	291
Posto de Fornecimento de Combustível	294
SECRETARIA DA FAZENDA (Finanças)	297
Receita	300
Despesa	303
Créditos especiais e extraordinários	306
Do orçamento e sua execução	309
Outras iniciativas	312
Patrimônio do Estado	315

CONSÉLHO ADMINISTRATIVO



A TRAVÉS de sua ação quotidiana, a que presidiu um acentuado espírito de dedicação aos interesses do Estado, foi possível ao Consêlho Administrativo, então denominado Departamento Administrativo, dar inteiro desempenho á sua relevante missão, no decorrer do exercício findo.

Órgão de colaboração, dedicou-se o Consêlho ao estudo das medidas legislativas tomadas por esta Interventoria, sendo do nosso dever salientar — e o fazemos com prazer — o valioso concurso prestado ao Govêrno do Estado, no esforço comum de promover a solução dos diversos problêmas paraibanos.

O número de pareceres submetidos a exame e solução pelo Consêlho Administrativo subiu a 641, excedendo ao total verificado em qualquer dos exercicios anteriores. Dêsses pareceres, 193 fôram oferecidos a projétos remetidos pela Interventoria Federal, alguns dêles de superior interesse do Estado; e os demais, pelos prefeitos municipais. Além disso o Consêlho reviu e autorizou toda a legislação sôbre assuntos ordinários, destacando-se, pela magnitude do trabalho, os orçamentos estadual e municipais elaborados para 1943.

Testemunhando espontaneamente a orientação a que se pautou a administração do Estado, ainda mais realçada nos seus resultados pela incidencia dos efeitos da guerra sôbre a vida nacional, o sr. Severino de Lucena, presidente do Consêlho, no seu último relatório apresentado ao sr. Ministro da Justiça, assim depõe sôbre a sinceridade dos propósitos do govêrno paraibano:

“A despeito, porém, de tais óbices — por igual e embora sob modalidades diversas — naturalmente encontrados em outros Estados do Brasil, subordinados, como o nosso, á projeção do conflito nos outros continentes, a administração paraibana prossegue, senhor Ministro, na sua obra realizadora, com serenidade e firmeza, mantendo os mesmos princípios pelos quais até agora se vem nortear.

Um desses princípios é a fidelidade á letra orçamentária. Em fevereiro do corrente ano, enviou o senhor Interventor Federal a este Departamento um exemplar do Relatório apresentado ao senhor Presidente da República, relativo ás atividades da administração no exercício de 1941. E, apreciando esse documento, teve oportunidade este órgão político de salientar, na sua Resolução n.º 12, de 16 do citado mês, haver sido a execução orçamentária no período compreendido no Relatório normal, rigorosa e conformada á lei.

Esta sensata orientação prolongou-se á 1942, sem prejuizo de um programa de realizações objetivas de inegavel acerto que o Govêrno da Paraíba não pudeira nem devera deixar a meio do caminho. Afóra o plano de mobilizar uma melhor e mais prestante assistência social em nossa terra, alcançando um número certamente quadruplicado de assistidos o que se fez com a reforma total do Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha” e do Orfanato “D. Ulrico”, prossegue o vigoroso ensaio de colonização do vale de Camaratuba, tentativa de larga envergadura, visando integrar na economia nacional um fator inteiramente novo de produção agrária”.

**DEPARTAMENTO DO SERVIÇO
PÚBLICO**



A REFORMA administrativa em que nos empenhamos, cujo programa foi confiado ao D.S.P., impôs a êste órgão da administração geral uma série de estudos e realizações, através de suas divisões, marcando essa atividade racionalizadora um grau de eficiência deveras apreciavel e animador no decorrer do ano de 1942. Do estudo pormenorizado das repartições públicas do ponto de vista da economia e eficiência, bem como das modificações a serem introduzidas na organização dos serviços, que constituem uma das atribuições mais importantes do D.S.P., decorreram sensíveis modificações altamente vantajosas para a administração. Entretanto, as atividades no sentido de definir e traçar a configuração dos serviços públicos, a-fim-de dotá-los de uma estrutura racional, ressaltam no quadro de realizações empreendidas.

Por outro lado, a fase difícil resultante da guerra não permitiu maiores reformas de ordem material, no que se entende por melhoria de ambiente de trabalho, acomodações e instalações favoráveis, ajustadas ás normas de racionalização preestabelecidas. Todavia, no tocante ao aspécto formal do problema, várias soluções fôram levadas a termo, pelo que podemos asseverar que importantes e numerosos setores administrativos se acham, hoje, perfeitamente definidos.

Considerando que a racionalização do funcionamento dos serviços públicos deve ser precedida da racionalização da estrutura respectiva, uma vez que esta implica sempre na criação, modificação, substituição, agrupamento e distribuição de órgãos e atribuições, a questão teria de ser enfrentada de acôrdo com esse critério.

Da análise das condições de trabalho das várias repartições resultaram normas tendentes a simplificar o mais possível os processos burocráticos, reduzindo os tempos de movimento a um grau mínimo, restringindo, dessarte, de maneira considerável, as “rêdes de canais competentes”.

Assim, uma euidadosa preparação de regimentos, á medida que os órgãos vão sendo reestruturados, constitui, sem dúvida, atividade essencial em matéria de organização, pois, corrigindo a duplicidade de atribuições, a má distribuição de competência, a falta de fixação de atividades de cada serviço e da autoridade de seus agentes responsáveis, terá ajustado as peças do maquinário administrativo, tornando-o ápto a movimentar-se com precisão e eficiência.

Entre as medidas sugeridas para o aperfeiçoamento e racionalização dos serviços públicos, incluiu o D.S.P. as que se relacionam com a sua uniformização. Entrementes, como ponto de partida, fôram empreendidas atividades orientadas no sentido de uniformizar o sistema de comunicações nos diversos órgãos da administração estadual.

Reorganização de Serviços

Prosseguindo nos trabalhos de reorganização das repartições públicas estaduais, o D.S.P., pela sua Divisão de Organização e Orçamento, estudou e elaborou o plano de reforma da Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado, a qual passou a denominar-se Departamento de Viação e Obras Públicas.

Além das suas atividades intrínsecas, cabe ao novo Departamento estudar e elaborar o plano rodoviário do Estado, de importancia relevante, quer sob o ponto de vista técnico e administrativo, quer sob o aspéto econômico e social.

Os assuntos relacionados com o serviço de Classificação de Produtos Agro-Pecuários achavam-se consubstanciados nos seguintes atos legislativos: lei n.º 58, de 30-12-1935, decreto n.º 678, de 11-5-1935, decreto n.º 766, de 17-2-1937, decreto n.º 915, de 30-12-1937, decreto n.º 708, de 13-5-1938, decreto n.º 1.088, de 16-8-1938, decreto n.º 1.136, de 16-9-1938, decreto n.º 1.170, de 28-11-1938, decreto n.º 1.347, de 14-3-1939, decreto n.º 1.348, de 16-3-1939, decreto n.º 1.349, de 16-3-1939 e decreto n.º 1.390, de 5-5-1939.

Apezar de copiosa, eram sensíveis as falhas encontradas nessa legislação. Por outro lado, a estrutura do órgão encarregado da execução dêsse serviço apresentava palpáveis deficiências. Entretanto, as suas atividades acham-se intimamente ligadas ao produto de maior preponderancia na vida econômica do Estado e, por issó mesmo, devem ser orientadas no sentido de atingir o seu objetivo, técnica e administrativamente, com o máximo de eficiência.

Dá a necessidade de se proceder a uma reforma estrutural no referido serviço, a-fim-de integrá-lo na sua verdadeira finalidade. Fez-se mistér, para conferir-lhe maior autoridade, subordiná-lo diretamente á Interventoria, observada, no concernente á parte técnica, a legislação federal relativa á execução dos serviços de fiscalização dos processos de colheita, ao beneficiamento, á classificação, ao acondicionamento, á armazenagem e ao transporte de produtos e sub-produtos agrícolas e pecuários sujeitos ao regime de padronização.

Com as exposições de motivos respectivas, o D. S. P. encaminhou á Interventoria os projéto de decreto-lei criando o Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários e decreto versando sôbre o respectivo regimento, tendo sido adotados, com ligeiras

modificações, os ante-projéto elaborados pela diretoria do serviço então organizado.

Aprovadas as medidas sugeridas pelo D.S.P., fôram, em consequência, assinados o decreto-lei n.º 327, de 4-9-1942 e o decreto n.º 316, de 16-11-1942.

Como medidas complementares ás providências de caráter administrativo, o D.S.P. ainda elaborou o projéto de decreto-lei instituindo penalidades por fraudes e infrações aos dispositivos regulamentares referentes ao beneficiamento, armazenagem e circulação de produtos e sub-produtos agrícolas e pecuários.

Centralização do pagamento

No que se relaciona com o sistema de pagamento de vencimentos ao funcionalismo, observava-se uma sensível falta de uniformidade, por quanto muitos dos servidores públicos ainda recebiam pelo velho processo de fôlhas. Das medidas tomadas no sentido de conferir homogeneidade ao sistema de pagamento aos funcionários resultou a centralização no Baneo do Estado da Paraíba de todo o pagamento dos servidores que trabalham na Capital.

Reorganização do Quadro

A situação do quadro do funcionauismo assume, com a reorganização dos serviços públicos estaduais, uma feição inteiramente diversa da que se observava. A grande variedade de reduzidos quadros, cedendo lugar á constituição dum quadro único, veio, além de outras apreciáveis vantagens, possibilitar promoções em grande escala, que por outro lado permitem atingir as carreiras a sua estrutura ideal, com a extinção

de cargos excedentes e dotações de vagas decorrentes do seu processamento. E' assim que muitas das carreiras que integram hoje o quadro único do Estado se encontram com reduzido número de cargos excedentes, além de se acharem dotados todos os cargos vagos que até então sómente figuravam nas tabélas anexas ao decreto-lei 140, com provimento condicionado a dotação posterior. Outra circunstancia digna de menção, é a flexibilidade que traz a existência dum quadro único, que possibilita uma evidente celeridade aos atos da administração e consequente recuperação de tempo.

A normalização do Quadro Único é, sem dúvida, um processo demorado; todavia, o D. S. P. vem procurando ativá-lo.

Finalmente, o regime de lotação, além das grandes vantagens que advêm para os quadros administrativos põe de uma vez termo á confusão reinante nas repartições motivada por falta de uma distribuição de pessoal que corresponda ás exigências dos respectivos trabalhos, pois, se em alguns se observa número maior de funcionários do que o necessário, em outros ha absoluta carência de servidores.

Muito embora achar-se o estudo das lotações, de certo modo, condicionado ao exame permanente e pormenorizado das repartições, trata-se de um problema que vinha reclamando uma solução urgente. De fato, a lotação das repartições era uma providência que se impunha, tanto para regularizar a maioria dos serviços do Estado, lutando com toda sorte de deficiências, como para normalizar a distribuição dos servidores públicos, em virtude da acentuada mobilidade, não só em sentido vertical (promoções), como em direção horizontal (remoções, transferências, etc.).

Nestas condições, o D.S.P., de acôrdo com o resultado dos estudos procedidos sôbre o assunto, organizou um plano em que fôram consideradas, sobretudo, as modificações impostas ao aparelhamento administrativo e aos novos métodos de trabalho adotados.

Em consequência, foi assinado o decreto-lei n.º 346, de 29 de outubro de 1942, fixando a lotação das repartições públicas do Estado.

Esse trabalho representa, sem dúvida, o ponto de partida das atividades essenciais de organização e consta de um fascículo, dado á publicidade por iniciativa do D. S. P., onde se encontram, também, as relações nominais dos extranumerários mensalistas, a que se refere o decreto-lei n.º 148, de 8 de fevereiro de 1941 e a dos diaristas com regalias de funcionários (art. 122 da lei n.º 127, de 28 de dezembro de 1936).

Por outro lado, importante estudo vem sendo conduzido no que se prende á centralização, no almoxarifado geral, de todo o sistêma de contrôle do material, como uma decorrência da centralização de compras, determinada pelo decreto n.º 143, de 9-1-1941.

Desperdício no Serviço Público

Não podia passar despercebido o apreciavel desperdício de tempo e material, motivado pela circulação lenta e rotineira dos processos, nas repartições, com prejuizo para o interesse público e particular. Essa situação, verificada pelo aferramento ás normas da antiga burocracia, patenteou a necessidade de ser simplificada a execução de alguns trabalhos.

Dentre os meios para a simplificação racional o mais eficiente é o uso de formulários, que impôs o seguimento de normas uniformes e limitam em espaços

mínimas informações e providências indispensáveis, condensando o processo e reduzindo, concomitantemente, os "tempos de movimento".

Verificando os prejuízos causados aos servidores do Estado no retardamento, pelas causas expostas, dos processos de licença, o D. S. P. promoveu a adoção de formulários, correspondentes a várias modalidades.

O assunto horário de trabalho foi objeto de cuidadoso estudo por parte do D.A.S.P., que organizou inicialmente um questionário, o qual foi distribuído às Comissões de Eficiência, seguindo-se um trabalho comparativo sobre o regime adotado em numerosos países.

Finalmente, foi solucionado o problema, tendo sido o plano, posteriormente, adotado neste Estado, pelo Decreto-lei n.º 230, de 19 de janeiro de 1942, que estabelece o número de horas de trabalho por semana nas repartições públicas estaduais e dispõe sobre a pontualidade dos funcionários quanto á entrada e saída do serviço. A medida veio uniformizar o horário dos vários serviços, excetuados apenas aqueles cuja natureza exige um expediente de trabalho especial.

Assistência Social e Reajustamento de Vencimentos

Finalmente, dentre os problemas em estudo pelo D.S.P. dois merecem uma referência destacada, dada a sua complexidade e importância. O primeiro relaciona-se com um plano de assistência social aos servidores públicos, amplo e moldado sobre as elevadas diretrizes dadas pelo Estado Nacional. Os trabalhos nesse sentido, não obstante a delicadeza do assunto, por isso que se acham essencialmente subordinados ás reais possibilidades do Estado e, por outro lado, a exiguidade de tem-

po quasi todo absorvido por atividades várias, já se encontram em adiantada fase.

Trata o segundo de um plano de reajustamento dos vencimentos do funcionalismo. E' um assunto que em virtude das condições de vida cada vez mais difíceis, motivadas pela guerra, começou a exigir estudos no sentido de aparelhar o funcionalismo para enfrentar a nova situação. Apesar do cuidado que a questão reclama, dados os enormes encargos que a crise vem impondo ao Estado, abalando fortemente as suas finanças, as atividades despendidas com o fim de atingir aquêle objetivo já se encontram quasi concluidas.

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis Municipais

A crescente evolução da administração dos municípios, por um lado, e a circunstancia de ter sido conferido um diploma legal, definindo o regime jurídico dos funcionários públicos estaduais, justificavam amplamente a necessidade da promulgação de uma lei que viesse tambem definir os direitos e deveres dos funcionários públicos municipais. Realmente, em face da amplitude do regime jurídico dos funcionários municipais e dos novos conceitos vigentes no moderno serviço público, a decretação do seu estatuto se impunha como imperativo indeclinavel. Isso porque as leis a que estavam subordinados, frutos de uma época completamente vencida, não se podiam harmonizar com o novo estado de coisas. Assim, foi confiado ao D. S. P. o planejamento de um ante-projeto de Estatuto destinado aos funcionários públicos municipais que, muito embora inspirado no Decreto-lei n.º 202, teria a virtude de se ajustar perfeitamente ás condições peculiares que caracterizam a administração municipal. Os trabalhos de elaboração do projéto mereceram a mais acurada aten-

ção, sendo finalmente convertido no decreto-lei n.º 340, de 28 de outubro de 1942, publicado no dia consagrado ao Funcionário Público.

Despêsas com o pessoal

Um dos aspéctos mais interessantes das atividades do D. S. P. é o estudo das despêsas com o pessoal, tendo-se em vista que a sua restrição dá maiores possibilidades para a realização de obras de interesse geral. Tomando-se por base um decênio para estudo comparativo, vamos notar que de 1932 a 1942 houve um aumento constante da despêsa de pessoal em relação á receita, (anexo n.º 1), enquanto que a média do aumento do ano de 1932 a 1940 foi de 13,71% por ano, e de 1941 a 1942 foi de 0,75% (anexo n.º 2). No quadro das despêsas do pessoal em geral se verifica que o gasto com o pessoal civil aumentou progressiva e intensamente até 1940, elevando-se ao maximo nessa época em relação aos anos anteriores, para no ano de 1941 haver um pequeno acréscimo e finalmente entrar em franco declínio em 1942 (anexo n.º 3).

As despêsas de pessoal não acompanharam as oscilações das despêsas em geral; ao contrário, elas só demonstram um ritmo ascencional até 1940. A partir daí essa trajetória se projéta em sentido quasi horizontal, tendente a uma franca estabilização, pois o aumento para os anos de 1941 e 1942 atingiu, respectivamente, 0,6 e 0,9. Apesar de insignificante, justifica-se com o próprio desenvolvimento dos serviços públicos.

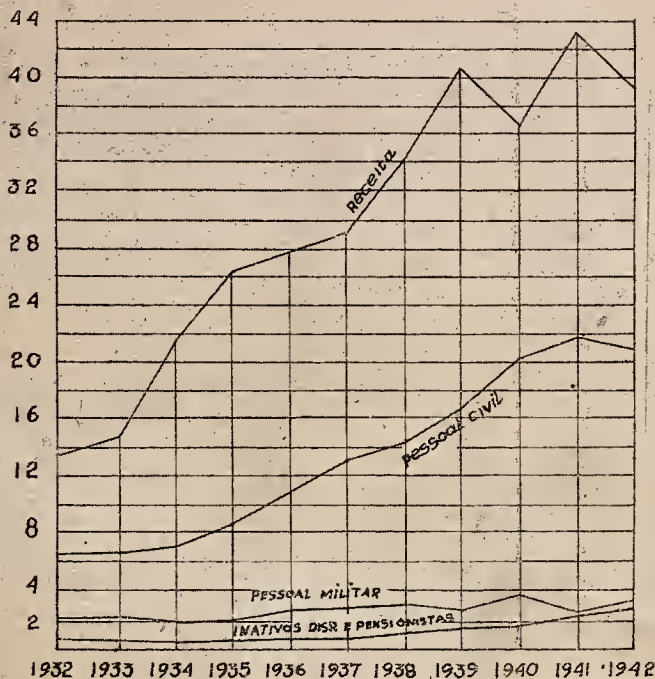
Vale notar que em 1942 a despêsa de pessoal civil foi menor do que no ano anterior em Cr\$ 249.887,00. Esse fato representa uma conquista altamente significativa e não é sinão uma consequência lógica da orientação que vimos imprimindo á administração pública no regime

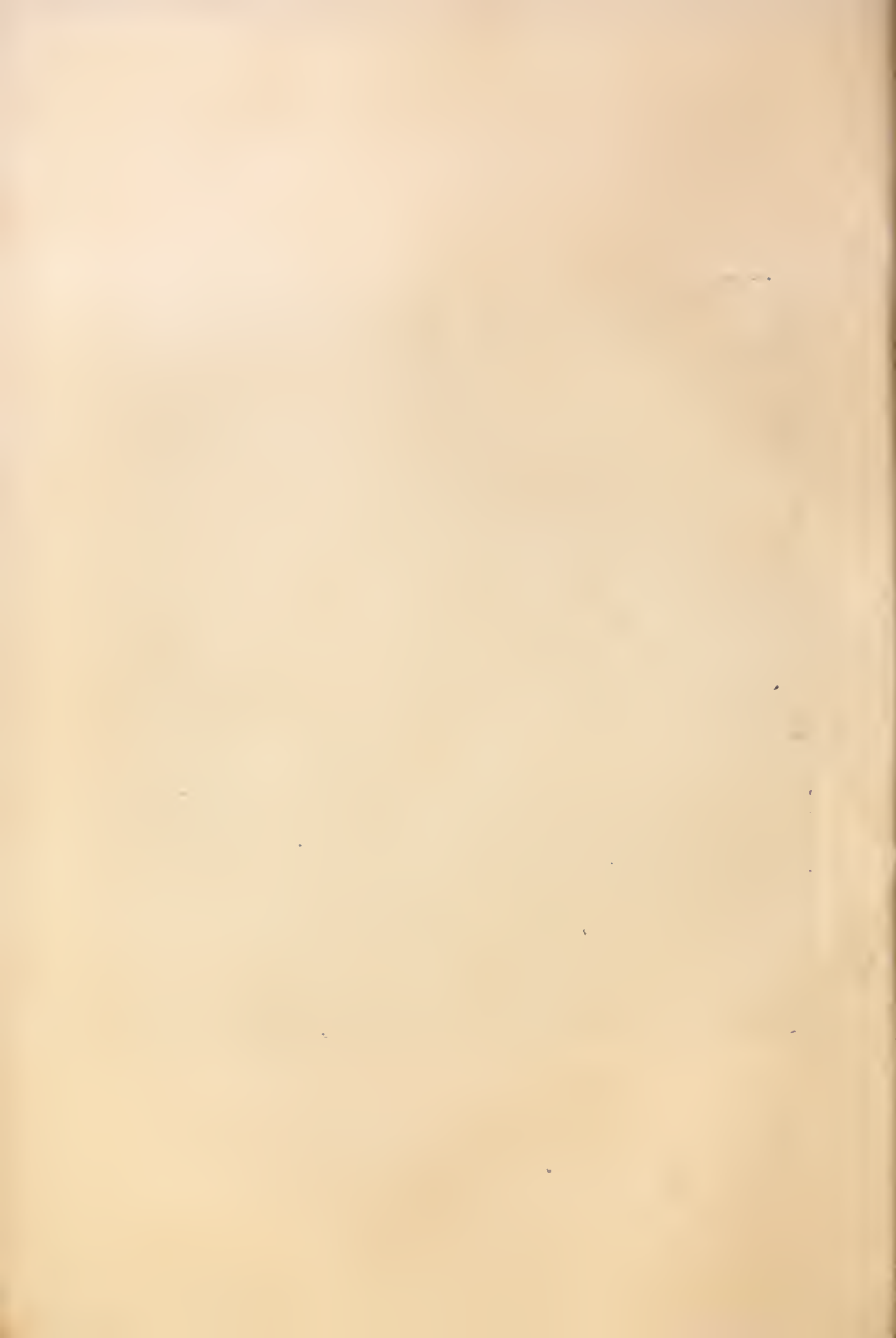
de compressão de despêsas para a reorganização econômica do Estado.

Com prazer ressaltamos que a redução conseguida nas despêsas com o pessoal não proveio de dispensas ou exonerações com sacrifício de servidores públicos. Ela representa o resultado de uma atividade rigorosa no sentido da proibição de preenchimento de vagas em cargos considerados extintos quando vagarem, extinção de carreiras e reestruturação de serviços.

COMPARAÇÃO DAS DESPESAS

MILHÕES DE CRUZEIROS





N.º 1) — COMPARAÇÃO ENTRE A ARRECADAÇÃO E A DESPESA DE PESSOAL REALIZADA NO PERÍODO DE 1932 A 1942

EXERCÍCIOS	RECEITA		Porcentagem da despesa de pessoal sobre a receita	Despesa de pessoal	
	Números	Cr\$		Cr\$	Números
	índices				índices
1932	100,0	13.228.049	70,5%	9.328.263	100,0
1933	109,7	14.508.397	64,4%	9.352.143	100,2
1934	162,3	21.479.818	45,4%	9.758.818	104,6
1935	199,1	26.347.550	44,2%	11.659.487	124,8
1936	214,4	28.372.867	51,9%	14.749.146	159,1
1937	236,3	31.262.169	54,2%	16.954.267	181,7
1938	261,1	34.549.134	53,4%	18.451.128	196,8
1939	313,6	41.491.338	51,2%	21.262.274	227,9
1940	282,5	37.381.003	63,0%	25.538.038	273,7
1941	326,5	43.195.225	59,5%	25.703.437	275,5
1942	299,9	39.679.237	65,4%	25.956.082	278,2

N.º 2) — DESPESA DE PESSOAL REALIZADA NO PERÍODO DE 1932 A 1942

EXERCÍCIOS	T O T A I S		Crescimento em relação ao ano anterior	
	Cr\$	Números	Cr\$	Porcentagem
		índices		tagem
1932	9.328.263	100,0	—	—
1933	9.352.143	100,2	23.880	0,2%
1934	9.758.818	104,6	406.675	4,3%
1935	11.659.487	124,9	1.900.669	19,5%
1936	14.749.146	158,1	3.089.659	27,3%
1937	16.954.267	181,7	2.205.121	14,9%
1938	18.451.128	196,7	1.496.861	8,2%
1939	21.262.274	227,9	2.811.146	15,2%
1940	25.538.038	273,9	4.275.764	20,1%
1941	25.703.437	275,5	165.399	0,6%
1942	25.956.082	278,2	252.645	0,9%

N.º 3) — COMPARAÇÃO ENTRE A ARRECADAÇÃO E A DESPESA DE PESSOAL CIVIL REALIZADA NO PERÍODO DE 1932 A 1942

EXERCÍCIOS	RECEITA		Porcentagem da despesa de pessoal civil sobre a receita	Despesa de pessoal civil	
	Números	Cr\$		Cr\$	Números
	índices				índices
1932	100,0	13.228.049	49,6%	6.581.429	100,0
1933	109,7	14.508.397	45,5%	6.607.063	100,3
1934	162,3	21.479.818	33,1%	7.117.848	103,0
1935	199,1	26.347.550	33,7%	8.835.983	135,1
1936	214,4	28.372.867	39,6%	11.238.303	170,7
1937	236,3	31.262.169	41,8%	13.098.832	199,0
1938	261,1	34.549.134	41,0%	14.188.681	215,5
1939	313,6	41.491.338	41,1%	17.074.741	259,4
1940	282,5	37.381.003	53,8%	20.138.831	306,0
1941	326,5	43.195.225	47,6%	29.590.615	312,8
1942	299,9	39.679.237	51,2%	20.340.723	309,0

N.º 4) — COMPARAÇÃO ENTRE A ARRECADAÇÃO E A DESPESA DE PESSOAL MILITAR REALIZADA NO PERÍODO DE 1932 A 1942

EXERCÍCIOS	RECEITA		Porcentagem da despesa de pessoal militar sobre a receita	Despesa de pessoal militar	
	Números	Cr\$		Cr\$	Números
	índices				índices
1932	100,0	13.228.049	15,5%	2.051.513	100,0
1933	109,7	14.508.397	14,1%	2.053.475	100,1
1934	162,3	21.479.818	9,0%	1.945.407	94,0
1935	199,1	26.347.550	7,3%	1.988.075	96,9
1936	214,4	28.372.867	9,3%	2.686.847	129,9
1937	236,3	31.262.169	9,2%	2.901.839	141,4
1938	261,1	34.549.134	8,7%	3.014.539	146,9
1939	313,6	41.491.338	6,4%	2.685.842	130,9
1940	282,5	37.381.003	9,6%	3.606.834	175,8
1941	326,5	43.195.225	6,8%	2.963.474	144,4
1942	299,9	39.679.237	8,2%	3.277.028	159,7

N.º 5) — COMPARAÇÃO ENTRE A ARRECADAÇÃO E A DESPESA DE PESSOAL INATIVO, EM DISPONIBILIDADE E PENSIONISTAS, REALIZADA NO PERÍODO DE 1932 A 1942

EXERCÍCIOS	RECEITA		Porcentagem da despesa de pessoal inativo, em disponibilidade e pensionistas sobre a receita	Despesa de pessoal inativo, em disponibilidade e pensionista	
	Números índices	Cr\$		Cr\$	Números índices
1932	100,0	13.228.049	5,2%	695.261	100,0
1933	103,7	14.508.337	4,7%	691.690	99,4
1934	162,3	21.479.818	3,2%	695.564	100,1
1935	193,1	26.347.559	2,9%	775.429	111,5
1936	214,4	28.372.867	2,9%	823.996	121,2
1937	236,3	31.362.169	3,0%	953.596	137,1
1938	261,1	34.549.134	3,6%	1.247.908	179,4
1939	313,6	41.391.333	3,6%	1.501.691	215,9
1940	202,5	37.331.003	4,7%	1.792.324	257,3
1941	326,5	43.195.225	4,5%	2.149.343	309,2
1942	239,9	33.679.237	5,3%	2.338.326	336,4

Orçamento

Com a reorganização administrativa do Estado empreendida em 1940, fôram cometidos ao D.S.P. os trabalhos de estudar e coordenar a tarefa orçamentária. Afirmou-se, desde então, no serviço público, uma estrutura eminentemente racional que facilita a supervisão administrativa na elaboração da proposta orçamentária. Em 1942 o D. S. P. assumiu totalmente a responsabilidade dos encargos afinentes ao estudo e coordenação da proposta para 1943.

Empenhado na realização desse objetivo de relevante significação administrativa, elaborou um plano metódico para a execução dos trabalhos orçamentários, cuja fase essencial consistiu no ajustamento das propostas parciais e o seu agrupamento por Secretárias, de forma a facilitar, pelo exame de conjunto, a organização

da proposta de cada órgão interessado. Ao D. S. P., portanto, ficaram reservadas a coordenação geral da proposta e o seu estudo através de todas as fases de preparação. Esse órgão, todavia, não se limitou a aguardar passivamente a remessa das propostas parciais solicitadas às diversas unidades administrativas. Organizou e remeteu a todos os serviços do Estado impressos padronizados, nos quais fôram discriminadas as dotações consignadas a cada um no orçamento de 1942, por sub-consignação, e a importância especificada despendida no primeiro semestre do mesmo exercício, de maneira que, confrontadas com as despesas realizadas no exercício de 1941, se obtivesse uma visão tanto quanto possível perfeita das suas necessidades futuras.

Continham ainda os referidos formulários, em local apropriado e agrupadas pelas respectivas consignações, as ementas das sub-consignações, padronizadas e codificadas, destinando-se ao preenchimento da proposta de 1943. Como é fácil de concluir, a elaboração das propostas parciais foi grandemente facilitada. Por fim foi submetido á consideração da Interventoria o ante-projeto geral da despêsa.

Cadastros atualizados

O Decreto-lei n.º 140 de 30-12-1940, marcando uma etapa decisiva na refôrma da administração pública estadual, estruturou o sistema do pessoal.

Uma classificação de cargos, com a adoção do princípio geral da formação de carreiras, a constituição de um quadro único, em substituição aos inúmeros quadros distribuídos pelos diversos órgãos e a distinção entre funcionários e extranumerários são os fundamentos essenciais em que se assenta o sistema do pessoal. De então a esta data muitas e importantes medidas complementares fôram tomadas a-fim-de se conferir a unifor-

midade indispensável ao elemento pessoal e cujos resultados são bem satisfatórios. Para enfrentar os múltiplos e vastos problemas suscitados o D. S. P. mantém organizados e atualizados os respectivos serviços de cadastros, abrangendo a atividade de controle, coordenação e fiscalização dos cargos e funções e assentamento individual dos servidores públicos. Estes cadastros facilitam, em última análise, os trabalhos referentes ao progressivo aperfeiçoamento do pessoal e ainda o processamento de promoções, distribuição e estudo. De acordo com o esquema abaixo estão assim classificados os cargos e funções na administração estadual:

Servidores do Governo Es- tadual	Pessoal extranu- merário		Contratados		Mensalistas em caráter provisório
			Diaristas		
	Funcionários pú- blicos		Ocupantes de cargos de carreira		De provimento efe- tivo
			Ocupantes de car- gos isolados . . .		De provimento em comissão
Em função gratificada					
Serventuários da Justiça			Ocupantes de cargos		No exercício de função
			No exercício de função		

Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal

Concursos — Com a efetivação de concursos de provas para provimento em cargos do quadro único do Estado, o D. S. P. venceu mais uma etapa do programa de renovação dos serviços públicos, marcando o início de uma nova fase de atividades com o recrutamento, pela competição intelectual, daquêles que irão constituir

um novo contingente de funcionários, apto a colaborar com o Estado para o seu melhor desenvolvimento e progresso.

A instituição do concurso, que é realizado sob os princípios mais atualizados, veio transformar em realidade o sonho de "iguais oportunidades para todos, segundo a capacidade de cada um". É assim que o privilégio de servir á administração pública é disputado, hoje, pelo critério exclusivo da aptidão.

Dêsde que foi consagrado, em lei, o princípio de exigência do concurso para o ingresso no quadro dos servidores públicos (excluindo-se, é claro, os cargos em comissão, preenchidos mediante livre escolha do Govêrno) os cargos deixaram então de significar simples meio de assistência social, superlotando o quadro do funcionalismo de uma clientela inhabil, com enormes prejuizos para a administração e profundas injustiças áquêles que não possuíam outros elementos, além de sua aptidão intelectual.

Para a realização dêsse significativo empreendimento, fez-se mister, todavia, um longo trabalho de preparação.

E, consubstanciando um conjunto de normas moldadas no critério adotado pelo DASP, quando já se achava na sua fase mais aperfeiçoada, a sua instituição na Paraíba foi caracterizada por uma verdadeira ação sistemática e eminentemente racional. Não houve dúvidas nem vacilações. O regime já era triunfante.

Dêste modo, sendo a prestação do concurso uma exigência imposta pelo decreto-lei que reorganizou os serviços públicos estaduais, coube ao D.S.P. essa grande parcela de atividade no setor de recrutamento do pessoal.

Aperfeiçoamento — Assunto de natureza complexa e inteiramente novo nas esferas da administração do Estado, reclamava, por isso mesmo, um prévio e cui-

dadoso período de observação dos elementos que uma série de indagações preliminares fôsse colhendo, a-fim de se criar o indispensavel ambiente de treinamento extrafuncional dos servidores públicos.

E' certo que, embora condensando significativa relevancia, tanto para a administração como para os seus agentes, os aspéctos gerais do problema relacionados com o aperfeiçoamento, especialização e readaptação dos servidores do Estado, não receberam logo o tratamento especial e adequado que lhes deveria ser conferido.

Criado o D.S.P. tantas fôram as questões surgidas a tratar com urgencia, que a do aperfeiçoamento dos funcionários se viu, naturalmente, sacrificada, não obstante tratar-se de matéria de enorme importancia no processo de refôrma administrativa que ora executamos.

A uma das divisões do D. S. P. — Divisão de Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento — coube, entretanto, o contrôle dessa parte do problema de preparação do funcionalismo e dentro do espirito da reforma, propôs aquele Departamento, em exposição de motivos que aprovámos, a instalação de um curso de preparação destinado aos servidores públicos civis do Estado como ponto de partida indispensavel á realização de cursos sistematizados de especialização e aperfeiçoamento, previstos no decreto-lei n.º 202, de 28 de outubro de 1941. A iniciativa desses cursos objetivaria uma grande aspiração daqueles que desejavam ampliar os seus conhecimentos gerais sôbre disciplinas de indiscutivel importancia para o desempenho eficiente das funções públicas.

Assim, foi instalado em julho do exercício relatado o Curso de Preparação de Funcionários, com a aula inaugural a cargo do técnico de educação Pedro Calheiros Bomfim, então Director do Departamento de Educação do Estado.

Matriculou-se apreciável número de funcionários e extranumerários, distribuídos nos vários cursos singulares, constituídos de Direito Administrativo, Contabilidade Pública, Português, Inglês, Estatística e Matemática. O curso funcionou regularmente até fins de dezembro.

E' oportuno mencionar que ainda se acha em estudo um plano relativo á realização de cursos correspondentes a várias funções existentes no serviço público estadual. Não obstante, vem funcionando no D.S.P., com franco sucesso, um curso de conhecimentos gerais e prática de serviço, destinado aos servidores lotados naquêle órgão, cujos resultados já são bem visíveis e animadores.

Promoções — Os trabalhos no sentido de objetivar promoções no Estado, rigorosamente subordinadas aos princípios que regulam o instituto respectivo, vêm sendo processados com intensidade e êxito. Assim é que fôram assinados 105 decretos de promoção nas carreiras abaixo mencionadas:

Arquivista	6
Médico	13
Auxiliar de escritório	45
Escriturário	12
Oficial Administrativo	9
Estatístico	6
TOTAL	105

Vale ressaltar o fato altamente significativo de não se ter verificado a abertura de quaisquer créditos destinados á dotação de cargos vagos para serem providos por promoção. Nos casos em que se fez observar o preenchimento utilizaram-se, exclusivamente, as dotações resultantes das extinções de vagas excedentes. Assim, sem que significasse a medida nenhuma despesa ao Governo, fôram beneficiados naquele período 105

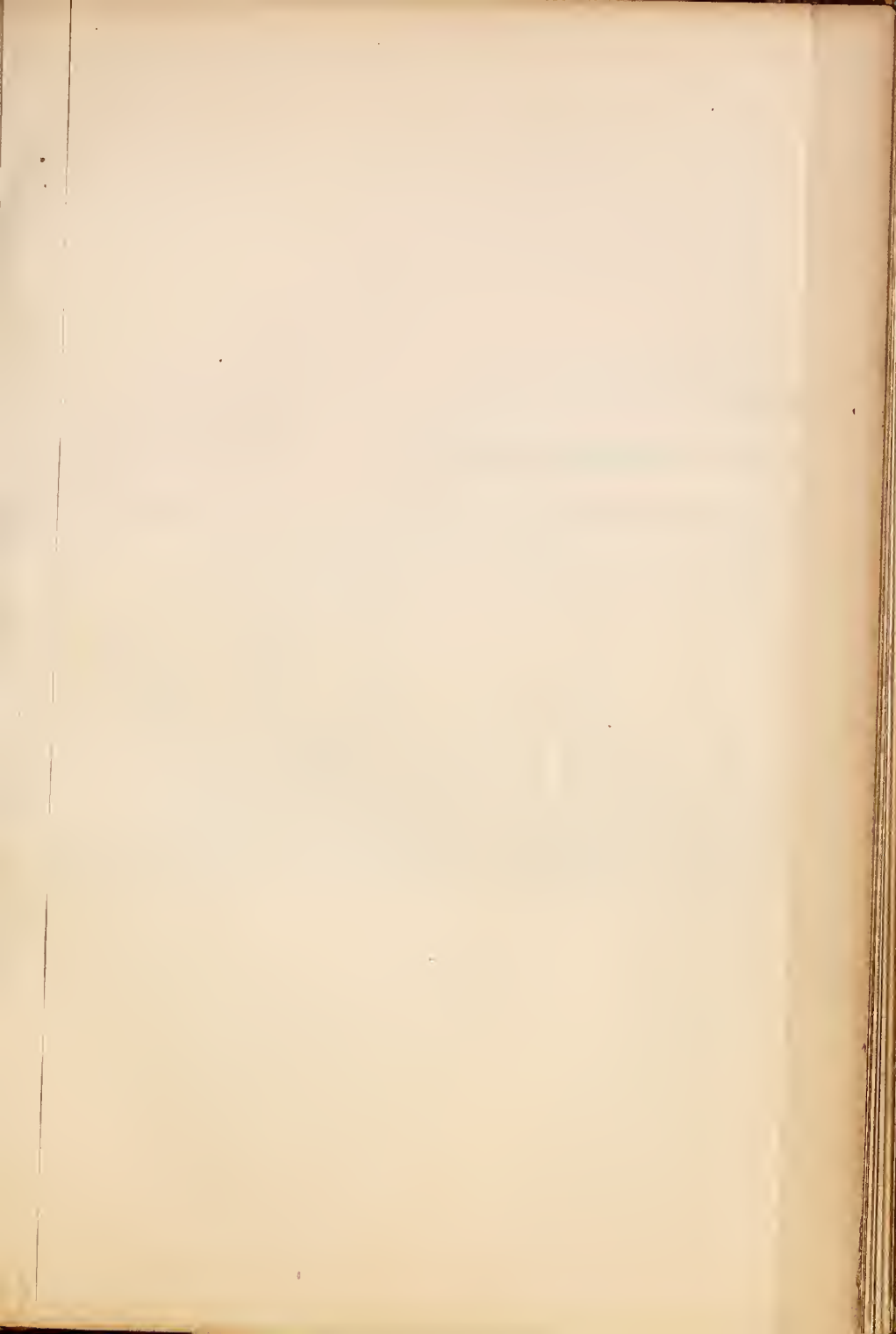
funcionários. Digna de menção é ainda a circunstancia de ser expressamente vedado em lei o pedido, por qualquer fôrma, de promoção.

Movimentação do pessoal — Um quadro demonstrativo das admissões, transferências, promoções e afastamentos do serviço constitúe um dos pontos de indiscutível importância para a administração, exigindo um permanente trabalho de atualização por parte do órgão respectivo.

As atividades que, em última análise, se reduzem á movimentação do pessoal fornecem valiosa contribuição de elementos que constituem fonte preciosa de estudos, servindo, por outro lado, de base sôbre a qual deverá assentar, para o mais franco êxito, o programa de pessoal.

Assim, não se descuidou o D.S.P. no sentido de que o quadro correspondente á movimentação do pessoal estivesse sempre rigorosamente em dia.





DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DO PESSOAL, SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 1942

Exercício de 1942	Provimento											Transferências			Vacância								
	Nomeações						Promoções					Permuta	Ex-offício	A pedido	Total de provimentos	Falecimentos	Aposentadoria	Exoneração	Exoneração a pedido	Disponibilidade	Nomeação para outro cargo	Demissão	Total de vacância
	Interinas	Em comissão	Para estágio	Efetivas	Decreto-lei	Antiguidade	Merceamento	Readmissões	Aprovação	Reintegração	Reversão												
Soma	142	40	26	4	x	24	23	8	1	x	x	3	3	2	275	x	29	50	69	1	x	16	156

Execução do Estatuto dos Funcionários — A partir da promulgação do Estatuto dos Funcionários, o D. S. P. passou a emitir pareceres e responder a diferentes consultas, a-fim-de fixar devidamente a inteligência e o alcance dos diversos dispositivos, evitando o desvirtuamento de suas finalidades por interpretações errôneas ou viciósas.

Pessoal extranumerário — O Departamento do Serviço Público vem procurando cada dia colocar o extranumerário num plano de destaque, compatível com a sua real situação de legítimo servidor do Estado.

Aplicando-lhe subsidiariamente as normas consagradas no Estatuto dos Funcionários, no tocante às suas atribuições e deveres, a orientação seguida nesse particular representa o maior argumento de que, em matéria de direito disciplinar, existe no Estado um tratamento absolutamente igual para os funcionários e extranumerários.

E' ainda do nosso propósito melhorar a situação dos extranumerários, estendendo-lhes o benefício da aposentadoria, a exemplo do que fez o Governo Federal.

A aposentadoria dos extranumerários representa um dos mais relevantes problemas do serviço público. Significa para a administração o meio de afastar, sem constrangimento, aqueles que encaneceram ou se invalidaram no serviço, como uma recompensa compatível com a dignidade do servidor do Estado.

A lei que consubstanciar a aposentadoria dos extranumerários será um complemento da legislação com que o Governo tem protegido os servidores públicos, reafirmando cada dia, as características de um vasto plano de assistência.

Os estudos nêsse sentido já estão sendo feitos pelo D. S. P.

Material

Não é demais salientar a significação que assumem as questões relacionadas com o material para o serviço público, dada a sua íntima conexão com os mais elevados interesses do Estado.

Assegurados, por uma parte, o controle econômico e a fiscalização financeira nas aquisições e, de outra, a rápida execução dos fornecimentos e exatidão nas entradas, temos definido um sistema ideal que permite alcançar melhor eficiência administrativa em condições superiormente favoráveis.

No decorrer de 1942, o D. S. P. despendeu grande atividade no que diz respeito ao abastecimento das repartições.

Os estudos visando positivar a eficiência do atual sistema de abastecimento vêm tomando novo rumo, cada vez mais ajustado ao programa de racionalização. A coordenação das requisições e recebimento de material, bem como o controle de sua aplicação, completam o conjunto do sistema, cuja maior eficiência favorece, sobretudo, as condições para o melhor e mais proveitoso raciocínio da máquina executiva.

Assim é que todos os pedidos de compra são examinados sob o ponto de vista das reais necessidades do serviço, exercendo-se ainda severa fiscalização sobre a aplicação do material adquirido, mediante uma orientação controladora sadia e imparcial.

As dificuldades surgidas com o estado de guerra, pela repercussão direta e imediata em todos os setores dos mercados nacional e internacional, determinaram a adoção de várias providências para enfrentar a nova situação.

Verificou-se, de início, a necessidade de ser assegurado o abastecimento dos artigos de imprescindível necessidade.

No que se relaciona com a padronização e especificação do material para uso do serviço público, fôram postas em prática, rigorosamente, as normas consagradas pelo DASP atendendo-se, em alguns casos, ás condições peculiares ao meio.

A expedição do decreto-lei n.º 143, de 9 de janeiro de 1941, já uniformisara o aparelho incumbido das atividades referentes ao material. Dispondo sôbre as aquisições para o serviço público civil estadual, estabeleceu um novo sistema de aquisição e distribuição o qual ficou definitivamente centralizado no D.S.P. facilitando, por outro lado, ao Estado, a compra, em grande escala, com maiores vantagens para os cofres públicos.

Não passou despercebido o aproveitamento sistemático do material em desuso. A orientação nêsse sentido vem sendo coroada de êxito, no terreno da campanha contra o desperdício.

Intenso e oportuno trabalho tem sido o de consolidar as relações do comércio com a administração pública, orientando-se o mais possível essas atividades no sentido de conciliar definitivamente os mútuos interesses.

Presentemente, eleva-se para mais de cento e oitenta o número de firmas desta praça que mantêm franca relação com o Estado, por intermédio do D.S.P.



**CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS
AGRO-PECUARIOS**



DURANTE 1942, as atividades do Serviço de Classificação de Produtos Agro-Pecuários, subordinado até então à Secretaria da Agricultura, demonstraram a necessidade de lhes ser dada melhor orientação técnica e administrativa, visto que vinham decorrendo sob o regime de uma legislação complexa e deficiente. Assim, o decreto-lei n.º 327, de 4 de setembro, consubstanciou a nova estrutura daquele órgão, incumbido da defesa, classificação e padronização dos nossos produtos exportáveis, o qual passou a denominar-se Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários, subordinando-se diretamente à Interventoria Federal. O decreto n.º 316, de 16 de novembro, deu-lhe um regimento interno, ficando o D. C. P. A. P. por fim aparelhado para cumprir, com eficiência e máximo rendimento, as suas proveitosas finalidades.

Em face dessa organização, as atividades do Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários distribuíram-se pelos seguintes setores:

- a) Secção de Classificação de João Pessoa
- b) Secção de Classificação de Campina Grande
- c) Secção de Classificação de Cajazeiras
- d) Secção de Fiscalização (que compreende os Postos de Fiscalização localizados nas sedes dos municípios)
- e) Serviço de Administração.

Observando regulamentos e instruções emanados do Ministério da Agricultura, no que dizem respeito ao estabelecimento dos tipos padrões, o referido Departamento dirigiu os seus serviços para um salutar aper-

feiçãoamento e com resultados altamente significativos, conforme se depreende dos quadros estatísticos que se seguem a êste capítulo. Por outro lado, objetivou plenamente a política federal relativa ao assunto, destacando-se a colaboração mantida com o Serviço de Economia Rural para o desenvolvimento conjunto dos referidos trabalhos e visando o estímulo e o aperfeiçoamento técnico do produtor.

Rendas — A sêca nos sertões, contribuindo para o decrescimento da produção do Estado e as conseqüências da guerra, com as dificuldades impostas ao tráfego marítimo, restringiram sensivelmente as rendas do D.C.P. A.P. Assim, o “deficit” acentuado entre a Receita e a Despesa durante 1942, expresso no resumo abaixo, reflete a época de anormalidade sob que decorreu esta última etapa da nossa administração.

DEMONSTRAÇÃO DAS VERBAS CONCEDIDAS, DESPÊSAS REALIZADAS E SALDOS VERIFICADOS DURANTE 1942

VERBAS CONCEDIDAS	DESPÊSAS REALIZADAS	SALDOS VERIFICADOS
Cr\$	Cr\$	Cr\$
1.022.400,00	876.062,60	146.337,40

COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPÊSA DURANTE O EXERCÍCIO

RENDA ARRECADADA	DESPÊSAS REALIZADAS	D E F I C I T
Cr\$	Cr\$	Cr\$
751.488,00	876.062,60	124.574,60

Contudo, para testemunhar a continuidade do nosso esforço no sentido de manter o equilíbrio das rendas públicas, a comparação das despesas com a receita no triênio 1940-42 registra um saldo de Cr\$ 1.174.804,90. Comparando-se as despesas de igual período com as ver-

bas orçamentárias destinadas ao D. C. P. A. P., constatou-se igualmente uma economia de Cr\$ 369.482,00. O quadro que se segue documenta a asserção:

DEMONSTRATIVO DAS VERBAS CONCEDIDAS, DESPÊSAS REALIZADAS E SALDOS VERIFICADOS NO TRIÊNIO 1940-42

VERBAS CONCEDIDAS		DESPÊSAS REALIZADAS	SALDOS VERIFICADOS
1940	Cr\$ 809.100,00	Cr\$ 752.212,60	Cr\$ 56.887,40
1941	1.008.400,00	842.142,80	166.257,20
1942	1.022.400,00	876.062,60	146.337,40
TOTAIS	2.839.900,00	2.470.418,00	369.482,00

COMPARATIVO DA RECEITA COM AS DESPÊSAS DURANTE O TRIÊNIO

RENDA ARRECADADA	DESPÊSAS REALIZADAS	SALDO VERIFICADO
De 1940 a 1942 Cr\$ 3.645.222,90	De 1940 a 1942 Cr\$ 2.470.418,00	De 1940 a 1942 Cr\$ 1.174.804,90

Com as suas rendas arrecadadas pela Secretaria da Fazenda, medida adotada no ano anterior ao relatado, ficou a ação do referido Departamento limitada a uma feição essencialmente técnica de assistência e proteção á produção ágro-pecuária do Estado.

Algodão — Sendo o algodão a nossa principal fonte de riqueza, dispensou o D. C. P. A. P. cuidados especiais no que se relaciona com o contrôl e fiscalização dêsse produto. Os dados abaixo resumem perfeitamente a situação no ano agrícola relatado:

Produção classificada de algodão do Estado	27.849.056	— Kls.
Procedente de outros Estados	13.931.177	— Kls.
Total da classificação	41.780.233	— Kls.
Resíduo	171.725,5	— Kls.
Lintier	470.311,0	— Kls.

Algodão exportado para portos nacionais	31.877,474	— Kls.
Algodão exportado para prtos estrangeiros	3.715.222,5	— Kls.
Resíduo de Beneficiamento exportado durante a safra 1941/42	329.660	— Kls.
Algodão consumido nas Fábricas do Estado	4.047.216,5	— Kls.
Diversos produtos classificados para exportação	12.249.715,	— Kls.
Resíduo recebido de outros Estados	207.521	— Kls.

Secção de Mostruários — Empreendeu ainda o D. C. P. A. P. a organização de uma Secção de Mostruários, na qual figurarão amostras de todos os produtos paraibanos sujeitos ou não á classificação, serviço já iniciado.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

APURAÇÃO TOTAL DA SAFRA 1941/42

ALGODÃO CLASSIFICADO

POR TIPO

TIPOS	FARDOS	QUILOS
2	14.744	2.691.461,5
3	65.766	11.767.518,0
4	53.909	8.805.370,5
5	23.991	3.684.324,5
6	3.965	656.469,5
7	893	152.494,5
8	168	29.751,0
9	22	3.807,5
Refugo	337	56.859,0
TOTAL GERAL	163.795	27.849.056,0

POR FIBRA

FIBRAS	FARDOS	QUILOS
Ab. 22/mm	337	56.859,0
24/26	859	149.894,0
26/28	18.537	3.121.991,5
28/30	2.511	521.913,0
29/30	18	3.244,0
30/32	29.980	4.489.993,0
32/34	52.226	8.624.772,0
34/mm	379	65.698,0
33/35	1.521	267.548,5
34/45	10.392	1.870.917,5
34/36	47.035	8.776.225,5
TOTAL GERAL	163.795	27.849.056,0

VISTO:

Organizado por

Alberto de Miranda Henriques,

Diogo Cavalcanti de Albuquerque,

Diretor.

Funcionário do D. C. P. A. P.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS

APURAÇÃO TOTAL DA SAFRA 1941/42

ALGODÃO PROCEDENTE DE OUTROS ESTADOS

POR TIPO

TIPOS	FARDOS	QUILOS
2	21.581	27.145
3	260	2.264.466
4	53.098	5.518.052,9
5	40.389	4.412.678,2
6	12.410	1.206.312,4
7	4.243	349.513,5
8	1.129	86.964
9	288	21.236
Refugo	457	44.809
TOTAL GERAL	133.855	13.931.177,0

POR FIBRA

FIBRAS	FARDOS	QUILOS
24/26	404	34.403,5
26/28	2.596	239.544,0
28/30	2.564	224.748,0
30/32	56.527	5.937.646,5
32/34	65.892	6.889.605,5
34/35	5.403	559.381,5
24/25	12	1.039,0
Refugo	457	44.809,0
TOTAL GERAL	133.855	13.931.177,0

VISTO:

Organizado por

Alberto de Miranda Henriques,

Diogo Cavalcanti de Albuquerque,

Diretor.

Funcionário do D. C. P. A. P.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ÁGRO-PECUÁRIOS

ALGODÃO EXPORTADO PARA PORTOS NACIONAIS DURANTE A SAFRA 1941/42

POR TIPO

TIPOS	FARDOS	QUILOS
2	21.329	3.802.141,5
3	62.975	11.490.583,5
4	59.029	10.004.295,0
5	33.471	5.026.936,0
6	5.597	880.350,0
7	2.174	343.737,0
8	1.028	157.634,0
Refugo	459	89.011,5
TOTAL GERAL	186.455	31.877.474,0

POR FIBRA

FIBRA	FARDOS	QUILOS
Ab. 22/mm	459	89.011,5
22/24	1	96,0
24/26	3.009	459.772,0
26/28	15.033	2.552.658,5
28/30	1.672	275.739,0
30/32	44.654	6.861.561,0
32/34	58.743	9.458.694,0
34/mm	2.637	482.852,0
34/36	60.247	11.697.090,0
TOTAL GERAL	186.455	31.877.474,0

VISTO:

Organizado per

*Alberto de Miranda Henriques,**Diôgo Cavalcanti de Albuquerque,*

Diretor:

Funcionário do D. C. P. A. P.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ÁGRO-PECUÁRIOS

ALGODÃO EXPORTADO PARA PORTOS ESTRANGEIROS DURANTE A SAFRA 1941/42

POR TIPO

TIPOS	FARDOS	QUILOS
2	1.589	299.665,5
3	8.165	1.439.479,5
4	7.601	1.343.309,0
5	1.399	293.784,5
6	10	1.799,0
Refugo	1.805	337.185,0
TOTAL GERAL	20.569	3.715.222,5

POR FIBRA

FIBRA	FARDOS	QUILOS
Ab. 22/mm	1.805	337.185,0
26/28	3.712	551.774,0
30/32	900	165.452,5
32/34	3.937	721.158,0
34/mm	512	95.119,0
33/35	1.014	199.313,5
34/35	1.974	348.853,0
34/36	6.715	1.296.467,5
TOTAL GERAL	20.569	3.715.222,5

VISTO:

Organizado por

Alberto de Miranda Henriques,

Diógo Cavalcanti de Albuquerque,

Diretor.

Func. do D. C. P. A. P.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ÁGRO-PECUÁRIOS

ALGODÃO CONSUMIDO PELAS FÁBRICAS DE TECIDOS DO ESTADO

<i>FÁBRICAS</i>	<i>QUILOS</i>
Fábrica de Tecidos "Rio Tinto"	2.176.150,5
Fábrica de Tecidos "Tibirí"	1.113.783,0
Fábrica de Tecidos "Marques de Almeida & Cia."	287.695,0
Fábrica de Fios "Arenópolis"	239.308,0
Fábrica de sacos S/A Indústria Têxtil de Campina Grande . .	230.280,0
TOTAL GERAL	4.047.216,5

RESÍDUO DE BENEFICIAMENTO EMBARCADO PARA PORTOS NACIONAIS, DURANTE O ANO AGRÍCOLA 1941/42

Pernambuco	128.765 Kls.
S. Paulo	114.058 "
Rio de Janeiro	74.736 "
Baía	12.101 "
TOTAL GERAL	329.660 Kls.

RESÍDUO DE BENEFICIAMENTO RECEBIDO DE OUTROS ESTADOS, DURANTE O ANO AGRÍCOLA DE 1941/42

Rio Grande do Norte	83.251 Kls.
Ceará	73.778 "
Pernambuco	38.706 "
Alagóas	11.786 "
TOTAL GERAL	207.521 Kls.

VISTO:

Organizado por

Alberto de Miranda Henriques,

Diôgo Cavalcanti de Albuquerque,

Diretor.

Func. do D. C. P. A. P.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

APURAÇÃO TOTAL DA SAFRA 1941/42

DIVERSOS PRODUTOS CLASSIFICADOS PARA EXPORTAÇÃO

<i>PRODUTOS</i>	<i>QUILOS</i>
Mamona	5.088.669
Batatinha	2.251.220
Farinha de Mandioca	1.287.135
Caroá	1.055.008
Feijão	611.086
Couros de boi	477.361
Péles de cabra	475.742
Péles de animais silvestres	219.023
Péles de carneiro	205.492
Laranjas	195.180
Milho	127.870
Cócos	109.214
Péles de cabrito	30.116
Abacaxi	28.460
Banana	25.936
Oiticica	23.915
Carnaúba	20.695
Fibras de Abacaxi	10.079
Abacate	3.430
Cebóla	2.300
Arroz	1.784
<hr/>	
TOTAL GERAL	12.249.715

VISTO:
Alberto de Miranda Henriques,
Diretor.

Organizado por
Diogo Cavalcanti de Albuquerque,
Func. do D. C. P. A. P.

**MONTEPIO DO ESTADO DA
PARAÍBA**



O MONTEPIO do Estado da Paraíba, desde 9 de junho de 1942, encontra-se sob o regime da reforma projetada pelo dr. Paulo da Câmara, conforme decreto-lei n.º 276, da mesma data.

O plano agora em vigor baseia-se no seguro social e é orientado dentro do que ha de mais moderno no assunto. A pensão, por exemplo, atribuida hoje aos beneficiários do segurado, não é mais a mesma para todos. Varia na razão do número de filhos, proporcionando-se ás famílias mais numerosas situação econômica em correspondência com os seus encargos. Assim, embora funcionários de uma mesma categoria, pagando prêmios iguais, se falecem, deixam aos beneficiários, não a mesma pensão, como outróra, mas uma renda que representa além da quota familiar fixa de 18%, mais 7% para cada beneficiário.

Também o seguro estende-se, no atual regime, a servidores do Estado e dos Municípios, mesmo os que se encontram sob o sistema de contrato. Dest'arte, o novo regime de previdência ampara, sem exceção, quantos empregam sua atividade no Estado ou no Município. O resultado dessa salutar reorganização exprime-se no grande número de servidores públicos inscritos depois da reforma, elevando-se para cerca de 3.000 a massa dos segurados.

De acôrdo com o balanço referente ao exercício de 1942, o patrimônio do Montepio é de Cr\$ 6.788.181,50, representado, na maior parte, por bens imóveis. Igualmente, no exercício de 1942 foi registrada um lucro líquido de Cr\$ 547.490,34.

Foi o seguinte o movimento das diversas carteiras, no exercício em referência :

Carteira de Emp. a Longo Prazo	1.339.440,30
Carteira de Emp. Rapido	2.013.542,80

**SECRETARIA DO INTERIOR
E SEGURANÇA PÚBLICA**



A SECRETARIA do Interior e Segurança Pública integra os seguintes órgãos que lhe são, administrativamente, subordinados :

- a) Departamento de Saúde
- b) Departamento de Educação
- c) Departamento Estadual de Estatística
- d) Departamento das Municipalidades
- e) Polícia Civil
- f) Polícia Militar
- g) Escola Profissional “Presidente João Pessoa”
- h) Imprensa Oficial
- i) Biblioteca Pública
- j) Arquivo Público
- k) Serviço de Assistência Social
- l) Abrigo de Menores Jesus de Nazaré

O serviço judiciário está, administrativamente, ligado a essa Secretaria.

Pondo em execução o pensamento do Governo, nos diversos setôres da sua esfera, a Secretaria do Interior colaborou nas seguintes iniciativas : construção do Manicômio Judiciário e do Grupo Escolar “Pedro Americo”, em Cabedêlo; início da edificação da Penitenciária Agrícola de Mangabeira; reforma e ampliações na Escola Profissional “Presidente João Pessoa”; adaptações no Palácio da Justiça.

Acompanhou as atividades das 40 Prefeituras do Estado, em permanente articulação com os seus problemas e iniciativas.

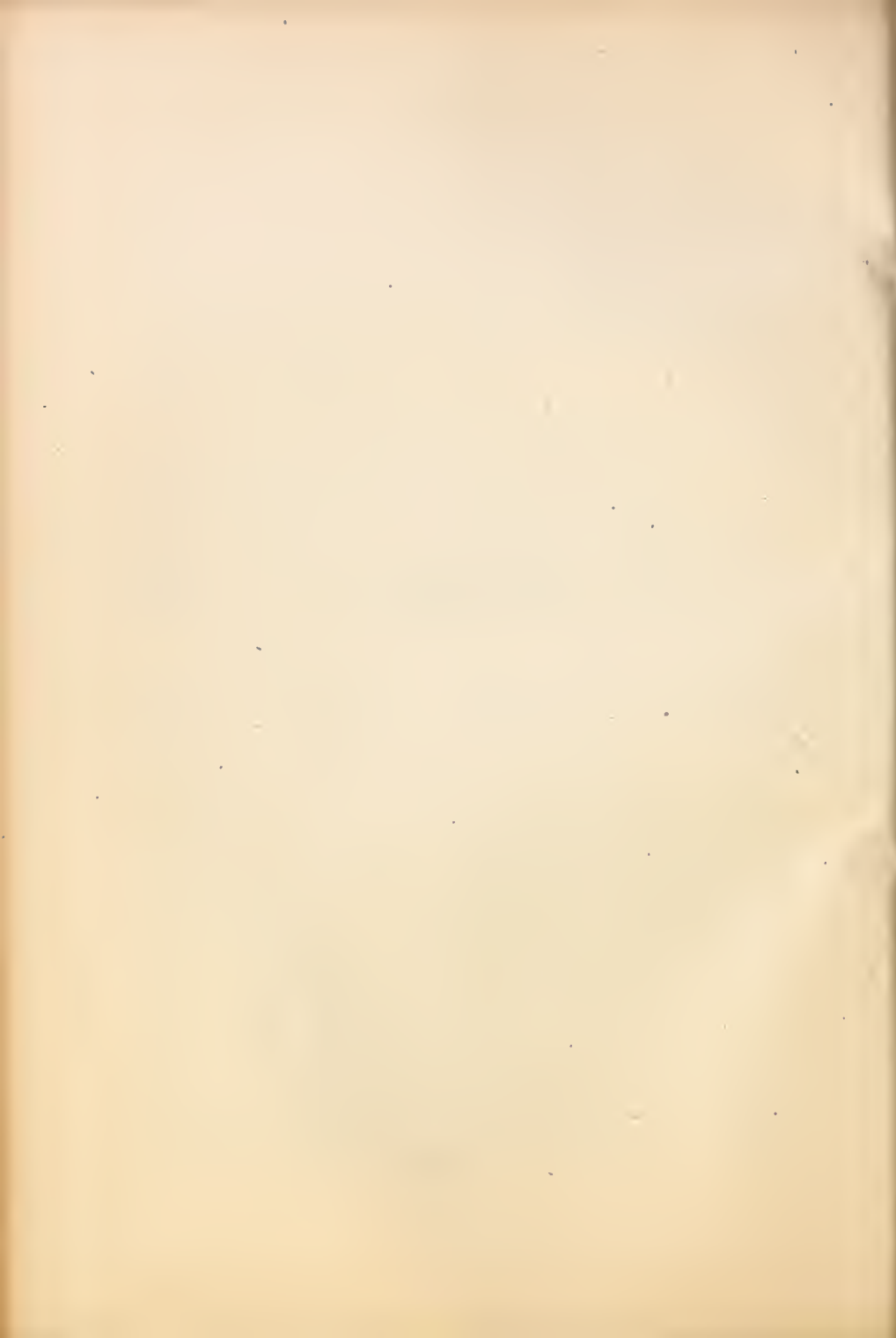
Promoveu um largo movimento de auxílios a instituições particulares de caráter educacional, cultural e social. Desenvolveu, com a possível amplitude, o serviço de Assistência Social. Projéto legislativo; pareceres sôbre assuntos jurídicos submetidos a decisão do Govêrno; exposições de motivos sôbre planos relativos aos diversos serviços que lhe estão subordinados, constituíram a soma de atividade mais relevante dêsse órgão da administração estadual.

Até 11 de dezembro de 1942 superintendeu, também, a Comissão Central de Abastecimento e a Comissão de Racionamento do Combustível. Razões de ordem técnica levaram o titular da Secretaria a propôr o desligamento daquêles serviços, sugerindo ficassem subordinados á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. A Interventoria anuiu á proposta, baixando, sôbre o assunto, o decreto-lei n.º 373, daquela data.

O Gabinête da Secretaria realizou o movimento de expedição e estudo de 9.735 processos, todos despachados, interlocutória ou definitivamente, pelo Secretário, além de 284 exposições de motivos, 8.369 ofícios, 607 telegramas e 23 circulares expedidos.

Pela Secção de Expediente processou o Gabinête o serviço de nomeações, remoções e exonerações de Prefeitos Municipais, funcionários da Justiça e da Polícia Civil, além de encaminhar, ao D.S.P., as propostas provenientes das repartições subordinadas, referentes áquêles atos que interessavam ao pessoal enquadrado no controle do aludido Departamento. Pela Secção de Contabilidade movimentou os processos de diárias, ajudas de custo, substituições, pagamento de vencimentos, adiantamentos, pagamento de contas, etc., na parte informativa e opinativa em que lhe cabia intervir para os esclarecimentos do Tesouro. O número de empenhos emitidos e processados elevou-se a 4.587, durante o exercício relatado.

JUSTIÇA



DADAS as circunstancias particularmente graves do momento que atravessamos merece especial relêvo o fato de terem decorrido com absoluta regularidade os serviços da justiça no Estado, os quais fôram em toda linha prestigiados pelo Poder Executivo. Referindo-se á anormalidade reinante na vida do país, no relatório que apresentou ao Tribunal de Apelação, salienta o Desembargador Presidente:

“... Desde 1939 assistimos ao conflito em que, depois de uma tregua de vinte anos, foi preciso combater de novo por que as instituições liberais pudessem sobreviver á ameaça de absorpção que repetia a tentativa de 1914.

Logo, porém, sentimos que a atitude de mera expectativa do desfecho da luta, então restrita ao velho mundo, devia ceder aos imperativos dos indeclináveis deveres de solidariedade continental e firmámos compromissos em honra dos quais tivemos que romper relações com os agressores de uma nação do continente para, logo depois, entrarmos em guerra, impelidos pela dura contingencia de repelir traiçoeira agressão á nossa própria soberania.

Participantes do conflito, os reflexos que a posição delicada e os novos deveres que assumimos projetariam necessariamente na vida nacional, não chegaram a perturbar a atividade do Poder Judiciário, que continuou a exercer normalmente sua função com a mesma serena e imparcial compreensão do lugar que ocupa em nosso organismo político”.

Dentro dessa orientação patriótica e avisado espírito público, o Tribunal de Apelação reabriu os seus trabalhos a 16 de janeiro, realizando durante o ano 228 reuniões assim distribuídas: pelo Tribunal Pleno 41 sessões ordinárias; pela 1.^a Câmara, 80 sessões ordinárias e 1 extraordinária; pela 2.^a Câmara, 80 ordinárias e 2 extraordinárias; e pela 3.^a Câmara, 23 sessões ordinárias e 1 extraordinária.

Tendo entrado em vigor o Código Nacional do Processo Penal, que suprimiu alguns dos recursos que contribuíram com apreciáveis parcelas para o total dos julgamentos no ano anterior, nem por isso foi menos apreciável o número de julgados em 1942. Durante as sessões proferiram-se 990 julgamentos, distribuídos pelos diversos órgãos do Tribunal de Apelação, movimento inferior ao do exercício passado em apenas 8 daquelas decisões. Para esse total de 990 a maior contribuição foi resultante das apelações criminais, em número de 180, seguindo-se-lhes os agravos cíveis, com 166; as revisões criminais, com 148; e as apelações cíveis, com 143.

A estatística dos feitos registou a entrada no Tribunal de 998 recursos e processos diversos. Quanto à procedência verifica-se que a comarca da capital concorreu com a maior parcela, 453 feitos; Campina Grande, com 76; Piancó, com 34; Mamanguape, com 31; Ingá, com 26; Laranjeiras, com 22; e Itabaiana, com 21. As outras comarcas contribuíram com parcelas inferiores a 20, sendo que de Taperoá nenhum feito deu entrada no Tribunal. Apesar do vulto desse trabalho foi o mesmo mantido rigorosamente em dia, desincumbindo-se cada um dos membros do Tribunal de sua função, no processo e julgamento dos feitos, dentro dos prazos legais que, na maioria das vezes, não chegavam a ser utilizados, registando-se, por isso, o jul-

gamento de varios recursos decorridos apenas 8 a 10 dias de sua entrada no Tribunal.

Não sofreu alteração o quadro de desembargadores no exercício relatado. Na magistratura da primeira instância verificaram-se três promoções para entrância superior e oito remoções na mesma entrância.

Para preenchimento de vagas nas comarcas de primeira entrancia realizaram-se concursos a 18 de março, 28 de julho e 17 de novembro. Ao primeiro, para as comarcas de Jatobá e Bonito, concorreram dois candidatos sendo apenas classificado um, nomeado para a comarca de Jatobá. Ao segundo, para a comarca de Bonito, concorreu um só candidato, em quem recaiu a nomeação. Ao terceiro, para as comarcas de Brejo do Cruz e Teixeira concorreram três candidatos, dos quais dois foram classificados e nomeados.

A disciplina do fôro se exerceu com a mesma eficiência pela 3.^a Câmara, que examinou com o devido cuidado e o interêsse que a sua ação moralizadora requer, as denúncias e reclamações trazidas ao seu conhecimento sempre com o melhor proveito para o serviço da justiça.

A Corregedoria Geral, entregue a um magistrado integro e diligente, colaborou eficazmente nêsse trabalho, sempre com o melhor proveito para o serviço a seu cargo.

A Procuradoria Geral, por sua vez, desincumbiu-se brilhantemente das suas atribuições, colaborando com os trabalhos realizados pelo Tribunal. O Ministério Público teve um defensor reto e inteligênte, que tem sabido se destacar por uma exemplar compreensão de deveres. A Procuradoria ofereceu em 1942, além dos pareceres emitidos verbalmente, 631 pareceres escritos.

Tiveram prosseguimento intensivo os trabalhos de ampliação do Palácio da Justiça, iniciados no ano an-

terior, com os quais o Govêrno, correspondendo aos esforços do presidente do Tribunal, procurou instalar condignamente os serviços judiciários da capital. Ficou concluída a primeira parte das obras relativas á ampliação e adaptação do prédio onde já funciona o Tribunal, tendo entrado em execução o mobiliário destinado ao salão do Juri.

Correram em perfeita ordem e em correspondência com os trabalhos de julgamento daquela côrte judiciária os respectivos serviços de administração. Pelo gabinete da Presidência verificou-se que, além da correspondência e dos atos expedidos em cumprimento a decisões do Tribunal, foi despachado grande número de petições, inclusive 52 interpondo recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, e processados 32 pedidos de licença. Pela Secretaria fôram extraídas 194 certidões, confeccionadas 237 atas, expedidos 266 editais, organizados 202 autos suplementares e registrados todos os acordãos proferidos pelo Tribunal e pareceres emitidos pelo Procurador Geral.

O material foi aumentado com a aquisição de um fichario de aço, dotado de seis unidades e com capacidade para 18.000 fichas.

Teve curso a publicação da "Revista do Fôro", dedicada á divulgação das atividades do Tribunal.

Conselho Penitenciário

Decorreram igualmente com toda regularidade e real proveito para os interesses da justiça os trabalhos do Conselho Penitenciário do Estado em 1942.

Com o mesmo zelo e compenetração de seus deveres, esse órgão realizou 22 sessões ordinárias e 10 extraordinárias, durante as quais emitiu parecer sobre 132 processos submetidos á sua apreciação, sendo que

o maior número destes se prendia a pedidos de livramento condicional.

O movimento na Secretaria acusou a expedição de 1.097 ofícios, telegramas e certidões e o recebimento de 507; fornecimento de 203 informações; e a extração de 268 copias de atas, cartas de guias de sentenças liberadoras e copias de termos de liberação.



SAÚDE PÚBLICA



POR decreto-lei n.º 348, de 3 de Novembro de 1942, passou a denominar-se Departamento de Saúde, a antiga Diretoria Geral de Saúde do Estado, sem contudo ter sofrido qualquer alteração em sua estrutura geral, continuando com a seguinte organização:

- a) Serviços gerais no Estado;
- b) Serviços no município da Capital;
- c) Serviços no interior.

Os serviços gerais no Estado se desdobram em: Administração Geral; Bio-estatística e Propaganda Sanitária; Fiscalização do Exercício Profissional; Laboratórios; Hospital Colônia de Psicopatas e Leprosário.

Centralizados no município da Capital, contam-se os seguintes: Centro de Saúde de João Pessoa; Maternidade; Sub-Pôsto de Alhandra; Pôsto de Higiene de Cabedêlo.

O Centro de Saúde de João Pessoa teve as suas atividades desenvolvidas num largo plano de alta eficiência e beneficio para a coletividade, assim discriminado: Epidemiologia e Verificação de Óbitos; Higiene da Criança; Cozinha Dietética; Cantina Maternal; Profilaxia da Tuberculose; Profilaxia da Sífilis e Doenças Venéreas; Dispensário Noturno Anti-Venéreo; Profilaxia da Lepra; Profilaxia das Endemias Rurais e Higiene do Trabalho; Higiene da Alimentação e Polícia Sanitária e Enfermagem de Saúde Pública.

No interior do Estado contavam-se 9 Postos de Higiene, localizados nos seguintes municípios: Campina Grande, Areia, Alagôa Grande, Itabaiana, Guarabi-

ra, Patos, Bananeiras, Cajazeiras e Mamanguape. Dirigidos por médicos do quadro do Departamento de Saúde, êsses Postos executaram as suas atividades no duplo sentido da medicina preventiva e curativa ou assistência hospitalar.

Em resumo, todos os serviços sanitários do Estado tentam, tanto quanto possível, seguir a orientação adotada pelo Departamento Nacional de Saúde, com o qual temos mantido estreita colaboração.

1 — SERVIÇOS GERAIS NO ESTADO

I — Bio-Estatística e Propaganda Sanitária

Estatística Vital (Capital, 1942)

Casamentos	642
Nascidos vivos	3.047
Nascidos mortos	164
Óbitos de 0-1 ano	769
Óbitos em geral	2.205

II — Fiscalização do Exercício Profissional

Diplomas registrados	8
Licenças de farmácias, drogarias, laboratórios, etc.	31
Revalidações de licenças de farmácias, drogarias, laboratórios, etc.	166
Transferências de farmácias, drogarias, etc.	1
Termos de responsabilidade	3
Contratos	1
Livros de farmácias rubricados	6
Guias de requisições, blocos e mapas de entorpecentes fornecidos	1.038
Guias para requisição de entorpecentes visadas e registradas	105
Receitas de entorpecentes visadas e registradas	2.783
Balanço de mapas de entorpecentes recebidos	727
Guias para a Recebedoria de Rendas	17
Correspondências expedidas	574
Correspondências recebidas	262
Requerimentos despachados	64
Intimações feitas	13
Autos de infração	1
Publicações feitas	2
Certificados de Enfermeiras expedidos e registrados	13
Autos de apreensão	7
Visitas às farmácias	195



Maternidade "Candida Vargas", de João Pessoa — Vista geral do edifício em construção.



III — Laboratórios

LABORATÓRIO BACTERIOLÓGICO

a) Secção de Pesquisas

Exames de urina	8.614
Exames de escarro	325
Exames de sangue	3.242
Exames de fezes	11.826
Secreções	1.332
Líquor	1
TOTAL	25.340
Vacina antitífica (doses)	42.056
Vacina antivariólica	12.835

b) Secção antirábica e vacinogénica

Pessoas atendidas	397
Matrículas	264
Altas	82
Abandonaram o tratamento	57
Existem em tratamento	127
Injeções aplicadas	3.490
Coelhos inoculados	33
Vitêlos inoculados	6
Tubos de linfa preparados	29.590
Tubos de linfa fornecidos	26.140
Tubos de linfa em depósito	3.550
Polpa em depósito	340,0

LABORATÓRIO BROMATOLÓGICO

Análises prévias	43
Exames fiscais	1.017
Exames de classificação	14
Produtos julgados impróprios em análise prévia	2
Produtos julgados impróprios em exame fiscal	795

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO

a) Secção de manipulação

Fórmulas-aviadas	49.698
----------------------------	--------

b) Secção de hipodermoterapia

Empôlas fabricadas

Empôlas de água bi-distilada	4.147
Empôlas de bismuto	24.975

Empólas de clorêto de cálcio	8.995
Empólas de emetina	1.150
Empólas de esparteína	1.160
Empólas de gluconato de cálcio	3.180
Empólas de iodêto de sódio	4.090
Empólas de óleo eanforado	5.825
Empólas de oxi-cianêto de mercúrio	5.150
Outras	100
TOTAL	64.542

IV — Hospital Colônia de Psicopatas “Juliano Moreira”

Despêsas gerais — As despêsas com a manutenção da assistência a psicopatas, durante o ano de 1942, elevaram-se a Cr\$ 344.265,40, havendo em relação ao ano anterior, um aumento de verba correspondente a Cr\$ 45.507,30.

Movimento de doentes: — Pelo quadro demonstrativo abaixo pode-se verificar todo o movimento de doentes durante o exercício de 1942:

Doentes vindo do ano anterior	218
Doentes internados	404
Obtiveram alta	298
Falecimentos	116
Doentes que passaram para o ano seguinte	208
Fôram atendidos em ambulatório	1.460

Laboratório: — O Laboratório de pesquisas clínicas do Hospital Colônia funcionou com toda a regularidade e satisfêz plenamente todos os pedidos que lhe fôram feitos.

O quadro demonstrativo abaixo evidencia todo o movimento do Laboratório:

Reações de Wassermann — no sangue	507
Reações de Muller — no sangue	168
Reações de Wassermann — so liquor	159
Reações de Muller — no liquor	38
Reações de Pandy — no liquor	197
Reações de Nony — no liquor	197



Maternidade "Candida Vargas" — Vista lateral



Reações de Weichbrodt — no liquor	197
Reações de Takata-Ara — no liquor	197
Reações de Benjoin — no liquor	197

EXAMES GERAIS :

Albuminose	89
Linfocitose	23
Pesquisas de hematozoários	45
Exames de esgarros	19
Exames de fézes	36
Exames de urina	171
Exames de sangue — total	715
Função lombar e sub-occipital — total	217

Maternidade “Candida Vargas”

Demos início em 1942 á construção da Maternidade “Candida Vargas”, empreendimento de notavel significação, que a Paraíba ficará a dever a V. Excia. pelo interesse sempre solícito com que tem encarado os nossos principais problêmas.

Incluida no plano que se traçou o Ministério de Educação e Saúde, de construir maternidades regionais em todo o país, e realizada com a cooperação do Estado, essa grande obra foi iniciada em fevereiro do exercício prefalado, estando atualmente os seus serviços, — sob a orientação do Prefeito da Capital. — consideravelmente adiantados.

Para o custeio das obras, o Governo Central destinou, no ano findo, um crédito na importância de Cr\$ 800.000,00 salientando-se o auxílio do Estado que correu com o montante de Cr\$ 430.000,00.

O edifício, em moderno estilo arquitetônico, construído sôbre uma estrutura de concreto, está situado na zona hospitalar da cidade, dispondo de uma área de 12.000ms², dos quais cerca de 5.000 ocupados pelas construções. Dotado de 2 pavimentos, de 2.500ms² respectivamente, o acêso do primeiro, onde ficam as salas de operação e partos, ao segundo, além

de escadas, é feito por meio de uma rampa, evitando-se assim o emprego de elevadores, cuja instalação nas circunstâncias atuais seria extremamente despendiosa. Contará a Maternidade "Candida Vargas" 14 enfermarias para indigentes e 11 quartos para pensionistas, com uma capacidade total de 120 leitos. Completam o edifício, como peças mais importantes, as seguintes dependências: duas salas de partos, duas salas de operação; um berçário; compartimentos para administração; laboratório; farmácia; capéla; instalação de lavanderia; cosinha e garage, além de uma secção completa para serviço ambulatório pré-natal e lactário.

Intensificados os trabalhos de construção, pôde-se, em 31 de dezembro último, concluir toda a estrutura de concreto e alvenaria, cobertura e fôrro do segundo pavimento e a montagem dos marcos e caixas das esquadrias. Procedeu-se á instalação dos condutores da rêde elétrica, telefonica e de campainha, tendo sido feita ainda a impermeabilização dos pisos no primeiro pavimento. Por último, fôram iniciadas as obras de pavimentação e revestimento geral do prédio. Até aquela data despenderam-se nêsses serviços Cr\$. . . 980.000,00.

Prosegue ativamente a construção da Maternidade que, o mais tardar, a 19 de abril de 1944, deverá ser inaugurada e entrar em funcionamento como centro do sistema hospitalar da capital paraibana.

Manicômio Judiciário

Quasi concluído em 31 de dezembro de 1942, o Manicômio Judiciário se destina ao internamento de alienados delinquentes e aos criminosos que se tornarem doentes mentais e necessitem de tratamento especial.

E' um estabelecimento que vem resolver um dos mais sérios problemas médico-sociais do Estado e sôbre



Maternidade "Candida Vargas", de João Pessoa — Detalhe da construção.



ser uma necessidade inadiável em face da nova legislação penal brasileira, virá concorrer para afastar do Hospital Colônia "Juliano Moreira" e da Casa de Detenção os doentes mentais e criminosos anormais cuja punição não se enquadra nos moldes comuns aplicáveis á generalidade dos infratores da lei.

Empreendimento no qual fôram aplicadas verbas no total de cerca de 600.000 cruzeiros, o Manicomio Judiciário terá capacidade para 53 doentes. O edificio é uma construção moderna, de dois pavimentos: no primeiro, estão dispostos 2 enfermeiras, 4 banheiras, 6 WC, 4 células surdas, 8 células comuns, almoxarifado, gabinete médico, sala de exames e curativos, sala de antropometria, dormitório para o plantão, refeitório, copa e cozinha; no segundo, contam-se 2 enfermarias, 4 banheiros, 4 WC, 11 células, rouparia, laboratório, diretoria, secretaria, hall, quarto de plantão, bibliotéca e sala de estudos. Todas as dependências descritas estão providas de circulação para maior facilidade de vigilancia.

Circunda o edificio um muro com a altura de 4 metros, assegurando assim um pateo para os doentes sem perigo de fuga.

Com o melhor material disponivel foi executado o seu acabamento, sendo observados com rigôr os princípios de insolação, ventilação e saneamento.

Hospital para Doentes Mentais Agudos e Pavilhão "Henrique Roxo"

Iniciado no ano findo e já em conclusão, o Hospital para Doentes Mentais Agudos acha-se intimamente relacionado com o problema do Hospital "Juliano Moreira", a que está anexo, e terá capacidade para 63 doentes. E' constituido de duas grandes enfermarias, duas enfermarias menores para isolamento e para doenças intercorrentes, 12 células individuais e instalações sanitárias.

Completando o aparelhamento de assistência a psicopatas na Paraíba, foi ainda construído, junto ao Hospital para Doentes Agudos, um pavilhão que recebeu o nome de Henrique Roxo em homenagem a êsse grande vulto da psiquiatria brasileira. O Pavilhão "Henrique Roxo" ficou assim constituído :

Parte externa — dois apartamentos, com dois leitos cada um, destinados ao tratamento dos pequenos psicopatas que não necessitem de um internamento prolongado; um salão de espera para fichário de doentes do Serviço Aberto e Ambulatório; uma sala para injeções e curativos; um gabinete médico para consultas e outro para exames clínicos. **Parte interna** — duas enfermarias com 30 leitos, destinadas aos doentes mentais comuns; duas enfermarias afastadas para doentes portadores de molestias infecciosas (essas duas enfermarias são revestidas de azulejos e dispõem de instalação sanitária completa e independente); onze quartos individuais para agitados; um refeitório; uma grande área interna (pateo) destinada aos doentes internados. Destaca-se ainda no conjunto dessas instalações um ambulatório no qual serão atendidos os menores que sofram de perturbações mentais.

Cantina Maternal

Inaugurada a 21 de fevereiro de 1942, destina-se a "Cantina Maternal" ao fornecimento de alimentação às gestantes pobres que frequentam o Dispensário de Higiene Pré-Natal do Centro de Saúde de João Pessoa.

Foram matriculadas na "Cantina Maternal" durante o ano de 1942, 44 gestantes, tendo sido distribuídas 8.473 refeições.

Representa a "Cantina Maternal" uma organização anexa ao Dispensário de Higiene Pré-Natal, o qual além de prestar os benefícios assistenciais ligados à sua própria finalidade de proteger a maternidade,



Manicomio Judiciário — Fachada principal



procura levar, também, aos lares pobres a educação das futuras mães no sentido de salvaguardar a saúde da criança nos diferentes períodos de sua existência, especialmente no período da primeira infância, ministrando-lhes, por meio de palestras e conselhos, as úteis noções de puericultura.

A “Cantina Maternal”, que se reveste de elevada significação social e humanitária, vem ao encontro da campanha em que se acha empenhado o Governo em defesa da maternidade e da infância.

Na Paraíba êsse problêma vem sendo perfeitamente compreendido pelos poderes públicos que dispensam ao mesmo a mais inteira assistência.

Concurso de robustez — Com o sentido de colaborar com o movimento nacional de amparo á maternidade e á infância, a Interventoria não descurou o importante problêma da alimentação infantil que permite ás crianças um desenvolvimento normal e sadio.

Por ocasião da comemoração da “Semana da Criança”, promovida anualmente a 12 de outubro, o Centro de Saúde de João Pessoa fez realizar o “Concurso de Robustez” entre as crianças matriculadas no serviço de Lactário e Dietética Infantil, tendo-se verificado, de maneira categorica e brilhante, a eficiência do serviço através dos resultados obtidos no concurso. Das 300 crianças matriculadas no Dispensario de Higiêne Infantil e que receberam leite e regimens de alimentação do Lactário, 50 fôram classificadas no “Concurso de Robustez”.

O Rotary Clube de João Pessoa, aliando-se ás comemorações da “Semana da Criança”, promoveu uma solene reunião durante a qual o dr. Janduhy Carneiro, diretor do Departamento de Saúde, pronunciou substanciosa conferência sôbre o problêma da mortalidade infantil em João Pessoa. Fez ainda distribuir

entre as 6 primeiras crianças classificadas um prêmio de cem cruzeiros e cinco de cinquenta.

Aos últimos quarenta e quatro concorrentes foram distribuídos outros prêmios pelo Departamento de Saúde e Prefeitura da Capital.

V. — Colônia “Getúlio Vargas”

Este importante setor da organização anti-leprotica do Estado vem funcionando regularmente desde a sua inauguração, proporcionando aos doentes isolados desvelada assistência médico-social de acôrdo com os ensinamentos da leprologia moderna.

Despesas gerais — Com a manutenção da Colônia “Getúlio Vargas” o govêrno do Estado despendeu Cr\$ 185.500,00; havendo em relação ao ano anterior um aumento de verbás correspondente a Cr\$ 37.500,00.

Movimento de internação — Apesar de não se haver concluído o censo de leprosos no Estado, como era intenção do Serviço Nacional de Leprea, foi relativamente grande o número de casos novos que procuraram o Isolamento.

Durante o ano de 1942 processou-se o seguinte movimento de internação:

M E S E S	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	TOTAL	ÓBITOS
Janeiro	28	21	2	51	0
Fevereiro	28	21	2	51	0
Março	30	20	2	52	2
Abril	30	20	2	52	0
Maió	30	21	2	53	0
Junho	30	25	2	57	0
Julho	32	26	2	60	0
Agosto	32	28	2	60	0
Setembro	35	26	2	63	0
Outubro	34	26	2	62	0
Novembro	35	26	2	63	0
Dezembro	35	26	2	63	0



Manicômio Judiciário, (João Pessoa) — Vista lateral



MEDICAÇÕES REALIZADAS: de Janeiro a Dezembro de 1942:

Injeções de Antilebrina	2.978	Empólas
Injeções de G. de Cálcio	993	"
Injeções de Hipossulfito de sódio	249	"
Injeções de sulfanilvacina	216	"
Injeções de betavitina	93	"
Injeções de dolantina	3	"
Injeções de beglucil	15	"
Injeções de ovariotrat	71	"
Injeções de salicilato de sódio	7	"
Injeções de Piobater	207	"
Injeções de emobion	8	"
Injeções de gaduzan	35	"
Injeções de vitarcom	9	"
Injeções de chamoetil	78	"
Injeções de fosfobismól	8	"
Injeções de Naiodina	8	"
Injeções de naiobi	5	"
Injeções de biormonio	3	"
Injeções de óleo purificado	10	"
Injeções de éter cresotado	12	"
Injeções de soro anti-tetanico	3	"
Injeções de iobil	18	"
Injeções de liposterol	30	"
Injeções de sinalgan	20	"
Injeções de cetavitona	162	"
Injeções de óleo canforado	30	"
Injeções de coramina	22	"
Injeções de vitamina A	89	"
Injeções de vitamina B	233	"
Injeções de vitamina D	10	"
Injeções de alergina	50	"
Injeções de calmestrol	12	"
Injeções de cortanecron	19	"
Injeções de epaneurim	73	"
Injeções de kalgem	150	"
Injeções de superglicose	10	"
Injeções de sincortil	21	"
Injeções de soro lipotonico	5	"
Injeções de formino-destrose	8	"
Injeções de theion — 40	6	"
Injeções de organo gástrico	16	"
Injeções de organo hepático	6	"
Injeções de blodina	4	"
Injeções de clicose	5	"

Construções novas: Afim de melhorar o estado Sanitário, da Colônia mandámos construir, por solicitação da Diretoria, um fôrno de incineração para lixo, dependendo os cofres estaduais nêsse melhoramento cerca de Cr.\$ 30.000,00. Foi inaugurado em 19 de abril.

Igualmente, visando melhor atender às necessidades dos seus serviços, o Govêrno do Estado financiou a instalação do almoxarifado e parte do laboratório de pesquisas da Colônia, montando as despêsas em cerca de Cr\$ 10.000,00.

Vida social da Colônia: Compreendendo o sentido humano que deve norrear a campanha contra o mal de Hansen, a Interventoria tem procurado cercar os doentes internados de carinhosa assistência, proporcionando-lhes na Colônia um ambiente de relativo conforto.

Durante o ano de 1942 realizaram-se 3 casamentos entre internados.

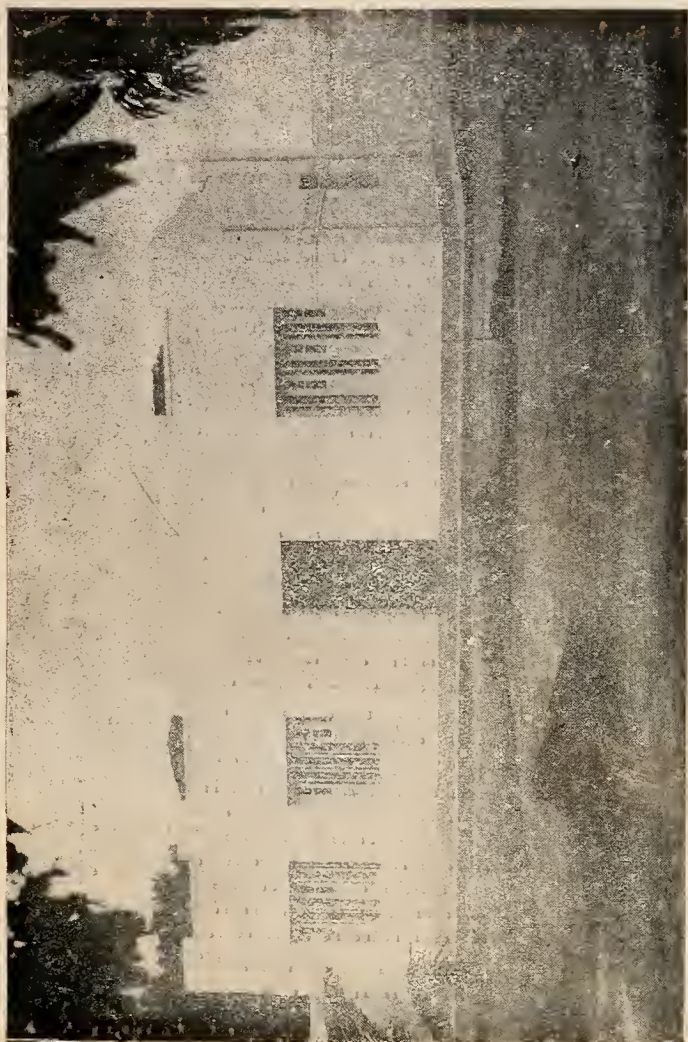
Considerando a grande utilidade que desempenha o trabalho na vida do leproso isolado (terapêutica ocupacional), foi instituído na Colônia o regimen de trabalho remunerado, podendo os doentes com seus próprios esforços prover às necessidades de suas famílias.

Além do interesse do Govêrno, neste sentido temos a destacar a atuação da Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defêsa Contra a Lepra, núcleo social constituído por destacados elementos de nossa sociedade, que não tem medido esforços na meritória obra de amparo às famílias dos internados.

Preventório

Eunice Weaver

Nas imediações da Colônia Getúlio Vargas funciona o Preventório Eunice Werver, instituição mantida pela Sociedade de Assistência aos Lazaros e Defêsa Contra a Lepra com a finalidade de amparar os filhos sadios dos Hansenianos. Subvencionado pelo Govêrno



Pavilhão "Henrique Rôvo" — Vista externa.



Federal e auxiliado pelo Estadual, o Preventório, em 1942, recolheu e abrigou 19 crianças, dispensando-lhes o tratamento adequado, compreendendo assistência médica, dentária e educacional.

Deve-se a organização dêsse útil empreendimento na Paraíba ao generoso espírito de d. Eunice Weaver, a ilustre patrícia que tantos distinguidos e nobres serviços tem prestado á causa dos que sofrem.

No seio da sociedade conterrânea o entusiasmo da abnegada batalhadora encontrou ressonancia de modo a ficar assegurados a continuidade e o desenvolvimento da obra iniciada com patriotica e benemerita dedicação.

2 — SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DA CAPITAL

1) CENTRO DE SAÚDE DE JOAO PESSÓA

Administração

Carteiras de saúde expedidas	1.203
Carteiras de saúde reválidas	783
Inspeções de saúde	528

EPIDEMIOLOGIA

Notificações	4.879
Imunização contra febre tífica	8.942
Vacina contra variola	2.118
Vacina contra difteria	2
Vacina pelo BCG	1.262

INVESTIGAÇÕES FEITAS

Tifoide	125
Paratifoide	3
Disenteria amebiana	373
Difteria	21
Coqueluche	15
Gripe	13
Varicela	59
Paludismo	3.738
Tuberculose	518
Lepra	1
Parotidite	17
Encefalite	1
TOTAL	4.879

HIGIENE DA CRIANÇA

a) *Secção Pré-Natal*

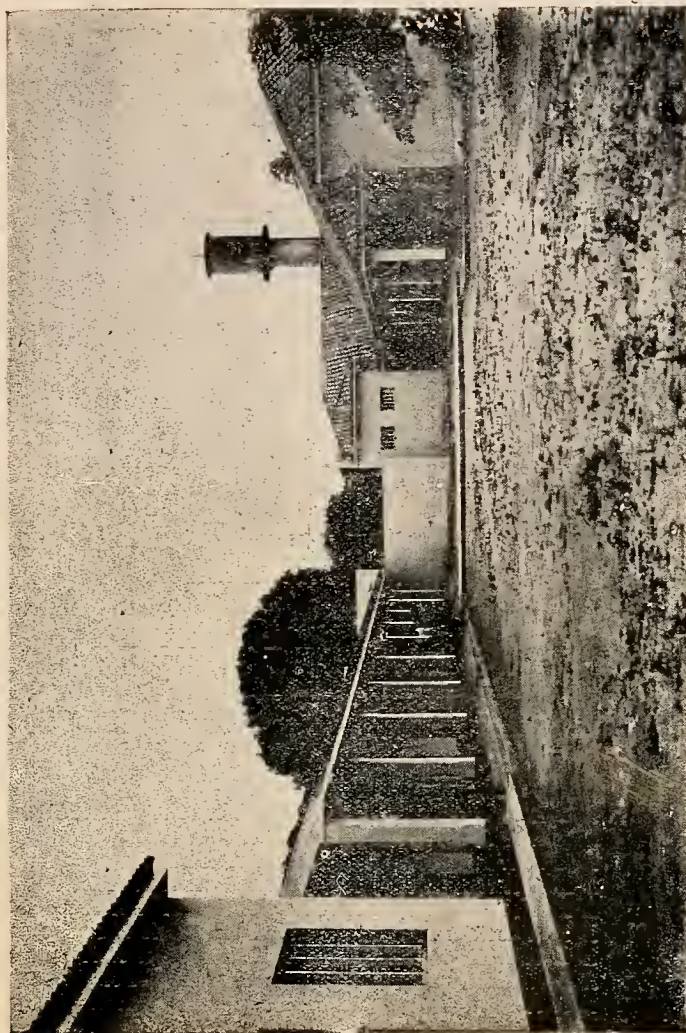
Matriculas	960
Atendidos	11.405
Receitas	3.337
Injeções	9.759
Exames de laboratório	1.968
Medicados contra verminose	12
Consultas	426
Curativos	5
Reexames	89
Tiveram crianças em domicílio	162
Tiveram crianças na Maternidade	44
Matriculados na Cantina Maternal	44
Atendidos pela Cantina Maternal	8.473
Tiveram alta do serviço	29.

b) *Secção de Lactentes :*

Matriculas	1.429
Atendidos	38.349
Receitas	4.174
Injeções	15.592
Enviados á Cozinha Dietética	220
Enviados a Oto-rino-laringologista	105
Enviados a Olhos	177
Enviados a outros serviços	205
Exames de laboratórios	654
Consultas	6.694
Curativos	4.983
Medicados contra paludismo	541
Medicados contra verminose	628
Pequenas intervenções	156

c) *Secção de Pré-Escolares:*

Matriculas	686
Atendidos	11.245
Receitas	1.579
Injeções	6.949
Enviados a Oto-rino-laringologista	1
Enviados a Olhos	3
Enviados a outros serviços	2
Exames de laboratório	345
Consultas	2.569
Curativos	1.646
Medicados contra paludismo	100
Medicados contra verminose	167
Pequenas intervenções	5



Pavilhão "Henrique Rôco" — Vista interna.



d) *Secção de Escolares*

Matrículas	971
Atendidos	13.829
Receitas	4.313
Injeções	504
Enviados a Oto-rino-laringologista	642
Enviados a outros serviços	1.329
Enviados a Olhos	193
Exames de laboratório	2.959
Consultas	7.650
Curativos	3.680
Medicados contra verminose	660
Medicados contra paludismo	112
Vacinação antivariólica	232
Atestados de vacina	1.774
Amigdanoidectomia	38
Adenoidectomia	6
Pequenas intervenções	16

Clinica Dentária

Consultas	2.063
Extrações	614
Fichas	68
Curativos	509
Intervenções preparatórias	160
Altas	19

COZINHA DIETÉTICA

Matrículas	280
Atendidos	105.928
Litros de leite gastos	85.217
Tiveram alta	263

PROFILAXIA DA TUBERCULOSE

Matrículas	622
Atendidos	38.721
Receitas	3.722
Injeções	21.111
Exames de laboratório	485
Roentgenfotografia	7.633
Radiografias	220
Consultas	2.499
Pneumos	1.150
Enviados a outros serviços	266
T. P. no 1.º exame	454
T. P. no 2.º exame	151
Comunicantes	423

PROFILAXIA DA SÍFILIS E DOENÇAS VENÉREAS

Matrículas	1.538
Atendidos	90.706
Receitas	3.084
Curativos	30.011
Exames de laboratório	2.728
Consultas	13.765
Enviados a outros serviços	443
Injeções	42.859

DISPENSÁRIO NOTURNO ANTI-VENÉREO

Consultas	2.210
Desinfecções	1.547
Lavagens	4.706
Massagens	253
Dilatações	126
Curativos	4.097
Injeções	10.350

PROFILAXIA DA LEPRO

Matrículas	1.822
Atendidos	23.597
Receitas	3.641
Injeções	6.563
Curativos	9.152
Exames de laboratórios	213
Consultas	2.222

PROFILAXIA DE ENDEMIAS RURAIS E HIGIENE DO TRABALHO

Matrículas	2.923
Atendidos	8.641
Receitas	1.578
Injeções	481
Consultas	1.877
Medicados contra paludismo	2.685
Medicados contra verminose	2.963
Exames de laboratório	1.958
Vacinação antivariólica	701
Revacinação antivariólica	395
Atestados de vacina	3.029

HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO E POLÍCIA SANITÁRIA

(Médicas	387
Visitas (Domiciliares	42.123
(Outras	—
(Fábricas de gêneros alimentícios	716
(Armazens de estivas	2.844



Centro de Saúde de João Pessoa — Concurso de Robustez — O Interrentor Federal premiando uma das crianças classificadas no certame.

II) MATERNIDADE

Serviço de Ginecologia

Consultas	2.154
Receitas	1.032
Exames	937
Injeções	646
Curativos	612
Frequência	3.972

Serviço de Partos

Existentes no dia 1.º de Janeiro	56
Entradas	1.747
Óbitos	48
Altas	1.756
Passaram para o ano de 1943	47
Partos	1.015
Nascidos vivos	899
Nascidos mortos	128
Reanimados	48
Fêtos	1.027
(Naturais	899
Partos (Prematuros	64
(Operatórios	116
Placenta prévia	6
Abortos	50
Retenção de Placenta	182
Cesarianas	11
Forceps	65
Zaraté	8
Versão	11
Extração manual	21
Infeccionada	101
Operadas	145
Pensionistas	126
Eclampsias	6

III) SUB-PÓSTO DE HIGIENE DE ALHANDRA

Pessoas atendidas	5.799
Curativos	961
Injeções	592
Medicados contra verminose	2.126
Medicados contra paludismo	2.804
Vacina antivariólica	503



Centro de Saúde de João Pessoa — Concurso de Robustez — Crianças classificadas no concurso.



IV) PÓSTO DE HIGIENE DE CABEDÉLO

a) *Estatística vital:*

Nascimentos	149
Nati-mortos	2
Óbitos de 0-1 ano	52
Óbitos em geral	145

b) — *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	539
Paludismo	419
Sífilis	336
Gonorréia	36
Cancro mole	27
Difteria	1
Coqueluche	16
Febres tifoide e paratifoide	1
Disenterias	6
Outras doenças	547

Casos notificados:

Coqueluche	6
Febres tifoide e paratifoide	1
Disenterias	7

Vacinação :

Antivariólica	405
Antitífica	2.862
Antidisentérica	2.862
Outras	179

Medicações:

Helmintoses	857
Paludismo	6.579
(Injeções arsenicais	84
(Injeções mercuriais	52
Sífilis (Injeções bismutadas	5.146
(Injeções iodeto de sódio	425
Outras doenças venéreas	4.375
Disenterias	470

Outras	1.741
Consultas	3.315
Curativos	4.671

c) — *Polícia Sanitária e Higiene da Alimentação* :

Visitas de inspeção domiciliar	783
construídas absorventes	14
Fôssas condenadas	2
melhoradas	8
Poços aterrados	6
Valas abertas (metros)	25
Valas reparadas	550
Focos de mosquitos com larvas culicíneos	22
Imundícies encontradas	20
Imundícies destruídas	29
expedidas	5
Intimações cumpridas	1
não cumpridas	2
Requerimentos informados e despachados	4
Visitas á fábricas	34
Inspeção de estâbulos	1
Inspeção de gêneros alimentícios	2.400
Inspeções de carnes	590

d) — *Laboratório* :

Reação de Widal	1
Hematozoários	11
Outros exames	112

e) — *Expediente, Educação e Propaganda* :

Folhetos distribuídos	283
Visitas de enfermeiras	2.482
Inspeção de saúde	4
Visitas á escolas	9

3 — SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO

POSTO DE HIGIENE DE CAMPINA GRANDE

a) — *Estatística vital (1942)*

Casamentos	643
Nascimentos	2.879
Nati-mortos	129
Óbitos de 0-1 ano	1.668
Óbitos em geral	2.676



Centro de Saúde de João Pessoa — Cantina Maternal — Distribuição de leite às gestantes.



c) — *Polícia Sanitária e Higiene da Alimentação :*

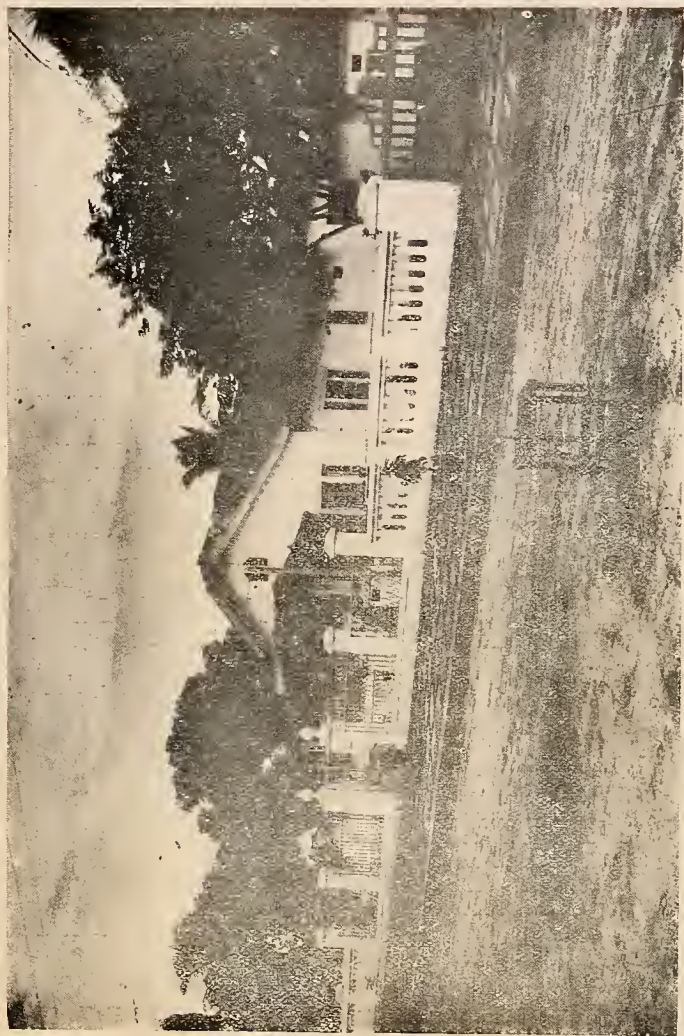
Instalação d'água e esgôto	75
Visitas de inspeção domiciliar	8.691
Habite-se concedidos	912
Habite-se recusados	187
Fóssas construídas absorvestes	202
Fóssas condenadas	3
Gabinets sanitários construídos	252
Peços melhorados	2
Peços aterrados	16
Ligações para abastecimento d'água	85
Cursos d'água desobstruídos (metros)	1
Cursos d'água retificados (metros)	25
Fócos de moscas encontrados	6
Fócos de moscas destruídos	6
(larvas culíneas	54
Fócos de mosquitos (larvas anofelíneas	5
(aterrados	15
Imundícies encontradas	214
Imundícies destruídas	145
(expedidas	1.634
Intimações (cumpridas	891
(não cumpridas	359
Autos de multas expedidos	30
Autos de multas executados	17
Requerimentos informados e despachados	12
Visitas á fabricas	9
Inspeção de gêneros alimentícios	48.905
Inspeção de carnes	16.128

d) — *Laboratório :*

Hematozoários	31
Ovohelmintoscopia	185
Gonococo	3
Bacilo de Koch	61
Bacilo de Hansen	20
Reação de Wassermann	14
Outros exames	274

e) — *Expediente, Educação e Propaganda*

Folhetos distribuídos	98
Visitas de enfermeiras	1.232
Inspeção de saúde	59
Visitas a escolas	3



Hospital "Sá Andrade" de Sapé — Fachada.



Habite-se recusados	12
(construídas absorventes	781
(construídas liquefadoras	1
Fóssas (condenadas	37
(melhoradas	136
(construídos	641
Gabinètes sanitários (melhorados	57
(condenados	12
Imundícies encontradas e destruídas	46
Intimações expedidas e cumpridas	808
Requerimentos informados e despachados	4
Inspeções de estábulo	14
Inspeções de gêneros alimentícios	2.089
Inspeção de carnes	2.460

d) — *Expediente, Educação e Propaganda:*

Conferências públicas	2
Folhétos distribuídos	616
Visitas a escolas	29
Visitas de enfermeiras	527
Inspeção de saúde	2

PÓSTO DE HIGIENE DE ALAGÓA GRANDE

a) — *Estatística vital (1942)*

Casamentos	66
Nascimentos	460
Nati-mortos	23
Óbitos de 0-1 ano	247
Óbitos em geral	514

b) — *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	429
Paludismo	416
Bouba	223
Sífilis	311
Gonorréia	39
Cancro mole	6
Tracoma	8
Disenteria	15
Outras doenças	177

Casos notificados:

Febres tifoide e paratifoide 2

Vacinação :

Antivariólica 1.765
 Antitífica 1.302
 Outras 253

Medicações:

Helmintoses 895
 Paludismo 748
 (injeções arsenicais 711
 Sífilis (injeções bismutadas 3.028
 (injeções iodêto sódio 733
 (outras 509
 Bouba 2.091
 Disenterias 88
 Outras 2.290
 Consultas 21.985
 Curativos 6.411

c) — *Policia Sanitária e Higiene da Alimentação :*

Visitas de inspeção domiciliar 2.540
 Habite-se concedidos 29
 Habite-se recusados —
 (construídas absorventes 39
 Fóssas (condenadas 39
 (melhoradas 61
 (construídos 34
 Gabinêtes sanitários (melhorados 71
 (condenados 24
 (larvas culíneos 20
 Focos de mosquitos (larvas anofelíneos 17
 (aterrados 23
 Imundícies encontradas 125
 Imundícies destruídas 126
 (expedidas 291
 Intimações (cumpridas 186
 (não cumpridas 161
 Autos de multas executados 1
 Requerimentos informados 1
 Requerimentos despachados 6

Inspeções de estâbulos	31
Inspeções degêneros alimentícios	6.090
Inspeções de carnes	2.560

d) — *Laboratório:*

Hematozoários	10
Ovohelminthoscopia	1
Gonococo	2
Eacilo de Koch	2
Outros exames	18

e) — *Expediente, Educação e Propaganda*

Visitas de enfermeiras	2.079
------------------------------	-------

PÓSTO DE HIGIENE DE ITABAIANA

a) — *Estatística vital (1942)*

Casamentos	270
Nascimentos	584
Nati-mortos	20
Óbitos de 0-1 ano	39
Óbitos em geral	422

b) — *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	1.358
Paludismo	522
Bouba	218
Sífilis	239
Gonorréia	1
Tuberculose	2
Febres tifoide e paratifoide	1
Disenterias	17
Outras doenças	592

Vacinação:

Antivariólica	816
Antitífica	1.114
Antidisentérica	1.114

Soroterapia:

Anti-ofídica	3
--------------------	---

Nati-mortos	22
Óbitos de 0-1 ano	471
Óbitos em geral	754

b) — *Profilaxia:*

Pessoas atendidas pela primeira vez:

Helmintoses	128
Paludismo	6
Bouba	7
Sífilis	76
Gonorréia	51
Cancro mole	34
Linfogranulomatose	21
Leishmaniose	1
Tracoma	1
Tuberculose	10
Difteria	2
Coqueluche	28
Disenterias	48
Outras doenças	1.318

Casos notificados :

Coqueluche	6
Febres tifoide e paratifoide	12

Vacinação :

Antivariólica	1.120
Antitífica	3.144

Soroterapia :

Antidiftérica	4
Anti-tetânica	1
Anti-ofídica	1
Antirábica	88

Trabalhos Epidemiológicos:

Inquéritos efetuados	8
Isolamentos domiciliares	40

Medicações :

Helmintoses	222
Paludismo	78

Vacinação :

Antivarióllica	952
Antitífica	1.560
Antidisentérica	1.560

Soroterapia :

Antidiftérica	6
-------------------------	---

Medicações :

Helmintoses	549
Paludismo	20
(injeções arsenicais	146
(injeções mercuriais	150
Sífilis (injeções bismutadas	2.333
(injeções iodêto de sódio	771
(injeções outras	3.425
Outras doenças venéreas	1.549
Disenterias	15
Consultas	4.010
Curativos	2.007

c) — *Polícia Sanitária e Higiene da Alimentação:*

Visitas de inspeção domiciliar	2.216
Habite-se concedidos	34
(construidas absorventes	30
Fóssas (condenadas	3
(melhoradas	2
Gabinêtes sanitários construidos	15
Poços aterrados	6
Valas abertas (metros)	500
Valas aterradas (metros)	100
Inspeções de estábulos	25
Inspeções de gêneros alimentícios	2.497
Inspeções de carnes	1.550

d) — *Expediente, Educação e Propaganda :*

Artigos publicados	8
Folhêtos distribuidos	1.200
Cartazes afixados	1
Visitas de enfermeiras	1.463
Inspeção de saúde	133
Visitas a escolas	29

PÓSTO DE HIGIENE DE MAMANGUAPE

a) — *Estatística vital* (1942)

Casamentos	184
Nascimentos	323
Nati-mortos	5
Óbitos de 0-1 ano	112
Óbitos em geral	258

b) — *Profilaxia* :

Pessoas atendidas pela primeira vez.

Helmintoses	638
Paludismo	291
Bouba	71
Sífilis	441
Gonorréia	14
Cancro mole	23
Tuberculose	2
Varíola	2

Vacinação :

Antivarióllica	205
------------------------	-----

Medicações :

Helmintoses	808
Paludismo	95
(injeções arsenicais	445
(injeções mercuriais	13
Sífilis (injeções bismutadas	799
(injeções iodêto de sódio	12
Consultas	25
Curativos	2.443

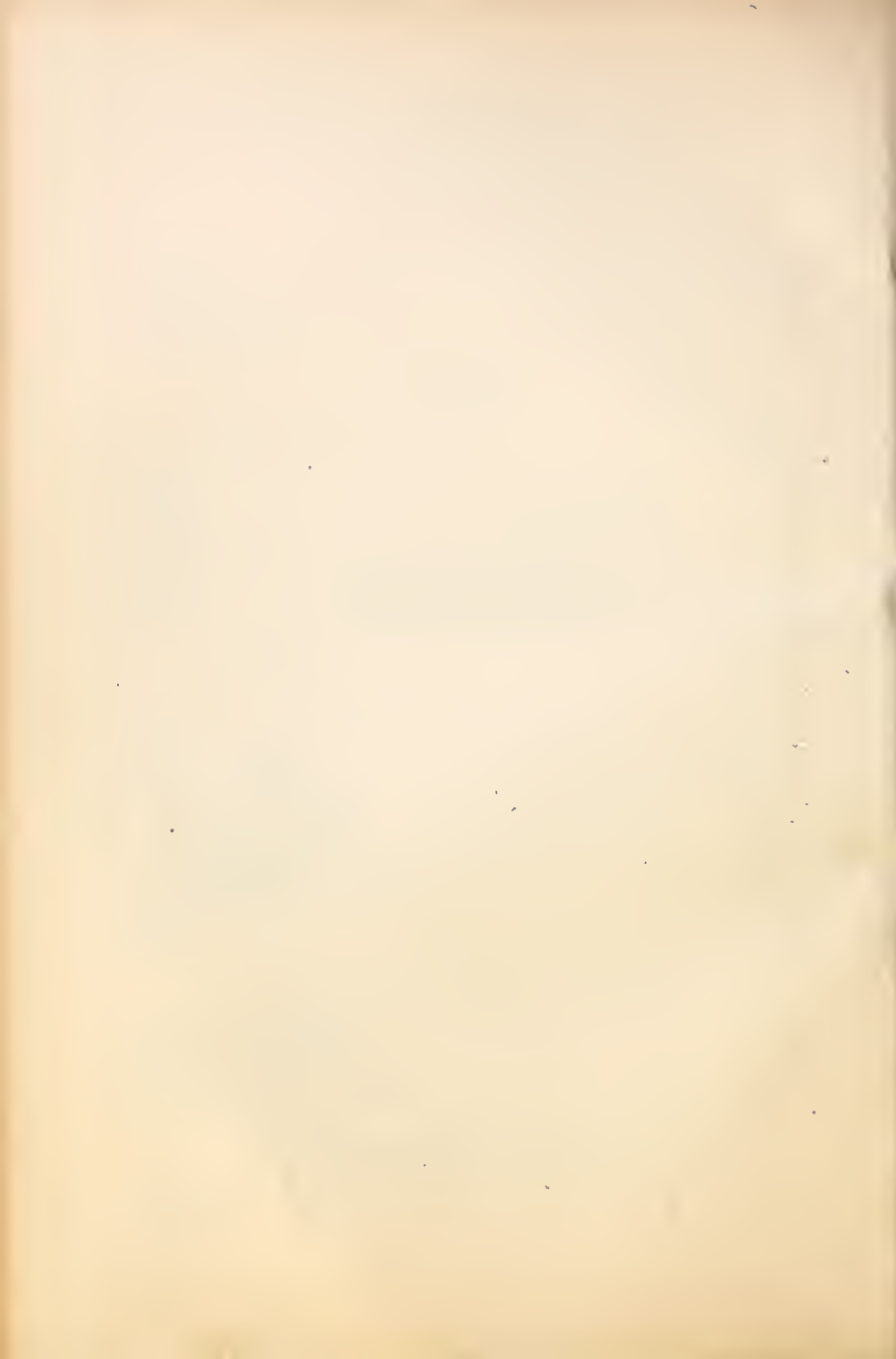
c) — *Policia Sanitária e Higiene da Alimentação*.

Visitas de inspeção domicilar	342
Gabinêtes sanitários construídos	2
Inspeções de estâbulos	15
Inspeções de gêneros alimentícios	50
Inspeções de carnes	26

d) — *Expediente, Educação e Propaganda*:

Visitas a escolas	3
---------------------------	---

EDUCAÇÃO



INICIADOS os trabalhos de reorganização em 1942, foram mais intensas neste do que no exercício anterior as atividades educacionais no Estado. Se algumas não puderam ainda, por exigência de tempo ou de meios, produzir os efeitos previstos, várias delas já estão contribuindo para a solução de problêmas, em alguns casos, difíceis.

Maior ou menor, entretanto, que tenha sido o resultado conseguido, não se têm poupado esforços, contando-se com elementos dedicados à causa do ensino, juízo que, por espírito de justiça, estendemos a todo o funcionalismo e magistério, os quais vêm servindo proficuamente aos interesses do serviço público e da Educação.

E' de nosso dever salientar que não nos tem faltado, sempre que se faz necessária nêsse sentido, a orientação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e ainda o pronunciamento de outros órgãos técnicos federais de acatado valôr para a cultura nacional.

Os trabalhos da refôrma fôram empreendidos dentro do plano sugerido pelo professor Lourenço Filho, cuja autoridade em assuntos pedagógicos já atravessou as fronteiras do país.

Para essa tarefa de expressiva influência nos quadros do ensino, em nosso Estado, obtivemos do eminente Ministro Gustavo Capanema fôrse posto à disposição desta Interventoria o técnico dr. Pedro Calheiros Bomfim, um dos expoentes da nova equipe de educadores brasileiros.

Nomeado diretor do Departamento de Educação, o dr. Bomfim se mostrou incansavel no exercício do

cargo. Prestigiando e valorizando o professor da Paraíba, conseguiu reunir e reorganizar o nosso magistério, no sentido de uma cooperação ativa e coordenada nos amplos setores da causa educacional.

Reorganização

Departamento de Educação — No intuito de atribuir ao Departamento de Educação inteira responsabilidade sobre todos os serviços educacionais mantidos pelo Estado, bem como na fiscalização do ensino particular e todos os de educação extra-escolar, assinamos o decreto-lei n.º 316, de 11 de agosto de 1942, que reestruturou o supremo órgão do ensino na Paraíba.

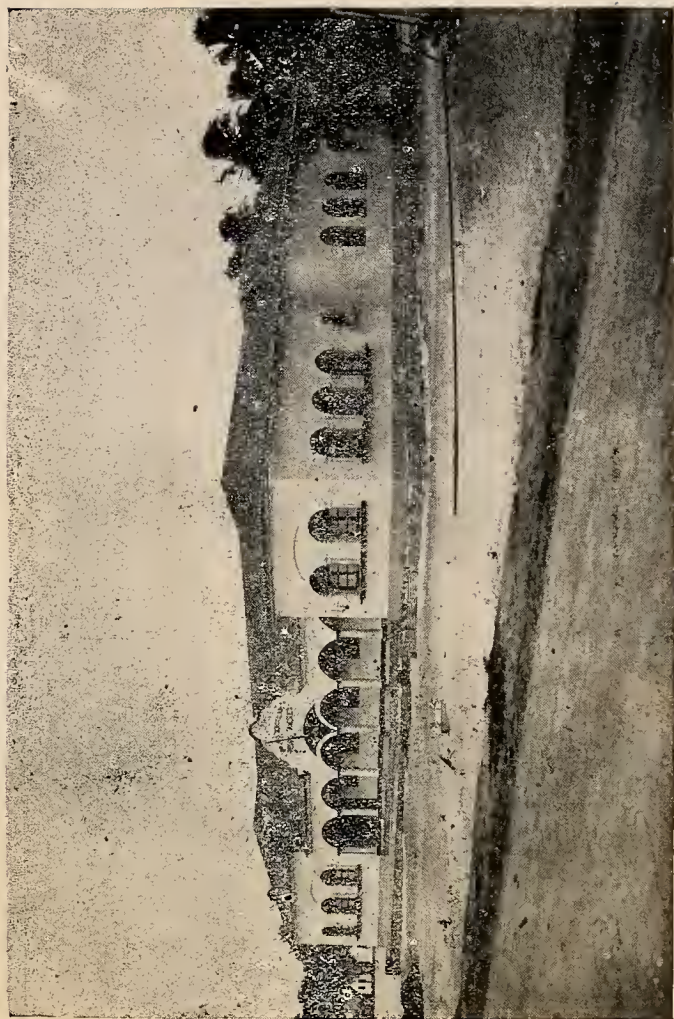
Em virtude dessa reorganização, procedida de conformidade com um projeto que se aprovou na Conferência Nacional de Educação, o qual teve voto favorável do representante deste Estado, o Departamento de Educação passou a se constituir de 4 divisões e 2 serviços: a) Divisão do Ensino Primário e Normal; b) Divisão do Ensino Médio, Superior e Difusão Cultural; c) Divisão de Educação Física; d) Divisão de Educação Artística; e) Serviço de Estatística Educacional; f) Serviços Auxiliares.

A Divisão do Ensino Primário e Normal está incumbida de fiscalizar o ensino primário e normal do Estado, público e particular.

A Divisão do Ensino Médio, Superior e Difusão Cultural ficou encarregada de coordenar e fiscalizar o ensino profissional, secundário e superior, respeitadas as disposições da legislação federal, bem como coordenar os serviços de difusão cultural do Estado.

A Divisão de Educação Física cabem os trabalhos de orientação e fiscalização dessa modalidade de educação em todas as escolas do Estado.

A Divisão de Educação Artística está incumbida de orientar e fiscalizar o ensino de música e canto orfeônico.



Grupo Escolar "Pedro Américo", de Cabedelo, construído em 1942



Ao Serviço de Estatística Educacional cabe coligir e apurar os dados referentes às instituições de educação segundo as normas dos serviços federais correspondentes e, bem assim, realizar os estudos estatísticos que se tornarem necessários ao controle dos serviços do Departamento de Educação.

Os Serviços Auxiliares estão incumbidos dos registros e correspondência referentes a todo o movimento do Departamento e de executar e manter toda a escrituração relativa a Pessoal, Material e Contabilidade.

As Divisões de Educação Física, Educação Artística e os Serviços Auxiliares passaram a funcionar imediatamente, em virtude de designação de funcionários do D. E. para ocupá-los, enquanto que as demais foram sendo preenchidas no decorrer do ano de 1942, achando-se, atualmente, todas em funcionamento.

Aperfeiçoamento do Professor — Com o fim de elevar o nível cultural dos professores paraibanos, aos quais faltam meios para uma seriação regular de estudos superiores, o D. E. criou dois cursos de aperfeiçoamento: um para administradores de ensino e outro para professores.

O Curso de Administradores de Ensino teve início no dia 15 de junho, com a presença de 57 professores, inspetores de ensino e diretores de Grupos Escolares e foi encerrado a 28 do referido mês.

O programa desse Curso, preparado em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, constou do seguinte: 1) O Diretor na organização escolar; 2) Requisitos e qualidades do diretor; 3) O diretor como intérprete do pensamento educacional do Estado e como observador da situação social na qual deve agir no sentido de sua elevação e coordenação; 4) O diretor como autoridade do ensino; 5) O diretor como chefe administrativo e orientador técnico; 6) Como organi-

zar as classes de ensino; 7) Fiscalização e orientação do trabalho do professor; 8) Manejo de classe, disciplina e recreios; 9) Instituições Auxiliares da escola, sua importância como instrumento pelos quais o diretor poderá comunicar ao meio social as instruções educativas do estabelecimento; 10) Verificação do trabalho do ensino; 11) Reuniões de professores.

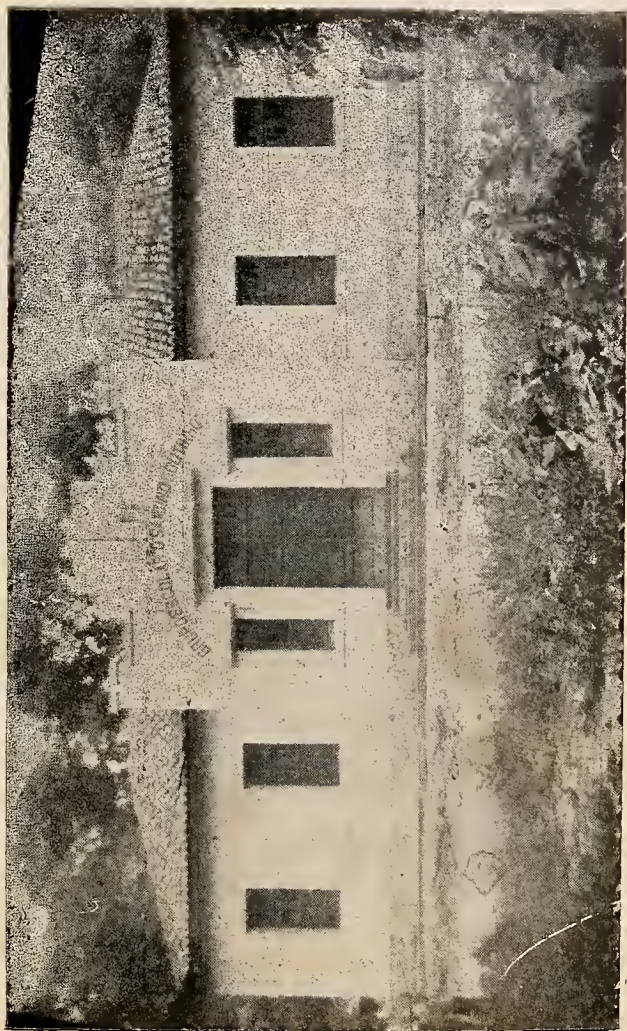
Encerrado o Curso, os professores apresentaram trabalhos escritos sobre assuntos do programa. Nesses trabalhos o D. E. verificou que foi coroada de êxito aquela iniciativa, dado o aproveitamento demonstrado pelos professores e colheu ainda elementos de orientação no plano que empreendeu.

Ficou o ensino com elementos capazes de emprestar uma colaboração mais eficiente, com um rendimento que se intensifica dia a dia.

Curso de Aperfeiçoamento — O Curso de Aperfeiçoamento para Professores foi iniciado no dia 13 de abril, com o comparecimento de 230 educadores, e terminou no dia 10 de outubro, sendo conferidos certificados aos concluintes. O seu corpo docente foi constituído de reputados elementos do magistério paraibano, que prestaram os seus serviços com espírito público, sem qualquer remuneração.

As aulas ministradas nesse curso, obedeceram ao seguinte programa : 1) O professor na organização escolar; 2) Funções capitais do professor, requisitos e qualidades; 3) Organização das classes de ensino; 4) Escrituração, registo de lições e dos fatos mais interessantes ocorridos em uma classe; 5) Disciplina; 6) Problemas de frequência, pontualidade e de evasão escolar; 7) Higiene do mobiliário, material e dos alunos; 8) Organização de horário de trabalho; 9) Verificação do rendimento escolar; 10) Aulas de Metodologia em geral.

Carreira do Professor — Pelo decreto-lei n.º 260,



Grupo Escolar "D. Santino Coutinho", de Entre Rios — (Serraria).



de 24 de abril de 1942, fôram extintos os cargos isolados de Professor de 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a entrâncias, padrão B, C, D, E e F, respectivamente do Quadro Único do Estado e criada a Carreira de Professor do mesmo Quadro constituída de 40 cargos da classe E, 60 da classe F, 90 classe D, 150 da classe E e 205 da classe B. Os cargos de Professor de classe única” fôram transferidos para as tabélas de “extintos quando vagarem”.

A criação da carreira do Professor veio ao encontro de uma velha aspiração do magistério, visto que regularizou a situação de uma numerosa classe de servidores do Estado, num dos mais destacados setôres da administração pública.

Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física — Tendo em vista que em todo sistema escolar deve existir um curso de formação de professores especializados em educação física, uma vês que essa disciplina é considerada de importância fundamental na educação geral, o decreto-lei n.º 291, de 14 de julho de 1942, criou o “Curso de Emergência para a Formação de Monitores de Educação Física” que vem funcionando com regularidade.

Fardamento escolar — Verificou o Departamento de Educação que o fardamento adotado para os alunos do curso primário fundamental do Estado se apresentava com um aspecto de austeridade contrário ás tendências e ás manifestações de vivacidade próprias da juventude e que além de uma diversidade de tipos de fardamento entre meninos e meninas, havia a sobriedade das vestimentas que dava ás crianças um aspecto tristonho.

O decreto-lei n.º 264, de 4 de agosto de 1942, adotou, então, novo tipo de fardamento para os alunos das escolas primárias do Estado, adequado ao nosso clima.

Hora Cívica — Considerando a situação do País e a necessidade da formação de uma consciência na-

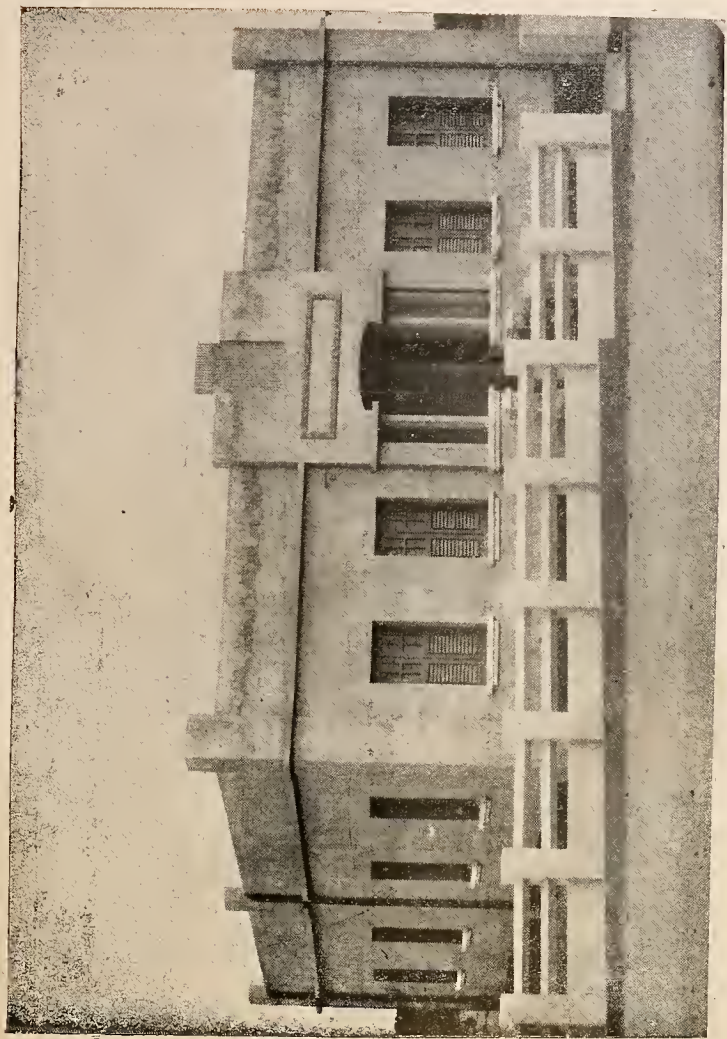
cional intangível aos elementos desagregadores no seio do professorado e da população escolar do Estado, o Departamento de Educação, instituiu, no dia 4 de março, a "Hora Cívica" em todos os estabelecimentos, de ensino primário. Com essa medida visou-se o robustecimento dos ideais patrióticos dos que trabalham na comunidade escolar. Da "Hora Cívica", que foi observada durante o ano escolar, consiou, obrigatoriamente, a formatura, em local apropriado, de todo pessoal docente, discente e administrativo do estabelecimento de ensino, a-fim-de ser cantado o Hino Nacional e ouvidas palestras sôbre vultos e fatos da história da civilização brasileira.

Subvenções e Auxílios financeiros concedidos pelo Estado — (Regulamentação) — Em suas observações o Departamento de Educação verificou que as subvenções e os auxílios financeiros concedidos pelo Estado, a estabelecimentos de ensino não vinham obedecendo a um critério previamente organizado de maneira a atender aos interesses do poder público e ás necessidades dos particulares.

Em exposição de motivos devidamente fundamentada, o D. E. sugeriu medidas no sentido de que as subvenções e auxílios só fôsem concedidos mediante detido exame do estabelecimento a ser favorecido e no qual se constate, de maneira eficiente e com organização pedagógica, resultados no rendimento dos respectivos trabalhos escolares.

Atendendo ás sugestões acima enumeradas, o decreto-lei n.º 369, de 19 de novembro de 1942, regulou o assunto, vindo ao encontro dos preceitos constitucionais da Carta de 1937.

Radio-Difusão — Pelo decreto-lei n.º 347, de 31 de outubro de 1942, o Govêrno incorporou o Serviço de Rádio-difusão da Secretaria do Interior e Segurança Pública, á secção de Difusão Cultural da Divisão de



Grupo Escolar "Vidal de Negreiros", de Cuité.



Ensino Médio, Superior e Difusão Cultural do D. E., criada pelo decreto-lei n.º 316, de 11 de agosto de 1942.

A partir de 1.º de novembro, data do referido decreto-lei, ficou a cargo do D. E., a coordenação dos serviços de difusão cultural do Estado.

O serviço de Rádio-difusão atua através da P.R.I.-4, Rádio Tabajára da Paraíba.

Em 1942, a emissora paraibana passou por importantes reformas, figurando hoje em primeiro plano no "broadcasting" nacional.

Não apenas se melhoraram as condições, como todo o seu conjunto, sobretudo suas instalações tanto no estúdio como no transmissor. De um auditório para 50 pessoas, passou a Rádio Tabajára a dispôr de um auditório amplo de 200 localidades, além de 3 estúdios, sendo 1 para canto e música, 1 para locutores e 1 auxiliar, para transmissões especiais de sessões cívicas, recitais, etc..

Gabinete de direção, escritório, "halls" para visitantes e funcionários, salas para controle de som, discoteca, instalações sanitárias, salas de ensaio e almoxarifado foram dependências inteiramente novas de que se dotou a Rádio Tabajára da Paraíba, no edifício de seus estúdios. No transmissor, localizado a 3 quilômetros da cidade, como de lei, foram realizados trabalhos de importância, aumentando-se as instalações com construções novas como o pavilhão de cobertura da parte abastecedora d'água, outro pavilhão abrigando as instalações para o fornecimento da água alimentadora das válvulas do transmissor, uma casa de amplas acomodações para o vigia, tendo sido feita ainda uma reparação geral na torre das antenas, limpeza e pintura geral nos edifícios do estúdio e transmissor, além de outros serviços necessários ao bom funcionamento da P.R.I.-4.

Atualmente, a Rádio Tabajára, como órgão do Departamento de Educação, vem prestando à causa do

ensino uma colaboração das mais interessantes, sem prejuizo dos serviços de divulgação oficial.

Divulgando notas, telegramas, artigos, comentários e apreciações sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, transmitindo programas organizados no Brasil e no estrangeiro, irradiando solenidades cívicas, propagando os princípios pelos quais se batem as Nações Unidas, a Radio Tabajara cada dia se integra nos trabalhos que dizem respeito ao engrandecimento do País e aos ideais que unem os povos americanos.

Serviços Auxiliares — Desenvolveram-se intensamente as atividades dos Serviços Auxiliares do Departamento de Educação no ano de 1942.

Expediram-se 4.028 officios, 359 portarias, 38 cartas, 16 editais, 19 comunicados, 6 avisos, 42 circulares e ainda 280 officios-exposições.

Fôram efetuados os registros de 65 escolas particulares primárias e de 76 diplomas de professoras normalistas.

A requerimento de professores e funcionários, fôram fornecidos, devidamente despachados, 232 certificados diversos.

No Protocolo registrou-se um movimento de 6.521 entradas de documentos e entre estes 641 petições, as quais, informadas, tiveram o conveniente destino.

Os assentamentos do pessoal, de conformidade com as exigências e de modo a atender ás necessidades dos trabalhos do D. E., fôram conservados rigorosamente em dia.

Na Secção de Contabilidade também os trabalhos correram com regularidade, tendo-se atendido a todas as exigências do serviço público.

Iniciou-se uma reforma nos serviços de almoxarifado, com o fim de dotá-los de uma organização á altura de suas necessidades.



Rádio Tabajara da Paraíba, P.R.I.-4 — Entrada para o estudio

Despesas com o Ensino

O Estado da Paraíba despendeu, no ano de 1942, cinco milhões, duzentos e sete mil, oitocentos e quarenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 5.207.846,50) com os serviços de Educação e Ensino, assim discriminados:

1) Administração:

Pessoal Fixo	151.620,00
Material Permanente	6.000,00
Material de Consumo	32.400,00
Despesas Diversas	167.100,00

2) Ensino Primário e Secundário

Pessoal Fixo	3.236.206,50
Pessoal Variável	717.440,00
Material Permanente	85.400,00
Material de Consumo	92.040,00
Despesas Diversas	173.520,00

3) Fiscalização:

Pessoal Fixo	122.600,00
------------------------	------------

4) Escola Profissional "Presidente João Pessoa"

Pessoal Fixo	23.520,00
Despesas Diversas	150.000,00

5) Subvenções, Contribuições e Auxílios

Educação Pública	200.000,00	5.207.846,50
----------------------------	------------	--------------

Ensino Primário

Organização escolar e movimento didático — O ensino público primário do Estado, no ano de 1942, foi

ministrado em 794 estabelecimentos, assim discriminados: Escola de Aplicação 1; — Grupos Escolares 45, sendo 8 de 1.^a categoria, 33 de 2.^a e 4 de 3.^a; 748 escolas isoladas e 358 escolas particulares.

A matrícula geral, nesse período compreendendo o ensino público e particular, atingiu a 75.032 alunos, sendo 34.532 do sexo masculino e 40.500 femininos. Segundo as modalidades de ensino, encontra-se a mesma matrícula assim distribuída: ensino pré-primário infantil 800; fundamental comum 64.567; supletivo (noturno) 9.244; e complementar vocacional 421. A matrícula efetiva do ensino público e particular elevou-se a 68.987 alunos, sendo 31.562 do sexo masculino e 37.425 do sexo feminino.

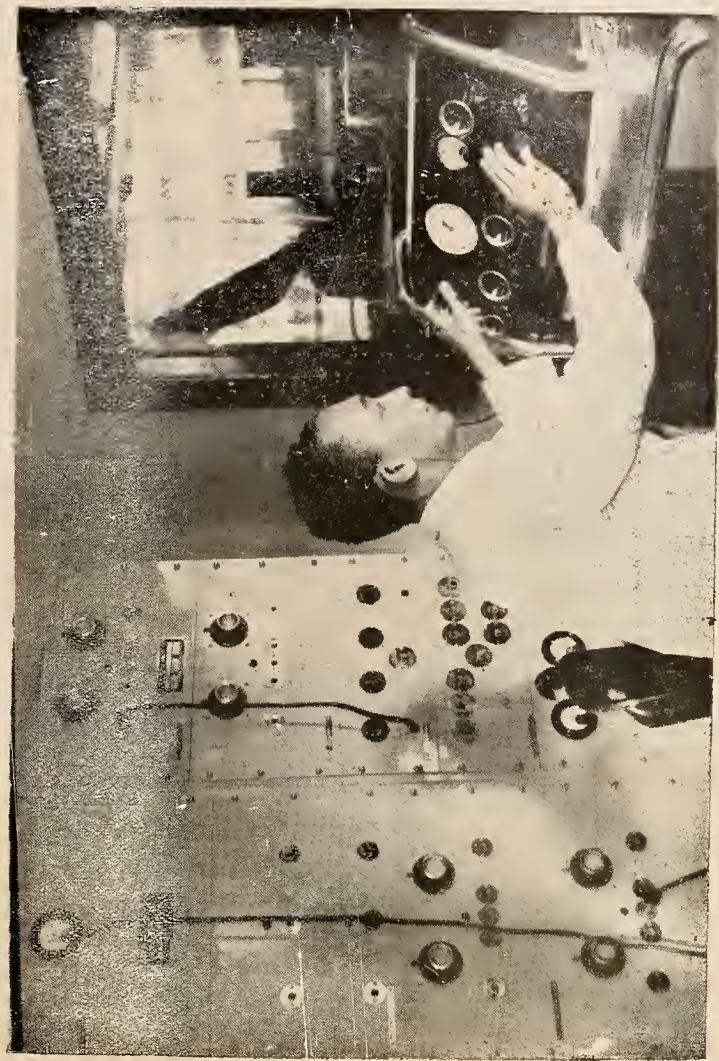
Verifica-se, em confronto, que o percentual da matrícula efetiva sobre a geral é de 92% e que o número de eliminações representa apenas 8% da matrícula geral. A frequência média foi de 44.033, sendo que destes... 19.841 masculinos e 24.192 femininos.

Registrou-se um movimento de 2.565 conclusões de cursos e 19.135 promoções, das quais 14.454 no ensino público e 4.681 no ensino particular. Conclue-se, dos dados acima, que o rendimento das escolas no Estado ainda não representa um índice animador, visto que, atingiu a 31,4 apenas da matrícula efetiva. Contudo, considerando-se as árduas condições de vida no nordeste, observa-se que esses fatores influem decisivamente na frequência escolar.

Instituições Auxiliares do Ensino — Mereceram especial atenção do Departamento de Educação as instituições auxiliares do Ensino, notadamente o Clube Agrícola.

Não se perdeu tempo no sentido de lhes dar o maior desenvolvimento.

Fundaram-se nesse período e se acham ainda funcionando, com resultados satisfatórios, entre os diver-



Rádio Tabajara da Paraíba, P. R. J. - 4 — Seção de controle do estúdio



os estabelecimentos de ensino do Estado, os serviços abaixo discriminados :

Caixas Escolares	37
Bibliotecas Infantis	3
Bibliotecas Pedagógicas	14
Bandeiras de Saúde	1
Clubes Agrícolas	19
Círculos de Pais e Mestres	24
Cooperativas Escolares	2
Clubes de Linguagem	8
Clubes de Leitura	4
Campanha do Bem e do Saber	1
Centro de Cultura	1
Farmácia	1
Grêmio Infantil	4
Associações de Professores	1
Centro Litero Criativo	1
Jornais Infantis	11
Ligas de Bondade	18
Liga esportiva	1
Liga de Enfermagem	1
Muséu Escolar	2
Pelotões de Saúde	7
Prêmio de Assiduidade	1
Liga de Trabalho	1
Teatro Infantil	4

Para melhor eficiência dessas instituições fôram organizadas normas para elaboração de seus estatutos, distribuídas com as respectivas diretorias.

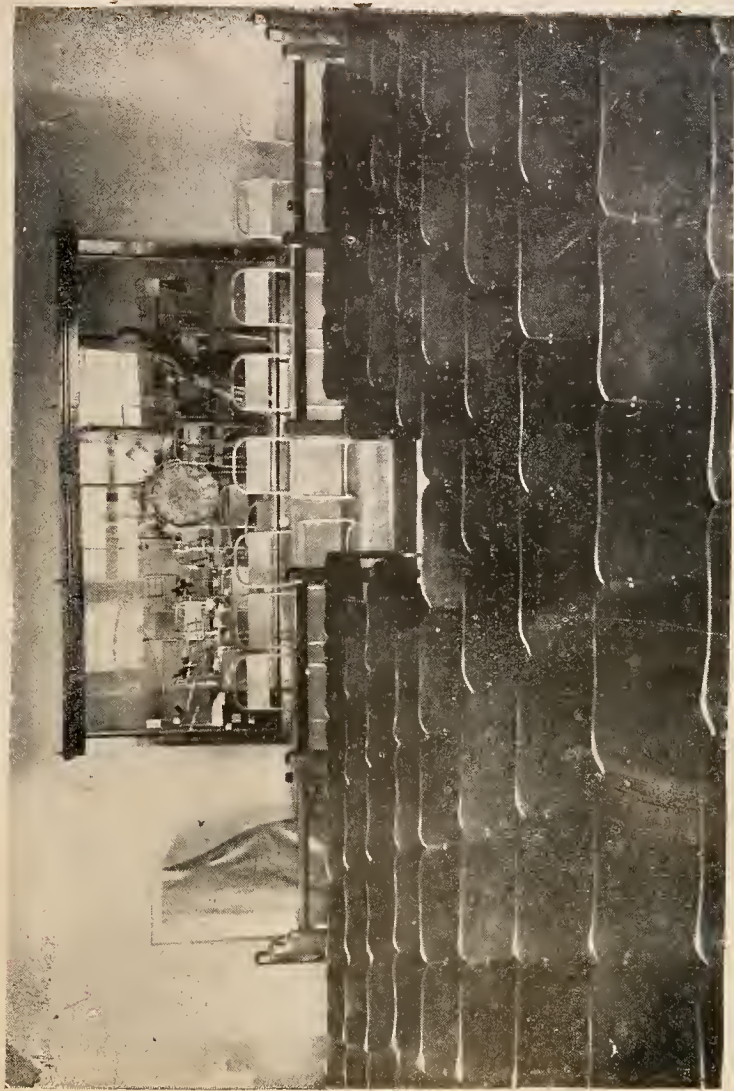
Trabalhos Manuais — Durante o ano de 1942, teve grande incremento entre os diversos estabelecimentos de ensino do Estado o ensino dos trabalhos manuais. Reconhecendo os seus fins educativos o D. E. fez reiteradas recomendações aos inspetores técnicos e auxiliares das diversas zonas e municípios, no sentido de que, em suas visitas, não deixassem de acompanhar, com todo o desvelo, o que se vinha fazendo nas aulas daquela disciplina.

Feriados Nacionais — Em todas as escolas do Estado fôram condignamente comemorados os feriados

nacionais. Realizaram-se palestras pelos professores e alunos, alusivas ás respectivas datas, de acôrdo com as recomendações do Departamento. Todas as solenidades se orientaram no sentido da familiarização da mocidade com os ensinamentos évicos do nosso glorioso passado.

Semana da Criança — Tiveram destacado realce, no ano de 1942, as festividades comemorativas da SEMANA DA CRIANÇA, dados os esforços nesse sentido do Departamento de Educação. A todos os inspetores técnicos e auxiliares fôram recomendadas medidas neecessárias a-fim-de que os páis comparecessem ás escolas, em qualquer dos dias daquela Semana, para que pudessem conhecer a casa em que os seus filhos se educam, bem como as diversas atividades pedagógicas postas em prática. É de salientar que os resultados obtidos fôram os mais positivos.

Prédios Escolares — Em 1942 fôram acrescentadas as unidades do ensino de três edifícios para funcionamento dos grupos escolares “D. Santino”, “Vidal de Negreiros” e “Pedro Américo”, respectivamente localizados em Entre Rios, município de Sérraria; na cidade de Cuité; e na vila de Cabedêlo, município desta Capital. O Grupo Escolar de Cabedêlo é um edifício amplo e moderno, dotado de todos os requisitos necessários ao seu funcionamento. Ligada á capital por uma excelente rodovia e séde do principal pôrto do Estado, a vila de Cabedêlo vinha réclamando êsse melhoramento, dada a inexistencia ali de um estabelecimento que pudesse atender ás exigencias da sua população em idade escolar. Em linhas mais modestas, são os edifícios dos Grupos Escolares de Entre Rios e Cuité. O edifício do Grupo Escolar de Entre Rios, deixado sem acabamento pela administração anterior, foi revestido totalmente e instalado em fins de 1942, achando-se em ple-



Rádio Tabajara da Paraíba, P.R.I.-4 — O novo auditório e o estúdio de transmissão



no funcionamento, com uma matrícula superior a 100 crianças. O edifício para o Grupo Escolar de Cuité foi resultado de uma adaptação e refôrma de um próprio municipal.

Receberam serviços de reparo e conservação os seguintes estabelecimentos de ensino: Grupos escolares: Tomaz Mindêlo, Antônio Pessoa, Epitacio Pessoa e Duarte da Silveira, desta Capital; Solon de Lucena, de Camuina Grande; Gentil Lins, de Sapé; Irineu Jofili, de Esperança; Rio Branco, de Patos; Professor Cardoso, de Laranjeiras; Miguel Santa Cruz, de Monteiro; Dr. José Maria, de Pilar; Alvaro Machado, de Areia; Professor Luiz Aprigio, de Mamanguape; José Tavares, de Queimadas; Antonio Gomes, de Catolé do Rocha e Monsenhor Milanez, de Cajazeiras.

Móveis Escolares — Durante o ano de 1942, distribuiram-se entre os diversos estabelecimentos de ensino do Estado, móveis e material escolar na importância de Cr\$ 60.000,00 constantes de carteiras, bureaux, mêsas para professor, quadros negros, estantes, mêsas para filtro, cadeiras, globos, mapas, resfriadeiras, contadores mecanicos, relógios despertadores, etc.

Colégio Estadual da Paraíba

Durante 1942, o Colégio Estadual da Paraíba, estabelecimento de ensino secundário mantido pelo Estado, funcionou regularmente.

Corpo docente — O corpo docente foi constituído de 50 professores, no Curso de Ginasio e no Complementar, sendo 16 catedráticos, 7 efetivos e 9 interinos; 10 auxiliares, 18 contratados, 6 designados e 3 preparadores.

Corpo discente — Registrou-se uma matrícula

de 1.103 alunos: 948 do Curso Ginásial e 155 do Complementar.

Os Cursos funcionaram com toda regularidade, sendo ambos iniciados a 7 de abril ao envez de 16 de março, como é regulamentar, por se estar aguardando a atual reforma do ensino secundário, que em maio foi posta em execução.

Corpo administrativo — Constituiu-se de 3 escriturários classes H, K, F, 2 auxiliares de escritório classe C e E, 2 funcionários designados da Imprensa Oficial, 5 contínuos, 2 serventes e 9 diaristas.

Realizações — Empreendeu-se a arborização das áreas que contornam o prédio e adquiriu-se o material necessário para a secção de educação física.

Ainda outro melhoramento de real valor para o Colégio foi a reorganização da Bibliotéca, que veio atender a grande número de estudantes pobres.

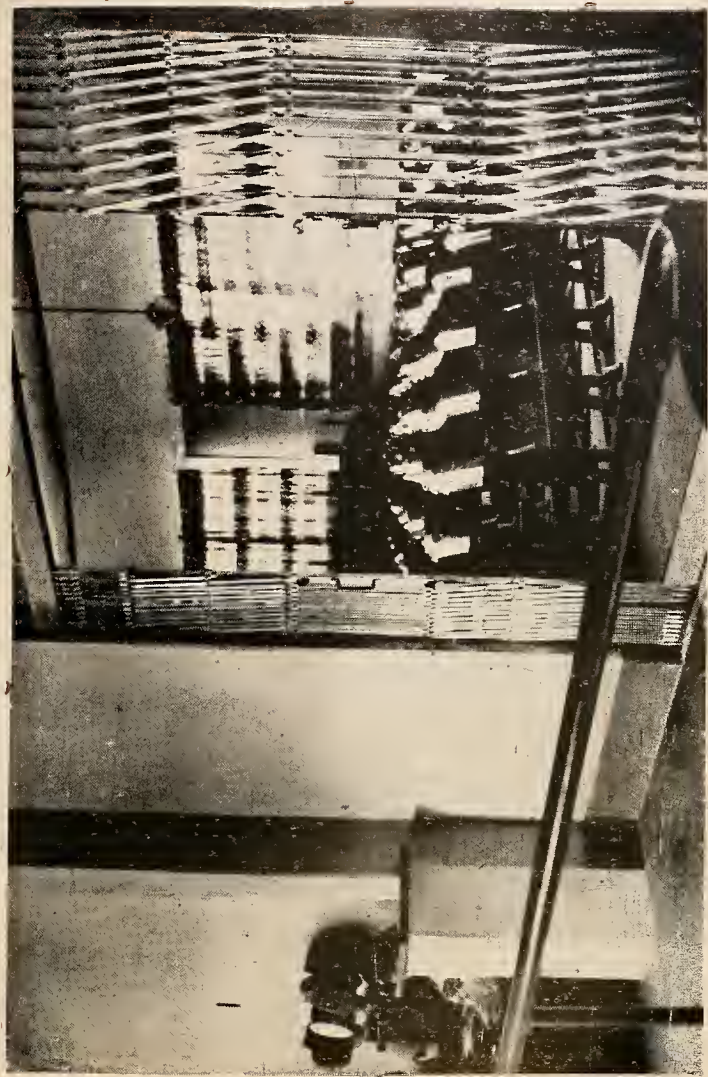
Mais de 50 alunos necessitados estudaram exclusivamente com livros emprestados, havendo uma média de consultas mensais, de mais de 200 volumes.

Assistência dentária e médica — Prestaram assistência gratuita aos dois cursos, fundamental e complementar, um dentista e um médico, havendo fichários organizados em ambos os gabinetes, dentário e de educação física.

Colônia de Férias "João Pessôa"

A Colônia de Férias "João Pessôa", localizada em Tambaú — pitoresco recanto do litoral paraibano — vem prestando relevantes serviços á juventude.

Duzentas crianças, vindas de todos os municípios do Estado, acompanhadas de suas preceptoras, de janeiro a fevereiro de 1942 encontraram na Colônia de Férias "João Pessôa" um ambiente sadio onde se puderam refazer, sob uma assistência constante de médicos especializados do Departamento de Saúde.



Rádio Tabajara da Paraíba, P. R. I. - 4 — Entrada para o auditório



Aulas ao ar livre despertaram o interêsse daquelas crianças que se beneficiaram de corpo e espírito, num rendimento total que veio justificar a iniciativa como uma das mais expressivas no conjunto da organização escolar da Paraíba.

Professôres de música, educação física e de moral e cívica coordenaram os movimentos daquelas duzentas crianças que “aprendiam brincando”.

Encerrado o período de repouso, a Colônia de Férias “João Pessoa” continuou prestando serviços, com o funcionamento da escola para os filhos dos pescadores e habitantes da localidade.

No fim de 1942 não foi possível realizar nova reunião de crianças de todo o Estado em virtude do “black-out” adotado áquela época em toda a faixa litorânea do nordeste por determinação das autoridades militares. Entretanto, sob os auspícios do Departamento de Educação, várias excursões fôram feitas por alunos dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas da Capital, os quais encontraram, sempre aos sábados, oportunidade para um recreio bem orientado por mestres devotados e zelosos.

Para as férias próximas, já o Departamento de Educação está cogitando de promover nova reunião dos jovens escolares paraibanos que mais necessitem de repouso e assistência médico-social.

Cogita ainda o Govêrno de manter na Colônia de Férias “João Pessoa”, em caráter permanente, uma organização que proporcione á mocidade escolar facilidades para uma estação de cura, devidamente orientada pelo Departamento de Saúde.

Abrem-se assim novas perspectivas áquele estabelecimento, organização de amplo sentido humano.

Ensino Comercial

O Ensino Comercial no Estado é ministrado por diversos estabelecimentos, todos apoiados pelo Governo. Os estabelecimentos de ensino comercial vêm apresentando boa frequência.

Entre eles podemos destacar a Academia de Comércio Epitacio Pessoa, criada e mantida pela Associação dos Empregados no Comércio da Paraíba, a qual recebe subvenção do Estado; o Curso Comercial do Colégio de Nossa Senhora das Neves; os Institutos Underwood e João Pessoa, sediados na Capital; e os Cursos Comerciais do Colégio N. S. da Conceição e do Instituto Pedagógico, da cidade de Campina Grande.

E' oportuno salientar que dentre os estabelecimentos acima mencionados têm ensino equiparado ao federal a Academia de Comércio Epitacio Pessoa, o Colégio Nossa Senhora da Conceição e o Instituto Pedagógico de Campina Grande, os quais funcionam em prédios adequados e possuem instalações á altura de suas finalidades.

A Academia de Comércio Epitacio Pessoa, no ano de 1942, mudou os rumos que ali vinham sendo seguidos, integrando-se nas normas mandadas adotar pelo Ministério de Educação e Saúde. A matrícula daquele estabelecimento atingiu a 329 escolares. Submeteram-se a exame 329 alunos, tendo sido aprovados 273. Apenas 35 não conseguiram aprovação, donde se conclúe que o resultado escolar foi animador.

Ensino Normal

Escola de Professores — Os trabalhos da Escola de Professores correram em perfeita ordem.

A organização didática da Escola não sofreu qualquer modificação, permanecendo o programa esta-



Rádio Tabajara da Paratiba, P. R. J. - 4 — Seccão de Publicidade



belecido quando do entendimento entre a Interventoria e o Professor Lourenço Filho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no ano de 1941, em que se determinou que o Curso de Formação de Professores seria de dois anos, obedecendo ao padrão proposto na reforma nacional do ensino primário, organizada pelo Governo Federal.

O período letivo transcorreu normalmente, sendo o aproveitamento escolar satisfatório. Concluíram o Curso 23 candidatos. A matrícula ao 1.º ano do Curso de Formação de Professores atingiu o número de 13 alunos.

A Educação Cívica mereceu da diretoria da Escola constante cuidado, já no cumprimento dos programas, já no estímulo contínuo ao corpo discente, cujas atividades, integradas no melhor sentimento patriótico, tiveram sensível desenvolvimento. Os discursos e orações, proferidos pelos alunos, atestam o progresso da literatura cívica nêsse estabelecimento.

A Escola compareceu constantemente, desde o início do ano letivo, às concentrações cívicas, às comemorações das grandes datas nacionais, com grande brilhantismo, dentro de suas possibilidades, não tendo sido esquecido o estudo dos grandes vultos da Pátria.

Foi reorganizada a Bibliotéca ali fundada no ano de 1941, transformada em Bibliotéca para consulta dos estudantes do Curso de Formação de Professores e elevado consideravelmente o número de seus livros didáticos, que é constituído de obras selecionadas.

Realizou-se uma exposição de trabalhos manuais de madeira, papel, fazenda, lã etc., a qual confirmou um real aproveitamento dos alunos.

Escolas Normais Livres — Nas Escolas Normais Livres em número de nove, disseminadas pelo Estado, que ficaram subsistindo quando da extinção da Escola Normal Oficial do Estado, o ensino obteve um

bom resultado. Concluíram o Curso de Professores e receberam os respectivos certificados 198 candidatos.

Esses educandários são dirigidos por instituições religiosas que muito se interessam pela educação e instrução dos seus alunos. Os programas ali adotados equivalem aos da extinta Escola Normal Oficial do Estado, a que fôram equiparados.

Ensino Superior

No Estado da Paraíba, o ensino superior vem sendo ministrado apenas na Escola de Agronomia do Nordeste, sendo notável e de grande significação o índice de desenvolvimento do ensino técnico ali.

A escola está localizada no município de Areia e acha-se subordinada diretamente á Secretária da Agricultura, Viação e Obras Públicas.



Rádio Taboajara da Paraíba, P. R. I. - 4 — Outra vista do auditório tomada de frente



ESTADÍSTICA



DENTRO das suas amplas finalidades vem o Departamento Estadual de Estatística dando execução ás atribuições que lhe são inerentes, no que se relaciona com os levantamentos regionais estatísticos e com os referentes aos órgãos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao qual, por fôrça de lei, se acha técnicamente subordinado.

Órgão informativo das atividades da administração pública, tem o D. E. E. atendido com a necessária prontidão ás constantes solicitações de informes de interesse geral que lhe são encaminhadas das mais diversas procedencias.

Funcionando no primeiro andar da Secretaria da Agricultura, ocupa o Departamento Estadual de Estatística uma vasta área nêsse edificio e possui uma instalação adequada á natureza dos serviços, compreendendo arquivos, ficharios, estantes, armários, regular número de máquinas de escrever e de cálculo. Êsse aparelhamento técnico foi grandemente melhorado no ano findo com a incorporação do material proveniente das delegacias de Recenseamento, cedido ao Estado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o que possibilitou ao D. E. E. desenvolver com eficiência e regularidade os seus serviços na capital e no interior.

Em cooperação com o Diretório Regional de Geografia, incumbiu-se ainda o mencionado Departamento da execução de trabalhos geográficos, no exercício relatado, em virtude de não existir no Estado um órgão coordenador de tais atividades.

O Departamento Estadual de Estatística funcionou em 1942 com a seguinte estrutura:

- 1.^a Secção Técnica;
- 2.^a Secção Técnica;
- Secção de Geografia;
- Secção de Estatística Militar;
- Secção de Mecanografia;
- Inspetoria Geral;

além de serviço de arquivo, protocolo, bibliotéca, almoxarifado, dirigidos por um assistente técnico e sob o controle diréto do Gabinete do Diretor.

Subordinadas á Inspetoria Geral funcionaram normalmente as 40 agências de estatística existentes no Estado.

Estatísticas organizadas

Na fórmula observada no exercício anterior, o Departamento Estadual de Estatística procedeu ao levantamento da estatística da produção agrícola do Estado, utilizando-se das estimativas apresentadas sobre os principais produtos da lavoura paraibana.

Para a produção industrial, observou-se o disposto no decreto federal n.º 4.081, de 3 de fevereiro de 1942. Organizaram-se os respectivos cadastros, sendo coletado precioso material informativo acerca das nossas atividades industriais. Nêste particular, deram resultados excelentes os inquéritos econômicos para a defesa nacional, instituídos pelo Governo Federal.

Com os dados constantes dos balancêtes enviados pelos estabelecimentos de crédito pode igualmente o D. E. E. levantar com a precisão possível a estatística da situação bancária da Paraíba.

Não menos exatos fôram os índices colhidos para a estatística comercial, que teve os seus elementos contidos em despachos ou guias fornecidos pelas repar-

tições fiscais do Estado. Visando a maior exatidão no conhecimento dos nossos recursos comerciais a Secção de Estatística Militar do D. E. E. ainda lançou um novo modelo para apurar os resultados do movimento de exportação, tomando como unidade o município.

Das mais importantes, pelo fato de refletirem as verdadeiras condições existenciais do povo, a estatística da assistência médico-social e a desvalidos foi realizada pelo D. E. E. que colheu os respectivos dados com a colaboração do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, á vista de inquéritos devidamente criticados.

Esforçando-se para dar um resumo tanto quanto possível aproximado da realidade paraibana, o mencionado departamento conseguiu efetuar, por último, o levantamento das estatísticas referentes á demografia, custo da vida, propriedade imobiliária, meios de transporte, consumo e estóques, ensino e educação no Estado, serviço ainda não de todo destituído de falhas e deficiências naturais e inevitáveis, mas que está procurando corrigir futuramente com um melhor aparelhamento e a experiência resultante das suas atividades.

Estatística Militar

Por esta secção vêm sendo levantadas as estatísticas militares ou sejam aquelas que interessam á segurança nacional. Criada pelo decreto-lei n.º 204, de 31 de dezembro de 1941, e regulamentada pelo decreto n.º 215, de 20 de fevereiro de 1942, a Secção de Estatística Militar exonerou-se, na medida do possível, no exercício findo, dos seus importantes encargos, principalmente dos relacionados com as solicitações feitas pela 7.ª Região Militar.

Atos do Govêrno do Estado

Fôram os seguintes os atos assinados pelo Go-

vêrno do Estado no prefalado exercício que se relacionam com o D. E. E. :

a) Decreto n.º 215, de 20 de fevereiro, — dando regulamento á Secção de Estatística Militar do D. E. E.;

b) Decreto n.º 233, de 5 de maio — dispondo sôbre a participação do Estado e dos seus municípios nos Convenios Nacionais de Estatística, nos termos do decreto-lei federal n.º 4.181, de 16 de março de 1942.

c) Decreto-lei n.º 287, de 6 de julho — ratificando e mandando executar o Convenio Nacional de Estatística Municipal.

d) Decreto n.º 253, de 9 de julho — transformando a Carteira de Cartografia do D. E. E. em Secção de Geografia.

Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística

Apresentando uma contribuição modesta mas expressiva, a Paraíba participou da 2.ª Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, realizada em julho de 1942, na nova capital de Goiaz, como parte do programa cultural que abrilhantou a inauguração oficial da cidade de Goiania. A representação paraibana nêsse conclave incluiu a organização de um "stand" constituído de cartografia, mapogramas e conjuntos fotográficos sôbre os aspéctos fisio-demográficos e sociográficos do Estado.

Nomenclatura das estações ferroviárias

Em obediencia ás disposições do decreto-lei federal 3.599, constituiu-se uma comissão especial para, conjuntamente com o D. E. E., proceder á revisão da nomenclatura das estações ferroviárias do Estado. Integrada por um representante do Ministério da Viação, do

Governo do Estado e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a comissão concluiu os seus trabalhos apresentando sugestões ao Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, de acôrdo com as normas estabelecidas no citado decreto-lei.

7.º Aniversário do IBGE.

O D. E. E. comemorou com solenidade o 7.º aniversário da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística promovendo uma sessão magna, na Secretaria do Interior e Segurança Pública, com a participação conjunta dos órgãos regionais do mesmo Instituto e comparecimento de altas autoridades, jornalistas, intelectuais e pessoas de destaque social.

Junta Executiva Regional de Estatística e Diretório Regional de Geografia

Pertencendo, na órbita regional, ao quadro executivo do Conselho Nacional de Estatística, o D. E. E. tem como órgão deliberativo superior a Junta Executiva Regional de Estatística, com a colaboração ainda do Diretório Regional de Geografia.

Em 1942, êsses dois órgãos promoveram várias reuniões do maior interêsse para a estatística e geografia paraibanas. Realizaram igualmente sessões conjuntas para deliberar sôbre assuntos do interêsse comum dos dois mencionados núcleos do IBGE.

Quanto á Junta Executiva Regional de Estatística, fôram aprovadas nove resoluções no ano findo.

O Diretório Regional de Geografia, por sua vez, teve aprovadas várias resoluções, destacando-se a referente ás comemorações em 1943 dos centenários de nascimento do grande pintor Pedro Americo e do historiador Irineu Joffily, paraibanos.



NEGOCIOS MUNICIPAIS



CRIADO no ano anterior e regulamentado pelo decreto n.º 212, de 3 de Fevereiro de 1942, o Departamento das Municipalidades vem emprestando uma salutar organização aos serviços públicos municipais, já lhes traçando normas de orientação, já fiscalizando as atividades das Prefeituras e dando-lhes a necessária assistência técnica.

Subordinado diretamente á Secretaria do Interior e Segurança Pública, através dos órgãos pelos quais se desenvolvem os seus encargos — Divisão Legal, Divisão de Estatística, Orçamento e Contabilidade e Divisão de Obras — êsse Departamento conseguiu, no último exercício, eliminar a maioria dos entraves que impediam o funcionamento regular e produtivo da máquina administrativa municipal, decorrentes da feição rotineira e confusa até então apresentada pelos seus serviços.

Pouco a pouco, graças a êsse bem sucedido esforço, cujos resultados, bastante ponderáveis, vão expressos nos quadros que ilustram esta exposição, fôram os municípios se libertando daquêles obstáculos e ajustando os seus trabalhos ás exigencias legais da contabilidade pública e da execução orçamentária, procedendo-se esta de maneira a facilitar o exame aritmético e moral das contas anuais, apresentadas pelos prefeitos ao julgamento do govêrno. Nêste particular, são poucas as prestações de contas relativas ao exercício de 1940 que aguardam o indispensável julgamento, tendo sido processadas as do ano subsequente. As contas de 1942 já estão chegando ao Departamento, com os respectivos documentários, cujas peças atingem a muitos milhares, e que serão, como as demais, submetidas a meticulosa conferência.

No exercício relatado, conseguiram os servidores municipais ver realizada uma legítima aspiração, aprovando o Govêrno o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais do Estado da Paraíba, que lhes assegura direitos e estabelece deveres em igualdade de condições ás do funcionalismo estadual e federal. (Decreto-lei n.º 340, de dezembro).

Além disso, o referido Departamento munuiu-se de normas necessarias ao cumprimento de sua importante missão. Dentro das atribuições que lhe são conferidas, deu êsse órgão início ao estudo do Código Tributário, da lei de Organização Municipal, da Padronização das Tabélas Tributárias, do Código de Posturas e de alguns decretos complementares ao Estatuto dos Funcionários Municipais.

No que diz respeito á situação financeira, em 1942, das quarenta comunas ligadas ao Departamento, estas apresentaram certo desequilibrio orçamentário, em confronto com o exercício anterior, motivado pela extinção do impôsto sôbre exploração ágro-industrial. Daí resultou um "deficit" que ascendeu a 1.211.350 cruzeiros, importância distribuída por vários municípios. Essa diferença foi entretanto coberta pela exce-dência de arrecadação no referido ano e pelo "supera-vit" de 1941.

Órçáda em Cr\$ 8.656.400,00 a receita dos municípios no exercício relatado atingiu a cifra de Cr\$ 9.572.100,20 acusando um excesso de renda na importância de Cr\$ 915.700,20. Para documentar o espírito de moralidade administrativa que orienta hoje os negócios municipais no Estado, basta acentuar que, fixada em Cr\$ 9.867.750,00, a despêsa realizada em 1942 pelos municípios do interior apenas subiu á cifra de Cr\$ 9.079.018,70 registrando um saldo para 1943 de Cr\$ 788.731,30, que indica a eficacia das medidas tomadas pelos respectivos prefeitos no sentido de alcançar o



Av. Beurepaire Rohan — Trecho pavimentado a para:elepipedos, servico da Prefeitura da Capital



equilíbrio de suas finanças, através de uma política de rigorosa economia e compressão de gastos.

Não obstante êsse zeloso interesse, a movimentação de créditos adicionais e especiais, operada dentro das restrições orçamentárias e decretada pela maioria das prefeituras, acusou a importância de Cr\$ 2.065.155,40. Para fazer face a essas operações fôram utilizados, em grande parte, recursos disponíveis resultantes da anulação de dotações orçamentárias.

Ao iniciarmos nossa administração, em agosto de 1940, a dívida passiva municipal, apurada e registrada, ascendia a Cr\$ 2.047.645,82. Acha-se atualmente reduzida a Cr\$ 495.985,10 resgatando-se assim a importância de Cr\$ 1.551.661,72, compreendidos Cr\$ 235.993,50 de amortização em 1942.

Com os serviços municipais, as Prefeituras despenderam nêsse exercício quantia superior a nove milhões de cruzeiros, distribuida pelos seguintes títulos: Administração Municipal, Cr\$ 2.127.466,30; Serviços Públicos Municipais, 1.596.532,10; Obras e melhoramentos públicos, 3.148.380,60; Serviços públicos em comum com o Estado, 953.912,40; Dívida Passiva, 270.502,00; Encargos Diversos 1.131.783,70; e Créditos especiais, 369.943,70.

Do exposto, verifica-se que a maior soma de dinheiros públicos teve aplicação em obras e melhoramentos de iniciativa e realização das edilidades do interior, com assistência técnica oferecida pela Divisão de Obras do Departamento das Municipalidades.

Por sua vez a Divisão de Estatística, Orçamento e Contabilidade teve as suas principais atividades resumidas no quadro anexo da arrecadação dos municípios componentes das três zonas fisiográficas do Estado, elaborado segundo a extensão territorial e a população de cada um. Trata-se de um trabalho estatístico de orien-

tação financeira e econômica que oferece grande utilidade aos governantes municipais.

As indicações que se seguem apresentam uma resenha dos serviços de que se desincumbiu em 1942 a Divisão de Obras do referido Departamento, os quais se desdobraram através de trinta e quatro municípios.

Capital — Elaboração de um projeto de construção de um Posto de Higiene Infantil e lactário no bairro de Cruz das Armas, com detalhes e orçamento; escolha de local para a construção de um grupo escolar no bairro da Torre, projeto, detalhes, especificações e orçamento.

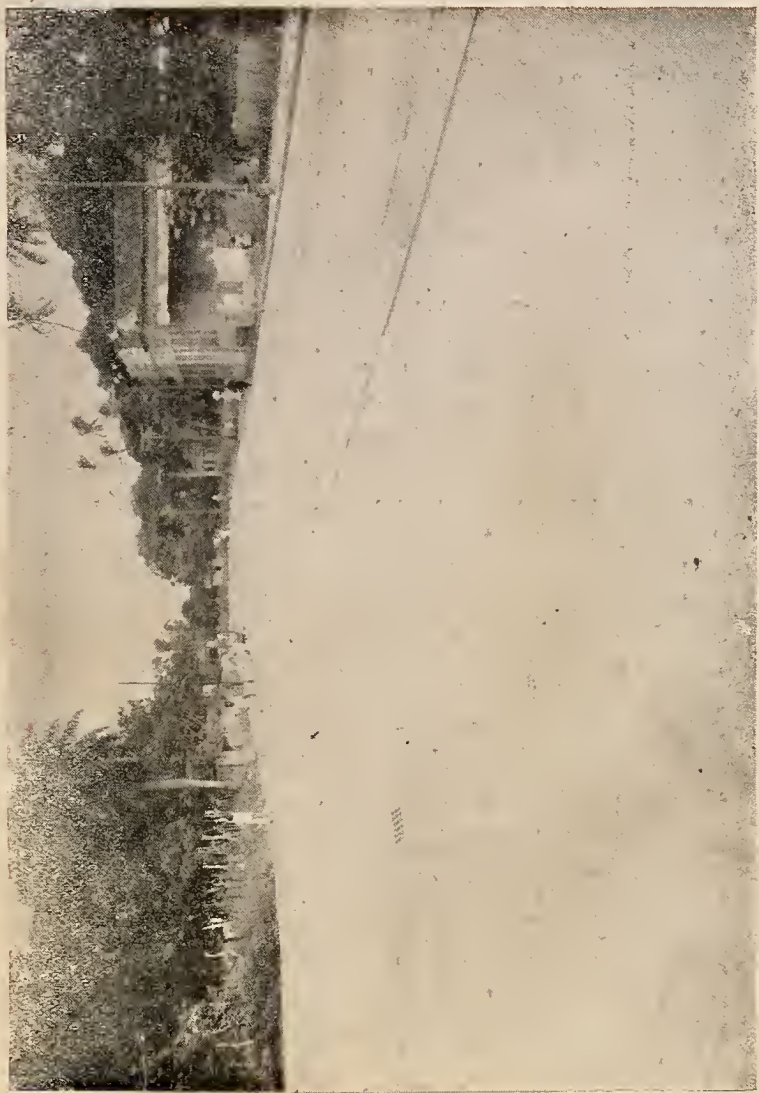
Santa Rita — Projeto de um edifício para a Biblioteca Municipal; projeto e orçamento para reforma e adaptação de um prédio destinado à Estação Postal Telegráfica; levantamento de planta e avaliação de um edifício para servir de sede à Prefeitura; levantamento de planta da praça Getúlio Vargas; avaliação de um próprio municipal; aprovação de planta sobre desenvolvimento de ruas na sede do município.

Espírito Santo — Projeto de edifício para a Biblioteca Municipal; projeto de alteração no edifício do Mercado Público; estudos urbanísticos de desenvolvimento de ruas e locação de meio-fios.

Sapé — Orçamento da construção de um edifício destinado à Cadeia Pública; idem de um edifício para servir de sede à escola rudimentar mista do distrito de Araçá.

Pilar — Projeto do Mercado Público, orçamento e especificações técnicas; inspeção a serviços de alinhamento, locação de meio-fios e passeios.

Mamanguapé — Projetos de remodelação dos edifícios da Cadeia, do Mercado Público e da Prefeitura, com os respectivos orçamentos; projeto, orçamento, especificações e detalhes do Hospital de Rio Tinto; escolha de local para construção de uma ponte sobre o rio



Prefeitura de João Pessoa — Trecho pavimentado a paralelepipedos na av. Cruz das Armas



“Curralinho”; parecer aprovando o levantamento da planta cadastral e topografica da cidade de Mamanaguapé.

Caiçara — Levantamento da planta da praça Getúlio Vargas e orçamento de construção de um edifício para o Posto de Higiêne.

Cuité — Projéto de construção de um edifício destinado ao Matadouro e respectivo orçamento; e alteração no projéto do edifício da Prefeitura.

Itabaiana — Escolha do local para a construção de um Grupo Escolar.

Alagôa Grande — Levantamento de planta, projéto de alteração e orçamento de uma praça pública na séde do município.

Areia — Estudos preliminares relativos ao abastecimento d'água da cidade; pareceres sôbre melhoramentos no Colégio Santa Rita e sôbre a linha divisoria entre as zonas agrícola e pecuária.

Esperança — Projéto e orçamento de construção de um edifício para o Posto de Higiêne; escolha de local, projéto e orçamento de construção de uma galeria e barragem na Lagôa da Porta; verificação do plano de desenvolvimento urbano da cidade; aprovação da planta, orçamento e plano de melhoramentos da praça Getúlio Vargas.

Guarabira — Localização, levantamento de planta, projéto e orçamento da construção do Mercado Público; levantamento da planta de um terreno para edificação do Posto de Higiêne.

Ingá — Projéto e orçamento de um cemitério no distrito de Pedro Velho; levantamento da planta do edifício da Prefeitura.

Bananeiras — Projéto de jardim público, com orçamento, especificações e detalhes da construção; projéto e orçamento de um edifício para o Matadouro Público, com especificações; projéto, orçamento e es-

pecificações para a construção de uma praça; projeto de postes em concreto armado para iluminação, e orçamento.

Laranjeiras — Verificação da planta da cidade e locação de meio-fios.

Araruna — Projetos e orçamentos para a construção do Mercado Público e de um Matadouro.

Picuí — Levantamento da planta da cidade, para estudos de nivelamento, locação de meio-fios, construção de mictórios e do Matadouro Público; aprovação da planta da praça Getúlio Vargas; e vistoria em serviços executados pela Prefeitura.

Pombal — Levantamento da planta de uma praça e fiscalização dos serviços de construção do Mercado.

Souza — Projeto de alinhamento de logradouros públicos; levantamento da planta de uma praça; projeto e orçamento da construção do edifício da Cadeia Pública.

Jatobá — Projeto e orçamento para a construção de um Grupo Escolar; vistoria nos edifícios do Mercado e da Cadeia Pública.

Princesa Isabel — Exame no edifício do Forum.

Patos — Exame dos serviços de construção do aerodromo local.

Antenor Navarro — Orçamento para a construção de um edifício para a Cadeia Pública e projeto de um chafariz.

Itaporanga — Projeto e orçamento do edifício destinado á Prefeitura e ao Forum; escolha de local para a Cadeia Pública.

Taperoá — Projeto e orçamento da Cadeia Pública; escolha de local para o campo de aviação e planta respectiva.

Monteiro — Escolha de local, projeto e detalhes do prédio destinado á Prefeitura e Forum; locação do



Prefeitura de João Pessoa — Pavimentação a cimento da av. Beaurepaire Rohan



campo de aviação; orçamento para melhoramentos no edifício do Grande Hotel.

Piancó — Projéto e orçamento para a construção de açougue, caixa d'água e fôssa cética e fiscalização dos respectivos serviços.

Brejo do Cruz — Exame dos prédios da Prefeitura e do Forum, e do açougue em construção, e orçamento.

Santa Luzia — Avaliação de imoveis para aquisição pela Prefeitura.

S. João do Cariri — Projéto de um cemitério no distrito de Cordeiros e parecer sôbre o levantamento topográfico da cidade.

Bonito — Planta da área, projéto e orçamento do Mercado Público; planta do edificio da Prefeitura.

Cajazeiras — Projéto com especificações técnicas e orçamento para a construção do Matadouro Público; inspecção dos respectivos serviços.





Campina Grande — Matadouro Público concluído pela atual administração municipal

Campina Grande — Serviços de terraplanagem e calçamento da av. José Bonifácio, realizados pela Municipalidade

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO DEMONSTRATIVO da Receita Orçada e Despesa Fixada das Prefeituras do Estado e da Receita e Despesa realizadas, durante o exercício de 1942.

MUNICIPIOS	Rec. Orçada	Desp. Fixada	Rec. Realizada	Desp. Realizada	+ ou - Receita	+ ou - Despesa	SALDO, incl. 941
Alagôa Grande	130.000,00	140.000,00	115.462,53	113.145,20	-	14.537,50	2.488,90
Aiaruna	145.000,00	145.000,00	174.139,30	193.341,00	+	29.139,30	9.387,70
Antenor Navarro	175.000,00	215.000,00	117.211,40	130.285,00	-	57.768,60	3.796,80
Areia	155.000,00	170.000,00	149.235,20	163.516,40	-	5.764,80	513,80
Bananellas	200.000,00	200.000,00	234.811,80	213.889,00	+	34.811,80	28.182,90
Benito	57.500,00	73.000,00	40.490,70	40.490,70	-	17.009,30	—
Brejo do Cruz	155.000,00	155.000,00	118.992,90	140.998,40	-	36.007,10	4.195,00
Catolé do Rocha	160.000,00	195.000,00	129.927,60	160.052,10	-	30.027,40	1.672,90
Campina Grande	2.018.000,00	2.188.000,00	2.724.830,70	2.412.611,60	+	706.830,70	512.791,50
Culté	118.000,00	130.000,00	101.258,80	114.793,40	-	14.741,20	2.978,00
Calçaria	127.000,00	160.000,00	159.888,30	181.157,80	+	32.888,80	12.024,00
Cabaceiras	102.000,00	112.000,00	106.718,70	102.271,20	+	4.718,70	37.300,50
Cajazeiras	330.000,00	400.000,00	349.250,10	354.180,80	-	18.250,10	5.085,40
Concelção	100.000,00	120.000,00	65.821,30	70.868,80	-	29.121,70	314,00
Esperança	130.000,00	130.000,00	168.662,80	170.547,10	+	38.552,80	5.116,40
Espirito Santo	103.000,00	120.000,00	125.392,50	135.942,80	+	23.392,50	9.180,60
Guarabira	354.000,00	400.000,00	433.888,10	433.220,30	+	79.888,10	49.013,50
Itaporanga	160.000,00	160.000,00	105.169,10	70.232,90	-	54.830,90	40.460,80
Ingá	120.000,00	140.000,00	151.202,40	174.674,20	+	31.202,40	4.362,20
Itabalana	250.000,00	250.000,00	326.031,90	287.604,00	+	76.031,90	50.706,90
Jatobá	82.000,00	104.000,00	51.175,40	51.171,00	-	30.824,60	1.005,90
Joazeiro	120.000,00	120.000,00	101.447,40	106.709,50	-	18.552,60	2.104,60
Laranjeiras	110.000,00	110.000,00	90.804,10	98.611,60	-	19.195,90	6.279,40
Mamanguape	291.000,00	291.000,00	398.554,40	415.171,90	+	107.554,40	22.264,40
Monteiro	200.000,00	250.000,00	237.449,30	254.554,50	+	37.449,30	19.564,50
Patos	375.000,00	500.000,00	414.721,30	417.746,90	+	39.721,30	14.850,70
Pilar	119.400,00	119.400,00	142.902,80	127.040,20	+	23.502,80	19.593,20
Pombal	262.000,00	290.000,00	182.794,60	194.035,10	-	79.205,40	224,60
Plancó	215.500,00	215.500,00	155.678,10	191.921,90	-	59.721,90	11.246,70
Picuí	138.000,00	170.000,00	152.417,80	151.513,90	+	14.417,80	23.875,90
Princesa Isabel	205.000,00	257.000,00	145.292,00	145.330,90	-	59.707,40	1.002,10
Souza	260.000,00	310.000,00	269.999,00	253.735,60	+	9.999,00	36.343,90
Santa Rita	335.000,00	385.000,00	487.316,80	456.718,10	+	152.316,80	106.282,10
S. João do Cariri	138.000,00	163.000,00	129.806,30	134.644,60	-	8.193,70	5.177,40
Santa Luzia	165.000,00	165.000,00	148.702,40	150.753,40	-	16.297,60	2.118,50
Sapé	175.000,00	210.000,00	286.793,30	295.368,80	+	111.793,30	5.927,90
Serraria	105.000,00	138.850,00	101.425,60	106.452,50	-	3.574,40	848,00
Teixeira	98.000,00	120.000,00	90.262,30	87.649,60	-	7.737,70	2.597,00
Taperoá	92.000,00	128.000,00	81.297,40	100.247,50	-	10.702,60	1.004,00
Umbuzeiro	152.000,00	218.000,00	171.674,30	212.181,00	+	19.674,30	13.223,00
	8.856.400,00	9.867.750,00	9.572.100,20	9.079.018,70			

Convenção:

- O sinal + significa maior receita e maior despesa.
- O sinal - significa menor receita e menor despesa.



Campina Grande — Serviços de terraplanagem e calcamento da av. José Bonifácio, realizados pela Municipalidade



EXERCÍCIO DE 1942

PREFEITURA	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Alagôa Grande ..	—	—	2.500,00	—
" " ..	—	—	—	10.300,00
Araruna	—	5.000,00	8.425,80	—
"	—	—	30.000,00	57.103,20
Antenor Navarro ..	—	7.000,00	—	16.400,00
Areia	9.500,00	—	—	10.700,00
Bananeiras	—	—	16.000,00	—
"	—	—	1.600,00	—
"	—	—	17.721,20	44.493,80
Brejo do Cruz ..	—	—	4.500,00	48.500,00
Catolé do Rocha ..	—	—	6.020,00	6.020,00
Campina Grande ..	—	270.475,00	50.000,00	590.851,50
Cuité	—	1.080,00	—	4.775,00
Caicára	11.700,00	—	8.330,00	—
"	—	—	—	37.037,00

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ABERTOS PELAS PREFEITURAS DO ESTADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 1912

PREFEITURAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Algoa Grande							500,00		5.000,00			2.500,00	
Araucária						3.000,00	5.000,00	2.700,00	2.980,40		5.000,00	8.425,80	10.300,00
Antônio Navarro										9.400,00	7.000,00		16.400,00
Arara								1.200,00		9.500,00			10.700,00
Barra Mansa								9.175,60				16.000,00	
												1.000,00	
												17.721,20	44.493,80
Brejo do Cruz							37.000,00		7.000,00			4.500,00	48.500,00
Catolice do Rocha												6.020,00	6.020,00
Campina Grande								10.400,00	259.975,50		270.476,00	50.000,00	590.851,50
Catolé								3.695,00			1.080,00		4.775,00
Caruaru								5.200,00	3.207,00	11.700,00		8.380,00	
									8.500,00				37.687,00
Cabaceiras												5.000,00	
Cajazeiras								30.000,00			44.760,00		74.760,00
Conceição							15.100,00		2.000,00				
									1.150,00				18.250,00
Esperança					5.000,00			1.000,00	1.000,00			40.000,00	
								3.913,00				1.900,00	
								3.500,00					66.313,00
Espirito Santo				1.200,00			5.800,00	9.700,00	4.000,00	10.000,00	4.000,00	350,00	35.530,00
							480,00						
Guarabira					6.948,90		32.062,00		1.180,40		21.729,60		64.958,90
Itaporanga										2.000,00			
										3.000,00			5.000,00
Inglá					2.400,00		1.170,00	200,00	3.800,00	1.000,00	1.022,30	25.000,00	
							430,00	600,00	11.000,00	1.800,00	2.050,00		52.172,30
							1.100,00						
Itabana							2.000,00	10.000,00		2.700,00	7.840,00	2.800,00	
							11.000,00			4.000,00	2.000,00	1.400,00	
							8.000,00				11.000,00	1.000,00	
												2.000,00	
												9.100,00	74.840,00
Jatobá				1.407,00									1.407,00
Joaquim												32.000,00	32.000,00
Juranjuras				1.200,00	523,50		1.000,00	2.600,00	2.000,00		5.800,00		13.723,50
Mamanguape				9.000,00	45.904,60	20.000,00	34.500,00		20.000,00	14.440,00	2.900,00	11.308,40	
					5.060,00		1.200,00			3.000,00			35.235,00
					1.038,10								3.209,90
												20.000,00	226.736,50
Monteiro					13.800,00		36.000,00		1.000,00		10.000,00		86.400,00
									25.000,00				
Patos										22.000,00		1.028,00	
												6.400,00	
												2.200,00	
												5.000,00	
												37.400,00	74.028,00
Pilar						1.050,00	3.319,20			5.339,50		2.000,00	
						2.500,00				8.625,50		5.073,00	27.907,20
Piancó					4.000,00					2.900,00	0.000,00	4.300,00	
										5.362,10		3.000,00	23.662,10
Picuí								13.500,00			6.400,00	6.200,00	26.100,00
Princesa Isabel									5.000,00	500,00		2.000,00	7.500,00
Souza								15.000,00		1.800,00	570,00		
										2.400,00	1.202,50		20.972,50
Santa Rita				3.323,30	1.000,00	15.000,00		60.784,00	31.090,00		47.600,00	4.400,00	
					10.000,00							1.471,00	164.668,30
Sapé				12.000,00		1.050,00	3.000,00	31.600,00	3.300,00		8.000,00	16.000,00	76.200,00
								1.250,00					
S. João do Cariri					1.140,00	5.000,00		2.400,00					8.540,00
Santa Luzia									4.200,00		9.600,00		13.800,00
Serraria									420,00	8.000,00		1.350,00	9.780,00
Tolzeira											3.500,00		3.500,00
Tapióá		6.000,00								3.600,00			9.600,00
Umbuzeiro				8.000,00				9.900,00	1.000,00		4.810,00	1.500,00	25.300,00
Total													2.065.155,40

NOTA: As importâncias assinaladas com este * se referem a créditos especiais, que montam em Cr\$ 500.740,20.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDAS PELAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO EM 1942

<i>PREFEITURAS</i>	<i>Dívidas existentes em 1.º de janeiro de 1942</i>	<i>Dívidas pagas em 1942</i>	<i>Dívidas que passaram para 1943</i>
Areia	32.849,70	8.803,50	24.046,20
Antenor Navarro	48.893,10	—	48.893,10
Alagôa Grande	14.360,00	800,00	13.560,00
Bananeiras	3.257,80	—	3.257,80
Bonito	20.588,80	6.386,30	14.202,50
Brejo do Cruz	13.771,00	389,50	13.381,50
Campina Grande	113.398,20	79.701,70	33.696,50
Caiçara	8.925,90	6.916,50	2.009,40
Cabaceiras	6.731,00	4.537,40	2.193,60
Cajazeiras	73.684,70	4.864,20	68.820,50
Conceição	3.200,00	—	3.200,00
Guarabira	1.996,00	239,00	1.757,00
Itaporanga	28.841,40	200,00	28.641,40
Itabalana	8.237,30	—	8.237,30
Jatobá	88.666,40	—	88.666,40
Joazeiro	42.406,10	28.824,60	13.581,50
Laranjeiras	5.523,50	1.523,50	4.000,00
Patos	52.000,00	47.810,30	4.189,70
Pilar	5.304,20	5.304,20	—
Pombal	66.051,80	3.070,00	62.981,80
Piancó	36.824,20	17.009,50	19.814,70
Princesa Isabel	6.500,00	6.061,30	438,70
Souza	17.062,30	4.609,00	12.453,30
S. João do Cariri	9.000,00	3.000,00	6.000,00
Santa Luzia	6.000,00	5.943,00	57,00
Taperoá	17.905,20	—	17.905,20
	<hr/> 731.978,60	<hr/> 235.993,50	<hr/> 495.985,10

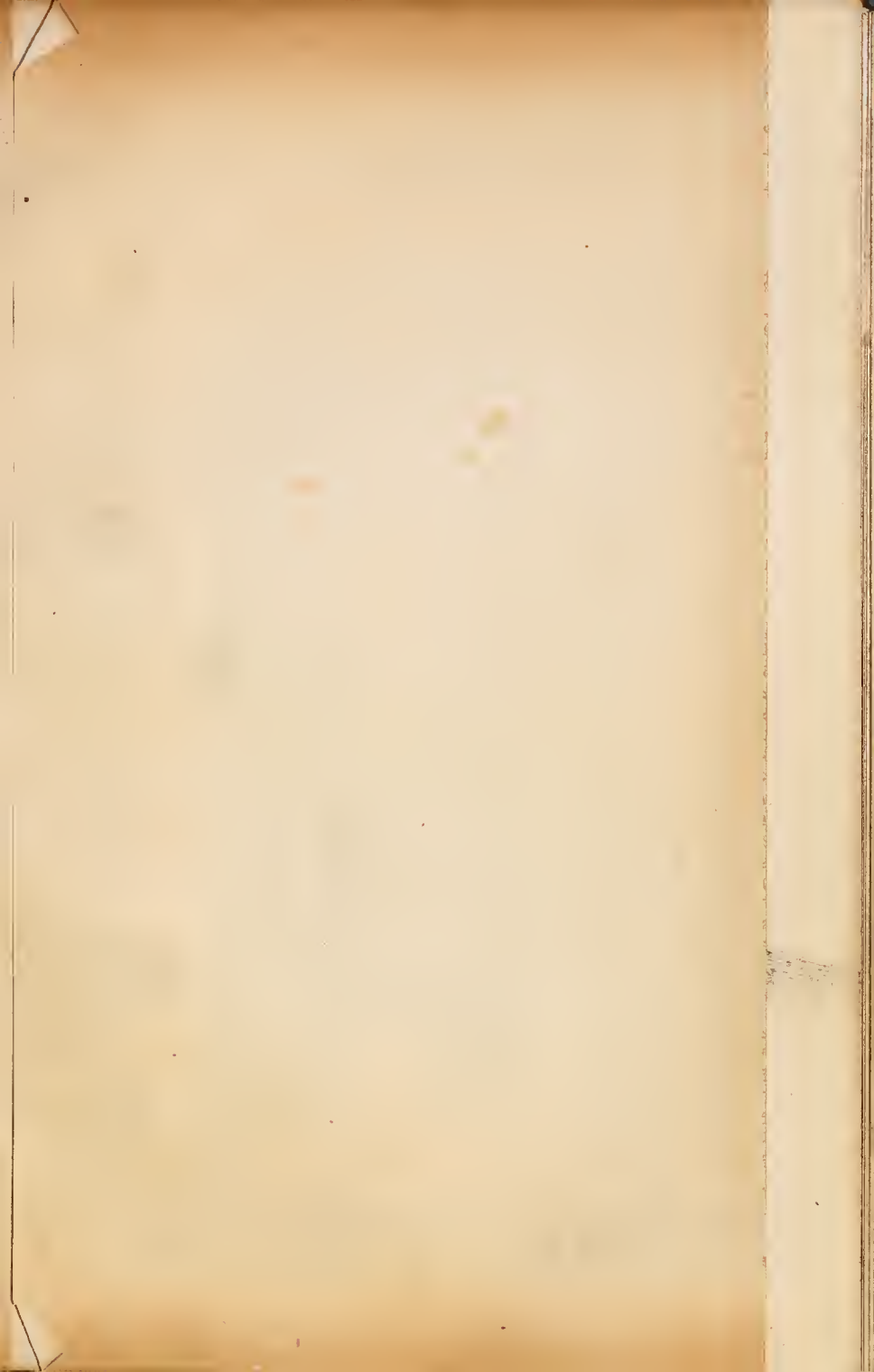
NOTA: As dívidas amortizadas no período financeiro de 1942, se referem á Dívida Geral dos Municípios existente em 20 de agosto de 1940, no início do atual Governo. As demais Prefeituras não passaram dívidas para 1941.

Year	Month	Day	Event
1875	Jan	1	...
1875	Jan	2	...
1875	Jan	3	...
1875	Jan	4	...
1875	Jan	5	...
1875	Jan	6	...
1875	Jan	7	...
1875	Jan	8	...
1875	Jan	9	...
1875	Jan	10	...
1875	Jan	11	...
1875	Jan	12	...
1875	Jan	13	...
1875	Jan	14	...
1875	Jan	15	...
1875	Jan	16	...
1875	Jan	17	...
1875	Jan	18	...
1875	Jan	19	...
1875	Jan	20	...
1875	Jan	21	...
1875	Jan	22	...
1875	Jan	23	...
1875	Jan	24	...
1875	Jan	25	...
1875	Jan	26	...
1875	Jan	27	...
1875	Jan	28	...
1875	Jan	29	...
1875	Jan	30	...
1875	Jan	31	...
1875	Feb	1	...
1875	Feb	2	...
1875	Feb	3	...
1875	Feb	4	...
1875	Feb	5	...
1875	Feb	6	...
1875	Feb	7	...
1875	Feb	8	...
1875	Feb	9	...
1875	Feb	10	...
1875	Feb	11	...
1875	Feb	12	...
1875	Feb	13	...
1875	Feb	14	...
1875	Feb	15	...
1875	Feb	16	...
1875	Feb	17	...
1875	Feb	18	...
1875	Feb	19	...
1875	Feb	20	...
1875	Feb	21	...
1875	Feb	22	...
1875	Feb	23	...
1875	Feb	24	...
1875	Feb	25	...
1875	Feb	26	...
1875	Feb	27	...
1875	Feb	28	...
1875	Feb	29	...
1875	Mar	1	...
1875	Mar	2	...
1875	Mar	3	...
1875	Mar	4	...
1875	Mar	5	...
1875	Mar	6	...
1875	Mar	7	...
1875	Mar	8	...
1875	Mar	9	...
1875	Mar	10	...
1875	Mar	11	...
1875	Mar	12	...
1875	Mar	13	...
1875	Mar	14	...
1875	Mar	15	...
1875	Mar	16	...
1875	Mar	17	...
1875	Mar	18	...
1875	Mar	19	...
1875	Mar	20	...
1875	Mar	21	...
1875	Mar	22	...
1875	Mar	23	...
1875	Mar	24	...
1875	Mar	25	...
1875	Mar	26	...
1875	Mar	27	...
1875	Mar	28	...
1875	Mar	29	...
1875	Mar	30	...
1875	Mar	31	...

...



Campina Grande — Edifício do "Grande Hotel", construído pela Prefeitura



DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

QUADRO DEMONSTRATIVO do movimento financeiro das Prefeituras do Estado, referente ao exercício de 1942

PREFEITURAS	PARTE DA RECEITA				PARTE DA DESPESA					
	Rec.	Rec.	Total	Ad.	S. Publ.	O. Melh.	S. P. com	Dívida	Diversas	Creditos
	Ordinária	Extraord.	Geral	Municipal	Munic.	Publ.	o E. T. G. S.	Passiva		Especiais
Alto do Grande	111.712,40	3.750,10	115.462,50	30.626,20	33.136,90	7.275,70	10.485,40	500,00	19.822,00	4.993,61
Assurua	149.362,00	24.776,70	174.139,50	57.231,00	24.052,60	25.031,00	25.537,70	—	28.488,70	23.603,61
Assunção Navarro	112.515,40	4.755,60	117.241,40	44.742,50	29.079,30	13.141,50	15.254,50	—	24.057,30	—
Avanhandava	147.455,70	1.769,50	149.235,20	34.720,80	31.112,60	41.401,60	19.942,40	9.316,60	21.122,40	3.000,00
Barra das Neves	206.638,30	25.973,50	234.811,80	55.322,80	47.437,20	45.463,60	18.680,50	—	45.184,90	1.600,00
Bomfim	35.381,00	5.169,10	40.490,70	18.693,60	2.671,10	3.606,40	3.802,50	7.255,40	4.456,80	—
Brasão do Cruz	114.721,70	4.271,20	118.992,90	25.534,30	13.774,20	10.573,00	11.871,40	389,50	29.716,40	47.011,00
Caeté do Rocha	110.231,60	18.936,00	129.227,60	41.806,20	21.806,80	53.540,40	13.112,10	—	26.756,00	—
Campina Grande	2.550.481,40	164.349,30	2.714.830,70	253.211,80	335.869,00	1.511.251,50	65.783,30	79.701,10	160.801,30	—
Carate	85.373,40	4.885,40	101.258,80	40.240,50	15.765,00	20.938,90	19.940,20	—	17.548,80	—
Catrolândia	151.792,90	8.093,90	159.886,80	47.242,60	47.520,00	43.127,40	15.592,50	6.916,50	20.757,80	—
Cebaceiras	91.225,40	15.493,30	106.718,70	36.706,20	11.878,70	18.274,80	11.127,30	4.537,40	14.746,20	5.000,00
Celso Ramos	304.635,30	43.614,80	348.250,10	70.717,40	73.414,10	113.026,90	32.206,60	4.864,20	31.124,30	28.627,30
Conceição	49.414,30	16.409,00	65.821,30	27.131,70	11.478,40	4.238,10	2.412,50	—	10.073,70	16.381,20
Esperança	161.167,80	4.455,00	168.562,80	47.620,90	21.324,00	62.555,70	17.493,10	—	21.643,40	—
Estância Santa	108.020,00	18.372,50	126.392,50	43.134,90	23.479,70	42.388,10	10.394,40	—	14.515,70	2.030,00
Guarabira	401.485,80	32.399,30	433.886,10	115.882,20	119.745,20	96.021,20	53.428,70	239,00	47.903,60	—
Itaporanga	69.654,60	6.000,00	105.169,10	24.290,60	11.208,20	8.486,40	7.344,00	200,00	7.471,70	—
Itaú	146.212,40	4.950,00	151.202,40	44.208,10	18.301,60	42.356,70	22.355,50	1.104,00	16.820,80	29.518,50
Itabalana	291.403,90	34.628,00	326.031,90	54.210,90	52.806,50	58.202,60	62.935,20	—	39.448,50	—
Jatobá	50.010,50	1.165,40	51.175,90	19.500,90	13.455,70	10.574,00	3.986,60	—	2.538,60	1.065,00
João Pinheiro	79.871,10	21.576,30	101.447,40	30.014,00	19.216,80	7.792,70	8.985,40	28.324,60	11.878,00	—
Lauro de Freitas	87.458,60	3.345,50	90.804,10	39.091,70	14.525,80	18.671,50	13.323,20	1.523,50	11.475,90	—
Maragogi	330.847,30	67.707,10	398.554,40	93.417,30	54.905,60	71.117,40	53.659,20	23.772,50	25.435,10	90.362,30
Monte Alegre	187.663,80	49.785,30	237.449,10	33.012,70	40.073,70	122.380,10	21.397,10	—	32.690,00	—
Palos	392.636,70	22.084,60	414.721,30	89.000,10	94.311,80	26.492,50	56.851,20	57.510,30	48.824,10	44.096,00
Pilar	127.219,60	15.033,20	142.902,80	41.897,60	28.470,90	16.667,40	12.125,30	1.985,00	20.133,30	5.785,70
Pombal	163.468,80	14.325,80	182.794,60	58.069,10	49.042,50	44.612,40	14.000,30	3.070,90	25.555,10	—
Francisco de Assis	143.505,10	12.173,00	155.678,10	58.281,20	20.736,20	35.161,70	15.659,00	17.009,50	31.237,40	8.721,00
Paulista	149.066,90	3.351,00	152.417,80	46.679,10	17.830,00	43.260,30	20.773,20	—	17.871,30	—
Princesa Isabel	137.854,39	7.438,30	145.292,60	43.110,00	26.655,00	27.608,60	25.463,50	6.061,30	16.426,60	—
Suares	240.222,00	29.777,00	269.999,00	58.153,20	35.932,20	70.375,10	28.106,10	4.669,00	53.570,00	2.970,00
São Rita	351.561,60	125.540,80	477.102,40	88.118,30	21.486,40	221.953,90	44.954,90	—	63.171,30	6.801,24
São João do Cariri	122.618,70	7.187,60	129.106,30	43.000,00	26.671,90	13.150,40	19.470,10	3.000,00	18.272,20	6.020,00
Santa Luzia	141.592,20	7.104,20	148.702,40	38.152,20	43.959,00	20.404,60	28.855,10	5.943,00	13.439,50	—
Sapé	243.893,70	42.896,60	286.793,30	60.094,40	42.026,00	76.954,60	41.789,40	1.869,00	72.635,10	—
Serraria	93.586,90	7.838,70	101.425,60	38.170,00	20.954,50	21.688,40	9.519,20	—	16.130,40	—
Tombos	80.702,00	9.560,30	90.262,30	31.651,40	16.092,20	13.638,20	15.737,30	—	10.530,50	—
Taperoá	77.719,90	3.577,50	81.297,40	33.408,80	27.006,60	10.125,40	15.407,70	—	8.397,50	5.931,50
Umbuzeiro	153.320,40	15.353,90	171.674,30	54.613,10	25.237,90	44.174,90	34.622,80	—	25.781,90	27.750,40
Total Geral da Receita	—	—	9.572.100,20	2.127.466,30	1.596.532,10	3.148.880,60	953.912,40	270.502,00	1.131.783,70	369.943,70
Total Geral da Despesa	—	—	9.079.018,70							

NOTAS: — O movimento de Itaporanga está calculado até novembro, em vista do Prefeito ainda não ter remetido o balancete de dezembro. Os créditos especiais abertos pelas Prefeituras de Sapé, Esperança e Itabalana, estão incorporados aos serviços, conforme constam nos balancetes. Cajazeiras contraiu empréstimo de Cr\$ 20.000,00 ao Estado e Cr\$ 7.800,00 a um particular, cujo total está incorporado à receita.



Campina Grande — Proseguimento da pavimentação, a macadam, da av. Lourenço Pôrto, serviço da atual administração municipal



DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

ARRECADAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, SEGUNDO
A EXTENSÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE HABITANTES DE CADA UM
EXERCÍCIO DE 1941

MUNICÍPIOS	Receita	Super-	Popu-	Receita	Receita
	Geral	fície	lação	por km ²	"Per Capita"
Alegôa Grande	104.707,80	344	23.552	304,38	4,44
Araruna	118.494,70	1.020	32.500	116,17	3,64
Antenor Navarro	219.893,30	1.418	29.000	155,07	7,23
Areia	163.360,60	648	42.058	252,09	3,90
Bananeiras	182.256,70	608	54.178	299,76	3,36
Bonito	71.065,80	510	7.294	139,34	9,74
Brejo do Cruz	180.852,20	1.579	18.244	114,53	9,91
Catolé do Rocha	190.605,20	1.559	28.264	122,26	6,74
Campina Grande	2.444.836,90	2.567	127.379	952,41	19,19
Cuité	124.111,80	1.335	21.986	92,96	5,64
Caiçara	233.046,00	532	23.220	438,05	8,25
Cabaceiras	123.527,40	2.527	24.118	48,88	5,12
Cajazeiras	439.928,40	1.020	24.846	431,30	17,70
Cerqueira	94.819,08	1.722	16.372	55,06	5,79
Esperança	163.660,60	351	16.521	466,26	9,90
Espírito Santo	120.204,80	764	30.823	157,33	3,89
Guarabira	458.849,60	806	75.381	569,29	6,08
Itaporanga	117.111,70	1.244	23.964	94,14	4,88
Ingá	201.234,50	550	24.586	365,88	8,18
Itabaiana	289.728,10	613	37.774	472,63	6,76
Jatobá	107.925,60	676	12.088	159,65	8,92
Jazeiro	104.739,40	2.157	15.901	48,55	6,58
Laranjeiras	114.678,10	294	26.468	390,06	4,33
Mamanguape	338.891,50	2.031	64.847	166,85	5,22
Monteiro	261.058,70	3.967	45.416	65,80	5,74
Patos	552.954,70	2.434	42.211	227,17	13,09
Pilar	138.018,50	676	32.694	204,16	4,22
Pombal	308.974,10	2.491	40.439	124,03	7,64
Piancó	256.945,60	2.763	41.740	92,99	6,15
Picuí	167.874,70	1.747	20.037	96,09	8,37
Princesa Isabel	212.427,70	1.775	32.439	119,67	6,54
Souza	284.967,80	1.928	38.496	147,80	7,40
S. João do Cariri	183.471,00	3.454	30.739	53,11	5,96
Santa Rita	440.551,10	902	34.398	488,41	12,80
Santa Luzia	186.523,20	1.462	22.193	127,58	8,40
Sapé	295.155,40	453	39.531	651,55	7,46
Serraria	108.583,30	464	24.135	234,01	4,49
Teixeira	115.677,30	1.305	23.679	88,63	4,88
Taperoá	159.717,40	1.216	16.198	131,34	9,86
Umbuzeiro	218.322,80	1.199	38.052	182,08	5,73

Pedro Almeida Rocha — Chefe da Turma de Tomada de Contas.

(Com as restrições impostas pelo art. 2.º da Resolução n.º 139, de 25 de agosto de 1942, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República).

Município de João Pessoa

Ao assumir as suas funções, em agosto de 1940, o atual prefeito, engenheiro Francisco Cicero, encontrou a Prefeitura com uma dívida fundada de Cr\$ 555.730,60 e os serviços internos de administração necessitando de urgente reforma.

Depois de reajustada a situação financeira, — (o saldo existente em cofre àquela época não chegava a Cr\$ 1.000,00) — a integração da máquina administrativa municipal no espírito de racionalização dos serviços públicos estaduais era medida que se impunha na ordem de iniciativas e realizações da edilidade.

Essa remodelação, procedida a tempo, tende a oferecer às atividades da Prefeitura progressivo desenvolvimento e maior produtividade.

Assim, durante 1942, a administração da Prefeitura Municipal de João Pessoa compreendia os seguintes órgãos:

Serviços gerais:

- Portaria,
- Secretaria,
- Serviço de Compras,
- Serviço de Estatística,
- Serviço de Contabilidade,
- Serviço de Fiscalização,
- Serviço de Tributação e Tesouraria.

Serviços especializados:

- Diretoria de Trabalhos da Prefeitura Municipal,
- Diretoria de Assistência e Higiene,



Campina Grande — Edifício da Prefeitura Municipal, projetado em 1941 e concluído em 1942.

1875

Diretoria de Abastecimento e
Delegacia Municipal de Cabedêlo.

Todos êsses órgãos desincumbiram-se eficientemente de suas tarefas.

O período a que se refere êste relatório decorreu proveitosamente para a Municipalidade, pois, tendo uma receita prevista de Cr\$ 2.200.000,00, arrecadou Cr\$ 115.850,80 a mais. A despêsa, que fôra fixada em Cr\$ 2.250.000,00, alcançou o total de Cr\$ 2.298.935,90.

Ao encerrar-se o exercício relatado, a Prefeitura dispendeu com a amortização da dívida fundada a importância de Cr\$ 439.866,00, inclusive a parcela de Cr\$ 98.806,50 de resgate feito durante o ano, ficando disponível para o exercício de 1943 o saldo de Cr\$ 16.914,40.

Convém ressaltar que a despêsa maior, correspondente a pessoal, sobe a 55% das possibilidades do município, limitando sensivelmente a capacidade de realização e as iniciativas da Municipalidade. Não obstante essa e outras dificuldades decorrentes da situação de guerra que atravessamos, trazendo consideráveis entres através á aquisição de materiais, a Prefeitura levou a cfeito melhoramentos de certo vulto, nos quais dispendeu a importância de Cr\$ 353.469,50. Êsses serviços visaram preferentemente o aumento e restauração das galerias de águas e esgotos da cidade e pavimentação de diversas ruas.

No exercício anterior ao relatado, além de outras iniciativas, a edilidade realizara o levantamento de meios-fios no Parque Solon de Lucena, calçamento da rua S. José e da av. Beaurepaire Rohan, iniciando nesta última, em 1942, as obras para abertura de uma avenida ligando o centro da cidade á Povoação Índio Piragibe, trabalhos em andamento.

Os dados que abaixo se seguem resumem as realizações da Prefeitura Municipal naquele exercício. E' mister destacar os serviços executados na av. Cruz das Armas, cuja pavimentação a paralelepípedos, feita com a cooperação do Estado, muito beneficiou o quartel do 15.º R. I.

AVENIDA CRUZ DAS ARMAS:

Meio fios de granito, colocados: M. 1.000,00

Pavimentação a paralelepípedos sobre base de concreto rejuntado a cimento: M2. 5.301,00

Construção e colocação de galerias de águas pluviais de 0,30 e 0,50 com 7 caixas de visita e 9 bôcas de lóbo: M. 365,10

Trabalhos complementares: demolição e reconstrução do muro do Quartel do 15.º R. I. — Muros das casas ns. 42 e 25 da mesma avenida.

AVENIDA DOS COREMAS:

Construção de M. 130,00 de galeria de águas pluviais em tubulação de cimento de 1m,00.

AVENIDA JOÃO MACHADO:

Pavimentação de M2. 9.600,00, de calçamento de pedra britada

Construção de galeria de águas pluviais em tubulação de 0m,40, M. 200,00

Reposição de M. 1.400,00 de meio fios e construção de M2. 70,00 de linha d'água.

ABERTURA DA RUA SANTOS DUMONT

Terraplanagem de M2. 1.800,00

Construção de M. 360,00 de meio fio

Reposição de calçamento em diversas ruas e praças: M2. 10.773,50.

PARQUE SOLON DE LUCENA:

Empedramento de M2. 1.200,00, na Avenida Circular.

Desobstrução da Lagôa — Terra retirada — M3. 6.000,00

Remodelação e ajardinamento (Parte terminada) — M2 3.500,00.

PRAÇA VENANCIO NEIVA:

Pavimentação a paralelepípedos sobre base de concreto rejuntados a cimento: M2. 1.694,00.

Galeria de águas pluviais em tubulação de cimento construída e instalada: M. 180,00.

CEMITÉRIO PÚBLICO:

Construção de 20 carneiras.

A Prefeitura licenciou também a construção de 33 casas de alvenaria e 19 de taipa e telha, realizada por particulares.



Campina Grande — Aspecto das demolições e calçamento da Avenida Marechal Floriano, obra da atual administração municipal.

Município de Campina Grande

Economicamente o mais importante município do Estado, para onde convergem todas as atividades comerciais do interior, notadamente as que se relacionam com o nosso principal produto, o algodão, Campina Grande vem experimentando atualmente uma extraordinária fase de desenvolvimento. A administração municipal tem impulsionado êsse surto de progresso com realizações materiais de grande vulto, as quais compreendem obras de embelezamento da cidade e serviços outros determinados pelas exigências do plano de urbanização.

Durante 1942 o govêrno municipal de Campina Grande poudo levar avante vários melhoramentos do programa iniciado no ano anterior e transferir, findo o exercício, um saldo para 1943, de Cr\$ 534.791,50. A receita fôra prevista em Cr\$ 2.018.000,00 arrecadando o município, apesar dos efeitos da guerra e da incidência da sêca nos sertões, Cr\$ 2.724.830,70. O excesso de rendas verificado, na importância de Cr\$ 718.344,00 salienta a prosperidade do município que, entre os outros problemas decorrentes daquêles fatôres, teve de promover apressadamente, como centro distribuidor entre o litoral e os sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, o abastecimento de numerosas tropas do nosso Exército, deslocadas para esta zona do país, por exigências da defêsa nacional.

Por sua vez, o acervo de empreendimentos levados a efeito pelo poder público municipal demonstra a honestidade da aplicação daquelas rendas. Verificando que era pessimo o estado da pavimentação das ruas da cidade, agravado pelas obras de saneamento e abastecimento d'água, a Prefeitura procedeu a retificação do calçamento, á base de concreto, das ruas Maciel Pinheiro,

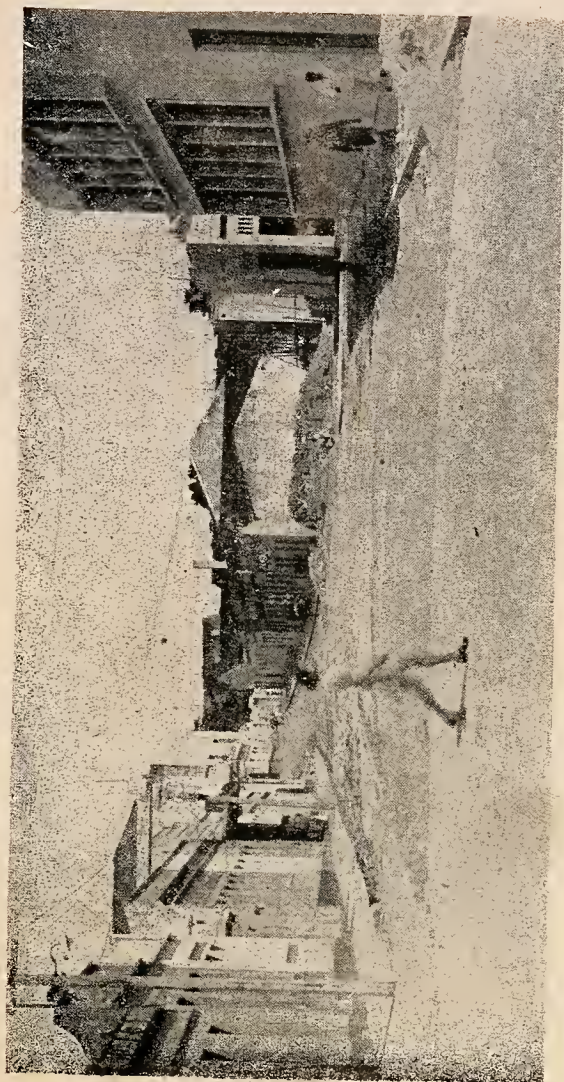
Floriano Peixôto, Afonso Campos, Avenida Getúlio Vargas, Presidente João Pessoa, Ruy Barbosa, Siqueira Campos, Desembargador Trindade, Bento Viana, João Lourenço Porto e João Tavares, sendo as duas últimas em macadam, tipo asfalto.

No plano das vultosas construções destacam-se o Grande-Hotel, onde fôram invertidos cêrca de Cr\$ 1.000.000,00, o moderno e elegante Palácio da Prefeitura Municipal e o importante prédio do Matadouro Modelo, custando êsses dois últimos á edilidade Cr\$ 400.000,00 e 200.000,00 respectivamente.

Continuando o plano de embelezamento da cidade a Prefeitura, ainda em 1942, procedeu a demolição do velho casarão onde funcionava o Paço Municipal e projetou a construção, na Avenida Floriano Peixôto, de um nôvo edifício destinado ao Fórum e á Bibliotéca Pública.

Também fôram iniciados os trabalhos de transformação e saneamento da bacia do "Açude Velho", reservatório d'água construído ha mais de um século no centro da cidade, e que agora destina-se a ser o mais aprazível logradouro campinense.

A administração anterior havia deixado o Mercado Público parcialmente por acabar. O atual Prefeito, dr. Vergniaud Wanderley, compreendendo a necessidade da sua conclusão, tanto para a higiêne dos gêneros de consumo vendidos á população, quanto para a própria economia da Prefeitura, determinou o seu immediato acabamento, tendo já despendido mais de 100 mil cruzeiros com os serviços de saneamento e outros melhoramentos do edifício.



Campina Grande — Demolições, calcamento e terrapla nagem na rua Venancio Neiva, serviço da atual administração municipal.



SEGURANÇA PÚBLICA

I) POLÍCIA CIVIL



DURANTE o exercício de 1942, a ordem pública foi mantida em todo o Estado e o Govêrno, por intermédio da Chefia de Policia, tem assegurado o ritmo de trabalho e o bem estar social em todos os municípios, dêsde o litoral até o alto sertão.

A' Chefia de Policia estão subordinados os seguintes órgãos:

Delegacia de Ordem Política e Social
Delegacia de Investigações e Capturas
Instituto de Identificação e Médico Legal
Inspetoria Geral do Tráfego Público e da Guarda Civil
Casa de Detenção da Capital .
Cadeias Públicas do interior do Estado
Inspetoria da Policia Marítima .

O policiamento no interior foi exercido pelas delegacias e sub-delegacias com séde nos municípios, ocupadas as respectivas funções por oficiais ou graduados da Fôrça Policial.

Conquanto tenha persistido para todos os seus serviços a organização do ano anterior, a administração policial esteve aparelhada para fazer face á delicada situação que se criou para o país com o estado de guerra, conservando-se as autoridades em constante alerta com o fim de deter qualquer ação contra a nossa integridade territorial e toda fôrma de solapamento das instituições nacionais. Adotou, assim, a atitude que lhe competia, exercendo eficaz e vigilante atividade, dando combate tenacíssimo aos elementos anti-brasileiros atra-

vés do contróle regular dos movimentos de estrangeiros, de súditos do Eixo e de individuos suspeitos de servirem de instrumento á espionagem no território do Estado.

Ao lado do povo, quando por ocasião do inominável atentado dos submarinos nazistas a navios brasileiros, a Polícia Civil agiu com serenidade, calma e energia no intuito de evitar abusos e a interferência perniciosa dos aproveitadores do momento, acabando por neutralizar sem maiores vexames, os intuitos criminosos daquêles elementos.

Por outro lado, não foi descuidada a ordem pública no interior, atendendo as autoridades policiais ás providencias reclamadas, dèsde as simples medidas de prevenção social e repressão ás manifestações elementares de criminalidade, ao combate sistemático ao cangaceirismo.

O aparelho repressor da Polícia Civil funcionou proveitosamente, acentuando-se a palavra de ordem e garantia do Governo á população paraibana, notadamente á gente do campo, atribulada ainda pela ação malfetora de alguns remanescentes do antigo banditismo.

Aos poucos, em colaboração com a Força Policial e através um sistema de repressão articulado diretamente com a Chefia de Polícia, vão sendo exterminados êsses fôcos de inquietação pública e de intranquilidade social.

Diversas volantes, comandadas por oficiais e inferiores afeitos a êsse serviço, têm percorrido em todos os sentidos o território paraibano, exercendo tenaz perseguição aos bandoleiros.

Com essa persistente e continuada atividade, o cangaceirismo na Paraíba se acha debelado, concorrendo ainda para êsse expressivo resultado o espíri-

to de cooperação e entendimento existente entre a nossa Polícia e a dos Estados vizinhos.

Medidas complementares, visando criar um ambiente favorável à paz pública, de estímulo ao trabalho e à iniciativa particulares fôram também tomadas pela Chefia de Polícia, através de seus órgãos subordinados: as Delegacias de Ordem Política e Social e de Investigações e Capturas, centralizados na capital. Entre tais providências, imediatamente executadas, destaca-se uma enérgica repressão ao porte de armas de fôgo e arma branca, adotado o critério do mais severo rigôr na concessão das respectivas licenças.

Pronta e eficientemente poude a Polícia atender também a todas as solicitações do poder judiciário, num espírito de mútuo entendimento e compreensão do dever público.

Delegacia de Ordem Política e Social

A' Delegacia de Ordem Política e Social, que se integra no sistêma de especializações policiais adotado no país, estão afétos os assuntos atinentes a estrangeiros e a função de prevenir os crimes contra a segurança das instituições nacionais.

Sendo assim, no ano findo cresceram de significação e vulto os encargos que lhe são atribuídos, em virtude da situação especial que atravessa o Brasil'.

Tendo que adotar uma ação decisiva e vigilante, a Delegacia de Ordem Política e Social deu o maior desenvolvimento aos seus serviços, permanecendo sempre alerta e pronta a impedir todas as atividades contrárias á segurança nacional.

Através das secções em que se subdividem os seus encargos—**Transportes; Hotéis e Pensões; Armas, explosivos e munições; Registro de estrangeiros** — poude esta Delegacia ver os seus esforços bem sucedidos.

Secção de Transportes — Esta secção desincumbiu-se meticulosamente da fiscalização de todo o movimento de entrada e saída de passageiros, com especialidade estrangeiros, aos quais se exigiu a apresentação da caderneta modelo 19 e salvo-conduto de procedência. Forneceu 365 salvo-condutos e 225 revalidações, levantando ainda a estatística do movimento de passageiros na capital que em 1942 foi o seguinte: entradas, 10.054; saídas, 11.119.

Secção de Hotéis e Pensões — A verificação de permanência de pessoas que transitaram pela capital, e sua localização, foi exercida pela Secção de Hotéis e Pensões que estendeu sua atividade às casas de cômodos em geral, albergues, etc., tornando obrigatória a organização de mapas e fichas, confrontados os respectivos índices com os resultados colhidos pela Secção de Transportes. Igualmente, deu rigoroso cumprimento às instruções da Delegacia de Ordem Política e Social referentes a não aceitação de hóspedes que não conduzissem documentos de identidade. Averiguou ainda que durante o exercício findo deram entrada nas casas de hospedagem da capital 3.954 pessoas e saíram 3.476.

Secção de Armas, Explosivos e Munições — Rigoroso controle foi exercido por este serviço quanto á entrada e saída de armas, munições e explosivos em geral. Sómente ás firmas devidamente registradas foi concedida permissão para venda do material dessa espécie, exercida prévia verificação de estoques.

Secção de Registro de Estrangeiros — Consideradas as circunstâncias especiais em que se acha o país, esta secção desempenhou importante papel durante o exercício findo, dando sensível desenvolvimento ás suas atribuições. Nela estão centralizados todos os serviços referentes á permanência e identidade de estrangeiros no Estado e cabe-lhe a tarefa de verificar a aplicação da

legislação nacional que regula o assunto, ao mesmo tempo que vigiar as atividades dêesses elementos e reprimi-las quando nocivas á segurança do país.

Durante 1942 foi o seguinte o movimento da Secção de Estrangeiros: registro de estrangeiros, 12; registro de títulos declaratórios e cartas de naturalização, 15; indivíduos fichados, (estrangeiros), 146; prontuários de estrangeiros, 84; revalidações de registro, 225; anotações de mudanças de domicílio ou emprêgo, 232; multas por falta de comunicação de enderêço, 21.

Além disso, a polícia conservou detidos, por serem perigosos á ordem pública, 14 súditos do Eixo, providenciando ainda o transporte para o Rio de três indivíduos de nacionalidade alemã, encaminhados com aquêle destjño por solicitação do Ministério da Justiça.

Delegacia de Investigações e Capturas

Com uma organização perfeitamente adequada aos seus fins, a Delegacia de Investigações e Capturas teve suas atividades distribuidas pelos seguintes setôres:

- a) Secção de Roubos e Furtos;
- b) Serviço de Investigações e Capturas;
- c) Serviço de Permanencia;
- d) Serviço de Cartório;
- e) Serviço de Intimações.

Sob a sua ação diligente, a repressão ao crime se processou como convinha, com proveitosos benefícios para a coletividade, destacando-se a campanha sistemática contra a gatunagem na capital. As providências nêsse sentido produziram o resultado almejado, tendo sido detidos perigosos indivíduos, alguns até de notoriedade internacional, como vigaristas e ladrões profissionais, os quais fôram devidamente encaminhados á justiça.



Penitenciária Agrícola de Mangueira — Vista do prédio da administração.



Sanidade	10
Cadavéricos	30
Mentais	1
Urina	3
Escarro	18
Defloramentos	59
Acidentes de Trabalho	88
Estrupo	1
Toxicológicos	3
Pedagógicos e determinação de idade	5
Pesquisas de gonococcus	3
Reação de Wasserman	15
Radiografias	36
Curvas leucocitárias	3

Inspetoria do Tráfego Público e da Guarda Civil

Graças á orientação que se traçou para a polícia do trânsito, diminuíram sensivelmente no ano findo os acidentes ocasionados pelo tráfego público.

Prosseguindo no treinamento do seu pessoal e dando integral aplicação ás disposições do Código Nacional do Trânsito, a Inspetoria Geral do Tráfego Público e da Guarda Civil exerceu a contento as suas atribuições, não só na capital como no interior do Estado. Manteve-se constante o policiamento do tráfego nas rodovias, com a adoção de rigoroso exame de carteiras de motoristas e de outras providências inspiradas no cumprimento das decisões da nova lei do trânsito.

Além do inestimável serviço que presta ao público, a Inspetoria Geral do Tráfego e da Guarda Civil constitúe uma repartição que contribue para os cofres do Estado com uma renda considerável, que tem aumentado de ano para ano. Em 1942, através de suas secções da capital e de Campina Grande, arrecadaram-se Cr \$ 304.000,00 excedendo a renda do ano anterior em Cr \$ 16.935,00.

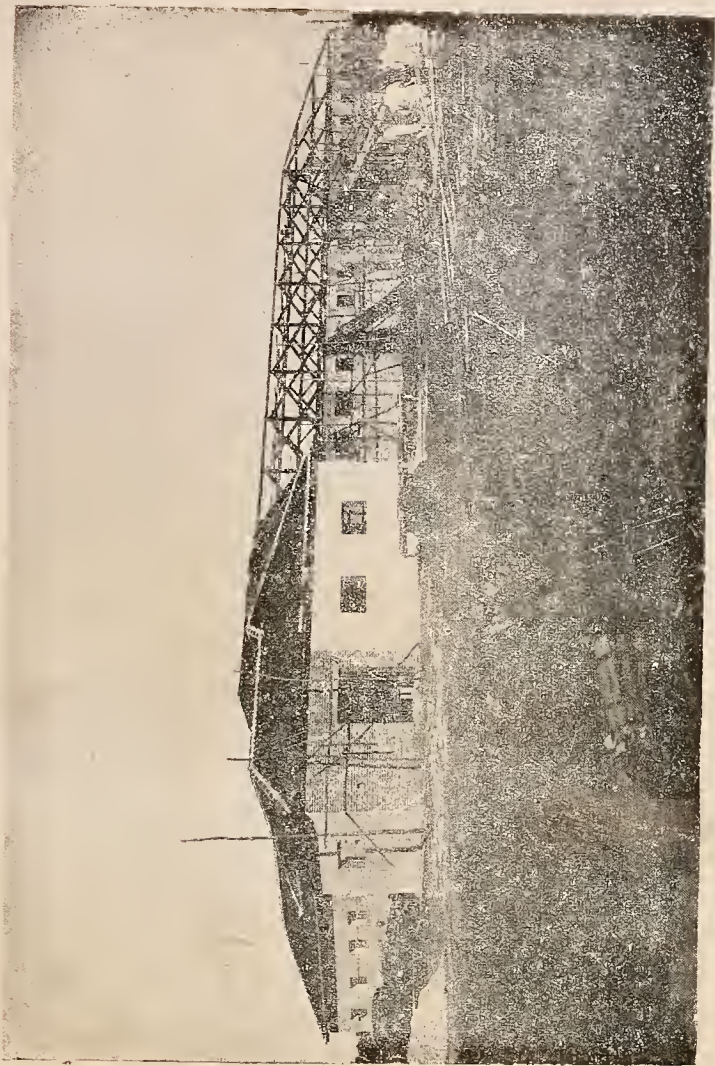
Casa de Detenção

Na Casa de Detenção, não obstante instalada em prédio antiquado que não satisfaz ás exigências da legislação penal em vigôr, introduziram-se diversos melhoramentos, destinados a criar um ambiente mais salubre para os detentos. Dentro dessa orientação fôr-am instalados em todas as prisões banheiros e aparelhos sanitários e procedida a limpeza geral do edificio. Construiu-se uma escada, em cimento armado, ligando ao terreo o pavimento superior, de maneira a facilitar o serviço interno de policiamento e fiscalização. Substituiu-se por novo material o antigo mobiliário, de todo imprestavel.

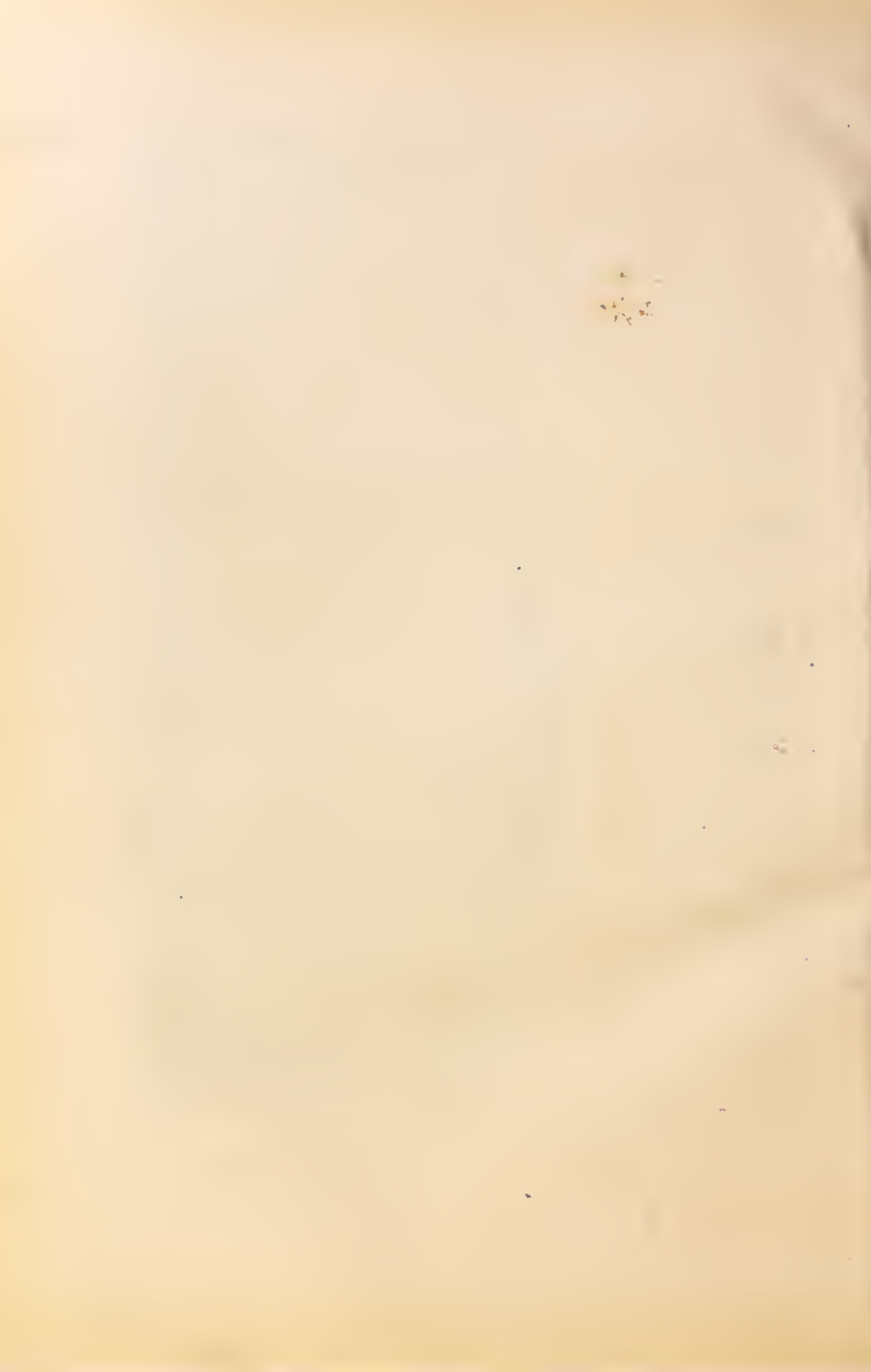
Completamente reorganizado o serviço de fichario se encontra presentemente em condições de atender a qualquer pedido de informação, com absoluta presteza e segurança. Os demais serviços da Casa de Detenção processaram-se com a regularidade precisa. Conseguiram liberdade por cumprimento de pena, livramento condicional, "habeas-corpus", "sursis", absolvição, fiança, extinção de pena, indulto, comutação, etc., 162 detentos, sendo recolhidos 236 e requisitados 64. Para estabelecimentos hospitalares, por motivo de saúde, transferiram-se 10, tendo se registrado durante o exercício relatado 9 falecimentos.

Polícia Marítima

Consequência inevitável da suspensão quasi total do trânsito por via-marítima, foi sensivelmente reduzido o movimento de entrada e saída de passageiros pelo pôrto de Cabedêlo. Entretanto, a Polícia Marítima esteve em atividade, exercendo a maior fiscalização, dadas as circunstâncias criadas pelo estado de guerra.



Penitenciária Agrícola de Mangabeira — Um dos pavilhões de dormitório, em construção.



Penitenciária Agrícola de Mangabeira

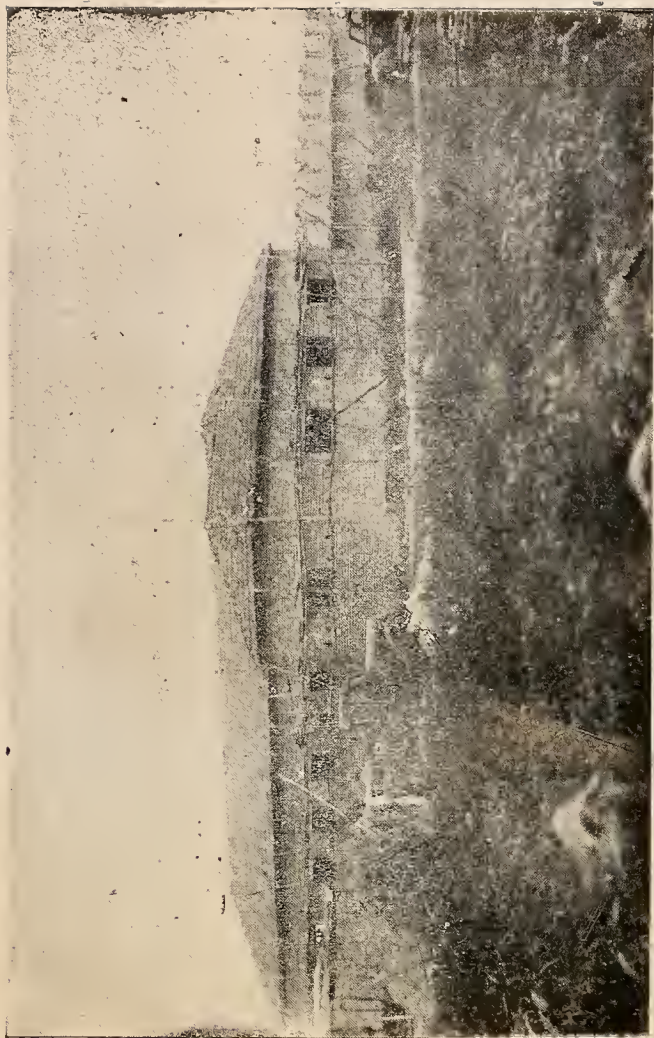
Um passo decisivo no sentido de melhorar o sistema penitenciário de Estado, foi dado com o início da construção, em 1942, da Penitenciária Agrícola de Mangabeira, situada na fazenda do mesmo nome. Com essa realização visamos não só oferecer aos detentos um regime educativo destinado a minorar-lhes as duras condições da vida para a qual fôram arrastados, mas despertar-lhes as aptidões e possibilitar-lhes meios de reabilitação através de uma orientação profissional voltada para o cultivo da terra e outras atividades úteis.

O projeto da Penitenciária Agrícola de Mangabeira, organizado pela Diretoria de Viação e Obras Públicas, que ficou incumbida da orientação técnica dos serviços, prevê o alojamento de 200 prêsos, constando ainda do plano a construção de uma vila para penitenciários, um pavilhão para correccionais, captação d'água para seu abastecimento, casa de fôrça, residência para o diretor e auxiliares da administração.

Entretanto, dadas as limitadas possibilidades financeiras do Estado, sómente uma parte dêsse projeto pode entrar em execução, iniciando-se os trabalhos de construção de um dos pavilhões com capacidade para 90 detentos. Nessa dependência, que é o ponto de partida de uma futura Penitenciária Agrícola modelo, contam-se duas secções, sendo uma de administração e vigilância e outra destinada a prisões, instalação hospitalar e refeitórios. A primeira, que ocupa a parte principal do edifício, consta do seguinte: gabinete do diretor, secretaria, fichario, tesouraria, sala de vigilância e guarda, dormitório do corpo da guarda, sala para o chefe da guarda, banheiros e instalação sanitária. Na segunda, estão dispostos: uma sala de aulas; um "hall" para pa-

lestra; uma enfermaria; um gabinete dentário; um gabinete médico; um refeitório; uma cozinha; quinze celas, com capacidade para 6 prêsos cada uma, dotadas todas de instalação sanitária; duas pequenas oficinas para serviços manuais; barbearia; e rouparia.

Atacados com intensidade, os serviços da Penitenciária Agrícola de Mangabeira estão bastante desenvolvidos.



Penitenciária Agrícola de Mangabeira — Detalhe da construção.



SEGURANÇA PÚBLICA
II) POLÍCIA MILITAR



COMO elemento assegurador da ordem e da tranquilidade pública e do prestígio dos poderes constituídos no Estado, a Força Policial deu, em 1942, cabal desempenho á sua relevante missão, mantendo-se fiel ás suas tradições de disciplina, lealdade e patriotismo.

Corporação que conta mais de cem anos de existência, com serviços inestimáveis prestados ao Estado e ao Nordeste, a milícia paraibana atinge no momento um apreciável índice de progresso.

Suas responsabilidades, decorrentes da função de reserva do Exército, tomaram um caráter especial, a partir do momento em que o Brasil entrou em guerra contra os países do Eixo. Desde então passou a aparelhar-se para as eventualidades de uma colaboração militar de envergadura com as forças federais incumbidas da defesa do nosso território.

Comandada até 31 de outubro por um oficial do Exército, com tirocinio profissional que o recomendára á confiança do Governo, a Força Policial possui um quadro de oficiais, de graduados e sargentos imbuidos de sólidas qualidades de caráter e espírito militar. Daquela data ao fim do ano a Força esteve sob o comando interino de um oficial do quadro que se desincumbiu a contento de suas funções.

Para assegurar á corporação as condições de progresso e desenvolvimento reclamadas pela natureza de sua missão, o comando geral não poupou esforços no sentido de promover o intensivo aperfeiçoamento dos seus quadros. De acôrdo com as diretrizes e programas estabelecidos para o ano de instrução, que obe-

decem aos processos e métodos adotados no Exército, funcionaram durante o exercício os diversos cursos pelos quais são supervisionadas as questões de ensino na Fôrça, ou sejam os de: Formação de Oficiais; de Aperfeiçoamento de Sargentos; de Formação de Sargentos; e de Formação de Cabos. Realizados com integral aproveitamento, êsses cursos possibilitaram a renovação do nível cultural dos quadros da milícia paraibana.

Dentro da orientação de rigorosa economia seguida pelo govêrno, os demais serviços da Fôrça Policial desenvolveram-se eficazmente, de maneira a suprir as necessidades da corporação.

Pelo Almoxarifado do quartel foi fornecido, gradualmente, á tropa todo o fardamento, constituído de calçados e roupas brancas, além de equipamento, incluindo em alguns casos máscaras contra gases.

A variedade das confecções executadas pelas secções de Alfaiataria e Sapataria, durante o exercício findo, conseguiu alcançar um coeficiente de produção superior ao dos anos anteriores, atendidas não só as necessidades do pessoal da corporação como os pedidos de outros estabelecimentos oficiais.

Igualmente pôde o Serviço do Rancho, convenientemente instalado, alimentar com suficiência, todos os elementos arranchados.

Serviço de Saúde

No ano de 1942, o Serviço de Saúde da Fôrça Policial teve a sua organização distribuída pelos seguintes setôres :

- a) Gabinête Dentario
- b) Posto de Socôrro de Urgência
- c) Serviço de Inspeção de Saúde
- d) Hospital:

Gabinête Dentario — Funcionando numa de-

pendencia do quartel da Fôrça Policial, o Gabinête Dentario recebeu varios melhoramentos, que o colocaram em ponto de preencher, com presteza e eficiencia, as suas finalidades.

Dentre êsses melhoramentos destaca-se a aquisição de moderno material cirúrgico-dentario, com as seguintes especificações: escarradeira metálica, depósito para detritos, gabinête de prótese completa, motor elétrico para brocar e quadro elétrico Renault.

As instalações então existentes sofreram reparos gerais de conservação, procedendo-se a niquelagem do material estragado pelo uso, sendo ao mesmó tempo renovado todo o vestuario.

Assim aparelhado e dirigido por profissional competente, do próprio quadro da Fôrça, o Gabinête Dentario poude prestar assistência a 2.593 pessoas, entre oficiais e praças, executando serviços de extração, prótese e obturações.

Posto de Socôrro de Urgencia — Êste serviço continúa funcionando numa dependencia do Quartel da Fôrça Policial, com a finalidade de ministrar socôrro de emergencia, — (curativos, vacinas e injeções) — aos doentes que dispensam hospitalização. De janeiro a dezembro, fôram socorridos pelo Posto 2.189 pessoas, dentre oficiais e praças, além de 727 civis, que ali receberam vacinação.

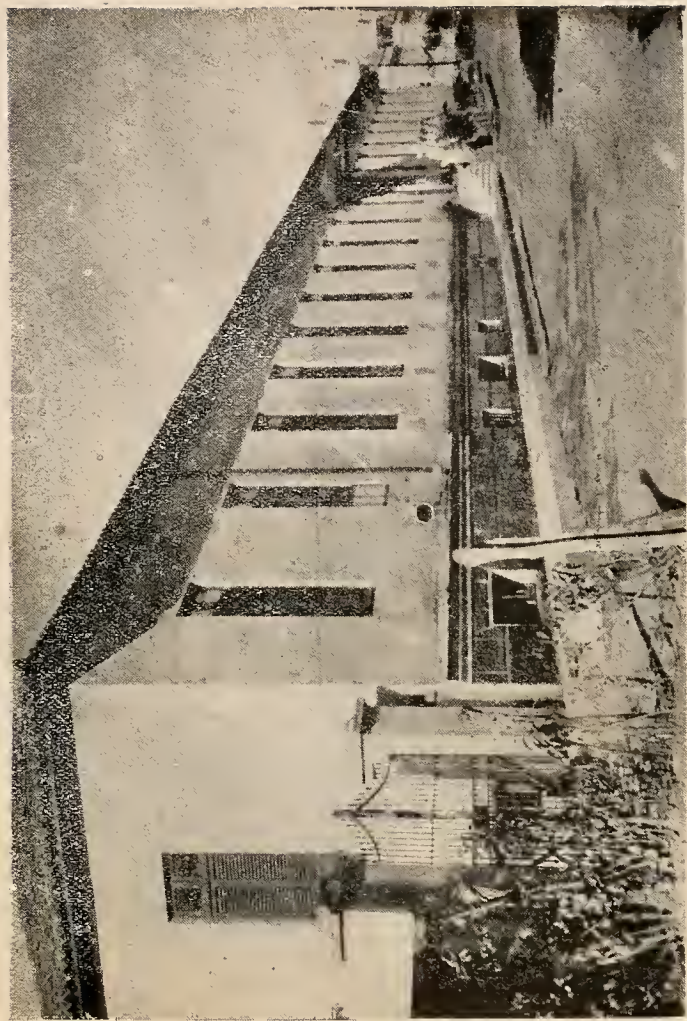
Serviço de Inspeção de Saúde — Para efeito de cumprir as exigencias da regulamentação militar em vigor, mantém a Fôrça Policial do Estado, em conexão com o Hospital, o Serviço de Inspeção de Saúde com a finalidade de inspecionar os candidatos aos quadros da corporação, a engajamento, reengajamento, licença e reforma. Em 1942 acusou um movimento de 796 inspeções de saúde, tendo sido, em maio dêsse ano, transferido de uma dependência do quartel, onde vinha funcio-

nando, para uma sala do novo Hospital da Fôrça Policial e aí instalado devidamente.

Serviços hospitalares da Fôrça Policial — Os serviços hospitalares da Fôrça Policial vinham funcionando no prédio do “Hospital Osvaldo Cruz”, anexo á Santa Casa de Misericórdia. O edifício, acanhado e de modestas instalações, estava longe de corresponder ao vulto, intensidade e requisitos de uma organização hospitalar mesmo restrita aos membros daquela corporação militar. Visando aparelhar êsses serviços, dotando-os de amplitude e instalações convenientes, o Comando da Fôrça entrou em entendimentos com a Diretoria da Santa Casa, a qual concordou em que o Estado realizasse no prédio do Hospital “Osvaldo Cruz” os reparos, ampliações e modificações que lhe aprouvesse, por sua conta. Ficou estabelécido que o Comando da Fôrça passaria a administrar diretamente o Hospital, por intermédio do seu Serviço Médico, ao envês do regime até então observado pelo qual a Santa Casa vinha mantendo as enfermarias do pessoal da Fôrça.

Os trabalhos de remodelação do aludido prédio foram iniciados em 1941. Os melhoramentos introduzidos comportaram um plano de 8 enfermarias, com a capacidade total de 120 leitos, destinadas aos serviços de dermatologia e sifiligrafia; oto-rino-laringologia; clínica médica; cirurgia; isolamento, inclusive uma enfermaria-xadrez, todas dotadas de gabinete sanitário e lavatório, sendo que as reservadas a oficiais e graduados dispõem ainda de água corrente quente e fria.

Construíram-se também um banheiro coletivo com capacidade para 5 banhos, ao mesmo tempo; salas para a secretaria, inspeção de saúde, farmácia, almoxarifado, alojamento de serventes e material de limpêsa e para adaptação futura, salas destinadas a Raios X, fisioterapia e ortopedia, lavandaria, rancho, isolamento para oficiais e laboratório.



Hospital "Oswaldo Cruz", remodelado e ampliado para os serviços de saúde da Fôrça Policial

O Hospital foi ainda aparelhado de um sistema completo de esterilização e cirurgia, tendo sido adquirido um aparelho de diatermo-coagulação de alta potência.

O Hospital "Oswaldo Cruz", com os melhoramentos realizados e as novas instalações, foi solenemente entregue aos serviços hospitalares da Fôrça Policial em 24 de maio de 1942. Para o sucesso dessa iniciativa é de justiça destacar a atuação que tiveram o então Comandante da Fôrça, capitão Anacleto Tavares, do Exército Nacional, e o dr. Edrise Vilar, capitão-médico da milícia paraibana.

Companhia de Bombeiros

A Companhia de Bombeiros, que constitui uma das unidades da Fôrça Policial do Estado, vem prestando valiosos serviços á coletividade.

Mercê da eficiente organização que lhe fôra atribuída em 1941, com a sua instalação em amplo e moderno quartel e renovação do seu material de fôgo, pôde essa corporação intervir eficazmente em varios casos de incêndios ocorridos na capital.

Apresentando sempre os melhores indícios de progresso, o seu pessoal tem recebido sem interrupção a necessária instrução técnica, adequada á natureza da tarefa que lhe está confiada. Seu tradicional nivel de disciplina manteve-se inalterado, continuando a brava corporação a grangear a confiança e admiração do povo.



**ESCOLA PROFISSIONAL
"PRESIDENTE JOÃO PESSOA"**



EMBORA independente do Departamento de Educação, a Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, localizada em Pindobal, município de Mamanguape, é um estabelecimento que póde ser incluído no conjunto da organização do ensino na Paraíba como um centro de formação de homens úteis á sociedade e á Pátria.

Dirigida por padres holandeses da congregação do Sagrado Coração de Jesús, a Escola se destina á reforma e reeducação de menores delinquentes e abandonados, ministrando-lhes cuidadosa instrução profissional, de par com a preparação cívica necessária para a sua reintegração no meio social. Dada a sua finalidade de reformatório e os reais benefícios prestados ao Estado, abrigoando em seu seio mais de uma centena de menores naquelas condições, a Escola Profissional “Presidente João Pessoa” continuou merecendo os nossos cuidados, no sentido do melhoramento do seu nível de eficiência.

Assim, em 1942, fôram executados alí trabalhos de certo vulto, orientados pela direção do estabelecimento, o qual hoje se apresenta cumprindo integralmente as suas finalidades.

Constou do plano dêsses serviços a construção de um pavilhão destinado á classe dos menores delinquentes, cuja separação dos internos não delinquentes se impunha pela propria disciplina do instituto. A nova dependencia ficou dotada de sala de refeições, dormitório, sala de aulas, recreio, instalação sanitária completa, tanques para refrescar água e bebedouros e um pateo murado para recreio ao ar livre, passando a funcionar em anexo a oficina de sapataria, instalada convenientemente.

Construiu-se também um edifício para a secção de rouparia e alfaiataria, que anteriormente era alojada numa dependência ligada a uma das salas de aula do estabelecimento, o que prejudicava grandemente o rendimento escolar.

Igualmente levou-se a efeito a construção de uma capela, com todos os seus pertences.

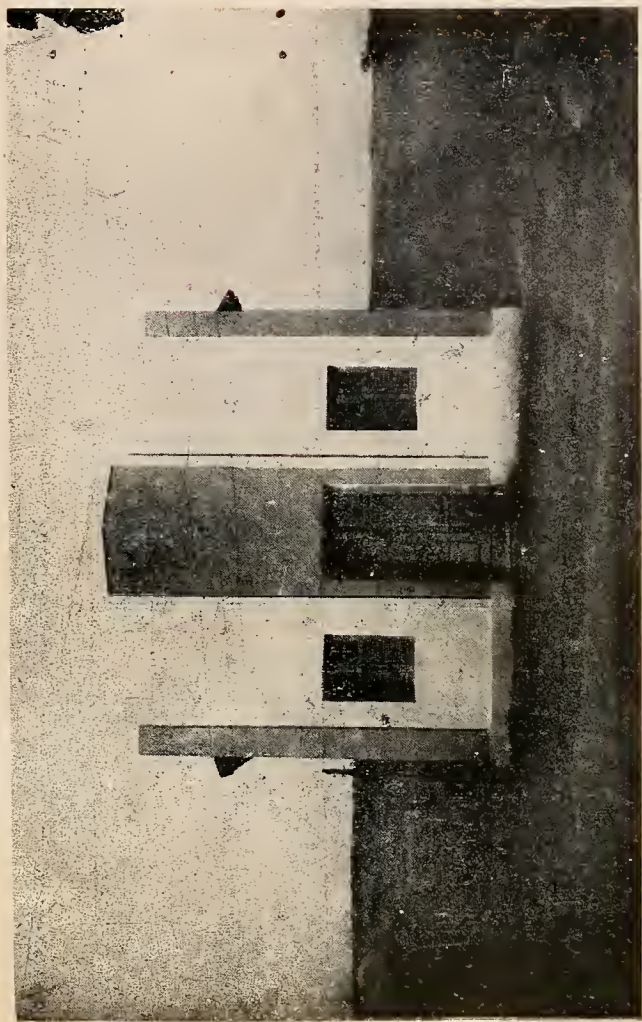
A oficina de carpintaria teve ampliadas as suas dependências, sendo construídos mais dois grandes galpões. Também foi reformada para um prédio novo e solido a antiga casa, quasi em ruínas, onde funcionavam a uzena eléctrica e o engenho de farinha. Além desses serviços, nos quais foi despendida a importância de Cr\$ 140.000,00, fizeram-se reparos gerais nas demais dependências e instalações da Escola.

As actividades agrícolas a que se dedicam os menores internados e as famílias de colónos ali residentes, em número de 60, alcançaram expressivos resultados. Fôram cultivados com espécies frutíferas e cereais cerca de 70 hectares de terras da Escola e a produção de leite, frutas e legumes, exclusive feijão, foi suficiente para assegurar o abastecimento do reformatório. As oficinas de sapataria desincumbiram-se ativamente dos seus encargos, suprimdo ás necessidades do estabelecimento.

A disciplina da Escola não sofreu alteração e o seu estado sanitário continúa satisfatório.

Ministradas por dois professores do Estado e dentro dos princípios da nossa organização escolar, as aulas funcionaram com regularidade, sendo que os internos maiores de 15 anos frequentaram aulas noturnas para êles especialmente destinadas. A média de menores internados durante o ano foi de 151.

De acôrdo com o regulamento da Escola os internos delinquentes frequentaram aulas e trabalhos separados.



Escola Profissional Presidente "João Pessoa" (Mamanguape) — Almorujado

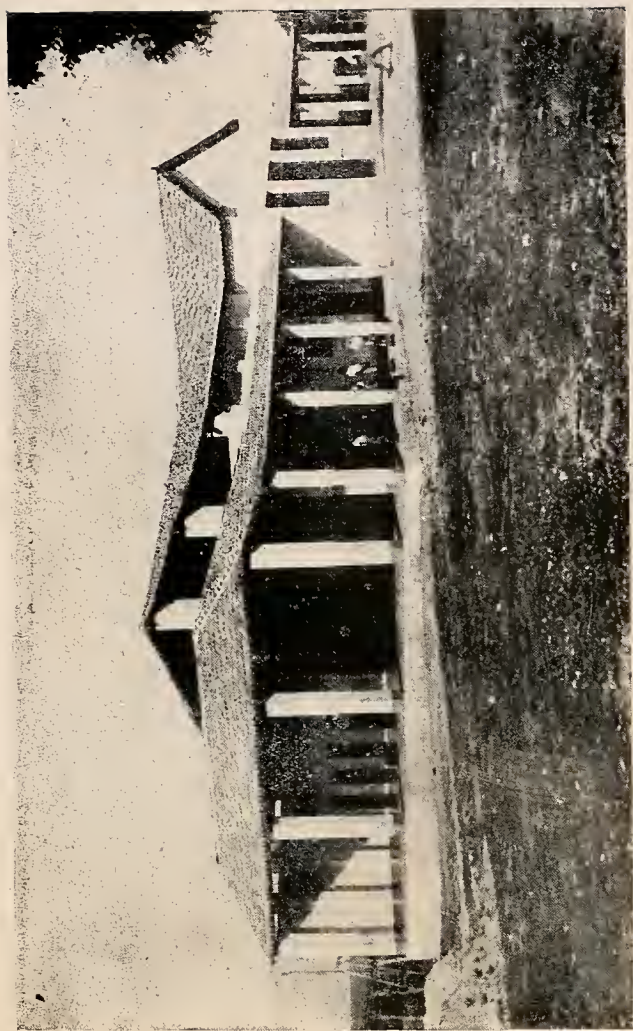




*Escola Profissional "Presidente João Pessoa", (Mamanguape) — Pavilhão de Menores Delinquentes
(reconstruído)*



Escola Profissional "Presidente João Pessoa", (Mamanguape) — Capêta



Escola Profissional "Presidente João Pessoa", (Mamanguape) — Oficinas.



IMPRESA OFICIAL



AS atividades inerentes á Imprensa Oficial tiveram, no ano findo, um desenvolvimento considerável, obrigando-se aquela repartição a empregar um desdobrado esforço para atender ás necessidades do serviço público, o que conseguiu com a precisão indispensável.

Além da publicação da "A UNIÃO", órgão de tradição da imprensa paraibana, transformado em jornal moderno, com inestimáveis serviços prestados ao governo e á coletividade, a Imprensa Oficial desincumbiu-se de suas demais tarefas, assegurando, no tempo devido, o fornecimento de material destinado ao expediente das repartições estaduais e executando outros serviços de igual interesse para a administração pública.

A despeito das dificuldades criadas pela guerra para a imprensa do país, manteve-se ininterrupta a circulação da "A UNIÃO", embora a escassez de papel, oriunda da falta de transporte marítimo, tenha forçado a direção a reduzir, pelo espaço de alguns meses, a sua tiragem e a suspender a tomada de novas assinaturas, acarretando essa providência um sensível decrescimo nas suas rendas. Alvo da simpatia popular e do apreço dos paraibanos, êsse jornal celebrou festivamente, a 2 de fevereiro do referido exercício, o seu cincoentenário, tendo tido a oportunidade de verificar o seu alto grau de identificação com todas as camadas sociais do Estado.

Devidamente recolhida ao Tesouro, a renda arrecadada pela Imprensa Oficial, proveniente de publicidade comercial, assinatura e venda avulsa d'"A UNIÃO" e impressos em geral executados em suas **ofi-**

cinas, atingiu a importância de Cr \$ 328.456,090, acusando um "superavit" sobre a do ano anterior de mais de Cr \$ 3.000,00 a despeito das circunstâncias desfavoráveis acima indicadas.

Nos fornecimentos feitos aos diversos serviços públicos estaduais, a Imprensa Oficial produziu materiais na importância de Cr \$ 335.832,30, inclusive publicações avulsas de regulamentos, coleções de atos do Governo e outros impressos de interesse oficial e dos particulares. A êsse resultado, acrescenta-se a parte realizável, referente a materiais fornecidos às prefeituras municipais, publicações de editais em cobrança pela Secretaria da Fazenda e repartições fiscais do interior, e assinaturas d'"A UNIÃO", que importou em Cr \$ 88.815,80.

Funcionando em edifício próprio, de dois pavimentos, a Imprensa Oficial sofreu ainda ligeiras alterações em suas acomodações internas, limpeza e reparos de natureza geral. Construiu-se uma cabine envidraçada para a aparelhagem radio-telegráfica d'"A UNIÃO" e foi restaurada a sua antiga bibliotéca, com a aquisição de novas obras e encadernação dos volumes existentes.

SERVIÇOS DE ARQUIVO E
BIBLIOTÉCA PÚBLICA

SERVIÇO de Arquivo Público — Localizado no edifício do Serviço de Bibliotéca, em condições de instalação que não permitem o desenvolvimento preciso das suas atividades, o Serviço de Arquivo Público executou, no entanto, com a possível regularidade, a tarefa que lhe está aféta, da maior utilidade para a administração do Estado.

Em 1942, teve o seu material aumentado com aquisições novas, tendo sido ainda renovado na quasi totalidade, o seu mobiliário, então aparentemente imprestável.

Recebeu para arquivamento grande cópia de documentos e livros das diversas repartições públicas, tendo procedido à respectiva classificação.

Forneceu, por último, aos interessados, 108 certidões e restituiu ás partes documentos que se achavam arquivados, mediante pagamento em sêlo, na fórmula da lei, dos emolumentos devidos.

Serviço de Bibliotéca Pública — Melhoramentos diversos, inclusive a renovação e adaptação do mobiliário alí existente, fôram, em 1942, introduzidos no Serviço de Bibliotéca Pública que, pela natureza das suas finalidades, funcionou diariamente, durante todo o ano, em três turnos, assinalando um significativo índice de frequência por parte do público leitor.

Instituição com mais de 90 anos de existência, fundada pelo visconde de Beaurepaire Rohan, a Bibliotéca Pública conta em suas estantes numerosas obras nos mais variados gêneros literários e em diversos idiomas, destacando-se algumas edições raras pelos assun-

tos de que se ocupam ou pelo interesse bibliográfico que oferecem.

Fizeram-se reparos gerais nos salões dos livros e revistas, sendo substituído por mosaico o piso do primeiro e remodeladas outras dependências do edifício que lhe serve de sede. Dessa maneira criaram-se melhores condições de conforto para a permanência em seu recinto dos numerosos leitores que procuram diariamente a Biblioteca e preveniu-se uma conservação mais cuidadosa do seu valioso acervo de livros. Concluiu-se também o levantamento do seu catálogo geral, iniciando-se a confecção dos catálogos por assuntos.

Com as verbas apropriadas, a Biblioteca adquiriu, no período findo, 324 obras, compreendendo de preferência trabalhos sobre sociologia, etnografia, compendios e livros didáticos, arte, literatura e história brasileira, ciência em geral, sem incluir 76 outros volumes, provenientes de doações do Instituto Nacional do Livro e de particulares. Mantém ainda um proveitoso intercâmbio com outros estabelecimentos congêneres do país e do estrangeiro.

Registrou-se no exercício relatado um total de 14.328 consultas em 296 dias úteis e exclusivamente no salão de livros, afóra o movimento verificado na secção de jornais e revistas, que indica uma linha ainda mais elevada de frequência.

ASSISTENCIA SOCIAL

O ESTADO moderno refugiria á sua finalidade si se abstincesse de conhecer, coordenar e resolver os problemas de amparo ao homem em luta contra as fôrças adversas do destino. Tal situação se traduz por variadas formas, que o Estado enfrenta, como instituição fundamental que é, no objetivo de promover o bem estar das classes humildes, assegurar o mínimo indispensavel á subsistência dos desvalidos, proteger a infância abandonada e a velhice sem abrigo, combater o desemprego, enfim reduzir as causas de desequilíbrio econômico e social.

Quando se encara a generalidade do assunto, ter-se-á naturalmente, como fantástica a possibilidade de um programa integral. Com a organização atual da sociedade não se poderia cogitar, a sério, de eliminar aquelas causas de desequilíbrio. Mas cumpre ao poder público amenizar-lhes o rigor, intervindo nas atividades humanas até onde for admitido para manter o generoso principio da solidariedade social que é a verdadeira religião do Estado, como a caridade é a essência mesma da filosofia cristã.

O Govêrno de V. Excia. deu, a êsse respeito, o exemplo sábio e justo do papel que cabe ao Estado brasileiro em face de tão graves e angustiantes questões.

A obra social do Govêrno reflete as diretrizes de uma legislação que veio ao encontro dos problemas sem contorná-los, transformando o ambiente colonial das condições do trabalho num clima de justiça e segurança econômica para a massa obreira, antes relegada aos caprichos do mais indiferente individualismo.

Inspirado em testemunhos tão eloquentes, não

podíamos esquecer a parte que nos cabia no govêrno local, quanto aos problemas de assistênça.

Si bem não esteja organizado, como será oportuno fazer, um plano fundado no estudo das condições de vida dos núcleos sociais onde mais aguda se apresente a necessidade do amparo do Poder Público, procuramos dispensar a melhor colaboração possível aos institutos de assistênça em funcionamento, às organizações de finalidades filantrópicas e a serviços hospitalares. Além disso, manteve a Interventoria, na Capital, por intermédio da Secretaria do Interior, um serviço de amparo a mais de 500 famílias absolutamente carecidas de assistênça, conforme recenseamento rigorosamente feito e periodicamente revisto.

No exercício de 1942 foram amparadas financeiramente pelo Govêrno estadual as seguintes instituições de Assistênça Social:

Santa Casa de Misericórdia (Capital)

Hospital Pedro I (Campina Grande)

Hospital Regional (Cajazeiras)

Sociedade de Assistênça aos Lázaros e Defêsa Contra a Lepra (Capital)

Instituto de Proteção e Assistênça á Infancia (Capital)

Orfanato "D. Ulrico", (Capital)

Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" (Capital)

Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas (Capital)

Instituto "São José" (Capital)

Sociedade "São Vicente de Paula" (Capital)

Casa de Caridade "Santa Fé" (Serraria)

Asilo "Deus e Caridade", (Campina Grande)



Serviço de Assistência Social (Capital)

Pelo Departamento de Saúde funcionaram os diversos serviços daquela organização, como dispensários, ambulatórios, etc.

A incidência da sêca nos sertões, com um rigor e intensidade que repetiu, senão agravou, a crônica das calamidades de 1915 e 1932, deu ensejo a que o Govêrno se multiplicasse em esforços para ajudar, em tão doloroso transe, às vítimas do flagelo.

Com êsse objetivo a Interventoria abriu créditos extraordinários no valôr de Cr\$ 758.000,00, promovendo a realização de trabalhos de emergência destinados á ocupação dos flagelados e encaminhando numerosas famílias sertanejas a outras zonas do Estado, onde se pudessem fixar provisoriamente.

ABRIGO DE MENORES
“JESÚS DE NAZARÉ”

DIRIGIDO por uma religiosa da Ordem Terceira dos Capuchinhos, o Abrigo de Menores "Jesús de Nazaré" funcionou normalmente durante 1942, despendendo o Estado com a sua manutenção a importância de Cr\$ 221.568,00. Em 1.º de janeiro do exercício relatado achavam-se ali internadas 173 crianças, sendo 89 do sexo masculino e 84 do feminino. No decurso do ano entraram 19, das quais, 8 do sexo masculino e 11 do feminino, tendo saído 10. Faleceram 2, do sexo masculino e feminino, respectivamente.

Em 31 de dezembro, o número de internados era de 180, sendo 95 meninos e 85 meninas.

Junto ao Abrigo e como uma consequência natural da sua finalidade vem funcionando um serviço de "Crèche", o qual atendeu a grande número de crianças. Em 1.º de janeiro do referido exercício, o número de matriculados na "Crèche" subia a 119 crianças, semi-internas, tendo se matriculado no decurso do ano, quatro meninos e onze meninas.

Manteve ainda o Abrigo os seus serviços de assistência educacional, médica e dentária, que decorreram com regularidade. O quadro do pessoal fixo do estabelecimento foi acrescido de 1 professor. No quadro do pessoal variável trabalharam 8 religiosas, 13 empregadas internas, 2 costureiras, 6 serventes, 2 copeiras, 1 maquinista, 1 continuo-servente e 1 chacareiro.

**SECRETARIA DA AGRICULTURA,
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

OS serviços da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas estão distribuídos através de 12 órgãos especializados, a saber :

- a) Diretoria de Viação e Obras Públicas;
- b) Diretoria do Fomento da Produção;
- c) Colônia Agrícola de Camaratuba;
- d) Departamento de Assistência ao Cooperativismo;
- e) Repartição dos Serviços Elétricos da Paraíba;
- f) Administração do Porto de Cabedelo;
- g) Repartição de Saneamento de João Pessoa;
- h) Repartição de Saneamento de Campina Grande;
- i) Escola de Agronomia do Nordeste;
- j) Comissão Central de Abastecimento;
- k) Junta Comercial e
- l) Pôsto de Fornecimento de Combustível.

Como se vê, todos os fenômenos econômicos do Estado se acham, directa ou indirectamente, ligados ás atividades da Secretaria da Agricultura, cuja despêsa anual, sendo superior a Cr\$ 10.000.000,00, representa quasi 30% dos encargos do Tesouro.

As realizações levadas a efeito por essa Secretaria no exercício próximo passado vão rclatadas em diferentes capítulos neste volume.



OBRAS PÚBLICAS

LOGRARAM apreciavel êxito, consideradas as dificuldades surgidas para os serviços da natureza dos que executou, as atividades da Diretoria de Viação e Obras Públicas durante o exercicio de 1942, cujas atribuições se subdividiram pelas seguintes secções:

- a) 1.^a Divisão — **Secção Técnica**
- b) 2.^a Divisão — **Secção de Expediente**
- c) 3.^a Divisão — **Depósito e Oficinas**
- d) 4.^a Divisão — **Estradas**

Órgão técnico, especializado em obras e estradas, sua contribuição aos empreendimentos da administração pública, no capítulo das realizações materiais, tem sido valiosa e de reconhecida oportunidade, concorrendo diretamente para a execução de obras de relevante importancia, dentro dos moldes mais em voga na engenharia moderna. No exercicio a que se refere êste relatório a tarefa cometida a êsse órgão da administração sofreu as limitações impostas pela exiguidade dos recursos do Estado e súbito encarecimento de todo o material de construção. O problema de pessoal, como em outros setores da atividade pública, foi afetado pela convocação de elementos para o Exército, evidenciando-se igualmente sua repercussão no que diz respeito ao pessoal especializado. Contudo, a D.V.O.P. desobrigou-se eficientemente de seus encargos, conforme se depreende dos dados que se seguem.

Pela 1.^a Divisão, **Secção Técnica**, que teve seu aparelhamento melhorado com a aquisição de novos instrumentos — (técnigrafo, pantógrafo, planimetro,

taquiometro e estôjos de desenho) — fôram executados setenta projéto, dentre os quais se destacam os do Grupo Escolar de Cabedêlo, Manicômio Judiciário, Pavilhão “Henrique Rôxo”, Penitenciária Agrícola de Mangabeira, Oficinas do Pôrto de Cabedêlo, internato da Escola de Agronomia do Nordêste e outros menores. Confeccionou igualmente quatorze projéto de ampliação, contando-se entre êles os seguintes: os do alojamento do Côrpo da Guarda do Palácio do Govêrno; do refeitório para operários das oficinas da Diretoria de Produção; de um Pavilhão no Tribunal de Apelação e de um Depósito e séde para o Departamento de Produtos Agro-Pecuários. Fizeram-se ainda quinze levantamentos: o traçado da estrada de Santa Rita, da Bacia do Sanhauá e todas as demais plantas de situação das construções recentes. O Serviço de Obras da Diretoria levou a efeito quatorze construções, sendo as mais importantes o Manicômio Judiciário, o Hospital para Doentes Mentais Agudos e Pavilhão “Henrique Roxo” e uma Capêla na Colônia “Juliano Moreira”, tendo iniciado a construção da Penitenciária Agrícola de Mangabeira, da Escola Rural e de uma casa de farinha na Colônia de Camaratuba. Fôram realizados melhoramentos no Grupo Escolar Tomás Mindêlo, Maternidade e Centro de Saúde de João Pessoa, além de serviços de pavimentação e conservação em alguns trechos de calçamento na capital. Reconstruiu-se uma pequena ponte na estrada João Pessoa-Tambaú. Para o alojamento de suas máquinas e veículos, a D. V. O. P. construiu dependências ao lado do Depósito e Oficinas. Foi aproveitada também uma grande área interna, procedendo-se a excelente cobertura com têlhas. O serviço sanitário do Depósito, destinado á serventia do operariado que trabalha nas oficinas, foi todo êle substituído por instalações novas, higiênicas e confortaveis. Fizeram-se dezenove reparos em próprios estaduais: no Quartel da

Fôrça Policial, Imprensa Oficial, Palácio do Govérno, Abrigo de Menores, Quartel de Bombeiros, Paraíba-Hotel, Pôsto de Combustível, inclusive reformas no Teatro Santa Rosa e Campo de Aviação.

A carpintaria confeccionou 605 peças diversas, (estantes, bureaux, mésas, portas, etc.); produziu 551,57 m¹ de tabiques e balcões para divisões; concertou 291 peças e reparou 295. A oficina mecanica, confeccionou 275 peças, inclusive tanques; executou 91 concertos e 117 reparos e outros trabalhos de menor vulto. Na caeira do Estado fôram produzidos 13.768 sacos de cal e da pedreira extrairam-se 2.160,110m³ de pedra calcárea. Fôram britados 24.680m³, conseguindo-se um aproveitamento de pedra de 32,880m³. Extrairam-se e lavraram-se 1.444,500m³ de areia no Horto Simões Lopes.

2.^a Divisão — Expediente — A' 2.^a Divisão estão afétos todos os serviços de Expediente da Diretoria. Fôram expedidos 1.327 officios; 853 processados de diversas naturezas; e recebidos 1.368 officios.

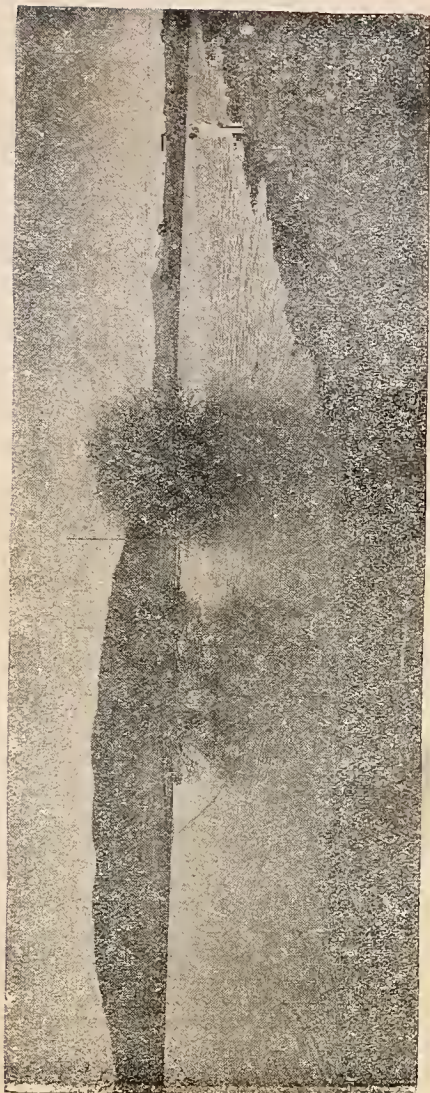
3.^a Divisão — Depósito e Oficinas — A essa Divisão cabe a guarda dos materiais adquiridos pela Diretoria, mantendo-se alí sempre consideravel estoque dos mesmos.

Fôram as seguintes as atividades dêste setor da D. V. O. P.:

Guias de remessa expedidas	2.895
Requisições de material ao D. S. P.	738
Empenhos despachados	727
Informações fornecidas	5.178
Fichas arquivadas	2.021
Abertura de fichas	4.376
Officios e ordens de serviço	386
Relatórios enviados á Diretoria	12
Mapas diversos	171
Requisições á secção	1.652
Faturas escrituradas	122
Guias de devolução escrituradas	164

4.ª Divisão — Estradas — A' 4.ª Divisão estão entregues os destinos e a conservação das rodovias do Estado. No exercício de 1942, fôram conservados trechos perfazendo um total de 567 klm. de estradas e construídos seis boeiros e um pontilhão e reparados um pontilhão, dezeseite boeiros e duas pontes.

N.º do trecho	TRECHO	Extensão da conserva klm.	OBRAS D'ARTE	
			Construídas	Reparadas
1	Cabedelo—João Pessoa	21	2 boeiros	—
2	João Pessoa—Santa Rita	10	—	—
3	Santa Rita—E. Santo	15	—	—
4	Espírito Santo—Cobé	7	—	—
5	Cobé—Pilar	21	—	1 boeiro
6	Pilar—Itabaiana	22	—	2 "
7	Itabaiana—Ingá	30	—	1 "
8	Ingá—Campina Grande	42	—	—
9	Cobé—Sapé	11	—	—
10	Sapé—Araçá	10	—	—
11	Araçá—Mulungú	19	—	—
12	Mulungú—Alagoinha	14	—	—
13	Alagoinha—Alagóa Grande	16	1 pont.	—
14	Alagóa Grande—Meio da Serra	11	—	—
15	Meio da Serra—Areia	5	—	—
16	Areia—Remigio	14	—	—
22	Itabaiana—Umbuzeiro	69	—	—
23	Alageinha—Cuitegi	6	—	—
24	Cuitegi—Guarabira	7	—	—
25	Guarabira—Pirpirituba	10	—	—
29	Pirpirituba—Borburema	15	—	1 pont.
30	Borburema—Bananeiras	10	—	—
31	Bananeiras—Araruna	48	—	—
32	João Pessoa—Gramame	8	—	4 boeiros
33	Gramame—Cupissura	37	1 boeiro	8 "
34	Cupissura—Limite Perbe.º	7	2 boeiros	—
35	Itabaiana—Serrinha	10	—	—
36	Meio da Serra—Laranjeiras	12	1 boeiro	—
37	Laranjeiras—Campina Grande	27	—	—
38	Sapé—Mamanguape	37	—	2 pontes
39	Esperança—Campina Grande	14	—	—
40	Cuitegi—Entre Rios	13	—	1 boeiro
41	Entre Rios—Borburema	14	—	—
47	João Pessoa—Mangabeira	15	—	—



Acude Bóa Vista — Distrito de Malta, municipio de Fombul.

Estrada João Pessoa-Santa Rita

Constitúe a estrada João Pessoa-Santa Rita um dos melhores trabalhos de engenharia rodoviária executados na Paraíba. Os serviços de construção, realizados pelo Estado, que entra com Cr\$ 13,50 por metro quadrado de calçamento, em cooperação com a IFOCS que contribue com Cr\$ 8,00 e a Prefeitura de Santa Rita, que concorre com Cr\$ 21,30 por igual área e a quem cabe a administração dos trabalhos, avançaram regularmente no ano findo, a despeito do seu alto preço e das dificuldades surgidas para a obtenção de materiais.

Pavimentada a paralelepipedos, com uma faixa de rolamento de 7 metros, possuindo o meio-fio exigido por trabalho dessa natureza, além de canalização para águas pluviais com sargetas de ferro, construíram-se durante o exercício relatado cerca de 10.640, m² 04, metros em direção á cidade de Santa Rita. O trecho pavimentado e já entregue ao trafego demonstra a excelencia da rodovia, para onde converge o movimento das diversas zonas do interior.

Estrada João Pessoa-Cabedêlo

Concluída a sua construção de solo-cimento, estava a mesma a exigir um melhor revestimento para assegurar a sua estabilidade, não só quanto á parte de impermeabilização como também para manter a necessária aderencia ao rolamento.

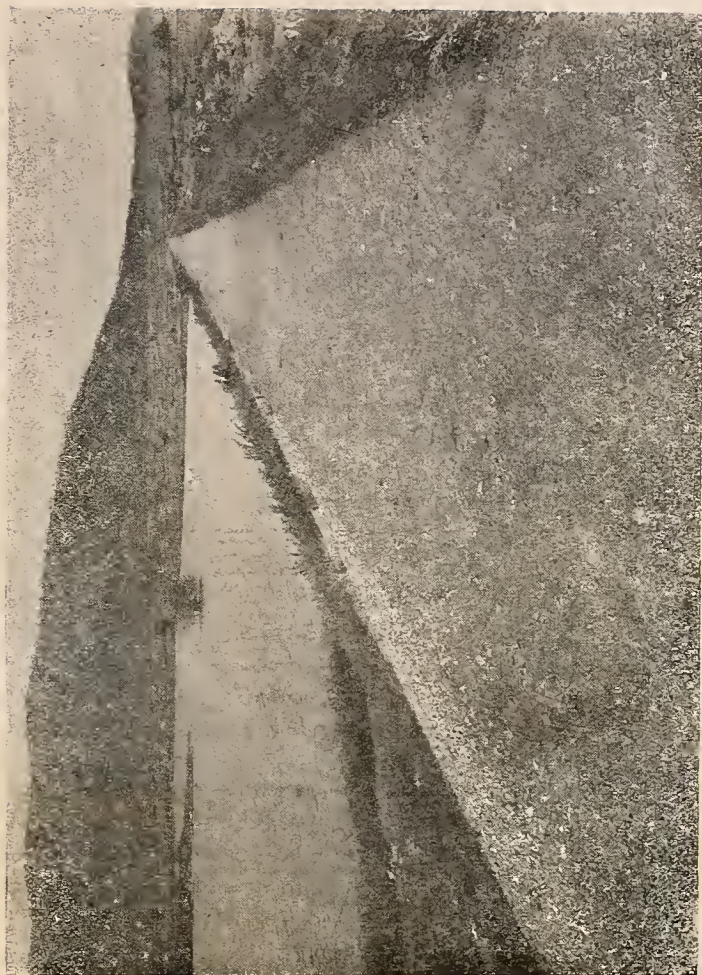
Procedeu-se, assim, ao estudo de vários processos de aplicação de asfalto a frio e quente. As experiencias realizadas demonstraram a superior utilidade do asfalto emulsionado "Colas", cuja aplicação, já executada com os melhores resultados em grandes rodovias do país e do estrangeiro, é feita pelo sistema de penetração invertida.

O Estado entregou a um técnico da Anglo-Mexican Petroleum Company Ltd., especializado em asfaltamento de estradas, a orientação dos serviços em questão. Com a vantagem de haver habilitado o pessoal da D.V.O.P. no emprego melhor e mais racional do processo "Colas", aquêlê técnico pôde efetuar o asfaltamento de um trecho na extensão de cerca de três quilômetros, observadas as seguintes exigências científicas: regularização do "grad" e retirada das impurezas e poeira do leito da estrada; aguação do trecho a ser asfaltado; aplicação da pintura primária; aplicação do asfalto; espalhamento do cascalhinho; compressão e varrimento para retirar o excesso de cascalho; aplicação da pintura secundária; espalhamento e compressão de pó de pedra; e abertura ao tráfego.

Além dêsse melhoramento, recebeu a estrada João Pessoa - Cabedelo serviços gerais de conservação, tendo sido construídos dois boeiros.

Açude "Bôa Vista"

Assegurando o armazenamento de 800.000 metros cúbicos d'água, o açude "Bôa Vista", localizado em Malta, município de Pombal, teve a sua construção iniciada em 1942 e representa uma valiosa contribuição ao combate aos efeitos da sêca que tem assolado aquela região. Levado a efeito pelo Estado, em colaboração com a IFOCS; os trabalhos fôram grandemente acelerados, de tal maneira que permitiram a sua inauguração em 19 de abril deste ano. O Açude "Bôa Vista" possui as seguintes características: comprimento no coroamento, 379,00 mts.; largura no coroamento, 30,00 mts.; altura máxima, 9,26 mts.; largura, 40,00 mts.; lamina do vertedouro, 10,00 mts.; e revanche 20,00 mts.. Seu custo elevou-se á importancia de Cr\$ 216.097,60. Em 1942 despenderam-se com a sua construção Cr\$ 165.063,40.



Açude Boa Vista — Distrito de Malta, município de Pombal — Aspecto tomado da barragem.



FOMENTO DA PRODUÇÃO



AS atividades da Diretoria de Fomento da Produção caracterizaram-se especialmente por uma intensa campanha em favor da produção de gêneros alimentícios.

As restrições impostas pela guerra afetaram sensivelmente os meios de transporte, tornando difícil a circulação das utilidades e criando sérios problemas de abastecimento sobretudo nos centros onde a produção não corresponde às exigências do consumo local. A Paraíba, visando abastecer-se e ao mesmo tempo manter o seu comércio de exportação, pelo menos para os Estados vizinhos, entrou em campo com os recursos de que pode dispor, promovendo o incentivo da produção agro-pecuária em todos os setores onde parecia possível tentar, com probabilidade de êxito, a exploração do sólo. O aproveitamento das terras úmidas do litoral constituiu o ponto capital do programa de ação que então se desenvolvia.

A drenagem dos vales do Camaratuba, do Gramame, do Água Fria, do Mangabeira, em colaboração com o Governo Federal, permitiu fôsem cultivadas dezenas de hectares de terras que antes não eram mais do que perigosos focos paludicos.

A preocupação máxima dos govêrnos nordestinos sempre foi encontrar uma solução para o secular problêma das sêcas periódicas. Esqueciam-se, no entanto, dos vales litorâneos, extensos e férteis, que até lá pouco permaneciam quasi totalmente desaproveitados, á falta de trabalho de saneamento e drenagem. A exploração dessas terras, excelentes para o cultivo de numerosas espécies agrícolas, contribuirá extraordinária-

mente para elevar o nível da produção, sobretudo de gêneros alimentícios, permitindo ao mesmo passo, a fixação definitiva de grandes núcleos de população, reduzindo assim o coeficiente emigratório e salvando às contingências das sêcas centenas de patricios que periodicamente abandonam a sua gleba, tangidos pelas adversidades do clima.

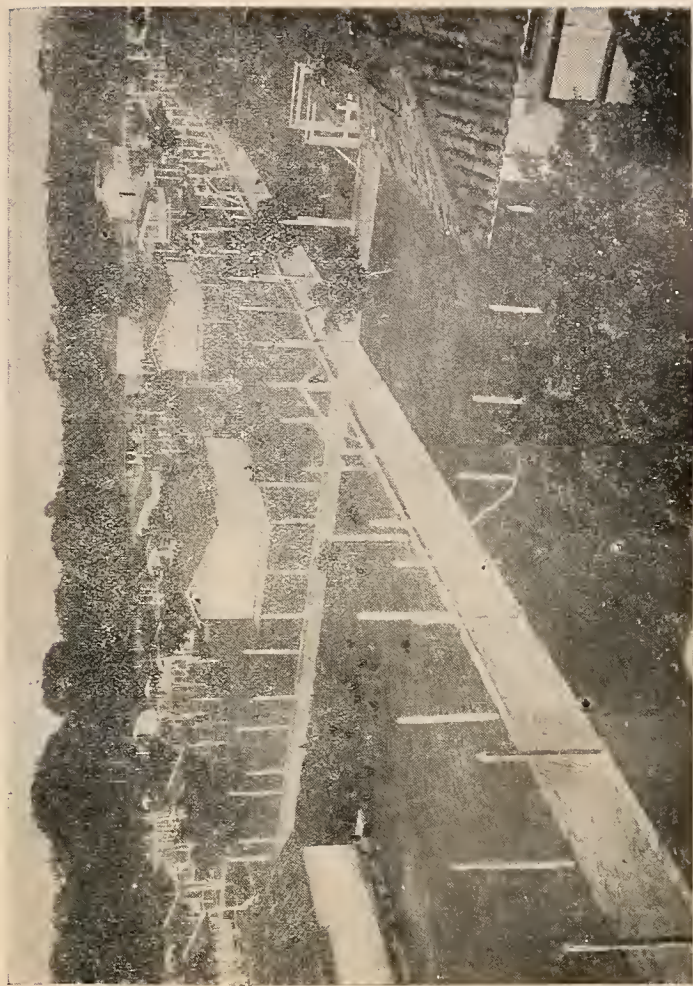
No dia em que a Paraíba estiver com as suas terras úmidas total e racionalmente exploradas, ter-se-á resolvido um dos seus problêmas vitais, que é o da produção de cereais em volume suficiente para o abastecimento dos nossos mercados. E isso é perfeitamente viável, colonizando-se as terras litorâneas nos moldes em que se vem procedendo no vale do Camaratuba.

As terras estão sendo drenadas e extintos que sejam os fôcos de malária e outras doenças endêmicas, serão rapidamente ocupadas e transformadas em permanentes centros de produção agrícola, para contrabalançar as deficiências causadas pelas sêcas na região sertanêja, onde a açudagem e a técnica irão criando progressivamente, como está ocorrendo, um ambiente mais propício á existência humana, graças á ação eficiente e patriótica da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

A Diretoria de Fomento da Produção manteve, no ano findo, as seguintes dependências:

- a) Secção de Expediente
- b) Granja Modelo São Rafael
- c) Hôrto Simões Lopes
- d) Fazenda Mangabeira
- e) Colônia Agrícola de Camaratuba
- f) Aviário de Campina Grande
- g) Serviços de Cooperação

Os recursos orçamentários distribuídos á Diretoria de Fomento da Produção, em 1942, somaram



Granja São Rafael — Aspetto parcial do Amiário.



- a quantia de Cr\$ 1.360.260,00, correspondendo aproximadamente a 60% de pessoal e 40% de material.

Evidentemente essas dotações são insuficientes á organização e execução de um plano de serviços correspondente ás reais necessidades da agricultura paraibana. A situação financeira do Estado, porém, não permitiu consignação de verbas mais amplas, tendo havido mesmo uma severa compressão nas despêsas, então determinada pela crise que dominou cerca de dois terços do Estado, provocada pela quasi completa ausencia de chuvas.

Secção de Expediente

Os trabalhos dessa Secção fôram realizados normalmente, embora não contasse com um quadro completo de pessoal habilitado.

Para atender essa dificuldade vêm sendo mantidos, de ha muito, alguns auxiliares extranumerários.

Granja Modelo São Rafael

A Granja Modèlo São Rafael, situada nas proximidades da capital, constitúe o núcleo principal de fomento á pecuária paraibana. Os resultados anteriores demonstraram a necessidade crescente de sua ampliação para corresponder ás necessidades do Estado.

E com êsse propósito fôram iniciadas a refôrma e ampliação de tôdas as secções, contando-se para isso com a valiosa e oportuna colaboração do Ministério da Agricultura, na parte referente á avicultura.

Êsses trabalhos prosseguirão até que a Granja esteja completamente instalada e aparelhada para uma produção capaz de satisfazer os seus objetivos.

Bovinocultura — Esta secção é, sem dúvida, uma

das mais importantes. Possui, atualmente, plantéis de gado Holandez, Gyr e Schwitz.

Esses reprodutores estão perfeitamente ambientados e vêm prestando excelentes serviços aos criadores que necessitam, para a melhoria de seus rebanhos, do sangue renovador de raças de reconhecido valor econômico.

A introdução de reprodutores de procedência desconhecida, levada a efeito por negociantes de gado, tem contribuído para o aparecimento de mestiços inaproveitáveis para novos cruzamentos e de pessimo valor econômico. Esses fatos ditaram ao Poder Público providências acauteladoras e demonstram a conveniência da criação imediata de postos de monta nos principais centros criadores.

Para isso, e como medida preliminar, estamos cogitando da instalação de uma Fazenda de Criação destinada especialmente à multiplicação de raças puras e apropriadas às diversas zonas do Estado, donde sairão, para postos de monta e para fazendeiros, os reprodutores indispensáveis à valorização progressiva do rebanho bovino paraibano.

Possui o Estado, presentemente, os seguintes plantéis:

Plantel "GYR"

UMBUZEIRO — Reprodutor
 PIERROT — Reprodutor
 BURY — Terneiro — Filho de GUANABARA — Nascido em 26.11.941
 CARECA — Terneiro — Filho de BRAGANÇA — Nascido em 25.5.942
 BARRA — Terneira — Filha de TABAJARA — Nascido em 10.4.942
 GUANABARA — Reprodutora — Com 9 meses de gestação em 5.2.943
 TABAJARA — Reprodutora — Com 9 meses de gestação em 17.2.943
 BRAGANÇA — Reprodutora — Com 9 meses de gestação em 30.2.943
 BOEMIA — Rep. Novilha — Com 9 meses de gestação em 22.2.943
 GUARATIBA — Rep. Novilha — Com 9 meses de gestação em 22.2.943

Plantel "SCHWITZ"

AMIGO-URSO — Reprodutor —
 BAEPENDY — Terneiro — Filho de MULATA — Nascido em 13.7.942



Granja São Rafael — Casas-colônia construídas de madeira e cobertas de palha, num amplo parque de criação de Leghorns



MULATA — Reprodutora — Com 9 meses de gestação em 13.9.43
MARRÁ — Rep. Novilha — Com 9 meses de gestação em 23.3.43
PERINHA — Rep. Novilha — Com 9 meses de gestação em 29.5.43
BELEZA — Rep. Novilha — Com 9 meses de gestação em 30.6.43
MIMOSA — Rep. Novilha — Com 9 meses de gestação em 12.10.43
PAGE' — Reprodutor —

Plantél de "HOLANDEZES"

KIN — Reprodutor — Com 18 meses de idade
PASTILHA — Reprodutora —
ECBI — Reprodutora —
LARINDA — Reprodutora —
ANDORINHA — Reprodutora —
BETE — Rep. Novilha —
CARNAVAL — Reprodutor —

O plantél de "Gyr", recebido em 1942, da Estação de Monta de Umbuzeiro, foi cedido ao Estado pelo Ministério da Agricultura.

Equinos — Tem se verificado nesses últimos anos uma sensível redução nos rebanhos cavалares e muares do Estado, provocada sobretudo pelo uso imoderado de veículos a motor.

O automóvel e o caminhão, pela sua rapidez e comodidade, apesar de serem um transporte caro, suplantaram rapidamente os demais meios de transporte, sendo a criação de cavalos e muares reduzida talvez a menos de 30%, acontecendo, por isso, que a produção de animais para trabalhos agrícolas e transportes diversos vai se tornando insuficiente ás necessidades reais do Estado. Antes, porém, que sobrevenha a crise, cuida o Governo de estimular a formação de melhor e mais numeroso rebanho.

Para isso, possui a Secretaria da Agricultura reprodutores de raças finas ou sejam Puro Sangue Inglês, Bretão, Mangalarga e um jumento Péga que muitíssimo contribuirão para a melhoria dos rebanhos. Esses reprodutores estiveram parte do ano na Granja São Rafael e parte na Fazenda de Criação de Alagôinha,

no município de Guarabira, local excelente para um posto de monta, conforme ficou evidenciado com a extraordinária procura dos referidos animais pelos fazendeiros daquêle e de municípios vizinhos.

Com o propósito de demonstrar aos criadores a conveniência do aproveitamento dêsses reprodutores como elemento melhorador dos rebanhos cavallares e muares, adquiriu o Estado um lote de 23 éguas crioulas que estão sendo padreadas. Os produtos serão utilizados nos serviços do Estado ou cedidos aos criadores por preço razoavel. Há na Paraíba alguns bétos produtos descendentes do Mangalarga e do Puro Sangue Inglês e as padreações vão aumentando progressivamente.

Suinocultura — Esta secção continúa se desenvolvendo promissoramente. A procura de animais de raça pesadôs e précoceos aumenta dia a dia, sendo, por isso, necessário ampliar as instalações e acrescer o número de reprodutores. E' assim que no decorrer do ano findo foi construida mais uma criadeira com capacidade para 5 reprodutores com crias.

A Granja conta presentemente com um lote de 50 femeas selecionadas, em procreação, devendo êsse número ser elevado para cem, assim o permitam as possibilidades financeiras do Estado. De outra fórmula não se poderá aumentar e valorizar a criação de suínos o que, aliás, é uma exigência do próprio consumo local.

Durante o ano fôram vendidos 60 reprodutores, permanecendo na Granja 112 para multiplicação e futuras vendas aos criadores, procurando-se desenvolver a suinocultura, sobretudo nas zonas de policultura, onde é possível o aproveitamento de vários sub-produtos.

Pelas observações e conclusões até agora obtidas, a raça mais adequada ao nosso meio é a Duroc-Jersey, pela sua rusticidade, pêso, bôa capacidade de engorda e reprodução. Afóra essa, existem ainda na



Granja São Rafael — Garrote "GYR", do plantel do Estado.

Granja, em multiplicação, as raças Poland China e Edel, devendo esta última ser provavelmente eliminada em virtude da pouca resistência que vem demonstrando às condições climáticas.

Avicultura — Os resultados auferidos em anos anteriores mostraram que esta secção deveria ser consideravelmente ampliada para que pudesse preencher satisfatoriamente a sua finalidade. Realmente, a procura de ovos e de aves selecionadas, de boas raças de postura e raças mistas para produção concomitante de ovos e carne, excedia a capacidade da Granja, indicando que a produção era ainda relativamente pequena e precisava ser muitas vezes aumentada.

As instalações não permitiam maior desenvolvimento e careciam mesmo de modificações que melhor as adaptassem às exigências da avicultura racional e científica. Esse trabalho foi iniciado sem perda de tempo e está na maior parte concluído, constando principalmente do seguinte:

- a) — Reparos gerais e adaptação de tôdas as construções mais antigas existentes;
- b) — Construção de 2 grandes parques para perús, com os respectivos abrigos de alvenaria;
- c) — Construção de 1 parque para poedeiras, de alvenaria, com parque telado;
- d) — Construção de 1 parque de 15.200 metros quadrados, com casas colonias para frangos e com capacidade mínima de 2.000 aves;
- e) — Construção de 1 pinteiro de alvenaria, com 8 divisões e capacidade para 1.600 pintos. E' provido de solarios convenientemente telados e cimentados.

Essas instalações permitirão á Granja manter 2.000 aves em caráter permanente e alcançar uma produção de mil ovos diários.

Para a realização desses trabalhos contou a Diretoria da Produção com o valioso concurso do Ministério da Agricultura, dos mais oportunos, por ser também uma contribuição inestimável ao esforço de guerra.

O movimento avícola durante o ano constou do seguinte:

Aves existentes em janeiro de 1942	368
Aves produzidas em janeiro de 1942	1.913
Ovos férteis (vendidos)	648
Ovos claros (vendidos)	4.963
Ovos em estoque	61

Para elevar o índice de postura e obter raças precoces e pesadas para corte, vem se fazendo um cuidadoso trabalho seletivo, sendo eliminados rigorosamente todos os indivíduos considerados fora de padrão por qualquer de seus caracteres econômicos essenciais. Estão sendo criadas, no momento, as raças Rhodes Island, Red, Plymouth, Bock Barrada, Leghorn Branca, Perús Mamouth Bronzeado, Marreços Kaki Campbell e de Pekim. Todas vêm se comportando bem e têm merecido a preferência dos criadores. O objetivo principal desta secção, neste período de guerra, consiste na propagação rápida de raças de postura e de corte; uma vez que a concentração de tropas no Nordeste determinou maior consumo de ovos e carne que, por isso, devem ser produzidos em grande escala. Nesse particular o Governo do Estado está em plena harmonia com o programa federal de incremento às fontes de produção de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal.

Para maior e mais rápido desenvolvimento da produção de ovos e aves para consumo, mantivemos uma estreita e bem compreendida colaboração com o Ministério da Agricultura, a que se deve a restauração do aviário de Campina Grande, ora transferido para a administração do Estado. Esse aviário é de notável importância para aquela cidade e toda região sertanêja, onde os seus produtos serão de preferência distribuídos. Apesar de recentemente restabelecido já possui cerca de 800 aves da raça Leghorn em franco e excelente desenvolvimento. Esse número será elevado para um mí-



Granja São Rafael — Pinteiro com capacidade para 1.200 pintos. Construído de acordo com os requisitos da avicultura moderna.

nimo de 2.000 aves afim de que os resultados sejam realmente compensadores.

Merece tambem destaque a Granja de Itabaiana, orientada pela Prefeitura e custeada exclusivamente pelos cofres municipais. Dispõe a Granja de secções de avicultura, suinocultura e apicultura, em pleno funcionamento.

FORAGEIRAS — Com o propósito de diminuir as despêsas com o custeio da Granja, mantém ela culturas de forrageiras nos terrenos disponiveis. Dentro dessa orientação têm sido cultivadas diversas espécies de capins, mandioca, sôrgo, cana forrageira, guando e girasol.

Hôrto

Simões Lopes

A produção de frutas e hortaliças na Paraíba, em geral, não corresponde ainda ás exigências dos mercados locais. Faz-se necessário, por isso, intensificar o mais possivel a formação de pomares e hortas em tôdas as zonas do Estado onde as condições agro-climáticas se apresentam adequadas. Por outro lado, a área revestida de matas está diminuindo consideravelmente, sobretudo nas vizinhanças dos centros industriais, tornando inadiavel a adoção de providências que não só orientem a exploração das matas remanescentes, como tambem promovam o reflorestamento das terras devastadas.

O Hôrto Simões Lopes, que o Estado mantém no município da Capital, tem a seu cargo incrementar a fruticultura, fomentar a produção de hortaliças e desenvolver o reflorestamento, estudando e propagando as espécies mais aconselháveis ao clima das diversas zonas.

No decorrer do ano agrícola de 1941-1942, a Diretoria de Produção preparou e distribuiu para diver-

so destinados um apreciável número de plantas frutícolas, hortícolas e florestais, realizando ao mesmo tempo uma firme e proveitosa propaganda dos processos racionais de cultivo, seguida das demonstrações práticas necessárias. A distribuição alcançou os seguintes números:

Plantas frutícolas (mudas)	31.058
Essências florestais (mudas)	79.418
Hortaliças (mudas)	6.611
Agavê (mudas)	531.500

O Hórto mantém, ainda para os seus trabalhos de seleção e enxertia, um pomar constituído de espécies frutícolas reconhecidas como das mais convenientes ás condições mesológicas do Estado. Embora estêja êsse pomar apenas com quatro anos de iniciado, já apresenta numerosas plantas em franca produção, permitindo-nos assim aproveitar borbulhas para trabalhos de enxertia e multiplicação de ótimas variedades de procedência conhecida. São as seguintes as espécies existentes no pomar:

Abacateiros Antilhanos e Guatemalenses;
 Mangueiras Rosari, Barreto, Rosa, Espada, Primavera, Carlota e Jasmin
 Gravióleiras, Apieiros, Finheiras, Jaboticabeiras, Jaqueiras, Cupuassú, Kakiziro, Abriçó, Condessa, Sapotiçeiros, Sapotiçeirras, Mamoeiros, Tamareiras, Cajueiros precoces e Figueiras de mel;
 Laranjeiras Baía, Seleta, Pêra, Lima, Cipó e Tangerineiras e Limeiras da Pérsia.

Afóra as culturas mencionadas, existem ainda no Hórto as seguintes:

Abacaxi — A Diretoria solicitou e recebeu da Estação de Deodoro uma coleção de linhagens de abacaxi, tôdas inermes, para aclimação no Estado. Os primeiros resultados já fôram colhidos, obtendo-se vários frutos de bom desenvolvimento e aspecto, especialmente a linhagem 563.

Agave — Continuando a campanha de fomento



Granja São Rafael — Agrostologia. Talhão de capim gordura em plena floração. Esta forrageira está sendo propagada com excelentes resultados.

da produção de fibras textéis, realizou o Hôrto Simões Lopes a instalação de um extenso viveiro de mudas de agave, o qual prosperou satisfatoriamente, fazendo-se uma distribuição de 523.500 mudas para diversos municípios do Estado.

O florescimento dessa magnífica cultura permitirá, dentro em breve, a instalação de uma grande indústria de cordoalha e mesmo manter um apreciável comércio de exportação.

Urucú — As parcelas cultivadas experimentalmente com urucú demonstraram que essa planta pôde ser explorada lucrativamente na Paraíba, dando mesmo origem a pequenas indústrias. O Hôrto distribue mudas de duas variedades: Sanguineo e Branco.

Mandiôca — Além das 17 variedades em competição, dèsde 1941, iniciámos o plantio da variedade Manipeba, rústica e produtiva, para distribuição de “manivas” nas zonas do Cariri e Sertão, onde, está provado, essa especie pôde viver e produzir satisfatoriamente. O plantio de mandiôca nos aluviões quaternários das zonas sêcas influirá extraordinariamente para amenizar os efeitos calamitosos das longas estiadas, proporcionando ás populações rurais meios de resistência. As variedades em competição não apresentaram ainda resultados concludentes. No próximo ano se poderá indicar qual delas deve merecer a preferência dos agricultores.

Mamona — A produção de mamona na Paraíba vem aumentando de ano para ano, assim o indicam os dados relativos á nossa balança de exportação. Vêm sendo efetuados trabalhos de seleção, os quais culminaram na obtenção de uma variedade rica em óleo e que produz cachos extraordinariamente grandes. Essa especie está sendo multiplicada no próprio Hôrto, para futura propagação nas zonas adequadas a essa facil cultura.

Coqueiro Anão — Considerando as magníficas

qualidades do coqueiro anão, tem sido essa espécie multiplicada com o máximo interesse e será dentro de alguns anos uma esplêndida riqueza para a nossa terra, que já possui culturas definitivas, iniciadas nas Fazendas Simões Lopes, São Rafael e Mangabeira. Esses plantios serão ampliados nos próximos anos, de forma a que de futuro se torne possível uma larga distribuição aos interessados.

Outras culturas — Com o propósito de distribuir mudas, são ainda cultivadas no Hôrtio Simões Lopes outras espécies de interesse para a economia paraibana sobressaindo os capins elefante e sempre-verde, bananeiras, batata doce das variedades: Mãe de família, Dedinho, Blão Branco, Catorze, Píncel, Vinagre, Domei; cana forrageira, melão e abóboras.

Fazenda Mangabeira

A Fazenda Mangabeira é ainda uma das reservas florestais do Estado. As suas matas vêm de há muito tempo fornecendo lenha para as usinas do Governo e madeiras de construção para obras públicas. O consumo de lenha vinha aumentando, enquanto a área coberta de matas diminuía progressivamente. Tornou-se inadiável, portanto, proteger as matas remanescentes, racionalizar a sua exploração e, sobretudo, intensificar o reflorestamento das áreas desnudas.

Vamos atuando nêsse particular com a melhor atenção e o firme propósito de encaminhar o problema para uma solução satisfatória. Assim, iniciámos em outubro de 1940 o reflorestamento sistemático das terras da Fazenda Mangabeira, onde fôram plantadas no ano findo mais de 300.000 mudas de eucaliptos, páu-d'arco, jurêniã preta, cédrio, suçupira e jaqueira. O desenvolvimento das culturas está sendo atentamente assistido a fim de que se possa concluir dentro de algum tempo



Granja São Rafael — Lote de reprodutores Leghorns



quais as espécies ou as variedades mais aconselháveis para a zona, tendo-se em consideração o rendimento agrícola e o valor industrial de cada uma. Além dos plantios em campos do Estado, faz a Diretoria de Produção intensa propaganda, demonstrando aos proprietários a conveniência de se restringir o mais possível a devastação das matas e proceder, paralelamente, á formação de reservas afim de garantir o funcionamento de nossas indústrias e os serviços de construções civis e marcenaria.

Fomento Agro-Pecuário

O estudo das zonas agro-climáticas do Estado é uma providência que se impõe para que se possa agir com segurança e proveito.

Com êsse propósito a Diretoria de Produção dividiu o Estado em 3 zonas agrícolas — Litoral, Serra e Sertão, — entregando cada uma a um agrônomo que, com seus auxiliares imediatos, se vai especializando no cultivo de plantas apropriadas ao meio e se habilitando a encontrar soluções práticas e proveitosas para os vários problêmas locais.

A divisão ora adotada facilitará o estudo das condições ecológicas de cada zona e, conseqüentemente, a solução de muitos problêmas relacionados com a vida econômica do Estado.

A Diretoria de Fomento da Produção procurou, durante o ano agrícola findo, incrementar a produção, notadamente de gêneros alimentícios, com o aproveitamento racional das terras onde a pluviosidade foi abundante, como sejam Litoral, Caatinga, Brejo e Agreste. O Poder Público cooperou largamente com os lavradores na formação das safras, já lhes proporcionando assistência técnica e financiamento, já auxiliando-os com o empréstimo de materiais agrícolas e distribuição gratuita de sementes. Foi uma contribuição valiosíssima,

por ter atingido de preferência lavradores reconhecida-mente desprovidos de recursos.

Infelizmente, porém, nas zonas do Cariri e Ser-tão, as atividades agrícolas foram quasi paralizadas, pela acentuada escassês de chuvas. Tão reduzida foi a pluviosidade que até mesmo lavouras perenes e resis-tentes como o algodoeiro moco não chegaram a se refazer completamente, sobrevivendo apenas uma flo-ração minguada e uma produção inexpressiva. Os açudes, na sua generalidade, permaneceram sêcos. A economia sertaneja foi, desta fôrma, gravemente per-turbada.

Numerosos contratos de cooperação tiveram a sua execução suspensa ou retardada.

Não obstante, além do incentivo á cultura de plantas alimentares, já bastante conhecidas, empreen-demos o fomento do plantio de agave e erva-dóce, espé-cies que vão conquistando a preferência de muitos agri-cultores pela facilidade de sua exploração e pelas van-tagens econômicas que apresentam.

Os Postos Agrícolas executaram 159 contratos de cooperação em diversos municípios e a distribui-ção de sementes elevou-se a 354.364.795 quilos, confôr-me demonstramos a seguir:

Algodão	240.525	quilos
Feijão	58.800	"
Milho	46.585	"
Batatinha	3.979	"
Amendoim	1.540	"
Fava	480	"
Arroz	1.983	"
Mamona	440	"
Erva-dóce	13.050	"
Hortaliças	12.805	"
Cebôla	6.940	"

A Pecuária mereceu também cuidados especiais da D. F. P., que além de colocar reprodutores de exce-



Granja São Rafael — Jumento "PEGA" do pl antel do Estado — (Cedido pelo Ministério da Agricultura em 1942).



lentes raças á disposição dos fazendeiros nos Postos de Monta, levou-lhes asssitência técnica, sempre que era solicitada ou se oferecia oportunidade.

Colônia de Horticultores

Transferidos os colônos japoneses para o alto sertão paraibano, foi a Colônia de Horticultores, da Granja São Rafael, entregue a brasileiros, assistidos pelo Governo.

Os trabalhos prosseguiram sem que a Capital se ressentisse da falta de abastecimento de hortaliças provenientes da Colônia.

Serviço Experimental

As atividades de fomento da produção agrícola e animal só preenchem satisfatoriamente a sua finalidade quando apoiados pela experimentação.

Sem a seleção das sementes e a adaptação rigorosa das variedades ao meio onde devam ser cultivadas, não poderá o fomento se exercer com eficiência. Ademais, há que atender ás exigências dos mercados e das indústrias que cada dia reclamam melhores produtos. Por sua vez o lavrador precisa de variedades de alta produtividade e aquêle, como estas, dependem do experimentador.

Para a realização dessa importantíssima tarefa, mantemos um Serviço Experimental que vem cuidando com o maior interêsse da melhoria das espécies que cultivamos, merecendo destaque especial os trabalhos referentes ao algodoeiro Mocó, seleção de cabras Moxotó e carneiros deslanados.

O centro dêsses serviços é a Fazenda de Sementes de Pendência, no município de Joazeiro.

Os resultados obtidos nêsse setôr, no ano agrícola findo, vão resumidos nos trechos principais que se seguem, extraídos do relatório do diretor da D. F. P. ao Secretario da Agricultura, sôbre as atividades daquêlê órgão técnico durante o exercício relatado:

"FONTES DE RIQUEZA DE ORIGEM VEGETAL — ALGODÃO — Desde as primeiras observações sôbre o algodão notámos logo serem os híbridos os indivíduos que aqui melhor se adaptavam. Pensámos no Verdão que, segundo os trabalhos realizados pela Estação Experimental de Agricultura Tropical em Trinidad," é o híbrido interespecífico do algodão Upland e do Mocó, cuja característica é o linter verde, apresentando uma alta produtividade assim como fibras muito superiores, em característica de fiação, aos comuns algodões herbáceos. Esse algodão, como híbrido de uma espécie sub-tropical que são os algodões americanos e de outra espécie perfeitamente adaptada ao meio tropical deu como resultado indivíduos de uma grande amplitude em sua variabilidade, especialmente quanto aos seus caracteres fisiológicos de adaptação ao meio. Isto é provado pelo seguinte fato: o Mocó não se dá bem nessa região, em face do frio (a temperatura desce a 10.º centígrados) ocasionando alta porcentagem de "shedding"; os herbáceos, com maior resistência ao frio, sofrem pela deficiência hídrica. O híbrido reúne num só indivíduo as condições ótimas para a vida e produção em tal região. Alguem poderá argumentar sôbre a grande instabilidade dos híbridos, mas desejamos explicar que a segregação é feita de uma maneira muito complexa e que ha a recombinação pelo cruzamento dando um equilíbrio de gens que fórma indivíduos muito produtivos. E' o assunto cabalmente demonstrado no campo da prática. Em lugar do Upland americano foi uzado para o cruzamento o Pima de origem americana, pois necessitamos produzir fibras longas. O Mocó uzado foi de antigas culturas do Cariri, cuja potencialidade de resistência ao meio vinha acumulada através das gerações, imprimindo ao novo tipo a constituição perene ou arbórea, com vida longa, enquanto que o Pima dá as altas qualidades de fibras. O comprimento das fibras apresenta uma apreciavel fixidez, pois se trata de cruzamento de algodões longos, imperando a carga de fatores fornecidos pelo algodão Pima. Estando o comprimento das fibras praticamente garantido, as recombinações por cruzamento dão um equilíbrio de gens que formam indivíduos muito produtivos.

Para se ter uma Idéa clara do valor do novo tipo obtido passaremos a dar abaixo os resultados de um exame procedido



Granja São Rafael — *Aspécto parcial de uma horta na Colónia de Horticultores.*



na atual cultura dêste Campo Experimental (Pendencia) e na do agricultor vizinho mais próximo:

Caráteres	Agricultor	(MxP)
Comprimento médio (250 obs.)	30,87 mms.	40,04 mms.
Coefficientes de dispersão	11,53%	8,61%
Porcentagem de fibra	35,00%	33,12%
Índice de fibra	4,54 grs.	5,30 grs.
Peso médio de 1 capulho	2,85 grs.	3,85 grs.
Peso de 100 sementes	8,40 grs.	10,70 grs.
Finura da fibra	Grossa	Fina
Sedcsidade	Áspera	Sedosa

Pelos resultados acima, nota-se claramente o alto valor do novo algodão, tendo-se plantado no ano findo 18.000 pés. Ao lado do trabalho de multiplicação desse algodão foram feitos 106 cruzamentos, incluindo-se vários cruzamentos de recuo. As auto-fecundações atingiram o numero de 4.500. Foram também cultivadas 50 plantas da variedade Pima para fins de cruzamento e purificação. Multiplicámos ainda este ano cruzamentos feitos nos anos de 1938, 1940 e 1941. Na parte do Campo de Sociedade que ainda está sob o nosso controle foram continuados os serviços de aclimação da variedade R-37 dentro das 8 linhagens que estão sendo estudadas em cooperação com a Cia. Inglesa Coat's; estas seleções foram feitas ainda em colaboração com Mr. Vincent Rorke, ilustre breeder já falecido. Do Campo de Queimadas, cujo controle de genética está afeto a este Campo, esperamos colher 1.000 quilos de sementes que darão para plantar 400 hectares no próximo ano. Nêstes campos é usada uma rigorosa "Simplified type selection" que mantém um continuo conjunto de ótimas plantas.

AGAVE — Representa para o Cariri uma planta de alto valor não só como planta industrial, mas sob o ponto de vista da sua alta resistência á seca. Carece essa planta de uma intensiva experimentação que inclua a parte cultural como também a parte de beneficiamento. Não ha na região, até este momento, nenhuma instalação que explore a fibra sob a forma industrial. O Campo de Sementes de Pendencia possui uma cultura de 17.000 plantas e vai iniciar nos próximos meses o beneficiamento da parte adulta, estudando nesse trabalho todos os dados referentes ao aproveitamento desta planta. O serviço vai ser feito em máquina rústica de fabricação local, instalação esta que está ao alcance de qualquer agricultor. O Campo fará também distribuição de mudas. Para isso foi montada uma desfibradeira acionada por um motor Chevrolet, queimando gás pobre, que servirá de orientação prática aos agricultores.

Com o fim de aumentar as culturas existentes foram plantadas no presente ano 3.864 mudas, assim como foi procedida uma replanta de 2.933 mudas que tinham morrido com a seca. Foram deslocados 4 hectares, que se destinam às futuras plantações no ano vindouro.

CAROLIA — É para a região uma grande fonte de renda. Como medida de proteção aos carosais existentes, está sendo fomentada entre os proprietários a idéia de procederem eles mesmos ao beneficiamento das fibras. Dessa forma o agricultor defende naturalmente os carosais do fogo e dos animais. A extração do Carolé na região seca tem um aspecto econômico e social muito interessante. O homem do campo em geral, após o período chuvoso, do amanhecer da terra, ficava praticamente sem trabalho e quasi sem pão, durante os longos meses da seca. Na indústria extrativa do Carolé, no Cariri, só há trabalho na estação seca, por três motivos: falta de braço na época chuvosa; excesso de água no Carolé (Carolé gordo), com diminuição da porcentagem de fibra; e, ainda, porque as chuvas fazem o Carolé na operação da secagem, depreciando dessa maneira o valor comercial da fibra. Afim de resolver os principais problemas, que são a multiplicação da aludida planta e a forma racional da sua colheita, experimentos pelo método Fisher estão sendo levados a efeito, visando os dois pontos citados. Tais experimentos em breve nos fornecerão elementos para a solução dos aludidos problemas.

MACAMBIRA — Esta maravilhosa xerófita povoa grande parte do Nordeste, podendo quando assola a seca fornecer os elementos nutritivos necessários ao sustento dos nossos rebanhos. As suas folhas, entretanto, só podem ser aproveitadas em máquina de alimentação automática, em face da sua pouca porcentagem de fibra. Nas experiências realizadas ficou constatado que todos os animais domésticos, inclusive os galináceos, apreciam esta forragem. A dificuldade estava em encontrar máquina econômica para reduzir a farelo grosso a base das folhas. Após persistentes estudos, foi projetada e construída a máquina de que se precisava, cujos resultados asseguram índices altamente satisfatórios, representando mais uma arma no combate às periódicas deficiências hídricas que assolam o Nordeste. A máquina consta de um tambor de madeira, com dentes de aço, com um centímetro e rotação de 1.500 r. p. m. Uma dessas máquinas com um tambor de 45 cms. pôde produzir de 4.000 a 6.000 quilos de farelo por dia, rendendo 40% depois de seco.

O farelo da macambira deve ser dado juntamente com a Palma, pois fornece a proteína, da qual é tão rica como a Mandioca, e a matéria seca indispensável à boa digestibilidade. A Palma, pobre em proteína e rica em água, fica assim corrigida



Granja São Rafael — Reprodutor Rhodes Island Red.



em parte no seu uso. Pela análise procedida no Laboratório da Inspeção de Obras Contra as Sêcas verificou-se que é uma forrageira de algum valor. Foram isoladas 4 variedades que vão ser estudadas no próximo ano.

SÓRGO — Representa uma das gramináceas mais resistentes á Sêca, fornecedora de um ótimo grão e ótimo feno para a alimentação do gado, sendo uma planta de grande valor para as regiões sujeitas á estiagem. Nos estudos preliminares feitos com essa planta em Soledade, obtivemos a produção de 4.366 ks. de grãos por hectare, o que é uma produção assombrosa em relação ás precárias condições de chuva do ano. No estudo da fenação conseguimos 6.161 ks. de feno por hectare.

BENEFICIAMENTO DOS TEXTÉIS LIBERIANOS — A respeito do beneficiamento dos textéis liberianos devemos frisar não só para o caso da Agave, mas do Caroá e da Macambira, que máquinas de alimentação automática tipo "Irene" de fabricação americana, instaladas sob fórmãs de cooperativas, viriam reduzir o custo de produção e permitir a exploração de fibras como a Macambira, porque nas nossas máquinas rústicas a produção fica limitada ao movimento do homem que põe as fôlhas, uma por uma, em contacto com o tambor laminado. No caso da Agave e do Caroá a porcentagem de fibra e a quantidade desta por fôlha deixa uma boa margem de lucro, o que não acontece com a Macambira.

Não é só a função de descorticar que deve ser encarada; a batadura de fibras após a secagem é também um ponto de vital importância, sabendo-se que a lavagem da fibra é quasi impossível pela escassês de água, sendo esta operação muito relevante principalmente para o caso da Agave. A batadura melhora consideravelmente o tipo da fibra pela eliminação dos resíduos da clorofila e casca, imprimindo-lhe um brilho apreciavel.

Já que tratamos aqui do assunto de beneficiamento achamos interessante tratar da força motriz. Esse problema é para o pequeno agricultor do Cariri dos mais sérios, em face do alto preço de qualquer motor industrial e poderia ser resolvido com o aproveitamento de motores de automoveis a gazogênio. Estamos organizando montagens que vão servir de modelo ás futuras instalações dos agricultores. A instalação já feita no Campo de Pendência obedece a essa orientação prática.

MANDIÓCA — Essa é outra planta que necessita ser fomentada para ajudar a alimentação do homem do Cariri. Em absoluto não ha motivo para o Caririseiro lançar mão do Xique-xique e da Macambira para se alimentar quando a sêca assôla a região. A Manipêba é uma das variedades indicadas pois resiste grandemente á Sêca, conservando-se no sólo em boas condições até 8 cms. de diametro.

PALMA — A Palma é uma das plantas mais ligadas á vida do homem do Cariri. E' a forragem verde da época da seca; embora de pouco valor em proteina, fornece ao organismo animal água e vitaminas, para o seu perfeito equilibrio fisiológico. E' um verdadeiro "açude vegetal" como tão bem a classificou um ilustre técnico patrio, pois 10 hectares de palmatoria representam 475.000 litros de água retidos nos sempre verdes tecidos dessa maravilhosa xerófita. A sua mistura com caroço de algodão e feno de sorgo constitui uma ração equilibrada e substancial, tornando-se uma garantia para a vida dos rebanhos, ante os efeitos desastrosos da seca. Carece essa planta de melhor e mais crescente disseminação baseada em dados experimentais cujas questões urgentes e principais estamos procurando resolver, tendo já sido plantados 35.000 individuos da palma gigante e 1.500 da palma doce, para distribuição gratuita das raquetes aos criadores. Foram realizados 2 experimentos: um referente á forma de plantio e outro quanto á melhor época de plantio. Em ambos os trabalhos foram considerados 6 tratamentos e 4 repetições, distribuídas ao acaso, segundo o método Fisher, sempre com excelentes resultados.

FONTES DE RIQUEZA DE ORIGEM ANIMAL — BOVINOS — A criação do gado bovino deve ser feita, considerando-se as condições ecológicas, numa forma intensiva e não extensiva e anti-econômica como vinha sendo procedida. Expliquemos: o Cariri é uma região desprovida de chuva, conseqüentemente de pastagens limitadas, com chuviscos ou neblina em Junho, Julho e Agosto, restantes do sistema de chuvas da costa, que em geral apodrece e desvaloriza o alimento da fenação natural, obrigando os caririenses a tratar do gado com espinhos queimados. Cria-se o gado de crise em crise, com curvas alteradas de poucos meses de pastagens para se refazer da fome da seca, entrando novamente num período de deficiência alimentar. Precocidade e crescimento imprimeidos mesmo por uma fuição de raça não podem se proceder, ante a agressividade do meio e o processo de exploração. O caminho a seguir é, portanto, melhorar o meio, produzir e conservar tecnicamente as forragens da época de fartura para os tempos de miséria, por meio da fenação, com a cultura da palma e com rações completamente de caroço de algodão. Para que compensem todos esses melhoramentos do meio é necessário criar animais que realmente paguem todos esses trabalhos com margens para lucro e não animais degenerados e deficientemente alimentados.

A constituição genética do bovino para essa região deve ser formada pelo cruzamento do gado Zebú com o Crioulo, para formação de um lastro precoce e resistente, em seguida com a raça holandesa ou Schwitz para o aumento na produção do leite. Um lote da raça crioula, que será mantido em estado de pureza, servirá de apoio para futuros cruzamentos de reeúo, pois



Granja São Rafael — Reprodutor Leghorn



oferece valioso patrimônio hereditário, especialmente com relação ás adversidades do meio.

Na execução do plano acima exposto já se acham em função dois reprodutores da raça Indo-Brasil, que formarão, com as raças circulas da região, o lastro para receber as futuras raças finas. Logo que chover virá para este Campo um reprodutor da raça Schwitz que nos vai ser entregue.

CAPRINOS E OVINOS — Os caprinos e ovinos representam para a região animais de grande valôr, pois são bons aproveitadores das pastagens inferiores, sendo ainda fornecedores de carne á maioria da população do interior do Estado.

Essas duas criações feitas racionalmente, baseadas numa cultura de Palma doce, feno de sôrgo e algum concentrado para as épocas sêcas, constituem indústria de valor. Quanto á questão de raças, está sendo selecionada a raça de caprinos Moxotó e ovelhas deslanadas tipo Morada Nova, identificadas pela primeira vcz pelo illustre geneticista Otavio Domingues. Dos dois planteis existentes nasceram no ano findo os seguintes:

Especies	Femeas	Machos	Machos "fora do tipo"
Caprinos Moxotó	6	11	2
Ovinos deslanados	14	9	—

Estudando-se as doenças que atacam os caprinos e ovinos da região, chegamos á conclusão serem duas as que mais vitimas ocasionam: a verminose e os abscessos. Conseguimos dominar a verminose com emprego do sulfato de côbre a 1%.

Quanto aos abscessos cuja causa a ciência veterinária ainda não esclareceu, foi enviado ao Instituto Vital Brasil sangue de animais atacados por êsse mal, para a reação de sôro-aglutinação, pois suspeitávamos de "Brucellose". Entretanto a aglutinação foi negativa para:

- Brucella suis
- Brucella melitensis
- Brucella Abertus

Para o estudo desta última doença torna-se mais uma vez necessária a colaboração do Serviço de Defesa Animal, pois se trata de doenças que têm dizimado parte dos rebanhos da região.

MONTAGEM DE MÁQUINAS E CONSTRUÇÕES — Montou-se no Campo de Pendencia uma Usina de Fôrça e Luz, acionada por um motor Chevrolet, que funciona com gás pobre fornecido por um aparelho de Gásogenio de ferro e alvenaria, produtor de gaz sêco. Os resultados foram magníficos, e pôde-se obter, da forma mais econômica,

20 HP sem novas importações, com aproveitamento de material usado existente no país. Instalou-se ainda um dinamo de 12,5 HP, u'a máquina de desfibrar Agave, outra de desfibrar Caroá e uma para transformar a Macambira em farélo.

O secador das fibras tem 1.525 metros quadrados com o comprimento de 1.200 sendo todo construído de madeira.

Construíram-se um pequeno estabulo para 12 rezes; uma mangedôra para receber os detritos do Caroá ou da Agave para alimentação do gado; e ainda dois tanques para lavagens das fibras.

Fôram cultivados 500 metros de aveloz, planta preciosíssima, pois é possível cercar-se grandes áreas por preço reduzido. Está sendo fomentada essa prática, pois não há necessidade de se usar as deficientes madeiras e arame farpado de importação.

Vem sendo também estudada a construção de silos de alvenaria para conservação de cereais com o emprego de revestimentos impermeáveis, assim como a construção para a região de uma cisterna modelo subterranea, precedida de filtros de areia e cascalho, utilizando o "thalweg" de qualquer alto.

Pelo trabalho realizado no ano findo e pelos resultados conseguidos em face das observações feitas, concluímos que a região da Serra da Borburema pôde ter uma economia sólida e próspera uma vez que seja orientada nos moldes e na concepção que acabamos de expressar neste Relatório".

Oficina de Barreiras

Essa dependência executou satisfatoriamente suas atividades, a despeito das dificuldades na aquisição de materiais e dos seus elevadíssimos preços. Atendeu, em 1942, a 298 ordens de serviços, das quais o maior número da Diretoria de Viação e Obras Públicas e da Diretoria de Fomento da Produção.

Além da assistência prestada ao conjunto dos veículos estaduais, empreendeu a Oficina de Barreiras um programa de construção de Gasogeneos. Com algumas prefeituras colaborou em trabalhos de grande utilidade. Dotada de pessoal habilitado e operoso, dirigida por técnico de notável intuição prática em assuntos de mecânica, êsse serviço muito contribuiu para o êxito de iniciativas que estavam a carecer de sua cooperação.



Fazenda Pendência — Soledade — Lote de cabras "Moxotó" em seleção.





Fazenda Pendência — Soledade — Lote de cabras Morotó para cruzamento com a raça Saanen





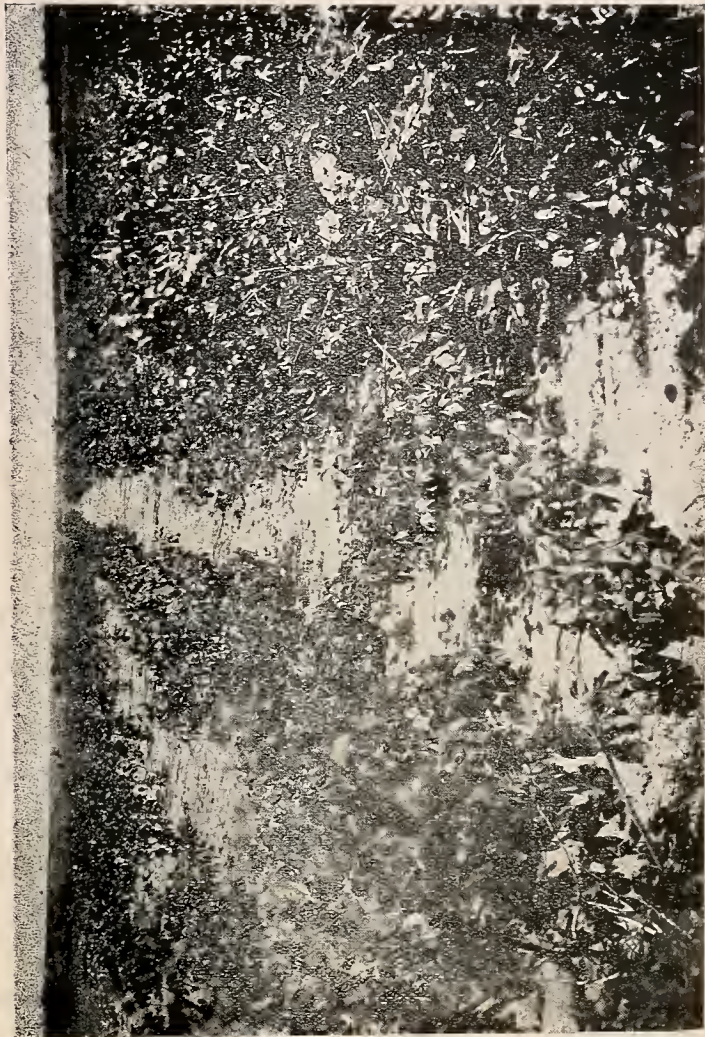
*Fazenda Pendência — Soledade — Planta F 4 em cruzamento
com o algodão Mocó longo*





Fazenda Pendência — Soledade — Cultura de agave em pleno Carriz.





Fazenda Pendência — Soledade — Variedades algodoeiras Moco e Pima, em grande cultura.





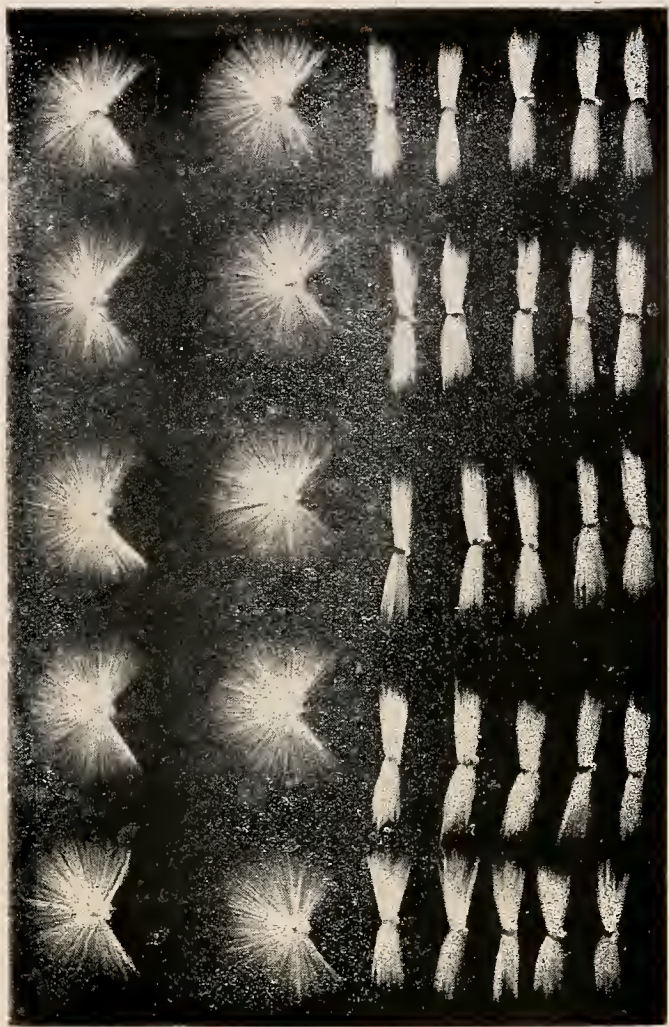
Fazenda Pendência — Soledade — Cultura experimental de palma forrageira.





Fazenda Pendência — Soledade — Fibras super-longas obtidas nos trabalhos de melhoramento do Algodão Moco





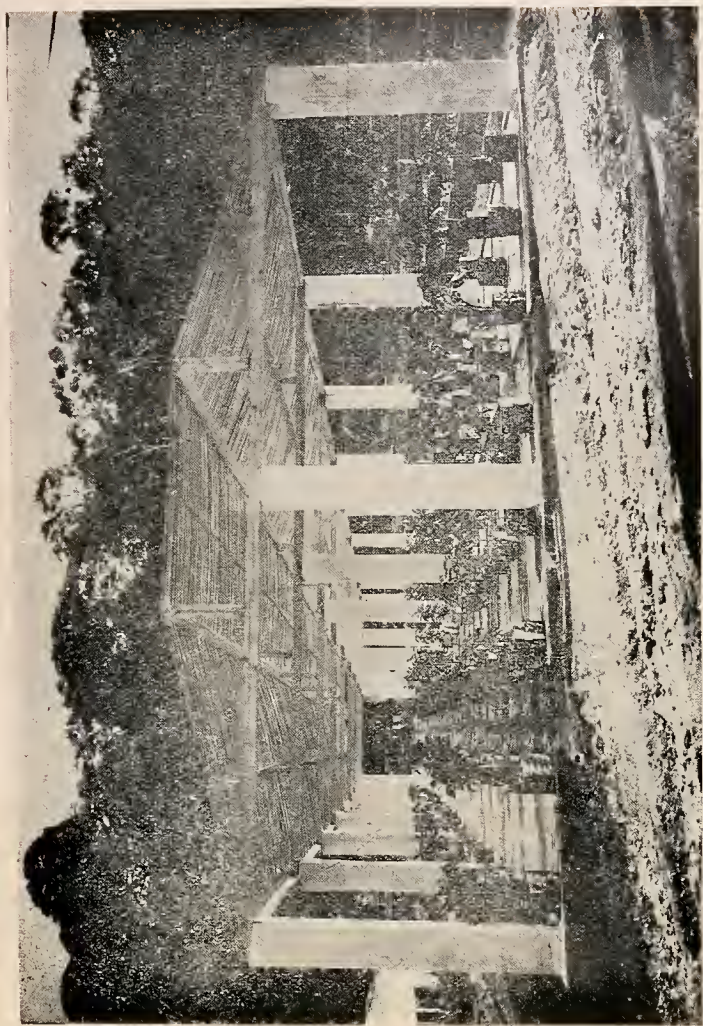
Fazenda Pendência — Soledade — Halos do material usado em cruzamentos, fibras de 40 a 50 m/m.





Reflorestamento da Fazenda Mangabeira. Cultura de eucaliptus — Iniciada em outubro de 1940

1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900



Horto Simões Lopes — Ripado recentemente construido.





Horto Simões Lopes — Campo de seleção de mamona. Variedade recentemente obtida e notável pelo excepcional tamanho dos cachos e excelente produtividade.





Granja São Rafael — Plantél do Estado — Reprodutora Duroc-Jersey, com crias.





Oficina Mecânica da Diretoria de Fomento da Pro-
dução (Barreiras) — Máquinas agrícolas reparadas



**COLÔNIA AGRÍCOLA DE
CAMARATUBA**



O VALOR da obra que se realiza em Camaratuba já foi proclamado quando relatámos ao eminente Chefe da Nação as atividades do nosso Govêrno no exercício de 1941. Nunca será demais encarecer o sentido social dessa iniciativa de recuperação e aproveitamento, destinada a conquistar para a ação produtiva uma área de ricas possibilidades, dominada até bem pouco pelo paludismo e outras endemias.

De terras abandonadas e insalubres vai a região se transformando em ambiente habitavel, capaz de fixar um laborioso núcleo de população rural.

Dedicamos á Colônia Agrícola de Camaratuba os cuidados que se dispensam a uma idéia, difficil pelo arrojô de seus objetivos mas oportuna pelos magnificos resultados de sua realização. E nos decidimos a êsse plano com o entusiasmo de quem desêja trabalhar sinceramente pelo engrandecimento de sua terra, fazendo-a despertar para o rumo de possibilidades novas, quais as que esperam a audacia dos empreendimentos nos fertes vales do litoral.

Contamos, para isso, com o amparo de V. Excia.. Foi a sua visão de sociologo e estadista, voltada para o verdadeiro sentido da hora que atravessamos, que nos animou a lançar os fundamentos da Colônia Agrícola de Camaratuba. Com a assistência moral de seu Govêrno e os auxílios financeiros, concedidos por intermédio do Ministério da Agricultura, tivemos uma ajuda inestimavel que tornou possiveis os trabalhos, atualmente em fase bem adeantada.

Os cofres estaduais, por seu turno, têm concorrido para o desenvolvimento do plano. Do Governo Federal recebeu a Paraíba, em 1942, o auxílio de Cr\$. . . 1.000.000,00, valioso concurso que permitiu intensificar as atividades de organização, notadamente a construção de casas de colônos e conclusão dos prédios destinados ao controle administrativo. Mais 18 daquelas casas foram edificadas, perfazendo um total de 29 desse tipo de construções. . .

Atualmente a Colônia conta com os seguintes edifícios, construídos ou em vias de conclusão: 29 casas para colônos; 3 casas para o administrador, o médico e o auxiliar; 6 prédios para a cooperativa, a hospedaria, o escritório, a usina de beneficiamento de arroz, o posto médico e o galpão para máquinas.

Não obstante as dificuldades na obtenção de materiais, iniciamos a construção de outros edifícios, entre os quais o da Escola Rural e de outros melhoramentos previstos no plano de organização da Colônia Agrícola.

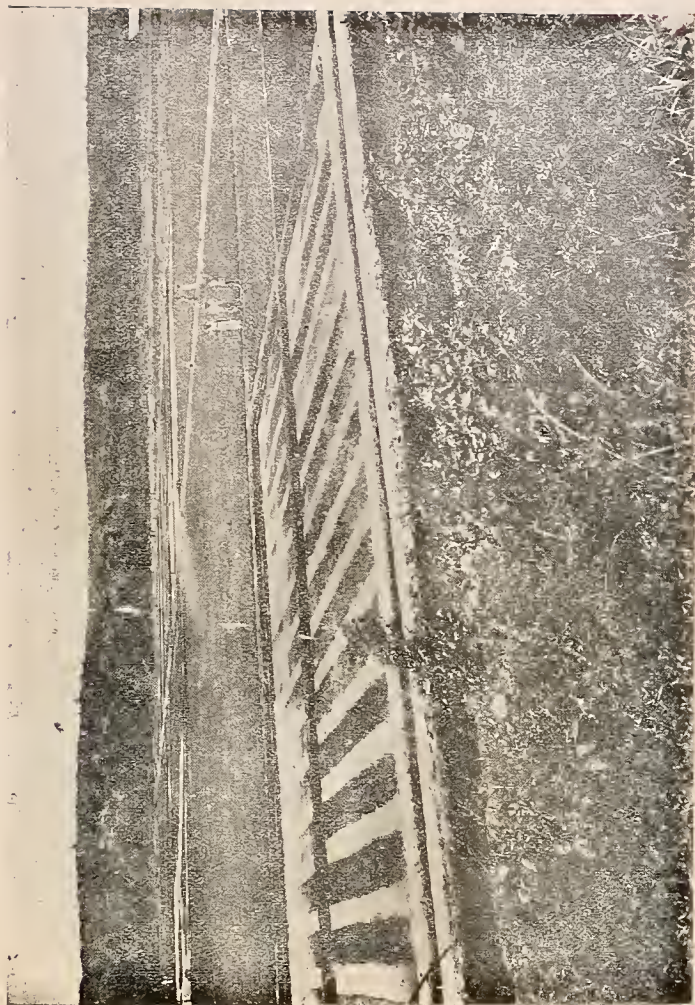
Os serviços tiveram normal desenvolvimento e maiores não foram os progressos, em virtude não só de se achar a Colônia na sua fase de organização, como também pela incapacidade física da população local, quasi toda depauperada pelo paludismo, amarelão e outras endemias comuns àquela zona.

Apezar disso, com o combate sistemático a essas doenças, que felizmente vão desaparecendo, e com o amparo oficial, foi possível cultivar uma boa área, superior a 200 hectares, de feijão, mandioca, milho, arroz, inhame, batata, etc., mudando completamente o aspecto do vale e proporcionando aos colônos recursos alimentares que contribuíram para melhorar-lhes sensivelmente o padrão de vida.



Colônia Agrícola de Camaratuba — Uma das novas casas, vendo-se ao lado a antiga palhoça onde residia o colono





Colônia Agrícola de Camaratuba — Cultura de arroz irrigada





Colônia Agrícola de Camaratuba — Vista das construções.



Merece também citação especial a colaboração da Secção de Fomento Agrícola Federal, neste Estado, que além de tomar a seu cargo a construção e montagem de uma Uzina Beneficiadora de Arroz, realizou, em cooperação com a Diretoria de Fomento da Produção, o estabelecimento de uma excelente cultura daquele gênero, por processos irrigatórios dos mais eficientes e adequados ás condições locais.



COOPERATIVISMO



ALCANÇARAM um êxito apreciavel as atividades do Departamento de Assistência ao Cooperativismo durante o exercicio relatado.

Esse resultado se tornou possivel em virtude do impulso que vimos emprestando ao cooperativismo no Estado, procurando alargar o seu raio de ação e ampliar a série de benefícios que oferece aos pequenos agricultores.

Sem êsse auxilio indispensavel, que se coaduna com as diretrizes da política federal relativa ao assunto, estariam frustados todos os empreendimentos que, de inicio, não podiam prescindir da ajuda decisiva do poder público.

Assim, por intermédio do D. A. C., o qual tambem recebeu a colaboração muito eficiente do Serviço de Economia Rural, promovemos o desenvolvimento de todas as cooperativas disseminadas no Estado, por meio de assistência técnica e orientação adequada ás respectivas diretorias e serviços em geral, para que pudessem atingir um rendimento satisfatório.

Foi essa preocupação um dos objetivos essenciais do programa do D. A. C. que, por outro lado, tambem se aparelhou de material e pessoal, podendo, dessa maneira, conduzir a fiscalização com a intensidade requerida. Além do auxilio técnico, diversas entidades cooperativistas do Estado receberam acentuada ajuda financeira.

Efetou ainda o D. A. C. a restauração de várias cooperativas cuja existência residia unicamente no papel, pois apenas contavam com o capital subscrito e não recolhido, do que resultavam nulas as suas operações.

Conseguiu igualmente dar início á construção das sédes das cooperativas de Batatinha, em Esperança e Crédito Agrícola no município de Sapé, tendo fundado mais três cooperativas mistas em Borburema, Camarata e Pocinhos.

Mantem o D. A. C. um órgão de propaganda, "Cooperação", publicado mensalmente e que insere matéria de divulgação, doutrina e instruções. O movimento geral das cooperativas, no que diz respeito ao exercício passado, vai expresso no quadro em anexo (N.º 1).

Cooperativas Escolares

Conta o Estado com 22 pequenas cooperativas escolares, as quais estiveram inativas durante algum tempo. Em 1942 fôram todas aparelhadas de material didático e postas em funcionamento, com proveitosos resultados.

O movimento dessas cooperativas pode ser constatado dos quadros que vão destacados no final deste capítulo. (Anexos 2 e 3).

MO

de Dezembro de 1942

Referencias

Juros Fixos

Dividendos

Movimento

P A S S I V O

N. ^o de ordem	D ital	Fundo	Credores	Diversas	TOTAL	
		de Reserva	em C/C	Contas		
1	Coelho Li	2,00	20,20	75,80	—	138,00
2	Duarte de	2,00	21,50	186,40	—	579,90
3	Otilia Ma	0,00	311,30	187,10	—	1.198,40
4	D. Pedro	8,00	230,90	430,60	—	1.109,50
5	Antonio	3,00	73,20	509,30	—	906,00
6	Tomaz M	4,00	494,20	—	—	778,20
7	Peregrino	9,00	1,50	153,20	—	333,70
8	João Ursu	3,00	225,30	190,60	—	588,90
9	Nilo Pega	9,00	188,50	147,00	—	3.094,50
10	Clementi	8,00	98,80	143,20	—	510,00
11	Monsenhe	4,00	81,50	—	24,30	319,80
12	José Mar	0,00	157,60	—	—	237,60
13	Padre Ib	7,00	120,00	176,10	—	433,10
14	Solon de	1,00	62,30	117,40	—	650,70
15	Felix Da	1,00	35,50	103,20	—	409,70
16	Gentil Li	6,00	44,20	25,40	—	165,60
17	Antonio	4,00	333,70	46,00	—	653,70
18	Alice Pir	7,00	60,30	214,20	—	381,50
		48,00	2.710,50	2.706,00	24,30	12.488,80

Deixam

N.º 2) SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

Balancete das operações realizadas pelas Cooperativas Escolares da Paraíba, em 31 de dezembro de 1942

N.º de ordem	DENOMINAÇÃO	A T I V O								P A S S I V O					
		N.º de sócios	Asso- ciados	Movéis e Utens.	Caixa	Dep. em Bancos	Artigos escolares	Diversas Contas	Lucros & Perdas	TOTAL	Capital	Fundo de Reserva	Credores em C/C	Diversas Contas	TOTAL
1	Coelho Lisboa — Santa Luzia	42	—	—	—	—	138,00	—	—	138,00	42,00	20,20	75,80	—	138,00
2	Duarte da Silveira — João Pessoa	62	310,70	90,00	—	—	129,10	—	50,10	579,90	372,00	21,50	106,40	—	579,90
3	Otilia Maranhão — João Pessoa	194	652,30	100,00	80,60	25,10	353,40	—	—	1.108,40	700,00	311,30	187,10	—	1.108,40
4	D. Pedro II — João Pessoa	124	356,40	—	—	100,00	373,70	279,40	—	1.109,50	440,00	230,20	430,60	—	1.109,50
5	Antonio Pessoa — João Pessoa	128	118,50	—	192,30	68,80	341,40	185,00	—	906,00	323,00	73,20	509,30	—	906,00
6	Tomaz Mindêlo — João Pessoa	245	137,00	—	14,10	136,30	490,50	—	—	778,20	284,00	494,20	—	—	778,20
7	Peregrino de Carvalho — Espírito Santo	121	59,50	—	45,20	—	220,00	—	—	333,70	179,00	1,50	153,20	—	333,70
8	João Ursulo — Santa Rita	173	25,20	—	—	—	493,00	—	—	588,90	173,00	225,30	190,60	—	588,90
9	Nilo Peçanha — Campina Grande	290	2.500,60	—	48,00	187,00	258,80	—	91,10	3.094,50	2.759,00	188,50	147,00	—	3.094,50
10	Clementino Procópio — Campina Grande	107	165,50	100,00	—	—	244,50	—	—	510,00	268,00	98,80	143,20	—	510,00
11	Monsenhor Milanês — Cajazeiras	114	—	100,00	—	—	219,80	—	—	319,80	214,00	81,50	—	24,30	319,80
12	José Maria — Pilar	52	—	—	79,40	—	158,20	—	—	237,60	80,00	157,60	—	—	237,60
13	Padre Ibiapina — Ibaiana	135	2,00	—	12,00	223,00	190,10	—	—	433,10	137,00	120,00	176,10	—	433,10
14	Solon de Lucena — Campina Grande	200	394,50	130,00	51,10	—	75,10	—	—	650,70	471,00	62,30	117,40	—	650,70
15	Felix Daltro — Taperoá	133	134,90	—	41,70	—	214,20	—	18,20	409,70	271,00	35,50	103,20	—	409,70
16	Gentil Lins — Sapé	96	45,00	—	—	—	120,60	—	—	165,60	96,00	44,20	25,40	—	165,60
17	Antonio Gomes — Catolé do Rocha	111	192,10	—	169,40	—	285,20	—	—	635,70	224,00	383,70	46,00	—	635,70
18	Alice Pinto Seixas — João Pessoa	107	48,50	—	45,30	—	239,70	—	—	381,50	107,00	60,30	214,20	—	381,50
		2.434	5.216,40	520,00	780,10	740,20	4.552,30	464,40	159,40	12.488,80	7.148,00	2.710,50	2.706,00	24,30	12.488,80

Deixam de ser incluídas no presente levantamento, as Cooperativas que não tiveram movimento durante o corrente ano.

N.º 3) SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO
 COOPERATIVISMO**

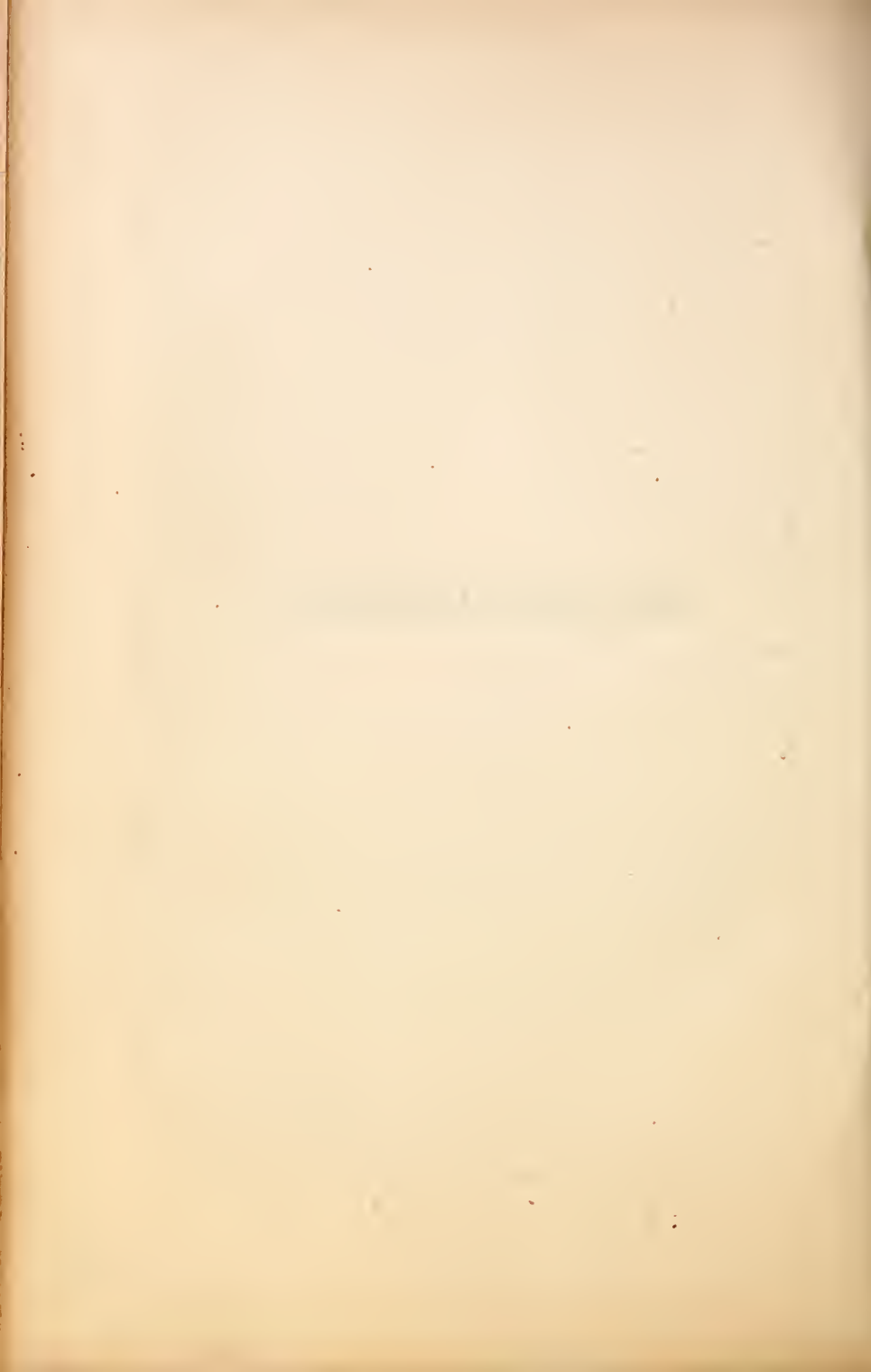
Relação dos artigos escolares fornecidos pelo D. A. C. às Cooperativas e vendas aos cooperados

N.º de ordem	DENOMINAÇÃO	Fornecido pelo D. A. C. às Cooperativas	Vendas efetuadas pelas Cooperat. aos associados
1	Coelho Lisboa — Santa Luzia	397,20	259,20
2	Duarte da Silveira — João Pessoa	393,40	264,30
3	Otilia Maranhão — João Pessoa	1.227,90	874,50
4	D. Pedro II — João Pessoa	973,50	599,80
5	Antonio Pessoa — João Pessoa	1.174,70	833,30
6	Tomaz Mindêlo — João Pessoa	1.177,30	633,50
7	Peregrino de Carvalho — Espírito Santo	492,20	263,20
8	João Ursulo — Santa Rita	933,50	445,50
9	Nilo Peçanha — Campina Grande	332,60	73,80
10	Clementino Procópio — Campina Grande	313,00	568,50
11	Monsenhor Milanês — Cajazeiras	350,20	130,40
12	José Maria — Pilar	492,20	334,00
13	Padre Ibiapina — Itabaiana	953,10	762,00
14	Solon de Lucêna — Campina Grande	760,00	684,90
15	Felix Daltro — Taperoá	323,10	103,20
16	Gentil Lins — Sapé	365,00	244,20
17	Antonio Gomes — Catolé do Rocha	444,30	159,10
18	Alice Pinto Seixas — João Pessoa	414,20	127,50
		12.027,40	7.418,90

Deixam de ser incluídas no presente levantamento, as Cooperativas que não tiveram movimento durante o corrente ano.



SERVIÇOS ELÉTRICOS



COM os encargos da iluminação pública dos municípios de João Pessoa e Santa Rita e os serviços de bondes da capital, a Repartição dos Serviços Elétricos da Paraíba teve as suas atividades consideravelmente desenvolvidas no ano findo.

Uzina Central Elétrica: — Entre as tarefas de que se desincumbiu a R.S.E.P. destaca-se a reforma procedida na Uzina Central Elétrica da qual resultou uma economia para o Estado na importância de cerca de Cr\$ 800.000,00.

Constitúe a Uzina o centro alimentador de energia elétrica da cidade, representando um serviço de grande vulto que a Paraíba está a dever á administração do ex-interventor Gratuliano Brito. Entretanto as instalações de tão importante melhoramento não experimentaram durante longo período os cuidados e o zelo reclamados por um material de fabricação estrangeira dos mais caros, resultando de semelhante abandono o fato de ressentir-se a cidade das falhas sensíveis no seu serviço de iluminação, no início de 1942.

Começaram então a manifestar-se as consequências do descaso ou da incompetência com que se geriam os serviços da Uzina, cujo funcionamento estava a pique de um colapso desastroso.

Grandes e modernas instalações, de pouco mais de seis anos, pareciam condenadas á imprestabilidade. Por toda a parte defeitos sem conta. Enormes caldeiras, de solida fabricação inglesa, estouradas, rachadas, fendidas pelo calor das fornalhas; tubos ás centenas obs-

truindo os arredores ou servindo de estacas e escoras, quando não eram empregados como material de construção de galpões.

A mais nova e a maior das caldeiras chegou a um estado de quasi inutilidade, registrando um sensível desperdício de energia. Além disso, material em enorme quantidade, ainda em perfeitas condições de utilização, era, após breve espaço de aproveitamento, atirado fóra.

Quando entregámos a direção da Repartição dos Serviços Elétricos ao técnico que atualmente se acha á sua frente, a solução para o problêma da Uzina Central Elétrica, cuja instalação data de 1936, parecia ser a compra, incalculavelmente onerosa, de novas caldeiras e de toda aparelhagem que hoje já não tem mais limite de preço.

A refórma levada a efeito alcançou, assim, as características de uma verdadeira restauração. Procedeu-se a limpêsa dos numerosos tubos de alimentação das caldeiras, obstruidos pela falta de decantação d'água e resultante acumulo de impurezas: crustaceos, sal, etc.. Empregaram-se nêsse serviço aparêlhos "Diamond", os quais fôram restaurados e entraram em funcionamento. Foi feita também uma refórma nos cinzeiros, com a extração mecânica das cinzas, sendo agora aproveitado como adubo o que antes era depositado na maré. Adotou-se um processo de decantação d'água a-fim-de que esta pudesse circular livremente nos condensadores, processo baseado em secções celulares e precipitações com sulfato de quinino que liberta o líquido de impureza. Substituíram-se as serpentinas julgadas imprestaveis, feita a necessária refrigeração das respectivas cantoneiras. As caldeiras receberam cuidadosos reparos, trabalho delicado que exigiu o maior esfôrço e competência do técnico. Conferiu-se uma disposição adequada aos lotes de lenha para alimentação da Uzina e foi instalada, ainda, uma oficina para suprir ás necessidades da Central.

Outro objetivo da reforma consistiu na recuperação do material aparentemente imprestável e assim abandonado á ação do tempo. A diretoria da Repartição de Serviços Elétricos fez desenterrar da área adjacente á Usina uma quantidade considerável de tubos, peças de máquinas, trilhos, canos, etc., dando-lhe aplicação eficiente nos diversos trabalhos a seu cargo.

Após essa salutar reorganização, a Usina Central Elétrica se achou em condições de atender satisfatoriamente ao consumo de energia tanto dos serviços públicos como das emprezas particulares, se bem que ainda não de todo isenta das deficiências do seu anterior estado de danificação impossíveis de ser totalmente retificadas.

Linhas de bondes para Tambaú: — Empregando material recuperado não só da Usina como de outros serviços da R.S.E.P., demos início á construção da linha de bondes para a praia de Tambaú, satisfazendo uma velha aspiração do povo da capital. Pelas dificuldades de aquisição de material ou pelo elevado custo da obra, nenhum govêrno anteriormente se havia aventurado a executar êsse melhoramento, que atende ás exigências do próprio desenvolvimento da cidade. Num percurso de quasi sete quilômetros utilizaram-se trilhos retirados das "sucatas" da Usina Central Elétrica e das oficinas da R.S.E.P., depois de devidamente retificados e postos em ponto de utilização sem perigo de oferecer acidentes ao tráfego. Como resultado de apenas 26 dias de trabalho, podemos inaugurar, no mês de novembro, um trecho com mais de 800 metros, servindo ao aerodromo da Imbiribeira.

Iluminação pública: — Quanto ao setor da iluminação pública, destacam-se os serviços procedidos em inumeras arterias da cidade, contempladas quasi todas com energia diurna. Consistiram êsses melhoramentos,

em sua maior parte, na distensão de linhas de alta e baixa-tensão, isoladores, posteação a cimento armado e madeira, renovação das redes elétricas, etc.

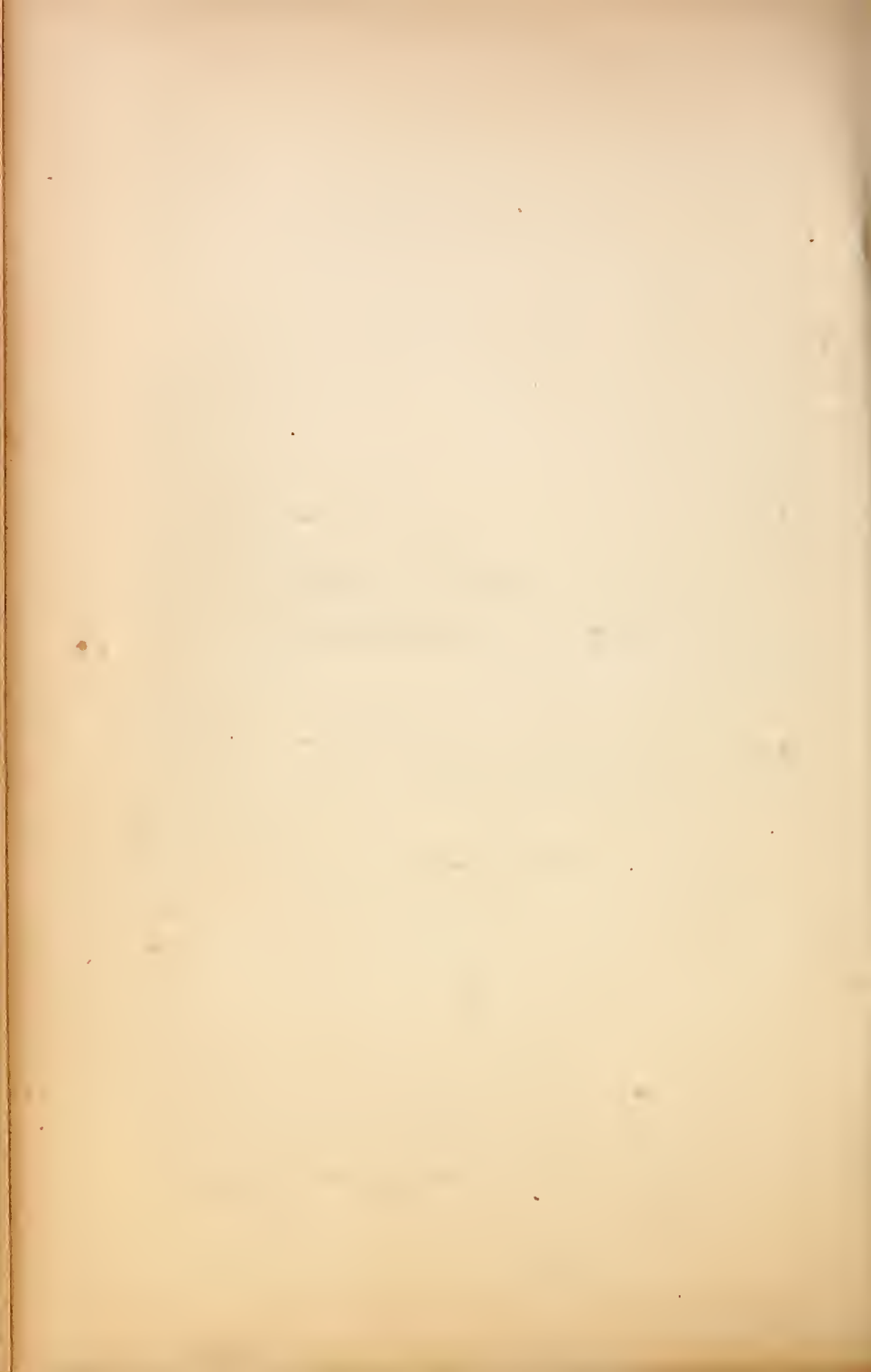
As linhas de alta-tensão que alimentam o transformador do edifício dos Correios e Telégrafos passaram por uma refôrma geral.

Confecção de material e serviços diversos de oficinas: — Importaram em regular economia para o Estado os trabalhos de confecção de apreciavel quantidade de material para alta-tensão e outros mistéres, dos quais se incumbiu a Secção de Distribuição de Energia.

A Secção Técnica e de Oficinas deu igualmente grande desenvolvimento aos seus encargos, executando serviços para diversas repartições públicas e estabelecimentos militares, além de reformas gerais em bondes, cruzamentos, fundições e ajustamento de bombas, blocos de crivos para caldeiras e outros pequenos trabalhos.

Receita: — A receita da Repartição dos Serviços Elétricos da Paraíba no ano de 1942 atingiu a soma de Cr\$ 4.341.469,90, inclusive a importância de Cr\$ 792.083,50 correspondente ao consumo de energia das repartições públicas estaduais e municipais e iluminação da capital. A renda do tráfeço subiu a Cr\$ 1.201.061,70.

SERVIÇOS PORTUARIOS
(CABEDELO E JOÃO PESSOA)



sinhos, fazendo a navegação do litoral e por isso menos sujeitas aos efeitos da guerra submarina. O movimento dèsses barcos pelo pôrto de João Pessoa no exercício a que se refere êste relatório foi o que se segue :

Grande cabotagem	266
Pequena cabotagem	18
TOTAL	284

com uma diferença para mais, sôbre 1941, de 67 embarcações.

Movimento de passageiros : — Em 1942 embarcaram pelo pôrto de Cabedêlo 2.131 passageiros e desembarcaram 411.

Movimento de mercadorias : — A exportação para o exterior, através do pôrto de Cabedêlo, que em 1941 havia sido de 17.373.341 quilos, baixou no exercício relatado para 7.579.802.

O movimento de cabotagem pelo referido pôrto foi, em 1942, de 52.630.702 quilos de mercadorias diversas que, confrontado com o do ano antecedente, acusa uma diferença para menos de 16.077.777 quilos. Por sua vez, o pôrto de João Pessoa movimentou para o interior do país, durante o exercício passado, 13.160.240 quilos de mercadorias exportadas, ao mesmo tempo que importava 7.403.513 quilos.

Apezar da crise trazida pela guerra que nos fechou os mercados externos, o nosso volume de exportação pelos dois mencionados portos continua superando a importação em quantidade e valôr. Conseguiu-se no ano findo vender para o país e para o exterior 73.370.744 quilos de nossa produção exportavel, no valôr oficial de Cr\$ 79.986.531,20 e importamos apenas 41.857.512 quilos de mercadorias diversas, no valôr oficial de Cr\$ 48.266.914,50. O saldo da balança

comercial, favorável ao Estado, foi assim de 31.513.322 quilos, no valor oficial de Cr\$ 31.721.616,70.

Melhoramentos e serviços de conservação — O estado sanitário do Porto de Cabedêlo estava exigindo imediatas providencias no sentido de serem melhoradas as suas condições higienicas.

Iniciou-se então o trabalho de limpêsa geral de todas as dependencias, que foi concluido com um serviço de terraplanagem, do qual resultou a recuperação de grande copia de material — (trilhos, canos de ferro galvanizado, metais usados, peças de maquinaria rodante) — em sua maior parte soterrado e considerado imprestavel, mas no momento de incalculavel utilidade para os serviços publicos.

Entre as deficiencias da nossa aparelhagem portuaria sobressaia a necessidade de um serviço de abastecimento dagua para vapores, e que constituia indesculpavel diminuição no conjunto das instalações do nosso principal ancoradouro. A' falta dagua, por mais de uma vez vapores que demandavam o norte do país tiveram que retroceder ao porto do Recife, afim de se abastecerem e prosseguirem viagem. O problêma foi solucionado com a construção de um reservatório com uma capacidade de 150.000 litros dagua e alimentado por um poço de captação tambem construido para esse fim. Uma possante bomba elétrica permite atender ás exigencias do movimento de embarcações e ás necessidades de limpeza do cáis, bem como veiu prevenir a eventualidade de casos de incêndio.

Outros melhoramentos recebeu o pôrto de Cabedêlo dentro das suas possibilidades financeiras. Ultimaram-se os serviços de reconstrução do calçamento do cáis, iniciados no exercicio de 1941, tendo sido levada a efeito a pavimentação da área de uma das vias de acesso ao Pôrto. Procedeu-se á ligação com as linhas externas das linhas férreas internas, eliminando-se des-

sa fôrma muitos dos inconvenientes verificados no transito dos ferro-carris empregados no serviço de transporte de mercadorias para vapores e descarga. Igualmente foi instalada a rêde de alimentação elétrica dos guindastes. Um dêsses aparêlhos, que havia mais de dez anos jazia abandonado num dos desvãos do cáis, foi submetido a reparos e está funcionando proveitosamente. Além do material cedido pela Fiscalização dos Pôrtos, para melhória das instalações do nosso sistêma portuario, o Govêrno Federal pôs ainda á disposição do Estado o rebocador "Rosa e Silva", o qual necessitava de concertos para a sua melhor utilização, serviços que fôram imediatamente iniciados e levados a termo. Adquiriram-se ainda quatro balanças, sendo uma com capacidade para pesar carros carregados até 60 quilos, e várias máquinas para aparelhamento das diversas secções da administração.

A officina do Pôrto continúa funcionando com o máximo de proveito e atendendo a todas as necessidades do serviço.

SANEAMENTO URBANO
(CAPITAL E CAMPINA GRANDE)



OS serviços afetos á Repartição de Saneamento de João Pessoa desenvolveram-se em 1942 com real intensidade, evidenciando-se um sensível progresso nêsse setôr da administração pública. Os resultados em seguida salientados documentam os esforços do Govêrno para o êxito dos referidos serviços.

Finanças — Durante o exercicio relatado as rendas da R. S. J. P. elevaram-se a Cr\$ 1.298.553,50, distribuidas segundo os títulos que se seguem :

Água :

Consumo ordinário	672.791,90	
Excesso	60.741,20	
Conservação de hidrômetro	47.719,40	
Consertos	17.855,10	
Chafarizes	37.125,00	
Reaberturas	3.155,00	
Multas	16.169,80	855.548,40
	<hr/>	

Esgôto :

Taxa	331.896,40	
Consertos	810,20	
Accessórios	13.998,60	
Multas	50,00	348.755,20
	<hr/>	

Instalações :

Água	6.671,10	
Esgôto	73.681,50	80.352,60
	<hr/>	

Ampliou-se igualmente a rede de esgoto com a construção de 390 metros de coletores 6", cujo custo se elevou a Cr\$ 35.794,80.

Fizeram-se ainda 61 ligações domiciliares á rede d'água e 12 á rede de esgoto.

Manancial de Jaguaribe — No objetivo de melhor aparelhar o Manancial de Jaguaribe, que é a principal fonte de abastecimento d'água da cidade, a R. S. J. P. levou a efeito ali varios serviços na importância de Cr\$ 105.267,80. Construiu assim 146,00 metros de sifão 3" entre os pòços 18x19 e 7xPR6, restaurando 210,00 metros de sifão 4" e 200,00m de sifão 10" respectivamente entre os pòços 22xPS7, PR6xPR8 e PR4xPRB. Fizeram-se calçadas de proteção em 19 pòços de abastecimento e três abrigos para motor-bomba nos pòços PR3, PR4 e P18. Não descurou a R. S. J. P. o problema de vigilancia e proteção do Manancial, tendo construido 2 quilômetros de estrada, com dois boeiros de 0,50x0,75, além de 3 kms. de cerca de arame farpado, isolando o perimetro da propriedade. Nesses melhoramentos include-se também o alargamento de dois aterros já existentes.

Construções para o Estado — Além dos seus encargos normais, a Repartição de Saneamento de João Pessoa executou para diversos próprios do Estado serviços da máxima importância e significação. Assinalam-se o beneficiamento nas instalações da Colônia de Férias, Casa de Detenção, Diretoria de Saúde Pública, Secretaria do Interior, Imprensa Oficial, Casa de Saúde "Frei Martinho", Abrigo de Menores, Chefia de Polícia, Departamento Estadual de Estatística, Laboratório Bromatológico, Quartel da Fôrça Policial, Colônia "Juliano Moreira", Palácio da Justiça, Inspetoria do Tráfego Público e da Guarda Civil, Hospital "Oswaldo Cruz", Paraíba-Hotel e Grupos Escolares "Epitácio Pessoa", "Frei Martinho", "Antonio Pessoa" e "Isabel

Maria das Neves". Para atender às necessidades do II G do 8.º R.A.M., provisoriamente aquartelado nas velhas dependências do Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha", foram ali introduzidos varios melhoramentos.

Também construiu a R. S. J. P. uma casa para a guarnição do aerodromo da Imbiribeira e realizou a instalação de águas e esgotos nos edificios do Serviço de Rotas e Bases do Ministério da Aeronautica localizados no referido campo.

Rapartição de Saneamento de Campina Grande

Preenchendo amplamente sua finalidade, ao atingir o seu quarto ano de funcionamento, a Repartição de Saneamento de Campina Grande manteve ininterruptos os seus serviços, oferecendo rendimento satisfatório, apesar das difíceis condições do momento referentes ao suprimento de materiais e da complexidade específica dos seus problemas.

Dia e noite, a cidade teve assegurado o seu abastecimento. A agua distribuida se elevou a 60.000 metros cúbicos e o esgoto recebido a 480.000 metros. As novas instalações á rêde d'água subiram a 114 e á rêde de esgoto a 76.

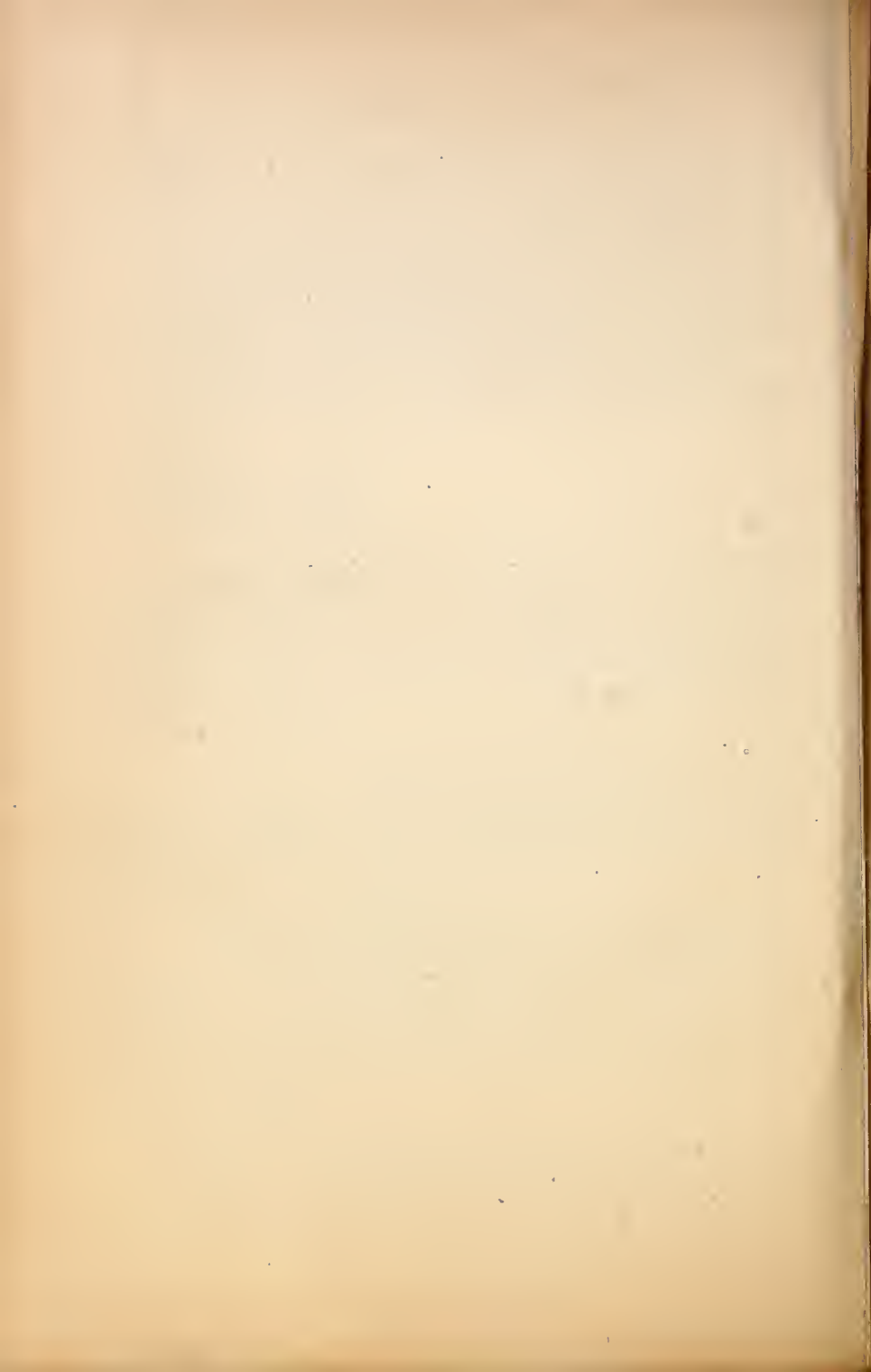
Atendendo ás necessidades de prédios particulares, a R. S. C. G. executou 190 projéto de saneamento; 50 ramais d'água, com 850 mts.; 90 ramais de esgoto, com 760 mts.; e 3 chafarizes novos. Ampliou ainda, consideravelmente, as rêdes d'água e esgotos, de maneira a cobrir os elaros das obras originaes e exigências do ereseimento da cidade.

Fòram distendidos mais 130 metros de distribuidores d'água e 118 metros de coletores de esgoto, além de importantes distribuidores de 6 polegadas, numa ex-

tensão de 450 metros, destinados a prover o abastecimento do quartel construído para a tropa do Exército sediada naquela cidade.

Muitos canalizadores d'água e esgotos em diversas ruas tiveram que ser reformados e reajustados, de acôrdo com as obras municipais de calçamento e pavimentação e com o plano de urbanização da cidade.

As rendas dêsse serviço, entretanto, ainda não bastam para cobrir a despêsa de sua manutenção.



ESCOLA DE AGRONOMIA DO
NORDÉSTE



UM dos melhores e mais eficientes estabelecimentos do seu genero existentes no país, a Escola de Agronomia do Nordéste, situada a 1.500 metros de distancia da cidade de Areia, preencheu normalmente, durante o exercício findo, as suas finalidades, prestando assinalados benefícios á mocidade que estuda.

Não é a E. A. N. apenas um estabelecimento de ensino teórico, mas tambem um centro de pesquisas agronômicas, realizando trabalhos experimentais nos serviços especializados do Estado; efetuando a classificação entomológica dos especimens coletados, observações sôbre utilidade e danos dos insétos bem como investigando sôbre os meios de combate ás pragas. Contam-se ainda entre essas atividades, da maior importancia para o desenvolvimento técnico do aluno, classificações botânicas, observação sôbre florações, estudo das doenças dos animais e vegetais e pesquisas sôbre os respectivos tratamentos.

Com isso, a E. A. N. vai adquirindo e disseminando conhecimentos de economia rural em todos os seus gráus e modalidades, para o que promove, vês por outra, exposições agrícolas e outros certames semelhantes. Estão projetadas a instituição de uma série de cursos breves para os fazendeiros da região, como a "Semana do Fazendeiro", a "Semana da Mulher" e a introdução do ensino agrícola ambulante confiado aos alunos da Escola. Frequentando as aulas teóricas e práticas dadas em gabinetes e laboratórios, os futuros agrônomos ainda assistem e tomam parte em todas as atividades científicas do estabelecimento obtendo, assim,

experiência na execução dos trabalhos técnicos realizados.

Seguindo a orientação no sentido de alcançar a maior eficiência do ensino divide-se a administração do estabelecimento nos seguintes departamentos, cada um chefiado pelo professor da cadeira com que se relaciona :

Departamento de Agricultura
Departamento de Engenharia Rural
Departamento de Horticultura
Departamento de Silvicultura
Departamento de Biologia Vegetal
Departamento de Zootécnia
Depart. de Química e Tecnologia Agrícolas
Departamento de Economia Rural

A prática da mais moderna técnica vai, assim, sendo posta em execução pelo próprio professor, assistido pelos alunos que, no término do curso, se acharão perfeitamente áptos para o exercício da profissão. Além disso, o fato da localização da Escola numa zona tipicamente rural contribue para evitar desperdício de tempo durante o ano letivo e concorre para familiarizar o técnico com os problemas da agricultura regional.

Mantendo os cursos Médio (para a formação de Técnicos Agrícolas) e Superior (para a formação de Agrônomos) a E. A. N. matriculou, em 1942, sessenta e seis alunos, assim distribuídos:

CURSO MÉDIO

1.º ano	18	alunos
2.º "	7	"
3.º "	16	"
Total	41	"

CURSO SUPERIOR

1.º ano	17 alunos
2.º "	3 "
3.º "	2 "
4.º "	3 "
	<hr style="width: 50%; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>
Total	25 "

Solicitaram transferência para outras escolas 15 alunos do Curso Médio e 12 do Curso Superior, cujas matrículas não estão computadas naquele total.

1) Departamento de Agricultura

Possúe este Departamento uma área de cerca de 43 hectares, quasi toda desbravada e coberta de culturas. Concentra-se aí a maior parte dos trabalhos práticos da Escola, permitindo ao aluno completar, através dessas atividades, os conhecimentos adquiridos nos laboratórios. A produção de gêneros de primeira necessidade é realizada em quantidade consideravel, atestando a importancia dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento. A superfície cultivada se acha dividida em talhões e, ao fim de 1942, apresentava a seguinte situação:

Talhão n.º 2 — Plantado uma parte com mucunã, uma outra com macacheira Rosa, e uma terceira com as variedades de batata doce: Pararé, Vinagre e Dedinho.

Talhão n.º 3 — Cultivado com variedade de P. O. J. 28-78

Talhão n.º 4 — Coberto com feijão de porco e gravatá.

Talhão n.º 6 — Foi usado no inverno com a cultura de batata doce da variedade Dahomay.

Talhão n.º 8 — Plantado com feijão de porco para adubação verde.

Talhão n.º 10 — Coberto com cana P. O. J. 27-14.

Talhão n.º 13 — Uma pequena parte utilizada com batata Dohomay e o restante ocupado com P. O. J. 28-78.

Talhão n.º 14 — Foi ocupado com milho Assis Brasil durante a época invernos.

Talhão n.º 15 — Plantado com batata Dahomay e Capim Imperial.

Talhão n.º 16 — Em uma área de 1.800 metros quadrados deste talhão está sendo realizada uma competição de variedades de mandioca. Para este experimento foi adotado o método de distribuição ao acaso.

Talhão n.º 13 — Plantado com agave.

Talhão n.º 19 — Plantado com macacheira Rosa.
macacheira originadas de todos os Estados do Brasil.

Talhão n.º 22 — Plantado com uma coleção de 379 variedades de macacheira originada de todos os Estados do Brasil.

Talhão n.º 21 — Coberto com amendoim, feijão de porco e mucunã.

Talhão n.º 23 — Plantado com mamona, mucunã e feijão de porco.

Talhão n.º 24 — Cheio de agave.

Talhão n.º 12 — Todo plantado com feijão mulatinho e macassar, em curvas de nível e irrigado por infiltração.

Talhão n.º 11 — Ocupado com uma coleção de nove variedades (lotes) de cana, para estudo comparativo de produção. Esta cultura vem sendo irrigada pelo método Hering Bone.

Talhão n.º 9 — Todo coberto de batata (Dahomay, Dedinho, Pacará e Pincel) e irrigado pelo processo de Long Line, adotado em virtude das condições do terreno.

Talhão n.º 7 — Ocupado com feijão gorgutuba numa pequena parte. A área restante está cultivada com milho Catête, em parte adubada. A parte não adubada presta-se a experiências e estudos dos processos de adubação e irrigação do milho no período seco. Irrigação adotada: Pícnor.

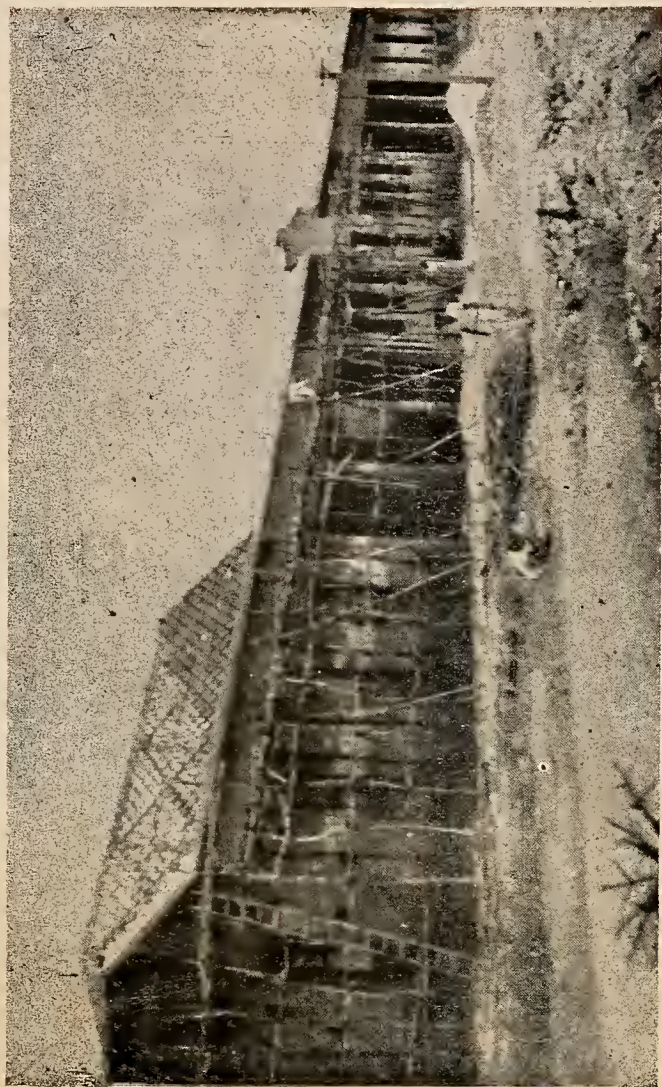
Durante o exercício relatado foi a seguinte a produção obtida pelo Departamento :

Cana	111.260 quilos
Batata	15.031 "
Agave	15.000 fls.
Macacheira	11.237 quilos
Mandioca	4.471 "
Milho	2.003 "
Feijão	297 "

2) Departamento de Engenharia Rural

Este Departamento, que reúne as cadeiras de Engenharia Rural, Matemática e Física, tem a função de superintender as oficinas e executar todas as construções e reparos de prédios e estradas da Escola. E' dividido em 4 setores: Secção de Construções, Secção de Carpintaria, Secção de Ferraria e Secção de Pintura.

Em 1942 estes serviços estiveram bastante ativos. Entre os trabalhos cometidos á Secção de Carpintaria,



Escola de Agronomia do Nordeste (Areia) — Pavilhão do Departamento de Agricultura (Cobertura)



destacam-se a construção de uma casa para o porteiro da E. A. N.; construção de vários boeiros, a concreto armado e a pedra, em várias das estradas que ligam a Escola á cidade de Areia e em vias que comunicam as diversas dependências do estabelecimento; cobertura, construção do beiral a concreto e da calha a cimento do pavilhão do Departamento da Agricultura; e conclusão das obras de construção de uma das casas para professores; além de inúmeros outros serviços de conservação dos prédios, iluminação, abastecimento d'água e transporte. As demais secções, Carpintaria, Ferraria e Pintura, desincumbiram-se a contento dos seus encargos.

3) Departamento de Horticultura

As atribuições desse Departamento distribuem-se por duas secções: Fruticultura e Olericultura.

Mantendo os seus diversos pomares, a Secção de Fruticultura realizou os seguintes serviços novos:

Plantio de fruteiras com 200 mudas;

Plantio de bananeiras com 400 mudas e diversas variedades;

Plantio de coqueiro anão, com 38 mudas, provenientes da Granja São Rafael.

Plantio de Nespas, com 48 mudas, oferecidas pelo prof. Fernando Melo;

Plantio de 98 mudas de abacateiros, de diversas variedades.

Na Secção de Olericultura cultivaram-se diversas espécies e variedades de horticultura. A produção de 1942 subiu a 7.480 quilos de verdura. Procurando desenvolver os seus trabalhos, reconstruímos a barragem ali existente, que havia sido feita no ano anterior. As obras realizadas permitiram o aproveitamento do excesso d'água, o que se conseguiu com o desvio do sangradouro, o qual despeja dentro de um terraço com o declive de 2 x 1.000, contornando a horta numa extensão de mais de 3.000 metros.

4) Departamento de Silvicultura

Durante o primeiro semestre do exercício relatado os serviços relativos á silvicultura constituíam uma secção do Departamento de Horticultura. Dado o crescente desenvolvimento dos trabalhos, fôram os mesmos reunidos num só Departamento. Uma vez criado, suas atividades dividiram-se por duas secções: Silvicultura e Jardinocultura. A primeira deu prosseguimento aos serviços de reflorestamento dos terrenos desnudados da E. A. N. utilizando essências indígenas e exóticas. A relação abaixo elucidará melhor:

<i>Essência</i>	<i>Quantidade</i>
Guapuruvú	322
Jaqueira	481
Cedro	442
E. Acuminolde	223
E. Rostrata	345

Devido á escassez de chuvas que prejudicou ás mudinhas, fizeram-se replantios das diversas essências. Executaram-se ainda tratos culturais, preparo de sementeiras e observações de floração, frutificação e germinação das essências indígenas. Finalmente, procederam-se operações de cultivo nas matas da Escola, com o fim de alcançar melhor ambiente para as árvores plantadas.

A Secção de Jardinocultura confeccionou vários leitões de enraizamento de plantas ornamentais, além da enxertia de 2.000 roseiras de diversas variedades nobres que a Escola possui.

Os trabalhos nos jardins da Escola se limitaram á conservação e melhoramento.



Escola de Agronomia do Nordeste (Areia) — Barragem do Departamento de Zootécnia, destinada a fornecer água para irrigação da horta



5) Departamento de Biologia Vegetal

Este Departamento se divide em 3 secções: Fitopatologia, Entomologia e Botânica.

Nas secções de Entomologia e Fitopatologia tiveram continuação os trabalhos de coléta de material para aumento das coleções de insetos e herbário fitopatológico da Escola. Responderam-se a diversas consultas feitas por fazendeiros interessados, sôbre pragas e moléstias de várias plantas. Foi prestado auxílio a grande número de agricultores que solicitaram ajuda no combate ás pragas e doenças ocorridas em suas culturas, ensinando-se-lhes o preparo e aplicação de inseticidas e fungicidas, assim como o manêjo de máquinas de pulverização. Estas duas secções se mantiveram sempre ativas no sentido de eliminar a ação das pragas sôbre os campos de culturas da Escola, tendo cooperado com os demais Departamentos a-fim-de que as plantas tivessem uma sanidade mais ou menos completa. Além disso, a secção de Entomologia estabeleceu um programa de combate á saúva.

Executando êste programa eliminou os saúvciros nos campos da Escola. Auxiliou os agricultores na debelação da saúva. Emprestou aparelhos e fez demonstrações práticas na extinção de formigueiros com 3 tipos de máquinas: Werneck, Taxa e Agri-defesa, obtendo resultados mais ou menos equivalentes no emprego de cada uma.

A Secção de Botânica deu andamento á colheita, secagem e classificação de plantas da região, destinadas a aumentar o herbário da Escola. Concluíram-se os trabalhos do orquidário e foi iniciada a formação de um hórto botânico. A Escola adquiriu, ainda, para a mesma secção, uma coleção de orquídeas do Amazonas, constante de 10 espécies diferentes.

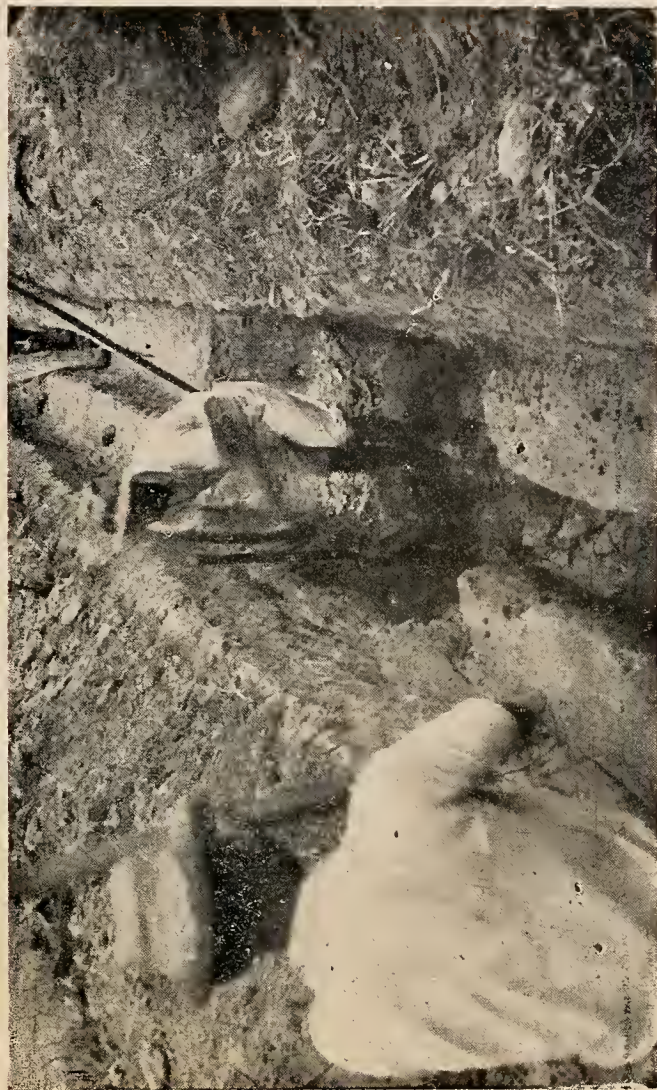
6) Departamento de Zootécnia

Nos doze meses de 1942 o Departamento de Zootécnia executou trabalhos valiosos, através dos dois setores em que se divide: Serviço de Experimentalismo e Fomento Animal e Serviço Veterinário.

O S. E. F. A. tem por encargo efetuar experimentações de origem zootécnica, prestar sempre que possível assistência técnica aos criadores e difundir conhecimentos e medidas que visem o melhoramento dos rebanhos do Estado, principalmente da zona brejeira. Esse serviço funcionou com a organização que se segue, constituindo cinco secções:

- Bovinocultura
- Suinocultura
- Avicultura
- Equinocultura
- Agrostologia

No início do ano a Secção de Bovinocultura possuía seis reprodutores machos e três fêmeas. Os machos eram: um de raça Holandesa; um de raça Schwitz; um Indiano da raça Gyr; um da raça Mõcho nacional; dois da raça Caracú e um da raça North-Devon. Destes, somente o de raça Gyr pertence á Escola, sendo que os demais ali se encontram, cedidos por empréstimo pelo Ministério da Agricultura. As três fêmeas mestiças de Zebú com crioulo tinham sido adquiridas pela Escola no ano anterior e deram três produtos do sexo feminino, dos quais um meio sangue North-Devon, filho do touro dessa raça existente na Escola; outro de sangue Gyr, filho do touro da mesma raça; e o terceiro nitidamente sangue indiano, filho de um touro desconhecido mas possivelmente Indobrasil. Em maio, adquiriu-se



Escola de Agronomia do Nordeste (Areia) — Um dos diversos canais de irrigação construído pelo Departamento de Engenharia Rural



uma fêmea com $\frac{3}{4}$ de sangue Schwitz, com a sua primeira cria contando cerca de seis meses de idade e filha de um reprodutor desconhecido, mas, segundo os caracteres do produto, de sangue indiano. Nestas condições elevou-se para 6 o número de fêmeas bovinas da Escola. A finalidade do grande número de touros que a Escola possui é serem estes usados como material didático para o estudo das diversas raças e, ao mesmo tempo, empregados para padreações das vacas dos criadores da região, de maneira a melhorar o sangue dos nossos rebanhos. Todas as padreações são registradas, estudando a Escola os produtos obtidos a-fim-de, no futuro, ser possível a determinação das raças que mais se apropriarem á região.

A Secção de Suinocultura compõe-se de uma pilga, compreendendo 8 maternidades com os respectivos parques, 2 casas criadeiras e 2 cevas igualmente com parques e de um abrigo para guarda de material, com uma cozinha para preparo de alimento. As únicas raças criadas são a Duroc-jersey e a Crioula e mestiços das duas. Da primeira, possuía a Escola, no início do ano, um casal; da segunda, quatro reprodutoras fêmeas; e finalmente, dos mestiços havia um casal de reprodutores $\frac{1}{2}$ sangue Duroc-jersey, uma reprodutora fêmea e uma fêmea $\frac{3}{4}$ Duroc-jersey. Das 4 reprodutoras crioulas, 3 fôram eliminadas no decorrer do ano, em virtude de, por velhice, não mais servirem para a reprodução. Do casal puro sangue Duroc-jersey, fôram obtidos seis leitôas, destinadas á reprodução. Da reprodutora $\frac{3}{4}$ duroc-jersey, acasalada com o reprodutor puro sangue, reservou-se, de uma ninhada, uma fêmea $\frac{7}{8}$ que foi destinada á reprodução, para apuramento da raça.

Em virtude do estado precário das suas instalações não funcionaram durante o exercício findo os serviços experimentais das secções de Avicultura e Equinocultura.

A secção de Agrostologia tem por finalidade fazer experiências sôbre plantas forrageiras, tratar dos pastos e produzir parte da forragem necessária á alimentação dos animais da Escola. No ano relatado, efetuou o plantio de forrageiras nos terrenos desbravados no exercício anterior, utilizando diversas variedades de pastos.

O Serviço Veterinário tem por encargo prestar assistência veterinária gratuita aos animais da Escola e de particulares residentes nas imediações.

Em 1942, o serviço respondeu a 193 consultas, tendo tratado 87 animais. Neste total de tratamentos estão incluídas diversas operações cirurgicas.

Foi grande o número de animais chegados á Escola a-fim-de serem tratados. Entretanto, poucos foram aceitos, em virtude da falta de um hospital onde se pudesse aloja-los sem perigo de contágio para os animais da Escola.

E' plano da Diretoria do estabelecimento construir este ano o hospital em apreço, com a pequena verba de que dispõe para construções.

O serviço tem, ainda, embora incipiente, uma secção de sôros e vacinas. Para isso, a Escola adquiriu um lote de caprinos crioulos que tem servido para experiências e fabricação dos sôros em questão. Até agora, sômente vacinas contra a brucelose fôram fabricadas.

7 e 8) Departamentos de Química e Tecnologia Agrícolas e de Engenharia Rural

Estes dois últimos Departamentos exerceram atividades meramente didáticas com proveitosos resultados para os futuros agrônomos e técnicos agrícolas.

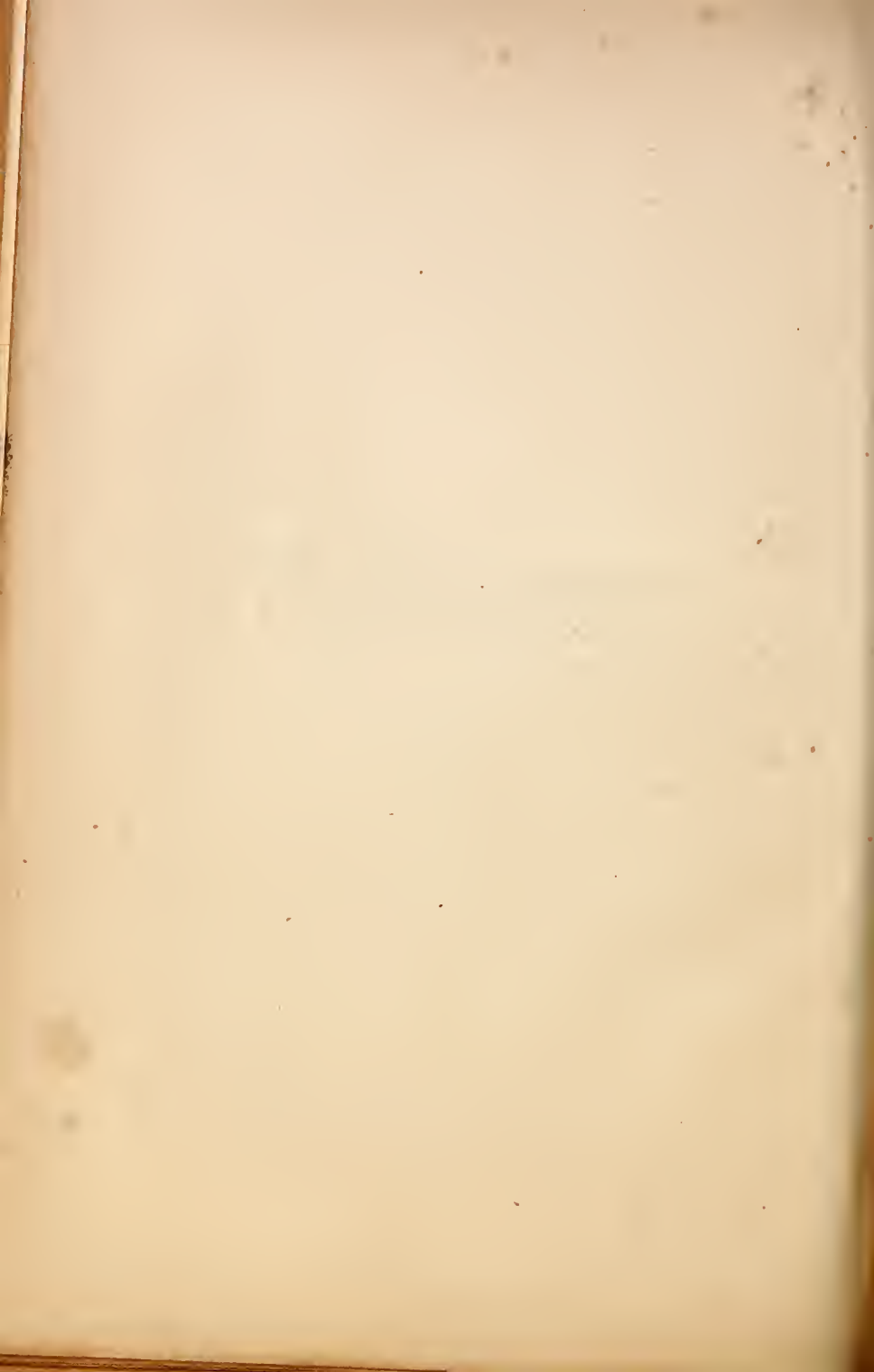
O aproveitamento dos alunos em 1942 foi excelente. Colaram gráu em agronomia três concluintes e receberam diploma de técnicos-agrícolas 13.



Escola de Agronomia do Nordeste (Aruá) — Esterqueira do Departamento de Zootécnia



**COMISSÃO CENTRAL DE
ABASTECIMENTO**



PRESTOU relevantes serviços á causa pública êsse órgão de contróle e fiscalização.

Encarregada de coordenar o difficil e intrincado problema dos preços, a C. C. A. se constituiu em órgão ativo de defêsa da economia popular, impedindo abusos e especulações da parte dos aproveitadores, cujos golpes se tornam mais frequentes nas épocas de crise, como a atual.

Tabelando os gêneros de alimentação a Comissão exerceu prontamente êsse complexo serviço a-fim-de não prejudicar, por medidas unilaterais, os produtores e comerciantes, nem concorrer para a falta de determinados artigos no mercado regional.

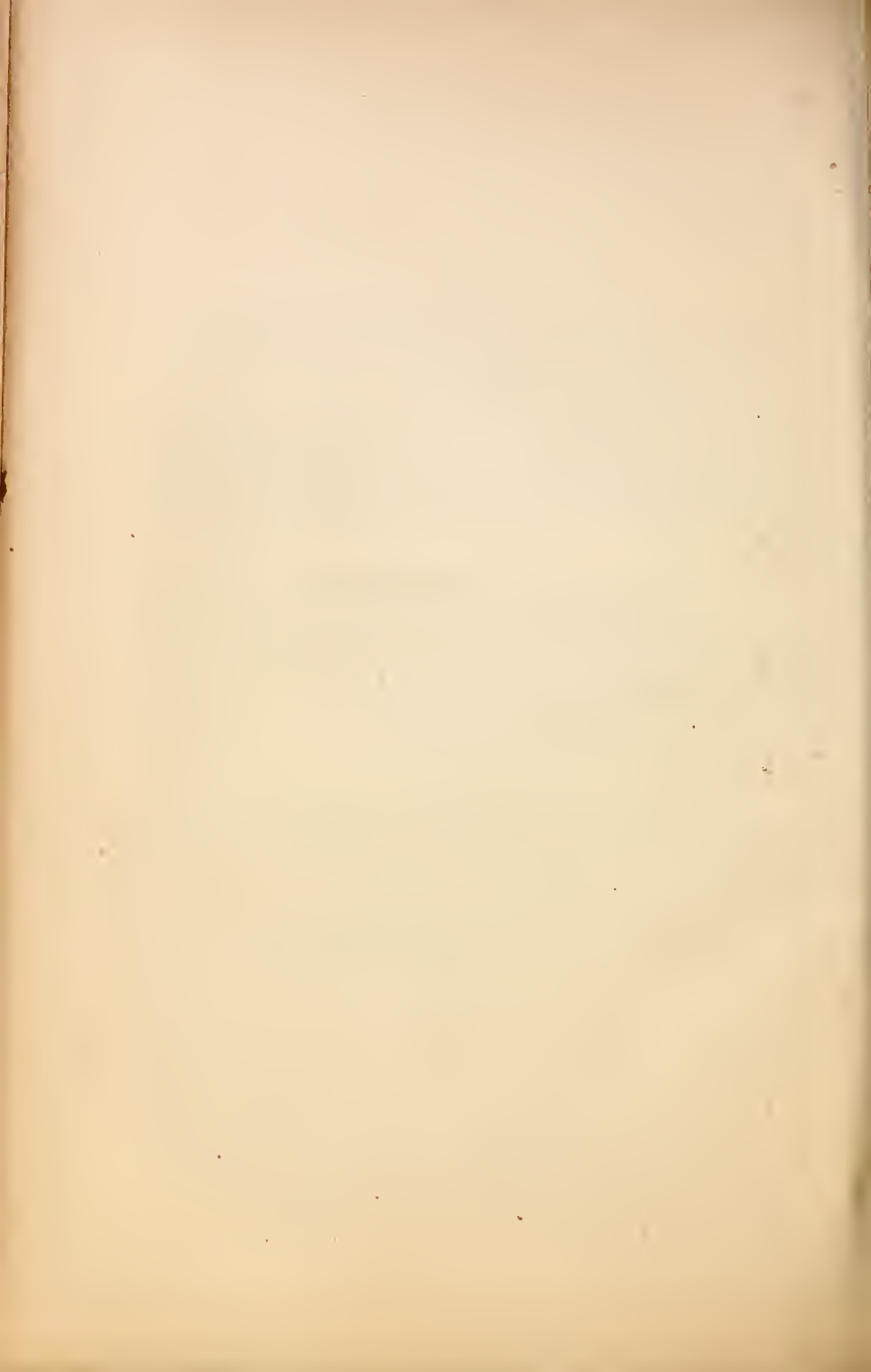
Numerosas multas fôram applicadas aos infratores do tabelamento.

O papel mais relevante da Comissão se assinalou no fornecimento da carne verde á Capital, que esteve ameaçada da falta absoluta dêsse produto, em face do retraimento dos criadores.

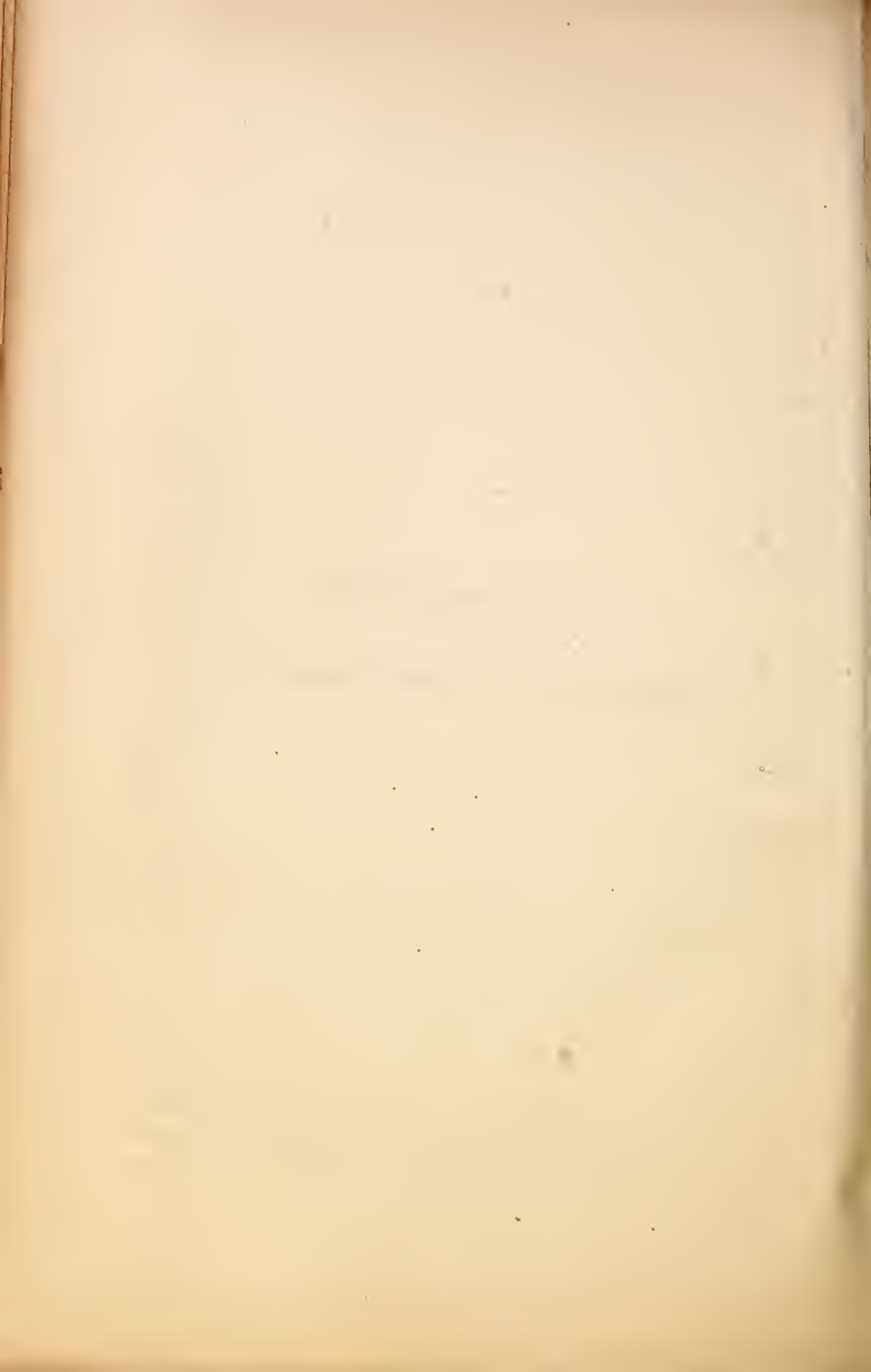
Não obstante essa e outras difficuldades, evitou-se o inconveniente que se temia, assegurando-se á população da Capital o consumo normal de carne verde.

Anéxa á C. C. A. funcionou a Comissão do Racionamento do Combustivel, encarregada do contróle e redistribuição das quotas de gasolina, querosene e alcool-motor, tendo decorrido normalmente suas atividades.

Em dezembro, ambas as comissões fôram desligadas da Secretaria do Interior e Segurança Pública, por proposta do respectivo titular, e subordinadas á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.



**JUNTA COMERCIAL
E
PÔSTO DE COMBUSTIVEL**



CORRERAM com celeridade e em perfeita ordem os trabalhos da Junta Comercial do Estado durante o período a que se refere este relatório.

Cumprindo estritamente a disposição legal sobre o seu funcionamento, esta corporação reuniu sempre nos dias determinados, resolvendo todos os assuntos que lhe fôram afetos, depois do necessário estudo.

O arquivo de contratos comerciais, distratos e declarações de firmas vem sendo, desde 1940, organizado por ordem alfabética. Isso tornou fácil a busca ou exame rápido nos documentos arquivados, em benefício das partes e da regularidade do serviço público.

O selo federal aplicado em requerimentos, processos e selo por verbas em trânsito pela Junta importou em Cr\$ 130.358,60. O selo estadual arrecadado ascendeu a Cr\$ 69.370,50.

Rubricaram-se 710 livros comerciais com 97.083 folhas; arquivaram-se 47 contratos comerciais, 49 alterações de contratos, 13 distratos sociais, 17 documentos de companhias, 10 documentos de armazens gerais, 25 procurações, 4 autorizações, 10 documentos de sociedades cooperativas e 66 outros documentos diversos, registrando-se ainda 120 firmas comerciais, 25 procurações e 16 diplomas de guarda-livros e contadores.

Matricularam-se 16 novos comerciantes, sendo extraídas 112 certidões, expedidos 181 ofícios e recebidos 86. Em 57 sessões a Junta despachou 947 petições de contratos e aprovou o cancelamento de 23 firmas comerciais, tendo sido registradas 5 falências e, de acôrdo com o dec. 4.717, de 1942, 30 declarações de estrangeiros.

Em novembro realizou-se a eleição para deputados e suplentes á corporação, com regular concorrência. Fôram eleitos um deputado e dois suplentes e reeleitos os demais.

Pôsto de Fornecimento de Combustível do Estado

Continuámos, em 1942, observando o máximo rigôr no que se relaciona com o racionamento do consumo de carburante importado, secundando neste particular e até antecipando as medidas tomadas pelo Consêlho Nacional do Petrôleo.

A persistência nessa prática moralizadora, que parte da limitação do uso de veículos oficiais á restrição de combustível ás necessidades imprescindiveis dos serviços industriais do Estado, trouxe resultados excelentes e assás vantajosos para os cofres públicos e continuidade do nosso programa de realizações.

Durante a maior parte do ano o contrôle do Pôsto de Fornecimento de Combustível passou a ser feito diretamente pelo oficial de gabinête da Interventoria, o qual pode firmar, através da fiscalização severa do abastecimento dos carros oficiais e usinas das Repartições de Serviços Elétricos e de Saneamento da Capital e Saneamento de Campina Grande, uma orientação consentanea com os problemas suscitados pela anormalidade da época.

Essa atuação prossegue centralizada na Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, a que está subordinado o Pôsto de Fornecimento de Combustível, dada a incidência das suas atividades se manifestar principalmente sôbre as repartições dependentes daquela pasta.

As vantagens que a manutenção do Pôsto tem as-

segurado ao Estado se acham resumidas no seguinte quadro demonstrativo do movimento verificado no ano em apreço :

<i>MOVIMENTO</i>	<i>Óleo</i> <i>(Lts.)</i>	<i>Gazo-</i> <i>lina</i> <i>(Lts.)</i>	<i>Óleo</i> <i>Diessel</i> <i>(Ks.)</i>	<i>Quero-</i> <i>zene</i> <i>(Lts.)</i>	<i>TOTAL</i> <i>(em Cr\$)</i>
Saldo de 1941	13.163	32.697	25.403	—	121.683,17
Entrada de 1942	109.528	118.750	129.537	4.660	884.301,92
Saída de 1942	24.470	110.155	120.168	3.570	411.494,59
Saldo para 1943	68.220	41.292	24.872	1.090	594.490,50

O saldo que passou para o exercício atual acen-
túa a eficácia das nossas providências no tocante ao ra-
cionamento de combustível.



SECRETARIA DA FAZENDA
(FINANÇAS)



OS resultados obtidos no exercício financeiro de 1942 refletem a pressão da crise econômica trazida pela guerra que nos fechou os mercados externos, forçando a estagnação dos nossos produtos nos armazens particulares e nas docas do porto de Cabedêlo.

A falta de combustível e de transportes, ainda conseqüente da conflagração, criou por outro lado dificuldades sensíveis á circulação interna da riqueza. O algodão, que constitue o principal fundamento da nossa economia, desceu a cotações ínfimas, por falta de escoamento para o estrangeiro, assim ocorrendo com outros produtos exportáveis do Estado.

De efeitos igualmente desastrosos foi o fenômeno da sêca nos sertões paraibanos, reduzindo ao mínimo o valor produtivo daquela região e forçando o Estado a despêsas imprevistas com auxílio á população flagelada. Nêsse sentido, fôram abertos créditos no total de Cr\$ 758.000,00 empregados em obras de assistência ás vítimas da sêca. Limitados pelas contingencias da situação financeira êsses recursos fôram insuficientes para debelar os efeitos da estiagem, tendo v. excia. autorizado a applicação de vários milhares de cruzeiros em serviços de emergencia.

Ainda abrimos um crédito de Cr\$ 200.000,00 destinado á aquisição de sementes para plantio e distribuição entre os agricultores mais necessitados. Graças ás providencias tomadas visando o soerguimento simultaneo de todas as regiões do Estado, as zonas chamadas brejeira e da caatinga puderam desenvolver-se e apre-

sentaram safras até então desconhecidas, ressarcindo, em parte, a diminuição assustadora das rendas na região sertaneja.

Foi o seguinte o resultado financeiro :

Receita

Sem classificação	12.653.568,50	
Sobre a propriedade	3.445.974,60	
Sobre a circulação da riqueza	18.557.361,60	
Sobre a atividade de contribuintes	3.273.328,10	
Resultante da atividade do Estado	621.168,00	
Várias incidências	1.127.836,80	39.679.237,00

Comparada a receita de 1942 com a do ano anterior, que subiu a Cr\$ 43.195.225,10, verifica-se que houve uma diminuição de Cr\$ 3.515,938,10.

No quadro seguinte tem-se a distribuição da receita pelas repartições arrecadoras e sua comparação com a do exercício anterior :

REGIAO SERTANEJA

REPARTIÇÕES	1942	1941
Antenor Navarro	223.649,00	305.275,80
Cajazeiras	589.985,90	700.129,80
Catolé do Rocha	226.237,60	333.662,00
Monteiro	329.205,80	399.974,10
Patos	839.600,70	945.638,20
Piancó	363.936,40	551.450,80
Princesa Isabel	296.194,50	309.445,70
Pombal	312.402,90	481.256,60
Souza	393.239,20	596.961,00
Brejo do Cruz	175.747,70	218.928,60
Cabaceiras	180.910,90	188.256,00
Conceição	108.465,70	162.465,40
Congo	121.174,40	120.164,00
Cuité	182.320,10	168.775,50
Itaporanga	175.647,60	239.388,70
Jatobá	169.370,10	231.902,60
Joazeiro	156.075,20	135.880,40
Picuí	290.165,60	253.934,60

RECEITA E DESPESA

1935 - 1942

MILHÕES
DE CRUZEIROS



REPARTIÇÕES	1942	1941
Santa Luzia	349.541,40	424.872,30
São João do Cariri	195.621,40	234.947,30
São Sebastião	133.036,30	108.672,20
Taperoá	176.347,90	235.315,10
Teixeira	153.621,60	185.512,50
Campina Grande	9.937.799,80	11.657.903,10
	<hr/>	<hr/>
	16.080.297,70	19.280.710,00

REGIÃO DO BREJO E LITORAL

REPARTIÇÕES	1942	1941
Areia	570.834,80	370.345,00
Bananeiras	377.179,80	254.020,30
Guarabira	847.662,80	684.830,50
Itabaiana	684.345,90	531.432,70
Mamanguape	565.652,70	445.357,30
Santa Rita	646.581,70	434.009,90
Sapé	661.131,30	560.566,40
Alagôa Grande	346.966,50	226.436,90
Araruna	199.259,30	159.242,80
Caiçara	330.097,00	254.968,00
Esperança	229.882,50	185.256,60
Ingá	254.787,30	260.536,30
Laranjeiras	203.932,60	164.835,30
Pilar	279.165,90	246.652,80
Pitimbu	151.655,80	122.266,40
Serraria	175.611,40	151.435,20
Umbuzeiro	304.575,40	274.053,50
João Pessoa	6.640.161,50	6.354.172,70
	<hr/>	<hr/>
	13.429.884,20	11.680.418,60

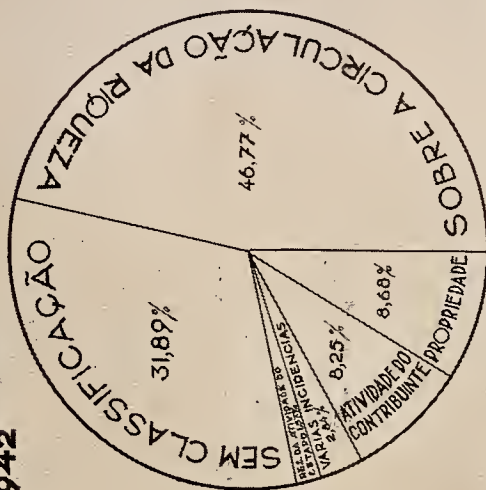
A comparação da receita arrecadada e prevista no exercício de 1942 vai expressa no quadro que se segue:

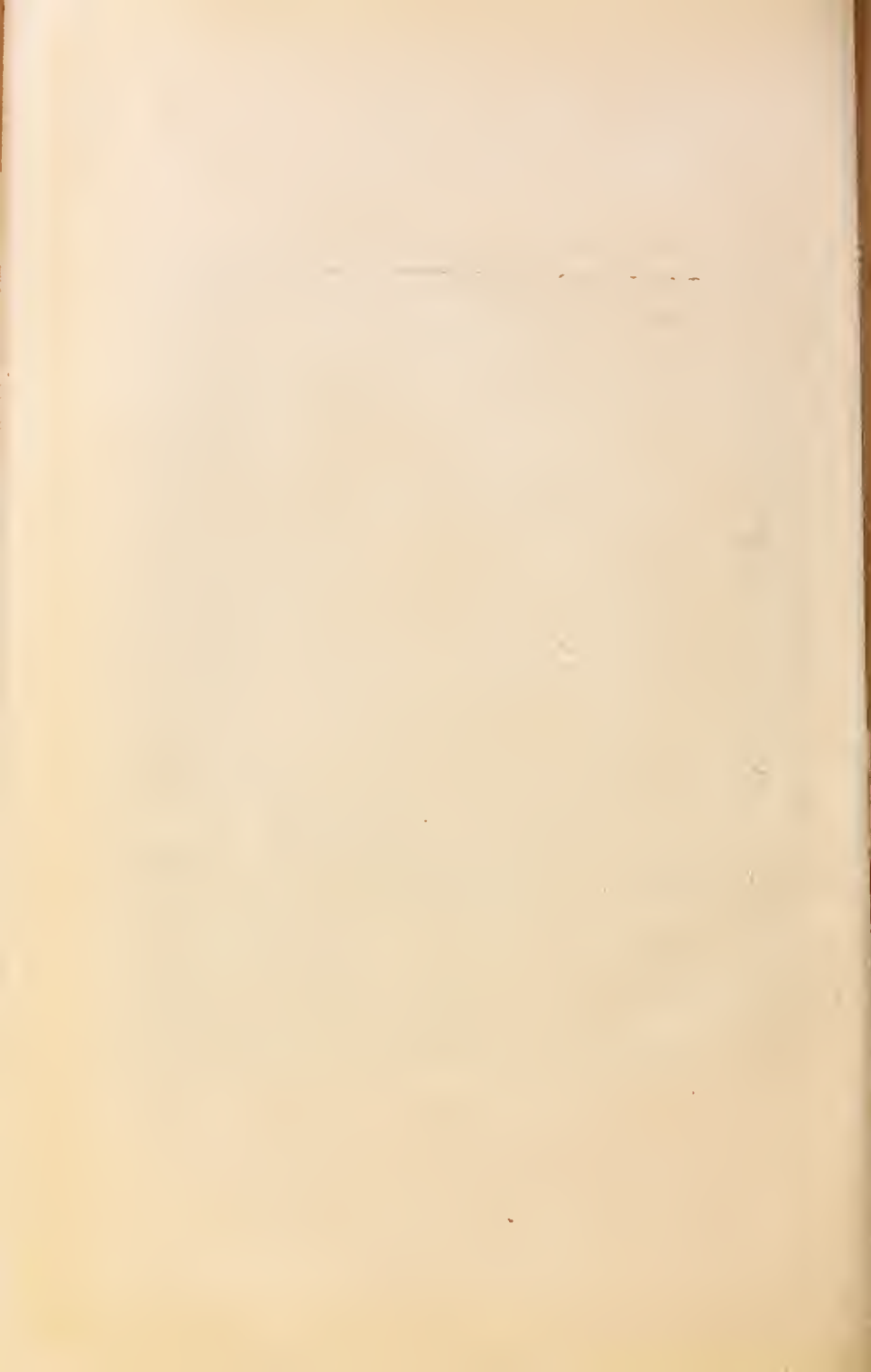
TÍTULOS DA RECEITA	Orçada	Arrecadada	+ ou - Receita
ORDINÁRIA			
TRIBUTÁRIA			
Imposto territorial	800.000,00	1.212.128,00	+ 412.128,00

TÍTULOS DA RECEITA	Orçada	Arrecadada	+ ou - Receita
Imposto s/transmissão "inter-vivos"	1.200.000,00	1.924.883,50	+ 624.883,50
Imposto s/transmissão "causa-mortis"	400.000,00	308.962,50	- 91.037,50
Imposto s/Vendas e Consigna-ções	8.800.000,00	12.121.477,30	+ 3.321.477,30
Imposto s/exportação	7.000.000,00	5.551.482,10	- 1.448.517,90
Imposto s/indústrias e Profis-sões (5%)	2.700.000,00	3.172.726,00	+ 472.726,00
Imposto do selo	1.150.000,00	1.127.836,80	- 22.163,20
Imposto s/transações e inver-sões de capitais	100.000,00	70.573,50	- 29.426,50
Imposto s/exploração agrícola e industrial	1.200.000,00	813.828,70	- 386.171,30
Imposto s/jógos e diversões . .	400.000,00	100.602,10	- 299.397,90
Taxa de serviço de transito . .	260.000,00	237.650,80	- 22.349,20
Taxa de estatística	170.000,00	235.899,30	+ 65.899,30
Taxa para fins hospitalares . .	170.000,00	147.617,90	- 22.382,10
PATRIMONIAL			
Renda imobiliária	40.000,00	23.759,10	- 16.240,90
Renda de capitais	20.000,00	50.607,30	+ 30.607,30
INDUSTRIAL			
Transportes	1.200.000,00	921.976,50	- 278.023,50
Serviços Urbanos	6.000.000,00	5.589.576,30	- 410.423,70
Estabelecimentos e serviços di-versos	1.600.000,00	1.280.744,20	- 319.255,70
RECEITAS DIVERSAS			
Receita de combustível, etc. . .	1.550.000,00	1.465.322,90	- 84.677,10
EXTRAORDINÁRIA			
Alienação de bens patrimoniais	50.000,00	360,00	- 49.640,00
Cobrança da dívida ativa . . .	200.000,00	304.469,40	+ 109.469,40
Receita de exercícios findos . .	60.000,00	87.276,60	+ 27.276,60
Indenizações e restituições . .	30.000,00	32.725,80	+ 2.725,80
Quotas de fiscalizações diversas	68.000,00	73.156,40	+ 5.156,40
Contribuições da União	200.000,00	1.400.000,00	+ 1.200.000,00
Contribuições do Município . .	750.000,00	837.162,90	+ 87.162,90
Multas	80.000,00	192.337,20	+ 112.337,20
Eventuais	300.000,00	394.093,80	+ 94.093,80
	36.598.000,00	39.679.237,00	+ 3.081.237,00

RECEITA PELA INCIDENCIA

ARRECADADA EM
1942





Atentando-se para os elementos da receita, evidencia-se que o impôsto de maior expressão foi o de Vendas e Consignações, cuja arrecadação elevou-se a Cr\$ 12.121.477,30, superando o montante atingido em 1941 em pouco mais de um milhão de cruzeiros. Em seguida aparece, a despeito das reduções operadas nas taxas, o impôsto de Exportação, cuja receita foi de Cr\$ 5.551.482,10. O impôsto de Indústria e Profissão ocupa o terceiro lugar, com Cr\$ 3.172.726,00, seguido pelo de Transmissão *inter-vivos*, com Cr\$ 1.924.883,50. Figuram em quinto e sexto lugares, respectivamente, os impôstos Territorial e do Sêlo.

O percentual dos impôstos acima foi o seguinte :

Impôsto de Vendas e Consignações	30,55%
Impôsto de Exportação	13,99%
Impôsto de Indústria e Profissão	7,99%
Impôsto de Transmissão <i>inter-vivos</i>	4,85%
Impôsto Territorial	3,03%
Impôsto de Sêlo	2,84%

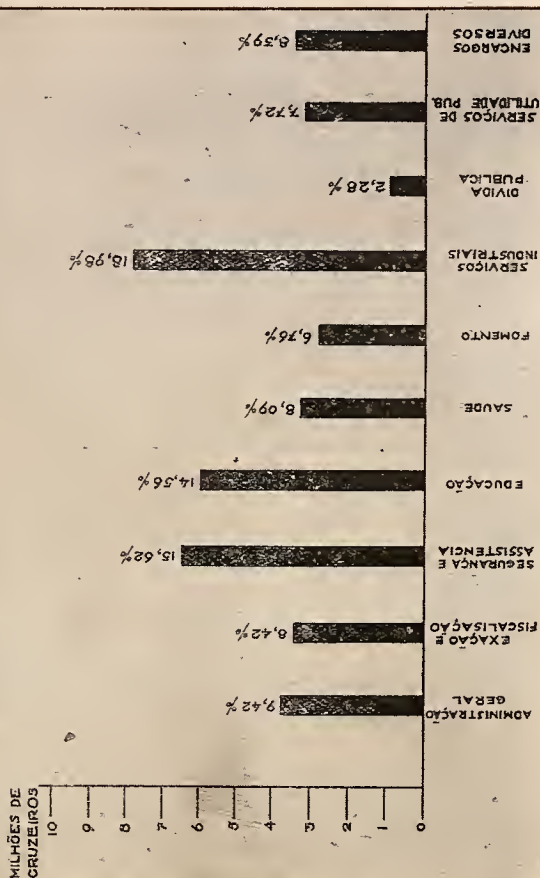
Despêsa

A despêsa geral do Estado, no exercício de 1942, assim se distribue pelos diversos órgãos administrativos :

DISTRIBUIÇÃO	Dotação	Despêsas	Despêsa
		realizadas	a menor
1 — GOVERNO DO ESTADO .	296.702,00	296.021,00	681,00
Créditos especiais e extra-ordinários conf. demonstração	49.000,00	—	49.000,00
Soma	345.702,00	296.021,00	49.681,00
2 — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	107.900,00	104.439,40	3.460,60
3 — DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO . . .	191.140,00	188.687,70	2.452,30

DISTRIBUIÇÃO	Dotação	Despesas realizadas	Despesa a menor
4 — SECRETARIA DO INT. E SEG. PÚBLICA			
Gabinete do Secretário ..	477.560,00	474.630,60	2.929,40
Justiça	1.486.958,00	1.482.137,40	4.820,60
Dep. de Educação	4.818.312,30	4.789.625,70	28.686,60
Policia Civil	1.657.220,40	1.631.215,80	26.004,60
Policia Militar	3.496.636,00	3.471.923,60	24.712,40
Cia. de Bombeiros	238.640,00	227.148,00	11.492,00
Saúde Pública	2.051.909,00	2.039.371,40	12.537,60
Imprensa Oficial	1.401.940,00	1.393.241,00	8.699,00
Serviço de Bibliotéca	62.460,00	51.452,70	11.007,30
Abrigo de Menores	207.618,00	201.995,10	5.622,90
Departamento de Estatística	345.260,00	343.801,90	1.458,10
Serviço de Rádio-Difusão .	195.880,00	194.650,70	1.229,30
Departamento das Municipa- lidades	63.790,00	59.936,30	3.853,70
Serviço de Arquivo Público	38.080,00	33.972,50	4.107,50
Funções Diversas	26.400,00	26.400,00	—
Créditos Esp. e Extraordi- nários	2.349.489,50	1.880.851,80	468.637,70
Soma	18.918.153,20	18.302.354,50	615.798,70
5 — SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
Gabinete do Secretário ..	263.622,00	247.239,80	16.382,20
Diretoria de V. e O. Públicas	2.164.230,00	2.089.081,40	75.148,60
Saneamento de João Pessoa	1.144.670,00	1.071.780,40	72.889,60
Saneamento de C. Grande	848.845,20	785.641,60	63.203,60
Serviços Elétricos	3.673.606,00	3.595.030,30	78.575,70
Pôrto de Cabedelo	1.020.980,00	960.688,70	60.291,30
Fomento	1.340.404,80	1.272.017,00	68.387,80
Escola de Agronomia	647.400,00	625.414,00	21.986,00
Clas. de Prod. Agro-Pecuários	970.100,00	887.137,00	82.963,00
Junta Comercial	28.110,00	27.909,30	200,70
Assist. ao Cooperativismo	97.660,00	74.617,30	23.042,70
Coop. com o Governo Federal	300.000,00	300.000,00	—

DESPA POR SERVIÇOS REALISADA EM 1942





<i>DISTRIBUIÇÃO</i>	<i>Dotação</i>	<i>Despesas realizadas</i>	<i>Despesa a menor</i>
Créditos esp. e extraordinários	2.609.179,40	1.061.593,50	1.547.585,90
Soma	15.108.807,40	12.998.150,39	2.110.657,19
6 — SECRETARIA DA FAZENDA			
Gabinete do Secretário . .	232.065,80	225.201,30	6.865,50
Contadoria Geral	100.610,00	99.871,90	738,10
Tesouro do Estado	234.012,50	233.691,30	321,30
Recebedoria de Rendas de J. Pessoa	297.933,80	297.112,70	821,10
Recebedoria de Rendas de Campina Grande	295.171,40	293.454,00	1.717,49
Repartições Fiscais do Interior	2.423.140,00	2.414.813,30	8.326,70
Inspetoria de Vendas e Consignações	200.780,00	188.078,00	12.702,00
Procuradoria da Fazenda .	29.800,80	29.252,99	627,10
Patrimônio do Estado . . .	38.550,60	32.887,20	5.662,89
Obras Novas	6.090,00	6.000,00	—
Créditos esp. e extraordinários	1.008.248,10	984.488,40	23.759,70
Soma	4.866.392,70	4.804.851,00	61.541,70
7 — ENCARGOS DIVERSOS			
Sub. Cont. e auxílios	716.000,00	695.610,60	20.389,40
Iluminação da Capital . . .	174.000,00	173.369,50	630,50
Caixa Econômica	36.600,00	36.401,99	198,10
Reposições e Restituições .	20.000,00	19.861,80	138,20
Dívida Pública	495.090,00	464.894,20	30.195,80
Disponibilidade	198.000,00	197.828,80	171,40
Inativos	2.053.000,00	2.052.972,90	27,10
Pensões Diversas	87.750,09	87.524,50	225,40
Publicações Oficiais	17.000,00	—	17.000,00
Quota p/aposent. e pensões	223.620,00	159.337,00	64.283,00
Fiscalizações	70.500,00	70.414,10	85,90
Fundo de Previdência	24.000,00	16.016,40	7.981,60
Desapropriações	100.000,00	99.165,80	834,20

<i>DISTRIBUIÇÃO</i>	<i>Dotação</i>	<i>Despesas. realizadas</i>	<i>Despesa a menor</i>
Serviços Mecanizados	143.180,00	141.143,70	2.036,30
Eventuais	240.230,00	231.287,00	8.943,00
Soma	4.598.830,00	4.445.830,10	153.049,90
RESUMO:			
Governo do Estado	345.703,00	296.021,00	49.681,00
Departamento Administrativo .	107.900,00	104.439,40	3.460,60
Dep. do Serviço Público	191.140,00	188.687,70	2.452,30
Sec. do Int. e Seg. Pública . . .	18.913.153,20	18.392.354,50	615.798,70
Sec. da Agric. V. e O. Públicas	15.168.807,40	12.998.150,30	2.110.657,10
Secretaria da Fazenda	4.866.392,70	4.804.351,00	61.541,70
Encargos Diversos	4.598.830,00	4.445.330,10	153.049,90
TOTAL	44.136.075,30	41.140.324,00	2.996.461,30

A Despesa Orçamentária, classificada por serviços, apresenta o seguinte resultado:

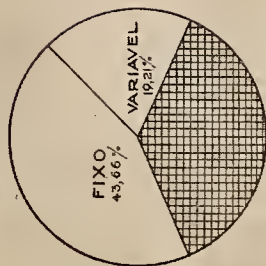
Administração Geral	3.777.080,00
Exação e Fiscalização Financeira	3.492.402,20
Serviços de Segurança Pública e Assistência Social	5.682.032,50
Serviços de Educação Pública	5.853.600,70
Serviços de Saúde Pública	2.327.595,40
Serviços de Fomento	2.533.771,30
Serviços Industriais	7.806.332,00
Serviços da Dívida Pública	501.296,10
Serviços de Utilidade Pública	2.361.616,70
Encargos Diversos	2.907.573,40
	37.213.400,30

Créditos especiais e extraordinários

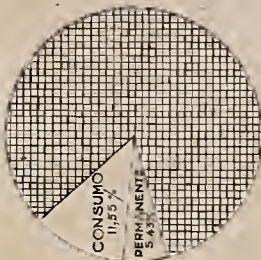
Para custeio de obras públicas e outros fins especificados, foram abertos em 1942, além dos destinados a socorrer as vítimas do flagelo da sêca, os créditos discriminados no quadro abaixo, destacando-se o de

DESPESA EM 1942

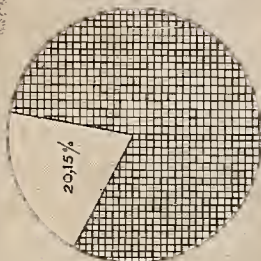
PESSOAL



MATERIAL



DESPESAS DIVERSAS





Cr\$ 1.000.000,00 para a Colônia Agrícola de Camaratu-
ba e dois outros, no total de Cr\$ 430.000,00 para conti-
nuação das obras da Maternidade:

<i>Serviços de Segurança Pública e Assistência Social</i>		
Dec. lei n.º 308, de 24-7-42	10.000,00	Construção de uma cozinha no Hospital da Força Policial.
" " " 310, de 28-7-42	7.500,00	5 cargos de guarda-présidio — Casa de Detenção.
<i>Serviços de Educação Pública</i>		
Dec. lei n.º 299, de 22-7-42	4.800,00	Escola de Professores.
" " " 325, de 1-9-42	57.680,00	Pagamento aos professores dos Cursos Ginásial e Complementar.
" " " 391, de 31-12-42	9.808,50	Chefe do Serviço de Est. Educacional.
<i>Serviços de Saúde Pública</i>		
Dec. lei n.º 294, de 17-7-42	164.000,00	Construção de um Dispensário no Centro de Saúde e aux. à Associação de Proteção e Assistência à Infância.
" " " 306, de 23-7-42	1.703,00	Função gratif. — Chefe de Laboratório Farmacêutico.
" " " 321, de 29-8-42	150.000,00	Construção da Maternidade.
" " " 367, de 1-12-42	130.000,00	Idem.
" " " 390, de 31-12-42	40.000,00	Manicômio — Instalação e acabamento.
" " " 397, de 31-12-42	12.000,00	Médico do Serviço de Epidemiologia e Verificação de Óbitos.
" " " 399, de 21-12-42	300.000,00	Maternidade — Continuação das obras.
<i>Fomento</i>		
Dec. lei n.º 286, de 3-7-42	1.000.000,00	Camaratuba — Colônia Agrícola.
" " " 370, de 3-12-42	200.000,00	Compra de sementes.
<i>Serviços Industriais</i>		
Dec. lei n.º 395, de 23-7-42	4.800,00	Contador Pôrto — Cabedelo.

<i>Serviços da Dívida Pública</i>		
Dec. lei n.º 324, de 1-9-42	38.248,10	Pagamento de contas atrasadas.
" " " 389, de 31-12-42	20.000,00	Contas de exercícios passados.
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>		
Dec. lei n.º 251, de 1-4-942	400.000,00	Despesas de emergência na zona flagelada pela seca.
" " " 275, de 9-6-42	250.000,00	Idem, idem.
" " " 289, de 13-7-42	2.100,00	Função grat. — Chefe dos Serviços de topografia.
" " " 326, de 1-9-42	134.204,20	Material para a est. João Pessoa-Cabedêlo.
" " " 350, de 6-11-42	108.000,00	Conclusão do açude Boa Vista em Malta.
<i>Encargos Diversos</i>		
Dec. lei n.º 390, de 31-12-42	20.000,00	Comemoração do centenário de Pedro Américo.
<i>Administração Geral</i>		
Dec. lei n.º 388, de 31-12-42	49.000,00	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.
	<u>3.053.841,90</u>	

Por conta desses créditos adicionais e dos saldos de outros abertos em 1941 e transferidos para o exercício de 1942, foram dispendidos Cr\$ 3.926.933,70, assim distribuídos:

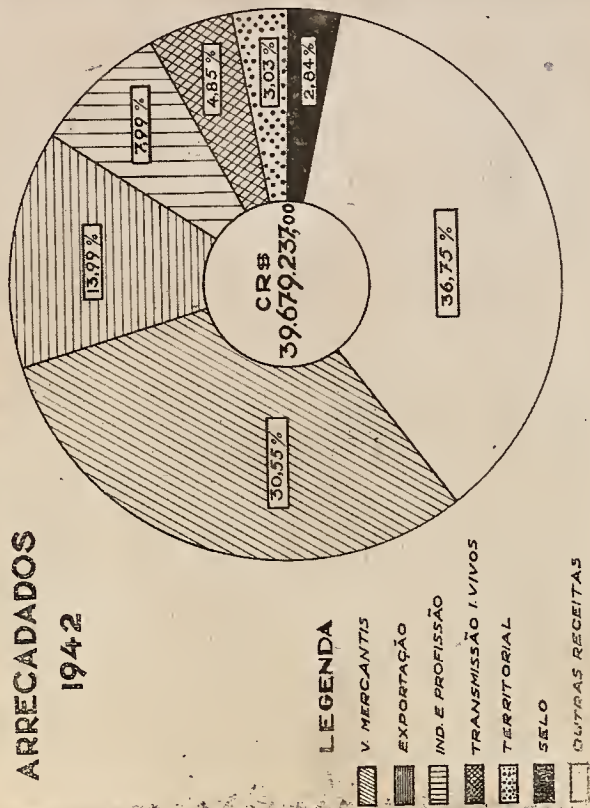
Serviços de Segurança Pública e Assistência Social	742.978,30
Serviços de Educação Pública	136.542,00
Serviços de Saúde Pública	1.001.331,00
Serviços de Fomento	247.070,30
Serviços da Dívida Pública	438.238,20
Serviços de Utilidade Pública	814.523,30
Encargos Diversos	546.250,20
	<u>3.926.933,70</u>

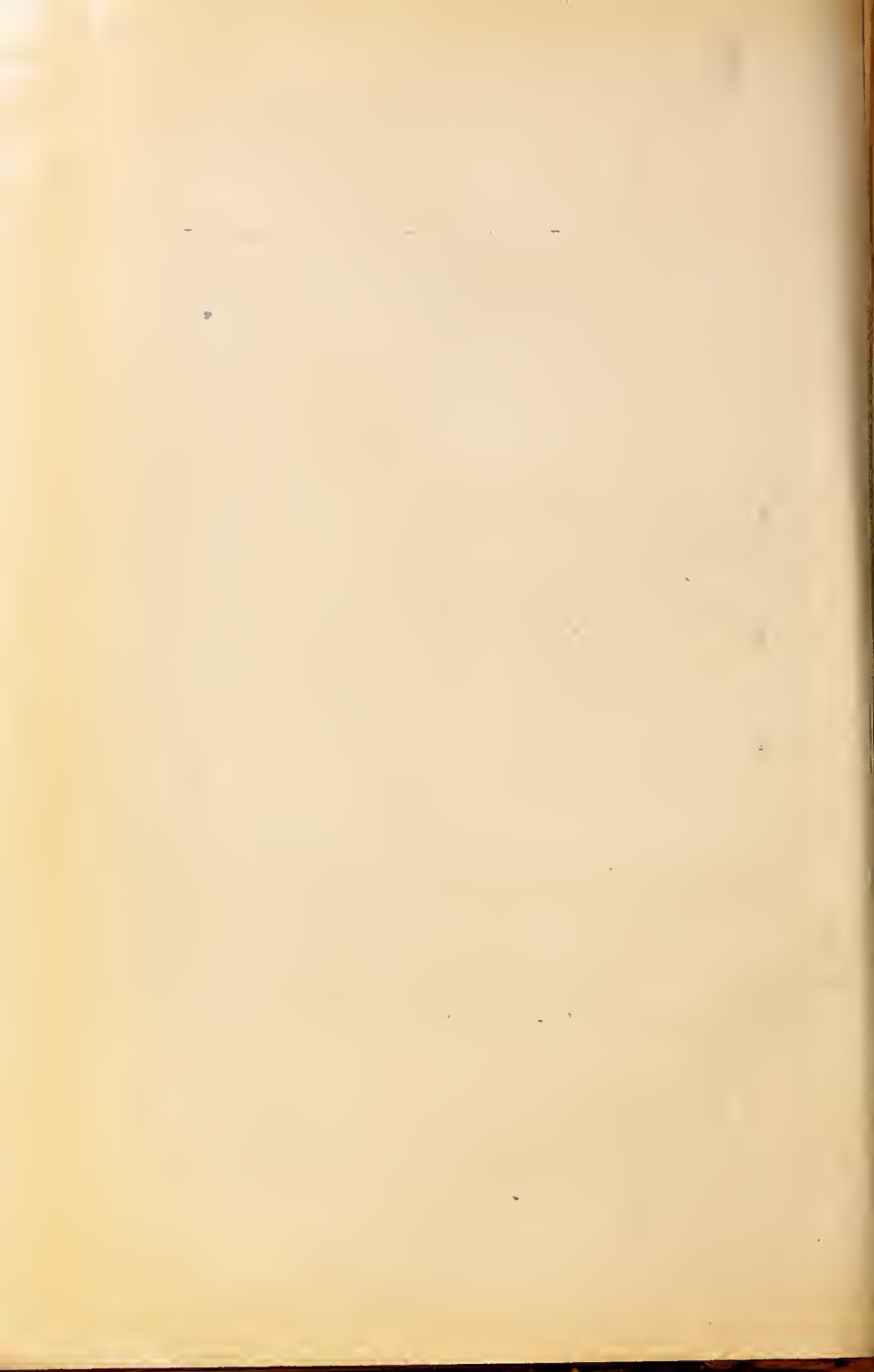
Dêsse total, Cr\$ 3.126.846,70 pesam sobre o superavit do exercício de 1941, sendo a despesa real de 1942, de 800.087,00.

PRINCIPAIS IMPOSTOS

ARRECADADOS

1942





Assim, a despêsa propriamente dita do exercício de 1942 foi a seguinte :

Despêsa orçamentária	37.213.400,30
Crédito adicionais	800.087,00
	<hr/>
	38.013.487,30
 Receita	 39.679.237,00
Despêsa	38.013.487,30
	<hr/>
“Superavit”	1.665.749,70

**Do orçamento
e sua execução**

O orçamento para 1942 foi elaborado com a despêsa fixada em Cr\$ 38.234.136,10 e a receita prevista em Cr\$ 36.598.000,00, sendo admitido o “deficit” de Cr\$ 1.636.136,10.

Durante o exercício fôram abertos, como já vimos, créditos adicionais no montante de Cr\$ 3.053.841,90, por conta do excesso da arrecadação do exercício de 1942 e do “superavit” registado no ano precedente.

Somada essa importância aos saldos dos créditos abertos em 1941 e utilizados no ano seguinte, os créditos adicionais montaram a Cr\$ 6.015.917,00, tendo sido utilizado o montante de Cr\$ 3.926.933,70, assim discriminado :

Por conta do excesso da arrecadação em 1942	800.087,00
Por conta do “superavit” de 1941	3.126.846,70

A despêsa orçamentária fixada foi de Cr\$. 38.234.136,10, e a realizada atingiu a 37.213.400,30, havendo uma redução de 1.021.735,80.

Deste modo, a despêsa realizada teve a seguinte distribuição:

Despêsa orçamentária	37.213.400,30
Créditos adicionais:	
De 1942 — 800.087,00	
De 1941 — 3.126.846,70	3.926.933,70
	<hr/>
	41.140.334,00
A receita prevista montou a Cr\$	36.598.000,00
alcançando a arrecadação Cr\$	39.679.237,00
	<hr/>
registando-se um excesso de Cr\$	3.081.237,00

Dívida da administração passada — Da dívida encontrada em atraso, referente á administração anterior, fôram liquidados diversos títulos, no montante de Cr\$ 567.712.80, sendo o saldo em 31-12-942, de Cr\$ 12.461.643,20.

Empréstimo do Banco do Estado — Do empréstimo contraído com o Banco do Estado pela Repartição dos Serviços Elétricos, para execução de um plano de melhoramento nas suas instalações, no valor de Cr\$ 1.700.000,00, têm sido pagos no devido tempo as prestações e juros, sendo o saldo em 31-12-942, de Cr\$ 1.360.000,00.

A dificuldade de transporte, oriunda do conflito que abala o mundo inteiro, não permitiu que o material rodante adquirido na América do Norte saísse dos portos, o que impossibilitou a execução do plano traçado para a melhoria dos serviços urbanos da Capital. Parte dêsse material, entretanto, já paga, aguarda, no porto americano de Norfolk, a oportunidade de embarque para Cabedêlo.

A firma que venceu a concorrência para fornecimento dos bondes, após tentar, inutilmente, sérios entendimentos para a remessa do material vendido e redução nos fretes, fez chegar a esta Interventoria um memorial justificativo, em que expunha as condições em que poderiam ser embarcados os bondes. Após exame do órgão competente, essas condições foram julgadas inaceitáveis, sendo o contrato, posteriormente, rescindido.

Da fiscalização e exação — Por força de convocação de diversos funcionários do Fisco para prestação de serviço militar, estamos lutando com dificuldades para manter com eficiência a arrecadação e fiscalização dos tributos. Vale a pena esclarecer que o aspecto acima assinalado tem maior repercussão na Paraíba pela impossibilidade de substituir os elementos convocados, conhecida como é a situação financeira estadual, onde a despesa de pessoal atinge cerca de 70% do orçamento. Estado de poucos recursos econômicos, sem indústria, a arrecadação dos impostos é feita em parcelas ínfimas, de agricultores, criadores e comerciantes, quasi todos de reduzidos capitais.

As providências recomendadas pelo Governo, para que não se registre queda na receita, têm sido pos-las em prática. Entretanto, convém assinalar que é bem possível que a fiscalização não possa continuar com a eficiência que seria de desejar.

A ação fiscal se tem feito sentir com a moderação desejada, imprimindo orientação segura aos contribuintes, com a tolerância possível nos casos em que não resulta prejuízo para o erário.

Mesmo as sanções legais são aplicadas sem o exagero comum, atendendo-se ás difíceis condições da economia estadual. Para demonstrar o modo de agir do fisco, basta dizer que, de 92 autos lavrados em 1942 pela Inspetoria de Vendas e Consignações, 66 foram julga-

dos procedentes, 3 anulados e 23 julgados improcedentes.

O produto das multas impostas em virtude desses autos atingiu apenas a Cr\$ 118.157,10.

Têm sido tomadas diversas medidas para que não venham a decrescer as rendas públicas, principalmente no momento que atravessamos, em que o Estado necessita reajustar todos os seus recursos financeiros para poder fazer face aos encargos impostos pela guerra.

Outras iniciativas

O Governo do Estado, encarando devidamente o problema da produção de minérios, vem fazendo campanha proveitosa em prol da exploração das nossas jazidas.

Como incentivo às pesquisas, foi concedida à Cia. Mineração de Picuí, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1942, para exploração das jazidas de minérios existentes naquêlê município paraibano e localidades adjacentes, isenção de todos os impostos estaduais e municipais, pelo prazo de 5 anos, nos termos do Dec.-lei n. 268, de 9 de maio de 1942.

Na parte que se refere ao amparo às indústrias novas, foi sancionado o Dec.-lei 229, de 2 de janeiro de 1942 que concede isenção pelo prazo de 5 anos, do imposto sobre indústrias e profissões, aos que montarem fábricas desfibradoras de caroa, de agave ou de abacaxi e isenção de todos os impostos, exclusão feita do de vendas e consignações — para as fábricas de tecelagem e fiação das fibras daqueles mesmos produtos.

Na conformidade do que estabelece o referido decreto-lei, foram assinados os seguintes contratos na Procuradoria da Fazenda:

FIAÇÃO E TECELAGEM DE CAROA LTDA., de Campina Grande — Isenção por 5 anos de todos os impostos estaduais e municipais existentes, excluindo o sobre vendas e consignações. Contrato assinado em 3-10-1942.

- FEITOSA & NEVES, de Monteiro — Idem, idem, do imposto sobre indústrias e profissões. Contrato assinado em 15-7-42.
- ANTÔNIO JACINTO DE OLIVEIRA, de Monteiro — Idem, idem, do imposto sobre indústrias e profissões. Contrato assinado em 21-8-1942.
- PEDRO BARBOSA, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 2-10-1942.
- SEVERINO TENÓRIO CAVALCANTI, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 20-10-1942.
- LUIZ LETTE & CIA., de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 20-11-1942.
- ANDRÉ BEZERRA DO REGO BARROS, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 17-11-1942.
- PEDRO BARBOSA, de Cabacelas — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 2-10-1942.
- PEDRO BARBOSA, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 25-1-1943.
- PEDRO BEZERRA FILHO, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 21-1-1943.
- SATIRO FEITOSA FILHO, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 20-1-1943.
- I. MENEZES, de Monteiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 4-1-1943.
- ANDRÉ AVELINO DE PAIVA GADELHA, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 13-8-1943.
- ANTERO TORREAO JUNIOR, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 31-8-1942.
- ANTONIO FERREIRA TEJO, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 24-7-1942.
- PEDRO DE FARIAS CASTRO, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 11-8-1942.
- EDUARDO FERREIRA FILHO, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 11-8-1942.
- MANUEL MARTINS DE ARAÚJO, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 11-8-1942.
- PIRES FERREIRA & MAIA, de São João do Cariri — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 22-12-1942.
- PEDRO DE SAMPAIO XAVIER, de Joazeiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 24-8-1942.
- FRANCISCO DE SALES BARROS, de Joazeiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 14-12-1942.
- MARIO MOURA & CIA., de Joazeiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 28-12-1942.
- INOCENCIO PIRES DE GOUVEIA NÓBREGA, de Soledade — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 22-9-1942.
- C. LIMA & CIA., de Soledade — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 23-9-1942.

JOSE NÓBREGA, de Soledade — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 17-2-1942.

AMARO BEZERRA DA SILVA, de Congo — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 9-4-1942.

ANTÔNIO TAVARES CAMPOS, de Congo — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 13-11-1942.

ANTÔNIO TRAVASSOS SARINHO, de Umbuzeiro — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 11-8-1942.

MARIA IRACEMA ARRUDA, de Cabaceiras — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 6-11-1942.

DEMÓSTENES DE SOUZA BARBOSA, de Cabaceiras — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 22-2-1943.

ERNESTO HERACLIO DO REGO, de Cabaceiras — Idem, idem, idem. Contrato assinado em 13-2-1943.

A Secretaria da Fazenda custeou ainda a construção de um edifício para a Mesa de Rendas de Sapé, cujos serviços fôram orientados pelo prefeito desse município.

Trata-se de um melhoramento que se impunha pela falta de instalação adequada para a repartição arrecadadora e pelo próprio desenvolvimento da florescente cidade da zona da mata.

Patrimônio do Estado

A Diretoria do Patrimônio do Estado vem fazendo o tombamento dos bens patrimoniais do Estado, tendo realizado o seguinte movimento:

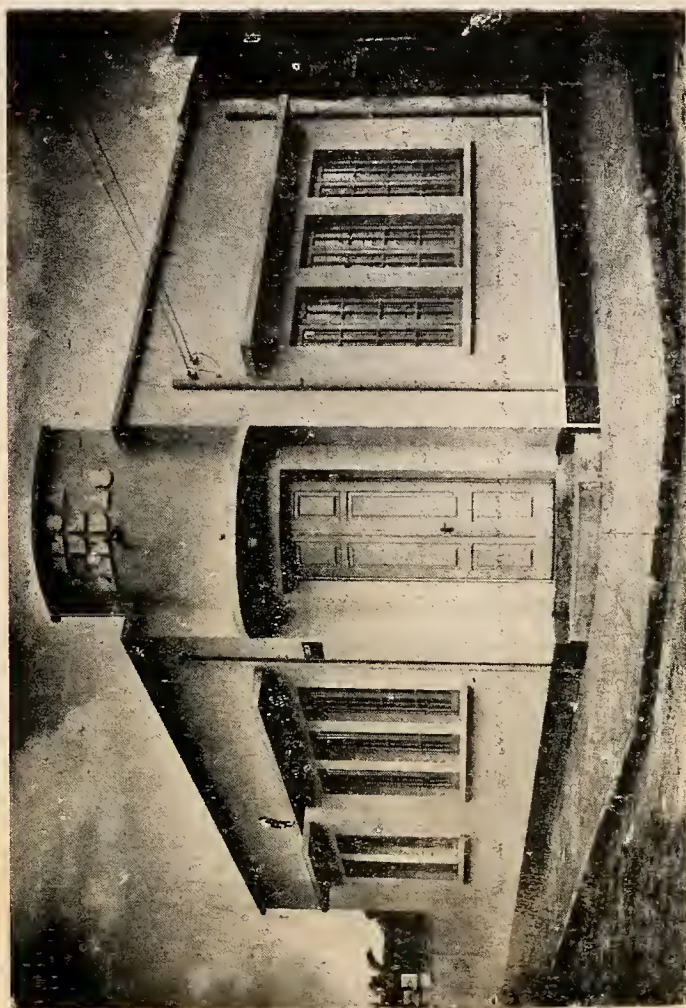
Bens incorporados ao Patrimônio do Estado até 31 de dezembro de 1941, Cr\$ 110.170.697,10

Bens incorporados de 1.º de janeiro
até 31 de dezembro de 1942:

Bens imóveis	Cr\$ 418.792,80	
Bens móveis	490.820,00	
Diversos	235.322,90	
Natureza industrial	297.978,40	1.361.914,10

TOTAL

111.532.611,20



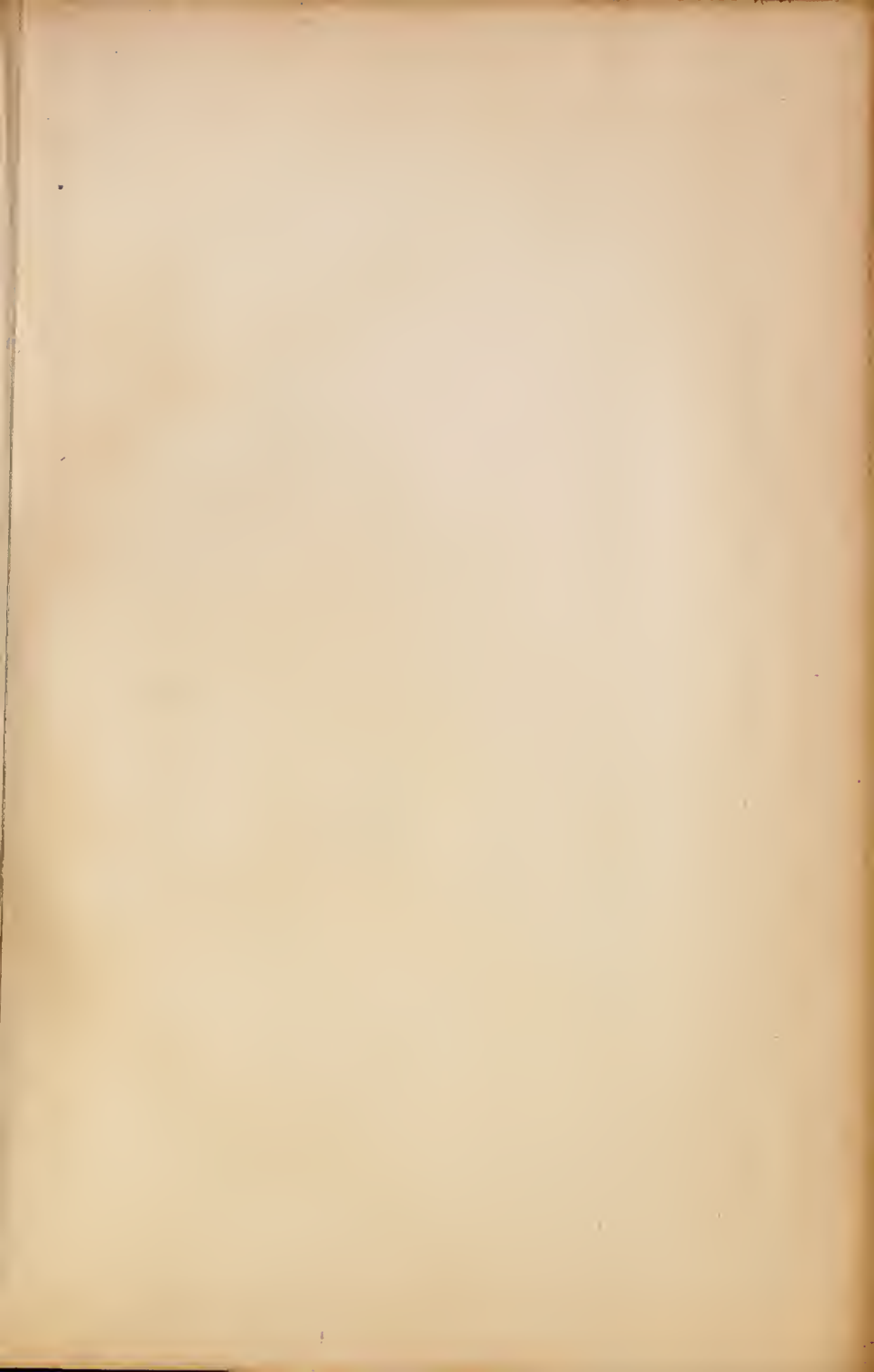
Edifício da Mesa de Rendas de Sapé, construído pelo Governo do Estado — 1942



Bens desincorporados de 1.º de janeiro até 31 de dezembro de 1942:

Bens móveis	Cr\$ 2.876,00	
Diversos	22.930,80	25.806,80
	<hr/>	<hr/>
Total do Patrimônio	Cr\$ 111.506.804,40	





M. FAZELI
D.A - NRA - 103

19999

COM. INVEST. INC
PORT. 114/73



12749-48

353.98133
M548

Paraíba, Governadores.
AUTOR

Mensagem... 1942
TÍTULO

Devoiver em	NOME DO LEITOR

↓ 12749-48

353.98133
M 548

